

Ana Carolina Costa dos Anjos

DO GIRASSOL AO CAPIM DOURADO

Apropriação e ressignificação de elementos naturais
na narrativa identitária do Estado do Tocantins



O livro que agora chega às mãos dos leitores tem sua origem em uma dissertação de mestrado que, assim como a presente obra, foi construída de forma meticulosa e precisa. A partir de um trabalho investigativo primoroso e metodologicamente muito bem respaldado, Ana Carolina Costa dos Anjos, ou Carol dos Anjos, nos conduz para o interior do plano mais subjetivo e sutil da história recente do Tocantins e nos mostra o processo de construção dos símbolos políticos que, em tese, sustentam e dão legitimidade aos principais mandatários do Estado. Seguindo uma linha de abordagem inspirada em Hobsbawm e em outros autores de grande importância na cena intelectual, a autora mostra como o Estado do Tocantins se tornou solo fértil para que tradições políticas fossem por aqui também inventadas. Sua obra, marcada pelo respeito com o leitor, com o conhecimento e com a história, não poupa esforços para descrever e analisar em suas minúcias as artimanhas e estratégias que se estabelecem no subtexto e no pano de fundo dos símbolos políticos locais. Se os símbolos políticos são inventados e conduzidos de acordo com os interesses e desejos dos mandatários, o trabalho intelectual certamente segue outros caminhos. A farta documentação levantada e analisada pela autora nos mostra que a abordagem científica séria e comprometida com a compreensão sistemática dos fenômenos sociais demanda sempre trabalho extenuante e metuculoso, consistente suporte intelectual para produzir conhecimento.



9 788556 196126



editora fi
www.editorafi.org

DO GIRASSOL AO CAPIM DOURADO

Série
**Comunicação,
Jornalismo e
Educação**



Diretor da série:

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. João Nunes da Silva
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mota
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

Prof. Dr. Rogério Christofoletti
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Coxias do Sul: Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Profa. Dra. Verônica Dantas Menezes
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

Prof. Dr. Fagnó da Silva Soares
CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Dr. Luís Francisco Munaro
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Dr. José Manuel Peláez
Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

**DO GIRASSOL AO
CAPIM DOURADO:
apropriação e ressignificação de
elementos naturais na narrativa
identitária do Estado do Tocantins**

Ana Carolina Costa dos Anjos

φ editora fi

Diagramação e capa: Lucas Fontella Margoni

Revisão textual: Mariana Reis Mendes

A regra ortográfica usada foi prerrogativa do autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Comunicação, Jornalismo e Educação - 8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

ANJOS, Ana Carolina Costa dos.

Do girassol ao capim dourado: apropriação e ressignificação de elementos naturais na narrativa identitária do Estado do Tocantins. [recurso eletrônico] / Ana Carolina Costa dos Anjos -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

387 p.

ISBN - 978-85-5696-126-6

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Símbolo. 2. Girassol. 3. Capim dourado. 4. Tocantins. 5. Imprensa I. Título. II. Série.

CDD-177

Índices para catálogo sistemático:

1. História da sociedade 906

Aos tecedores de cultura do
Povoado do Mumbuca,
À Marcelo Souza (*in memória*) por
tudo que fizeste pela cultura
desse Estado, à Lívia dos Anjos

AGRADECIMENTOS

Por essa cidade concreta, sobre uma bicicleta, ressignifico *flâneur* em pleno Cerrado tocantino, sob um sol, por vezes escaldante. Na mente, as *vozes* de Gui (João Guimarães Rosa) e Manu (Manoel de Barros) emolduram e compõem a paisagem de minha *Cidade Imaginária, Invisível*. Saio a tecer linhas sobre isso, pois, como Riobaldo (personagem do Gui) também sei do “gosto que as pessoas têm por invenções”, quero saber a história dessas invenções, para narrá-las. Todavia, antes de expor a narrativa, justa e dicotomicamente no momento em que se faz *minha* e passa a ser do *mundo*, compartilho primeiro com umas *Gentes*.

A gente Rafaela Mazzola é do tipo que lembra doce degustado em pedaços, no quintal do mundo. Rafaela participou de todo processo de urdidura desse texto, mesmo quando ainda dissertação e, posteriormente, foi quem cobrou, de maneira doce e incisiva, a transformação da escrita em livro. Foi para quem mandei diversas mensagens, áudios (via aplicativo) e fiz ligações. Coisas que só se faz com gente que é dada a invenções. Gratidão, Rafaela.

Sandro Campos, uma gente muito companheira, também dada a leituras de Gui, Manu, Mia (Couto), Cora (Coralina), e também Woortmann, Velho (Gilberto e o Otávio)... Com essa gente troco poesias, ideias, lágrimas, sorrisos, invenções, tessituras e abraços de urso. Gratidão, Sandrinho.

Lorena Dias, essa gente é uma invenção, criaturinha doce que saiu de algum conto fantástico da união do mestre Marcelo Souza (*in memoriam*, a quem dedico essa obra) e da incrível mulher que é a Jussara Dias. Com essa gente troco as invenções que transitam minha mente, por vezes, com o fone de ouvido, enquanto pratico o flainar. Gratidão, Nega Lô.

Patrícia Ströher essa sim é dada e invenções, uma sargitariana que topa e incentiva invenções alheias, muito parceira nesse momento, dicas maravilhosas. Pati, gratidão.

Marina Ertzogue é gente intelectual divertida, rompe com a ideia sisuda que se tem da ciência, se ri e apoia esse livro quando

ainda projeto. Disse na primeira orientação: “Carol, isso dá livro”. Suas orientações, trazer meus pés para o chão, dar corda para voar, acalmar quando pensava que não daria, que eram muitos jornais, livros, era muita coisa para fazer, enfim deu. Gratidão, professora Marina.

As gentes professores Héber Rogério Grácio e Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro, pela dedicação a leitura desse texto, apontamentos e indicação pela invenção de um livro. Intelectuais quistos que, respectivamente, apresentam e prefaciam essa obra, professor e professora: Gratidão.

Gilson Porto, essa gente é uma das mais inventoras que tenho a honra de conhecer. Inventa ideia, oportunidade, texto, instituição, são tantas invenções que para escrever precisaria inventar termo. Por me incentivar e me trazer para perto de suas invenções, professor Gilson, gratidão.

Mariana Reis, a quem confiei a revisão gramatical dessa obra. Mariana é uma gente que é quase parente, *#somosnetasdaStella*. Stella é uma professora querida que a nós ensinou o caminho da pesquisa, o quão delicioso é inventar um projeto, dar forma a ideias, materializar, mas, sempre atenta à exequibilidade, à norma, ao planejamento. Suas dicas, correções, me são muito caras. Mari, gratidão.

Familiares, essas gentes que por muitos almoços, passeios, ouviram a negativa, “Poxa, não posso estou na correria”, mas estão sempre presentes e apoiando as invenções dessa mente inquieta. Com algumas, troco mais as invenções. Kdu dos Anjos, meu irmão (de várias vidas) e as primas Iara Marina e Patrícia Xavier, gratidão.

Alunas e alunos, essas gentes fazem de mim, inventam comigo o personagem social Professora. Com elas troco informações sobre esse livro, quando “ainda coisa”, isto é, em fase amorfa de transmutação de dissertação para essa obra. Apresento teorias, histórias, práticas e fazeres do Jornalismo Cultural. A troca é sempre rica! Aprendo com vocês não só a ensinar, mas a reinventar-me a cada aula: gratidão.

A Universidade Federal do Tocantins que é quase uma Gente. É uma segunda e, por vezes, uma primeira casa. Pelas gentes que estão e fazem de ti uma instituição, pelos seus

fenomenológicos corredores, que, às vezes, parnasianos, outros decolonializantes. UFT é sempre um *Lugar*.

A vida, que não é necessariamente uma gente, mas, a invento gente para agradecer. A vida tem vida própria e não pausa para que as ideias inventadas se materializem, não dá trégua e é sempre paciente para rerepresentar o que precisa ser modificado, inclusive na produção textual. Vida lhe sou grata.

Gratidão é a palavra. Sem essas gentes, o caminho seria apenas uma estrada. “A estrada é uma via, uma picada no mato, uma cortada no chão e é muita. O caminho é quando ocê escolhe uma estrada para seguir e chegar no seu lugar” (Exu Tranca Rua). Com essas gentes invento caminhos por onde flainar.

Eu sei de muito pouco. Mas tenho a meu favor tudo o que não sei e – por ser um campo virgem – está livre de preconceitos. Tudo o que não sei é a minha parte maior e melhor: é minha largueza. É com ela que eu compreenderia tudo. Tudo o que eu não sei é que constitui a minha verdade.

(Clarisse Lispector, 1967, 461 [Diálogo do desconhecido In A descoberta do Mundo]).

SUMÁRIO

PREFÁCIO - Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro	17
APRESENTAÇÃO - Marina Haizenreder Ertzogue	21
APRESENTAÇÃO - Héber Rogério Grácio	23
INTRODUÇÃO	17
2 NATUREZA, CULTURA E TRADIÇÕES INVENTADAS: APORTES TEÓRICOS PARA O CASO DO TOCANTINS	33
2.1 Identidade e Cultura: Semelhanças e Discrepâncias Conceituais	35
2.1.1 Digressão: cultura, tradição inventada e as secretas simulações do imaginário social em nível de nação	39
2.2 Os interstícios Latentes da(s) Identidade(s) e seus Adjetivos	42
2.2.1 Regionalização da identidade cultural	51
2.3 Meios de Comunicação de Massa, Discurso Midiático e a Identidade Cultural	53
2.3.1 O discurso midiático e a construção social da realidade	55
2.4 Jornalismo Local e Identidade Regional: o caso do Tocantins	59
3 PALMAS: UMA CIDADE DO TEMPO AUSENTE	65
3.1 Movimentos Separatistas e a <i>Invenção do Tocantins</i>	66
3.2 Concretos e (des)Afetos na Construção de Palmas	82
3.2.1 A Praça dos Girassóis e suas narrativas concretas	97
3.2.2 O Palácio Araguaia	126
3.3 Breve História da Política Tocantinense: Poder em Poucas Mãos	148
4 DO GIRASSOL AO CAPIM DOURADO: RESSIGNIFICAR O PASSADO PARA CONSTRUIR O FUTURO	153
4.1. Significações da Memória	154
4.2 Discurso: Composto Social da Memória e da Realidade	158
4.2.1 Discursos e a formação da identidade cultural no Tocantins	161
4.3 Imaginários, Discursos e Representações como Constructos Sociais da Realidade	164

4.4 Girassol: uma Efabulação que Deveria ter Acontecido(?)	174
4.5 A Exportação do Jalapão: o Lugar do Capim Dourado e do Turismo	202
4.6 Capim Dourado e o Artesanato: Entre a Natureza, o Produto e a Marca	212
5 “SAIU NA IMPRENSA”: TRANSPOSIÇÃO DE SÍMBOLOS DA IDENTIDADE CULTURAL E POLÍTICA NO ESTADO DO TOCANTINS	225
5.1 Agentes, Instituições e Atores Sociais <i>Construindo a Identidade Cultural Tocantinense</i>	227
5.2 Criador e Criatura: Fundindo a Jornada do <i>Fundador</i> com a Construção da Nova Cidade - Siqueira Campos	235
5.3 Girassóis de Palmas: da flor ao imaginário político identitário	245
5.4 Ruptura Política: Semelhantes, mas em Grupos Diferentes	252
5.5 O Ano do Brasil na França e a Institucionalização do Capim Dourado como Símbolo da Identidade Cultural Tocantinense	263
5.6 Iconoclastia Política: Inferências sobre a Retirada dos Frontispícios do Palácio Araguaia	274
5.7 Capim dourado e seu Brilho Político-Identitário	288
5.7.1 Retratos do Jalapão na mídia local: capim dourado, turismo e a comunidade do Mumbuca	289
5.7.2 Artesanato: o tecer de culturas e produtos	298
5.7.3 Capacitar e vender: artesanato, cultura, produto e vitrine do Estado do Tocantins	312
5.7.4 Capim dourado e o <i>Brilho que pode ser ofuscado</i>	325
CONSIDERAÇÕES FINAIS	337
REFERÊNCIAS	343
ANEXOS	387

PREFÁCIO

Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro

Por mais genial e nova que seja sua história, ela não é menos marcada socialmente que aquelas por ele rejeitadas; contudo, se ele pode ultrapassá-las, isso se deve a que elas correspondem a situação passadas e que um outro ‘capuz’, pronto para usar, lhe seja imposto pelo lugar que ocupa nos conflitos de seu presente (Michel De Certeau, 1976, p. 26).

Pensar os marcos identitários do Tocantins após a criação do novo Estado pela Constituição de 1988 é a proposta do livro *Do Girassol ao Capim Dourado: apropriação e ressignificação de elementos naturais na narrativa identitária do Estado do Tocantins*, de Ana Carolina Costa dos Anjos. A autora parte do pressuposto que a cidade de Palmas fundada em 20 de maio de 1989 tornou-se o lugar de articulação de práticas políticas que delinearão os contornos de ruas, praças e monumentos, enquanto referências identitárias do tocantinense, marcando definitivamente a virada de página da condição de norte de Goiás, que por 179 anos foi a designação do espaço que hoje compreende o Estado do Tocantins. Foi um longo período de luta, de negociações de projetos separatistas que ficaram inconclusos e foram recriados por várias gerações, até a criação da capital do novo Estado. A expectativa de criação do Tocantins em outubro de 1988 já antecipava a discussão nos anos de 1986, 1987 e 1988 sobre a escolha da nova capital. E Porto Nacional despontava como a escolha certa, haja vista seus antecedentes históricos, assim como Araguaína, Gurupi e Paraíso do Norte, que também se posicionaram na disputa como possibilidades de escolha para sediar a capital do novo Estado. No entanto, todas foram preteridas. A escolha teria que ser um marco zero à margem direita do Rio Tocantins, pois o que já estava em jogo na instalação do poder político burocrático do novo Estado era a definição das referências identitárias político culturais de legitimação da paternidade do Estado do Tocantins. E a

indicação de um novo nome e um novo lugar teria que apontar para o futuro, no sentido de ruptura com o discurso de atraso que, até aquele momento, identificava o norte de Goiás. O passado evocado era o do século XIX, do movimento separatista de 1821 liderado por Theotônio Segurado, como marco fundante que historicamente legitimaria o novo fundador que se personificava no primeiro governo do Estado. Palmas seria a melhor tradução do desfecho das lutas políticas pela criação do Tocantins e de novos embates sobre a apropriação dos símbolos identitários do novo Estado. E afinal, como nasce uma cidade no final do século XX? Para quem? E por quem? E como se constrói a paisagem simbólica de Palmas? Para responder estas questões a autora tece sua narrativa no tempo presente, com destaque para os anos de 2003 a 2011. Não importa o quão distante esteja no tempo o/a historiador/a de seu objeto, para Hobsbawm, esse olhar é próprio do tempo de quem pesquisa. São as demandas do tempo presente do/a pesquisador/a que possibilitam esse entrelaçamento entre passado e futuro, como reconhece Hartog. Dada a atualidade do tema, as fontes privilegiadas foram os arquivos do *Jornal do Tocantins (JTo)* e o *Girassol*. Jean-Pierre Rioux, em suas reflexões, afirma que a história do presente não teria se firmado na França, por exemplo, se não tivesse ocorrido um encontro frutífero entre “historiadores sedentos de atualidade e jornalistas em busca de legitimidade histórica”¹.

Por esta perspectiva, a autora delimita dois momentos de disputas pela apropriação dos símbolos identitários do novo Estado, entre os anos de 2003 a 2011. Em um primeiro momento, uma Lei Estadual é criada para legitimar **o girassol** como símbolo do Tocantins. Em um segundo momento, **o capim dourado**, durante o governo dissidente do grupo União do Tocantins UT). O discurso separatista de 1981 se constrói na diferença entre norte e centro-sul de Goiás pelas categorias cultura, natureza, distância, abandono e pobreza. Uma vez criado o Estado, apropriam-se de elementos da natureza o girassol e o capim dourado como símbolos de identificação de pertencimento ao Tocantins. A apropriação simbólica desses elementos da

natureza expressa as práticas políticas em disputa pela memória política legitimadora da narrativa fundante do novo Estado. Este livro é um convite à reflexão sobre a história política recente do Tocantins, pelo viés das categorias identidade, memória e cultura. É, com certeza, uma contribuição à historiografia do Tocantins e do Brasil pela relevância e oportunidade do tema e pela abordagem crítica com que desconstrói os discursos já naturalizados e instituídos pelas estratégias do poder político burocrático instalado no novo Estado.

Palmas, março de 2017

¹ (RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). Questões para a história do presente. São Paulo: EDUSC, 1999. (História).

APRESENTAÇÃO

Marina Haizenreder Ertzog

Conta Italo Calvino, em *As cidades invisíveis* (1990), que o grande Khan, imperador dos Tártaros, decifrava os símbolos, *porém a relação entre estes e os lugares visitados restava incerta: nunca sabia se o famoso viajante Marco Polo queria representar uma aventura acontecida durante sua viagem ou uma façanha do fundador da cidade. Mas, fosse evidente ou obscuro, tudo o que Marco Polo mostrava tinha o poder dos emblemas, que uma vez vistos não podem ser esquecidos ou confundidos.*

Uma fascinante viagem ao universo simbólico da cidade de Palmas, capital do Tocantins, é o que se pode dizer sobre a leitura do livro *Do girassol ao capim dourado*, da jornalista mineira Ana Carolina Costa dos Anjos. Resultado de uma ampla discussão teórica e exaustivo levantamento de fontes iconográficas, além de pesquisas na imprensa tocantinense, a obra oferece uma nova abordagem sobre cultura, história e memória da cidade. Um estudo criterioso que transita por processos de construção, desconstrução e ressignificação de símbolos político-identitários que nortearam a concepção de uma identidade cultural para o Estado do Tocantins, no período de 2003 a 2011.

Este livro, mais do que saber acadêmico, oferece aos leitores outro olhar sobre Palmas, suas praças, monumentos e prédios oficiais, outrora circundados por girassóis. O livro de Ana Carolina C. dos Anjos é uma incursão por uma cidade imaginada, revelada por seus emblemas e sinais, ressignificada pela apropriação de elementos da natureza para construção de símbolos: o girassol (flor) e o capim dourado (gramínea), planta nativa do Cerrado e que leva este nome por sua cor, que lembra o ouro.

Para tanto, a autora contextualiza a criação do Estado do Tocantins (1988) e a fundação da cidade de Palmas (1989) e analisa a construção da identidade cultural na perspectiva de poder político. Dentro do recorte temático estabelecido, Ana Carolina faz uma análise do discurso midiático que legitimou a

identidade tocantinense representada em símbolos: girassol e capim dourado.

A meu ver, a pesquisa de Ana Carolina C. dos Anjos é reveladora de um processo de *trânsito alegórico*, sendo a capital uma vitrine onde, no campo das representações políticas estaduais, poderes em alternância emprestavam novos símbolos à cidade. *Do girassol ao capim dourado* transita por esses símbolos – como nos diz Italo Calvino – que uma vez vistos não podem ser esquecidos ou confundidos.

Palmas, Verão de 2017

APRESENTAÇÃO

Héber Rogério Grácio

O livro que agora chega às mãos dos leitores tem sua origem em uma dissertação de mestrado que, assim como a presente obra, foi construída de forma meticulosa e precisa. A partir de um trabalho investigativo primoroso e metodologicamente muito bem respaldado, Ana Carolina Costa dos Anjos, ou Carol dos Anjos, nos conduz para o interior do plano mais subjetivo e sutil da história recente do Tocantins e nos mostra o processo de construção dos símbolos políticos que, em tese, sustentam e dão legitimidade aos principais mandatários do Estado. Seguindo uma linha de abordagem inspirada em Hobsbawm e em outros autores de grande importância na cena intelectual, a autora mostra como o Estado do Tocantins se tornou solo fértil para que tradições políticas fossem por aqui também inventadas.

Sua obra, marcada pelo respeito com o leitor, com o conhecimento e com a história, não poupa esforços para descrever e analisar em suas minúcias as artimanhas e estratégias que se estabelecem no subtexto e no pano de fundo dos símbolos políticos locais. Se os símbolos políticos são inventados e conduzidos de acordo com os interesses e desejos dos mandatários, o trabalho intelectual certamente segue outros caminhos. A farta documentação levantada e analisada pela autora nos mostra que a abordagem científica séria e comprometida com a compreensão sistemática dos fenômenos sociais demanda sempre trabalho extenuante e metucioso, consistente suporte intelectual para produzir conhecimento.

Carol desenvolve um verdadeiro trabalho de garimpagem de documentos e, com sua análise perspicaz, evidencia as intencionalidades das estratégias usadas na construção dos símbolos que envolvem e definem as imagens dos principais personagens políticos do Estado do Tocantins. Todavia, na contramão desse projeto, a finalidade do trabalho acadêmico e intelectual da Carol dos Anjos volta-se para a construção de um

antídoto contra as artimanhas dos mandatários do poder. Desvelando, identificando, analisando as estratégias dos poderosos e, particularmente, explicitando os mecanismos de construção dos símbolos políticos, a autora contribui para alicerçar o caminho da cidadania, do voto consciente, nos advertindo sobre os riscos que corremos.

Sua descrição converte-se em um espelho onde nos enxergamos com todas as fragilidades que a nossa história, marcada por caudilhos, falsos profetas e espertalhões de todas as espécies, nos impôs. Assim, apesar da excelente qualidade da pesquisa acadêmica e da fluidez literária do texto, notadamente redigido por quem domina a arte da escrita, o leitor não sai impune ao misto de satisfação e desconforto provocado pela obra. Sentimos desconforto, pois nos descobrimos como vítimas e algozes de nossa própria malfadada trajetória política. É impossível ler o livro da Carol dos Anjos sem questionar nossas decisões, nossas formas de agremiações e o modo como aceitamos, na maior parte das vezes, de forma passiva e acrítica, os desmandos de nossa vida política.

A primeira vez que tive contato com a obra que agora apresento, lembro-me que veio à mente o magnífico livro de Gabriel Garcia Marquez, *O Outono do Patriarca*. A aguçada crítica da Carol à nossa cena política me trouxe à mente o momento em que o ditador, personagem memorável de Gabo, assiste da janela do seu palácio presidencial o povo destroçando o corpo do seu sócia secreto, acreditando que punha fim à própria tirania. Citei essa imagem para a autora e disse a ela que gostaria muito de ver a reação dos políticos locais ao lerem a ácida análise por ela produzida. A lembrança da falsa morte do ditador ficcional surgiu para mim como uma grande metáfora que falava do poder político do texto da Carol. O livro não destrói fisicamente os ditadores, mas nos previne contra eles. Além disso, é sempre bom lembrar que, na obra de Gabriel Garcia Márquez, o dia seguinte à morte do ditador é marcado pelo desconcerto de sua ressurreição e aparição pública. Ao ver o tirano intacto, vivo e altivo em seu

posto de mandatário, o povo se convence de sua origem sobrenatural e se resigna ao próprio destino.

Felizmente, no caso em pauta, não estamos falando das fantásticas tessituras da ficção. A grande vantagem do mundo em que vivemos é que aprendemos com a história e estamos sempre em processo de lapidação, sempre sendo burilados. Certamente nunca estaremos acabados, mas sempre superaremos os tempos ruins e as adversidades com a força do conhecimento. O livro da Carol dos Anjos é uma grande ferramenta que nos ajudará a superar etapas e passar para outra fase da história do Tocantins.

Palmas, verão de 2017

INTRODUÇÃO

“Repetir repetir – até ficar diferente.
Repetir é um dom do estilo”
(Uma invenção Didática, Manoel de Barros).

Há questões que transpunham o nível da curiosidade de uma transeunte da quente capital tocantinense, tais questões eram sentidas, todavia, por falta de instrumentalização, maturidade acadêmica e segurança para transitar entre os saberes (nesse caso, campo da ciência), então, as questões ficavam nesse plano: sentir.

Ainda em 2008, durante a graduação em jornalismo, chegou a ser projetado. Mas faltava um olhar múltiplo para um objeto tão complexo. Assim, o projeto fora engavetado, esperando um momento oportuno para ser desenredado. Afinal, “as coisas murmuram, de antemão [e] quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo” (FOUCAULT, 2010, p. 48 - 49) foi que o projeto se ousou primeiro uma dissertação, e, agora, um livro.

Do girassol ao capim dourado é uma obra que apresenta uma narrativa que busca apreender o processo de construção, destruição e ressignificação de símbolos político identitários para a formação de uma identidade cultural estadual oficial entre os anos de 2003 e 2011, *no* e *do* Estado do Tocantins. Dessa maneira, aceita o desafio de perceber o objeto de estudo a partir de sua veiculação na mídia local, especificamente nos veículos impressos *Jornal do Tocantins (JTô)* e *O Girassol*. E, então, analisa a versão midiática do fenômeno.

Este livro parte da elucubração de que os constructos sociais da realidade – como o discurso, a memória, o imaginário e a identidade cultural – precedem o uso dos símbolos. Tal como o comportamento humano, pois é a capacidade de utilizá-los que cria, (re)inventa e perpetua tais constructos e, conseqüentemente, uma narrativa acerca da realidade. Uma vez identificado, o símbolo torna-se uma representação, produzida por uma rede de sentidos que possibilita a construção de uma identidade coletiva.

Dessa forma, quando se tem o suporte simbólico aportado em elementos da natureza – ao instrumentalizar suas características – a transforma em recurso político, como no caso do Estado do Tocantins.

O Tocantins – é um Estado criado pela Constituição Federal de 1988, com uma tradição inventada politicamente e uma história imaginada a partir de uma política de governo. Isso porque, no último movimento separatista (1981-1988), cria-se um discurso da diferença entre o norte e o centro-sul de Goiás. Esse discurso está respaldado na cultura, natureza e no abandono que a região vivia por séculos. Entretanto, uma vez criado o Estado, inicia-se outra história.

Uma nova história se apresentava como a modernidade chegando ao sertão tocantino, deliberada de dentro de um palácio (Araguaia), construído para ser *lugar de poder* (sede do poder Executivo) e de *memória* (primeira grande construção erguida na recém-criada capital e localizada no marco zero da cidade). Afinal, nenhuma cidade do antigo norte goiano fora escolhida para sediar a capital do Estado. Então, cria-se uma cidade *do nada (ex-nihilo)* e emoldurada pelo *devir*.

Durante os 15 primeiros anos do Estado do Tocantins e sua capital com uma conjuntura política (quase) sem oposição, praticamente uma família governa o território onde tudo era poeira e *projeto* (a família Siqueira Campos). Assim, concomitante à abertura e pavimentação das ruas, cimentavam-se símbolos e memória, ora em discursos, ora em monumentos, e urdiam-se imaginários e uma nova identidade cultural oficial.

Todavia, assim como a dinâmica do processo de construção de identidade cultural e invenções de tradição é o cenário político (partidário). E como consequência ao se mudar os personagens políticos, mudam-se os símbolos. Desse modo, se em um primeiro momento se constrói uma cidade, o girassol (*Helianthus annuus*) é eleito como símbolo do Estado (ligado à figura do político José Wilson Siqueira Campos) e uma Lei Estadual é criada para legitimar a flor como tal; em um segundo momento, o transpõe para outro elemento da natureza, agora, um

inscrito no discurso do endemismo da espécie: o capim dourado (*Syngonanthus nitens*), durante o governo do personagem político Marcelo Miranda – dissidente do grupo União do Tocantins UT, liderado por José Wilson Siqueira Campos - entre 2003 e 2009.

A fim de estabelecer uma ordem de pesquisa, ou os *caminhos* para se chegar à tessitura dessa (trans)formação dos símbolos, as ideias são coordenadas em forma de capítulos, mais especificamente em cinco. Assim, início a discussão no Capítulo 2, *Natureza, Cultura e Tradições Inventadas: aportes teóricos para o caso do Tocantins*, no qual há uma indicação do aporte teórico escolhido como respaldo para a compreensão dos termos *cultura* e *identidade* e seus respectivos adjetivos. Também há um destaque à participação dos meios de comunicação de massa, sobretudo os de circulação local, nesse contexto.

Na sequência, tem-se um desenredar sobre as narrativas tecidas a respeito da construção da capital do Estado do Tocantins, Palmas, conjungindo *concreto/afeto, político/imaginário e monumentos/negação da história*, no Capítulo 3, *Palmas: cidade do tempo ausente*.

Precedido dessa contextualização, o Capítulo 4 – *Do Girassol ao Capim Dourado: Ressignificar o Passado Para Construir o Futuro* – traz algumas categorias de análise, como memória, discurso, imaginário e representação como constructos sociais da realidade e de sistemas simbólicos. Tais categorias têm a finalidade de dar subsídio para as inferências a respeito da construção e legitimação do girassol como símbolo. Também tenta entender o caminho percorrido pelo capim dourado para ser significado também como tal.

Nesse momento, são sinalizadas algumas ilações, como, por exemplo, a invenção do Jalapão (local onde nasce o capim dourado) como um lugar de turismo, em uma perspectiva de *preservar* (ambiente/natureza) *para explorar* (pela indústria do ecoturismo). Também há uma descrição da promoção de diversas capacitações (melhoramento e produção) para produção de artesanato em capim dourado, venda desses produtos e participação em feiras de cultura, turismo, negócio e artesanato

em nível regional, nacional e internacional por meio de ações de governo.

Compreendendo que o discurso midiático é um importante elemento construtor da realidade na sociedade contemporânea, uma opção foi atravessar com esse olhar e aporte teórico as narrativas jornalísticas acerca da realidade do Tocantins entre 1º janeiro de 2003 e 31 de janeiro de 2011, no capítulo 5, “*Saiu na Imprensa*”: *Transposição de Símbolos da Identidade Cultural e Política no Estado do Tocantins*. Isto é, nesse capítulo, vai-se de encontro ao discurso midiático local com lentes construídas por um referencial que foi sendo corrigido, aperfeiçoado e retomado em um processo hipotético-dedutivo. Nele, busca-se deliberar sobre o que fora necessário para compreender essa história do tempo presente. Desse modo, entre 25 de junho e 22 de agosto de 2014, foram lidos 2700 exemplares dos veículos *JTô*¹ e *O Girassol*², dos quais foram extraídas 289 matérias.

Para selecionar essas matérias, o método utilizado foi a Análise de Conteúdo (AC), especificamente a ferramenta Unidade de Registro (UR). A AC é compreendida como um conjunto de técnicas adotadas para a análise das comunicações, de modo que visa “obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.” (BARDIN, 2009, p. 42).

Por se tratar de um método amplo, vale destacar que a ferramenta UR “[...] é a unidade de significação e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial.” (BARDIN, 2009, p.104). Assim, após a seleção, as matérias foram tabeladas a

¹ 2.428 exemplares publicados entre 1º janeiro de 2003 a 30 de janeiro de 2011, ou seja, das edições 2.690 a 5.118.

² 272 exemplares publicados no mesmo período, nas edições 44 a 316. A menor quantidade desse periódico em relação ao *JTô* se deve ao fato da periodicidade, pois o enquanto o *JTô* tem circulação diária, com exceção da segunda-feira, o *O Girassol* tem veiculação semanal (e, por vezes, quinzenal).

partir da UR em que se enquadravam, sendo *Ano do Brasil na França*; *Capim Dourado*; *Girassol*; *Ruptura Política* e *Símbolo (geral)*.

Vale salientar que a denominação das UR(s) aconteceu durante o levantamento dos dados. Afinal, a ideia era deixar o campo guiar, mas enxergando-o com as lentes já descritas. Entretanto, durante a análise, surgiram subdivisões – meramente didáticas. Assim, a versão midiática da transposição do girassol para o capim dourado foi percebida e analisada a partir das UR(s): *Construção social da Identidade Cultural*; *Siqueira Campos*; *Girassol*; *Ruptura Política*; *Ano do Brasil na França*; *Frontispício* e *Capim Dourado*. Esse último, devido a quantidade e expressividade, é ainda subdividido em: *Retratos do Jalapão*, *Identidade cultural*, *Venda e Participação em Eventos*, *Capacitação* e *Polícia*.

Outro passo foi a exploração do material. Foram eleitos trechos concernentes à necessidade da pesquisa, os quais receberam a denominação de *cartada simbólica*³. Esses trechos foram apreendidos à luz da Análise de Discurso (AD), a exemplo o dispositivo de colocar o dito em correlação ao não dito para perceber as entrelinhas do exposto. Todavia, não se analisa com a AD clássica, ou seja, de forma minuciosa com as marcas enunciativas. O instrumento teórico-conceitual para a leitura das matérias respalda-se nos pressupostos teóricos de Dijk (2008), Foucault (2010), Orlandi (1999) e Pinto (2002).

Após essa elucubração, inicia-se a análise da versão midiática do fenômeno de transposição girassol para o capim dourado como elemento identitário e político no Estado do Tocantins. Isto é, atravessa o material levantado com o aporte teórico e o enxerga perpassado por uma óptica específica. Por um processo de análise indutiva, procura-se perceber a relação entre a hipótese e considerações finais, confirmando ou infirmando-as de forma empírica.

³ A expressão, nesse estudo, é concebida como um posicionamento, opinião a respeito do assunto (o que é a identidade cultural tocantinense, quais são os elementos que a compõe e quais os símbolos a representam, além disso, quais os locais onde se manifestam) que fora veiculado nos periódicos *JTo* e *O Girassol* no período em análise.

Assim, esta obra transita em disciplinas que aliam de forma complementar a urdidura desse fenômeno, no qual elementos da natureza são apropriados e utilizados como símbolos políticos identitários no Tocantins. O estudo se inscreve na narrativa científica sob a pretensão de contribuir com pesquisas que relacionem práticas políticas e seus símbolos. Dessa forma, verifica a hipótese da pesquisa nas considerações finais.

A forma da urdidura apresenta algumas idiossincrasias, as quais proponho um acordo com o leitor. Títulos de obras (científicas, cultural-artísticas e matérias jornalísticas) são italizadas, bem como estrangeirismos e as figuras de linguagem, como metáfora e ironia, presentes em doses homeopáticas. Além desses quando o termo, palavra ou frase precisa ser compreendido com ênfase há também essa marcação textual (itálico).

Compendiando, as invenções de tradições, as estratégias da construção e destruição de símbolos e essa narrativa ancorada no discurso midiático local é a trajetória desse livro, mas não apenas isso. Procuo entender os mecanismos de apropriação e instrumentalização da natureza para estruturação de símbolos políticos e identitários e como se legitimam. E esse é o convite para transitar no caminho narrativo do caso tocantinense de transposição *do girassol ao capim dourado*.

NATUREZA, CULTURA E TRADIÇÕES INVENTADAS: APORTES TEÓRICOS PARA O CASO DO TOCANTINS

O suporte simbólico ancorado nos signos da natureza para a formação de um imaginário político e cultural é um mecanismo que pode ser entendido a partir da relação simbólica entre sociedade e natureza. Uma relação que pode ser elaborada com os elementos da natureza, os quais são inscritos no imaginário coletivo.

Então, partindo desta premissa – que há uma relação entre natureza e imaginário político, na qual são utilizados aspectos particulares da natureza como constructos do imaginário coletivo de uma comunidade (CASTRO, 2001) – é que se tenta compreender os mecanismos de apropriação de elementos como o rio, a mata, a geomorfologia e como são utilizados em processo de construção e legitimação de discursos. Afinal, quando se instrumentaliza as características da natureza de um espaço é que a transforma em recurso político. Nesse ponto, vale ressaltar que a natureza é concebida como paisagem, ou seja, a natureza com inferências do homem; “paisagem é cultura antes de ser natureza; um constructo da imaginação projetado sobre a mata, água, rocha.” (SCHAMA, 1996, p. 70).

A exemplo tem-se em Kobelinski (2013, p. 15), um estudo sobre a extensão da botânica e as representações que davam subsídio para a colonização francesa no século XVIII. Isto é, Kobelinski (2013), analisa a forma de construção do imaginário – a partir de elementos da natureza – para legitimar a colonização, no caso a francesa, no território onde hoje é o Canadá.

Processo semelhante aconteceu no Brasil no século XIX, período do Segundo Reinado, no qual foram criadas representações a fim de construir uma memória nacional oficial, com uma tessitura endógena (para brasileiros) e exógena (para

fora do Brasil, não-brasileiros). Para tanto, foram utilizados mecanismos de *esquecimento* e um processo de formação de identidade cultural nacional oficial, com base em categorias de *diferenciação* ancoradas na natureza – enquanto paisagem – no intuito de legitimar o processo de *ruptura* Brasil/Portugal. (SCHWARCZ, 2003, grifo meu).

Em perspectiva semelhante é que fora inscrito o discurso político da *invenção do Tocantins*⁴, o qual recorreu às *peculiaridades* da natureza e da identidade cultural existentes no antigo norte goiano, a fim de legitimar a emancipação política do Estado⁵.

No caso do(s) movimento(s) separatista(s) do norte goiano, foram numerosas as vezes que os protagonistas políticos recorreram à natureza do cerrado-amazônico-tocantino como *marco de diferenciação* do centro-sul de Goiás. Como esses temas já foram estudados, o que se propõe, então, é um estudo da continuidade dessas (trans)formações. Afinal, são quase 30 anos desde a criação do Estado e de sua capital, assim, houve construção, destruição e reconstrução de símbolos, o que é acompanhado e promovido por mudanças de personagens no cenário político. Esses símbolos foram legitimados através do dinâmico processo de formação de identidade, do imaginário e da memória coletiva no Tocantins.

Dessa forma, o que se intenta é uma análise de um segundo momento, uma ruptura – entre grupos políticos, no âmbito da gestão estadual, partindo do pressuposto de que houve, novamente, a apropriação de elementos da natureza para

⁴ A utilização do termo ‘invenção’ e não ‘criação’ do Estado do Tocantins é arbitrária e tem a finalidade de sinalizar o aporte teórico escolhido, o qual se ancora nas ideias de Ernest Hobsbawm (1917 – 2012) e Terence Osborn Ranger (1929), expressas na obra *A invenção das tradições* (2012).

⁵ Destaca-se que: “Sobre a construção do que se pode denominar como peculiaridade cultural da região do Tocantins, houve quem apontasse a questão do aspecto geográfico sem, contudo, cair numa explicação determinista, mas considerando, tão-somente, o condicionamento que este possa exercer na construção dos meios materiais e psicológicos de grupos sociais que, num dado tempo e espaço, se relacionam.” (CAVALCANTE, 2003, p.186 – 187).

construção de um *novo* imaginário político nesta nova unidade federativa, o Tocantins. Dando início ao processo de *apagamento/esquecimento* do girassol (*Helianthus annuus*) – símbolo ligado à figura do político José Wilson Siqueira Campos – e a ascensão do capim dourado (*Syngonanthus nitens*). Assim, houve uma transformação do capim dourado em um símbolo, não apenas político-governamental, mas também identitário. Esse processo buscou legitimar-se por meio da naturalização do discurso do *endemismo*⁶ da espécie – capim dourado – e, portanto, um marco diferenciador entre *eu* e os *outros*.

Entretanto, para compreender como se deu o processo de formação da identidade cultural do Tocantins e de sua capital, primeiro aponto o caminho da significação dos termos cultura e identidade. Isto é, um delinear do aporte teórico que dá subsídio para a discussão que perpassa esse estudo: a apropriação de elementos da natureza para formar símbolos identitários e imaginário social, cultural e político, na sequência apresento o tema já através dessas lentes teóricas.

2.1 Identidade e Cultura: Semelhanças e Discrepâncias Conceituais

Há uma complexidade e abrangência semântica, social e histórica que torna laboriosa a construção conceitual precisa dos termos cultura e identidade. Mesmo porque, não raramente, ambos são confundidos e/ou aparecem imbricados ou ainda utilizados como sinônimos. Entretanto, há diferenças entre os termos que os distingue enquanto conceito e categoria de análise.

Posto isso, etimologicamente, a palavra cultura está ligada ao verbo em latim *colere* (colo), que significa cultivar. Todavia, o termo também pode ser empregado para significar habitar, cuidar de, respeitar, venerar e honrar ou ainda como o resultado desse cultivo, de um cuidado com, de respeito. O termo também

⁶ Sabe-se que o capim dourado não é uma espécie endêmica do Estado do Tocantins. Todavia, durante o período em análise (também pouco anterior) esse era o discurso em voga, por meio de propagandas governamentais e matérias jornalísticas de nível local, regional e nacional.

recebera diversas significações ao longo do tempo, afinal as palavras têm história e, de certa forma, fazem história.

Partindo dessa premissa, Raymond Williams (2000) propõe uma construção histórica do termo, sintetiza a conceituação e apresenta algumas transformações e (re)significações que ocorreram entre os séculos XVIII e XX a respeito da compressão da palavra cultura.

Compendiando, até o século XVIII, cultura tinha uma acepção mais restrita e significava uma atividade, a cultura de alguma coisa (animais e agricultura). Mas, nas últimas décadas do século XVIII, particularmente nos idiomas alemão e inglês, a palavra cultura começou a ser empregada com o sentido de “configuração ou generalização do espírito”, como aquilo que informa o “modo de vida global de um determinado povo” (WILLIAMS, 2000, p. 10). No século XIX, passa a ser associado à ideia de desenvolvimento “íntimo”, em oposição ao “externo”, interrelacionando-se, dessa forma, às artes, religião e instituições (WILLIAMS, 2000, p. 10).

Williams (2000, p. 11) acrescenta que a cultura pode ser compreendida como o resultado de diversas formas, as quais precederam as convergências de interesses, sendo as principais “o espírito formador de um modo de vida” (manifesto nas atividades sociais, sobretudo nas especificamente culturais) e a “ordem social global” (os estilos de arte e tipos de trabalho intelectual que tem relação com as atividades sociais).

Entretanto, tanto o espírito formador de um modo de vida global quanto uma ordem social global – tal como foram utilizadas – têm premissas etnocêntricas, hegemônicas, mais especificamente eurocêntricas, pois, aqueles que constroem ou discorrem sobre tais categorias, as ordenam segundo a sua própria perspectiva cultural. Afinal, no interstício relacional da sociedade-história-cultura e produção cultural (com seus meios e perspectivas econômicas), os estudos de base marxista “afirmam que a arte reflete a estrutura socioeconômica da sociedade dentro da qual é produzida.” (WILLIAMS, 2000, p. 34).

As conceituações de cultura também recebem distintas significações quando compreendidas pelas escolas, a exemplo da quarta linha de pensamento antropológico da cultura: o Interpretativismo, proposta pelo antropólogo estadunidense Clifford Geertz (1926 – 2006) – que é a utilizada nesta pesquisa. A Antropologia Interpretativa ou Interpretativismo lança mão de elementos da semiótica, da hermenêutica e também compreende as relações políticas, os contatos entre os povos, as trocas e embates. Trata-se de uma escola mais operacional, na qual se interpreta a cultura sob a premissa de que existe um emaranhado de símbolos compartilhados.

Nessa escola, a cultura não é algo estático, mas modificada constantemente por agentes culturais, os quais atuam dentro de uma conjuntura. Assim, a proposta das interpretações é abarcar o contexto no qual foram produzidas as ações modificadoras da cultura e os agentes que atuam. Dentro dessa perspectiva geertziana, refuta-se a ideia de que cultura é um fenômeno natural, inferindo que se trata de um fenômeno socialmente construído por agentes e instituições sociais, os quais se valem de signos e símbolos. Dessa maneira, adentra-se à concepção cujo uso de um sistema simbólico permite ao indivíduo a compreensão e significação do mundo.

Por outro lado, se o que se pretende é interpretar esses símbolos para compreendê-los, “[...] é necessário conhecer a cultura que o criou.” (LARAIA, 2009, p. 56).

Assim sendo, e retomando as concepções de Clifford Geertz, o conceito de cultura imbrica o sistema simbólico e promove impactos no conceito de home a partir do momento que a cultura é compreendida como, “[...] um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento” (GEERTZ, 2008, p. 37). Logo, por ser simbólico, pode-se inferir que “transformar-se” em humano precede a passagem por alguns ritos. O ritual tem a característica de confirmar, no mundo simbólico, algumas características já estabelecidas pelas desigualdades sociais. Assim, o “[...] ato de instituir simula, através da encenação cultural, que uma organização social

arbitrária é assim ‘um delírio bem fundamentado’, dizia Durkheim, ‘um ato de magia social’, conclui Bourdieu, [...] ‘transforma-te no que és.’” (CANCLINI, 2015, p.193).

Sendo resultado do meio cultural, no qual fora socializado por meio de rituais, a compreensão de homem – ou da natureza humana – apresenta-se de forma diversificada tanto “em sua essência como em sua expressão. E com esta reflexão começam a se afrouxar alguns ancoradouros filosóficos bem amarrados, iniciando-se uma jornada em águas bem perigosas.” (GEERTZ, 2008, p. 27).

Conjungindo, é no fluir destas perigosas águas, das quais sinalizara Geertz (2008), que pode se afirmar que o termo cultura já fora utilizado (e ainda é) associado à ideia de natureza humana, “[...] embora seja possível dizer que o homem tem uma natureza, é mais significativo dizer que *o homem constrói sua própria natureza* [...]” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 72, grifo meu). Ou que “na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. Nesta mesma dialética o *homem produz a realidade e com isso se produz a si mesmo.*” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 241, grifo meu).

Todavia, o termo cultura também é empregado associado à ideia de nação, de uma sociedade, como a capacidade de projetar comportamentos, de fazer inferências (língua) e como identidade.

Atentemo-nos, por ora, na relação associativa entre cultura e nação⁷. Para tanto, recorro à *Apresentação* que Lilia M. Schwarcz escreveu para a obra *Comunidades Imaginadas*, de Benedict Anderson, na qual afirma que se imaginam as nações, todavia as mesmas são imaginadas com base em algo. Dentro dessa perspectiva, os símbolos “são eficientes quando se afirmam no interior de uma lógica comunitária afetiva de sentidos e quando fazem da língua e da história dados ‘naturais’ e ‘essenciais’.” (SCHAWARCZ, 2008, p. 16).

⁷ Posto que posteriormente, para esse estudo, a ideia de cultura é associada à ideia de um Estado, uma unidade Federativa do Brasil, o Tocantins.

Assim, os símbolos constituem o imaginário da nação, os quais representam um “conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado como tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo. [e] *são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos.*” (CANCLINI, 2015, p. 160, grifo meu). Perante isso, questiona-se como recebemos essas práticas tradicionais do passado? Essa questão perpassa o próximo subtítulo, no qual, sob a perspectiva de *invenção de tradições* propõe-se uma reflexão.

2.1.1 Digressão: cultura, tradição inventada e as secretas simulações do imaginário social em nível de nação

As diversas formas de representação e manifestação da cultura, os saberes e os fazeres que constituem o imaginário social, aproximam a acepção dos termos cultura e tradição. No entanto, vale destacar que tanto os símbolos quanto a própria cultura (esse sistema que engloba as práticas e hábitos do cotidiano) são invenções, as quais se imprimem a partir de regras e têm natureza ritual ou simbólica e, segundo Hobsbawm (2012, p. 8), “visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado histórico apropriado.”.

Embora algumas invenções (ou imaginações) de tradição sejam abordadas no Capítulo 4 – no qual discuto, especificamente, a transposição do girassol para o capim dourado, enquanto símbolo político-identitário no Tocantins e em Palmas –, nesse momento esboça-se que:

[...] invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. [...] Em suma, inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta. (HOBSBAWM, 2012, p. 11-12).

Pelo exposto, compreende-se que as tradições e símbolos são inventados e a coesão que sustenta, por exemplo, a relação de nação e cultura, é revisitada em Schwarcz (2008, p. 10), na qual a nação é concebida como “uma comunidade política imaginada”. Ou seja, “mais que inventadas, nações são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções.”.

Sobre a ideia de projeção, Gilberto Velho (2003) descreve que há uma ressignificação da memória, do passado que é reapresentado com outros símbolos (ou os mesmos, mas ressignificados) no presente, a fim de projetar um futuro.

Assim, ao afirmar que a nação é imaginada, apresenta-se uma “[...] legitimidade emocional profunda; [que] pauta-se pela ideia de que é preciso fazer do novo, antigo, bem como encontrar naturalidade num passado que, na maioria das vezes, além de recente não passa de uma seleção com frequência consciente.” (SCHWARCZ, 2008, p.10).

A exemplo, no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1940, houve um esforço teórico de intelectuais para construções/invenções de narrativas sobre a história da cultura brasileira, da identidade nacional e do arquétipo da brasilidade expressos, dentre outras formas, na cultura ilustrada, isto é, cinema, literatura, fotografia, pintura, música, artes cênicas, escultura e a arquitetura, ou seja, manifestações artísticas (ORTIZ, 2009; 2006).

Já durante o período de governo e ditadura militar (1964-1984) houve a construção do nacionalismo e a ascensão do futebol como símbolo da brasilidade. Ou seja, escolhas de símbolos, signos para ilustrar e preencher a lacuna da narrativa da identidade nacional brasileira.

Encerrando, neste momento, a breve digressão da relação entre cultura e tradição inventada, em âmbito nacional, pode-se inferir que a nação é uma comunidade política imaginada. “Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão

falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva de comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008, p. 32, grifo do autor).

Perante o exposto, percebe-se que há uma tessitura que une e que promove uma comunhão entre os indivíduos de uma nação para que lembrem e esqueçam coisas em comum. Ademais, o “o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele *inventa nações onde elas não existem.*” (ANDERSON, 2008, p. 32, grifo meu).

Posto isso, salienta-se que, desde a modernidade, conta-se com ferramentas que aceleram esse processo: os meios de comunicação de massa, os quais constroem o que Anderson (2008) denomina de simultaneidade⁸, ao se referir ao capitalismo editorial. Ou ainda na *teoria do laço social*⁹, de Wolton (1996), na qual os meios de comunicação de massa (no caso, a televisão pública) funcionam como mediadores na estruturação da vida social em uma “sociedade individual de massa.” (WOLTON, 1996, p. 16). Essa obra discute a ancoragem dos meios de comunicação de massa para a representação da cultura e da identidade, sobretudo no Tocantins, mas não antes de conceituar o termo identidade – suas semelhanças e discrepâncias com o termo cultura – e a significação de identidade cultural (e sua regionalização em um mundo pós-industrial), no subtítulo a seguir.

⁸ No capítulo *As origens da consciência nacional*, Anderson (2008) descreve a formação de redes de ligação invisíveis – logo, simbólicas – entre as pessoas, as quais o autor compreende dentro da conjuntura da origem, ascensão e proliferação das mídias (desde as prensas de Gutemberg à internet). Afinal, o tempo dos jornais é fundamental para a projeção do “estar junto”, em nível de nação, no imaginário daqueles que “constroem” a nação. A simultaneidade é um dos frutos da imprensa como mercadoria – ou para usar as palavras do autor, do “capitalismo editorial”. (ANDERSON, 2008, 71 - 83).

⁹ O laço social é a característica de agrupar indivíduos de uma mesma sociedade por meio de um símbolo social. Para Dominique Wolton (1996), a televisão constitui-se como um objeto de conversão capaz de pautar as conversas de indivíduos e personificar os tais símbolos em uma relação dialética.

2.2 Os interstícios Latentes da(s) Identidade(s) e seus Adjetivos

A conceituação de identidade, tal como a de cultura, é concebida dentro de um campo semântico, demasiadamente complexo para ser deslindado fora de um contexto específico. Vale destacar, no entanto, que as transformações e (re)significações se dão desde *aquilo* que está no cerne, na *essência do ser* até alcançar a projeção de identidade coletiva, nacional ou mais universais como os arquétipos de homem e mulher (tão questionado nos estudos de gênero, posto que esses arquétipos delegam funções sociais a questões que são biológicas).

Na modernidade, o termo recebe a conotação de subjetividade (SANTOS, 1995). A subjetividade, por sua vez, é interpretada filosoficamente, no centro da metafísica ocidental pós-cartesiana, como um sujeito autossustentável – para teorias psicanalistas racionalistas –, seguida de quebras epistemológicas que têm estudado os processos inconscientes da formação de subjetividade e ressignificando a constituição psicológica do indivíduo. (HALL, 2006).

Já os teóricos que estudam o conceito de identidade dentro de uma conjuntura pós-moderna afirmam a existência de um *eu* performativo¹⁰. Diante desse breve panorama conceitual, percebe-se a dinamicidade do significado de identidade. Além disso, o termo identidade (individual ou coletiva) aparece relacionado a uma soma, um conglomerado de referências, de signos em um jogo de diferenças, como discrepâncias percebidas e destacadas em relação ao *outro* e que traspassa aos campos político, econômico, social e linguístico.

Entretanto, para chegar a essa concepção contemporânea da significação conceitual do termo, um longo caminho fora percorrido. No século XIX, por exemplo, a compreensão de identidade e de sujeito, dentro de uma perspectiva histórico-

¹⁰ Um estudo sobre a representação do *eu* pode ser conferido em *A representação do eu na vida cotidiana*, de Erving Goffman (2005).

sociológica, depreendia que a identidade do indivíduo/sujeito não seria autônoma e nem autossuficiente, mas sim contextualizada social, histórica, econômica e culturalmente. Essa perspectiva contrapunha o conceito anterior, iluminista, na qual o sujeito cartesiano, centrado, tinha uma essência e era tomado como imutável (HALL, 2006).

Já no século XX, segundo Stuart Hall (2006), houve o “descentramento final do sujeito cartesiano na modernidade tardia”. O fenômeno é descrito em cinco etapas, sendo a primeira caracterizada pelo pensamento de Karl Marx (1818-1883), com o sujeito histórico. Outro momento de ruptura se deu com os pensamentos de Sigmund Freud (1856 – 1939) e os freudianos, com a descoberta do inconsciente, irracionalidade e o uso da psicanálise. Assim, a compreensão de identidade passa a ser entendida como algo que é construído, dentro de uma relação *eu* (*nós*) e o *outro(s)*, que emerge e se consolida, sendo essa a terceira etapa.

Um quarto momento é quando a língua extrapola os estudos internos e passa a ser concebida também dentro do campo social. Autores como Ferdinand de Saussure e Michel Foucault são destaque nesse momento (HALL, 2006).

Os pensamentos oriundos dos novos movimentos sociais se constituíram como a quinta etapa desta “desconstrução” do conceito de indivíduo cartesiano. Esses novos movimentos sociais, que tiveram início no decênio de 1960, respaldam-se em uma base cultural “forte”, abraçando o “teatro da revolução”, especificamente o feminismo, por ter politizado a “subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos e filhas)” (HALL, 2006, p. 45).

Transposta essa breve perspectiva histórica, enveredemos, pois, despreziosamente, ao caminho conceitual de identidade – ou “*descaminho*”, para usar termo de Cardoso de Oliveira (2006)¹¹

¹¹A ideia de “*descaminhos da identidade*” é cunhada por Roberto Cardoso de Oliveira (2006, p. 88) “quando, em sua movimentação no interior de sistemas sociais, os caminhos de que se valem levam-nas a viverem situações de extrema

– como construção social, pelos marcos simbólicos da diferença, da relação com o *outro*, para, então, sintetizar a opção teórica que dá subsídio para discussão dessa pesquisa.

Sendo assim, a identidade pode ser concebida como algo formado por processos sociais e, segundo Berger e Luckmann (2004, p. 228), “uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo modelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social”. Afinal, a “[...] realidade é socialmente definida. Mas as definições são sempre *encarnadas*, isto é, indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores da realidade.” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 157, grifo dos autores).

Néstor García Canclini (2015) propõe que a identidade seja uma deliberação, uma vez que, ao se estudar as narrativas identitárias, levando em conta os processos de hibridação, pode-se inferir que a identidade não é um conjunto de trações fixas, uma vez que são diversas as operações que selecionam os elementos de diferenciação entre o *eu* e o *outro*, os quais são articulados por grupos hegemônicos e em diferentes espaços de tempo. Essas narrativas são tecidas com a pretensão de ser um discurso oficial. O autor acrescenta que:

Já não basta dizer que não há identidades caracterizadas por essências autocontidas e aistóricas, nem entendê-las como as formas em que as comunidades se imaginam e constroem relatos sobre sua origem e desenvolvimento. Em um mundo tão fluidamente interconectado, as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações classes)

ambivalência. São seus descaminhos, ainda que não necessariamente equivocados, pois em regra tendem a ser os únicos possíveis — conjuntamente possíveis —, na medida em que o processo de identificação pessoal ou grupal chega a estar mais condicionado pela sociedade envolvente do que pelas ‘fontes’ originárias dessas mesmas identidades, sejam elas consideradas como ‘coletividades’ (Talcott Parsons), ou ‘identidade de grupo básico’ (Harold Isaacs) ou, ainda, ‘identidades totais’ (Ali Mazrui).”

se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais. As diversas formas em que os membros de cada grupo se apropriam dos repertórios heterogêneos de bens e mensagens disponíveis nos circuitos transnacionais geram novos modos de segmentação [...]. (CANCLINI, 2015, p. XXIII).

Dentro da mesma perspectiva, Ortiz (2006 p. 8) afirma “que toda identidade é uma construção simbólica (a meu ver necessária). [...]. Dito de outra forma, não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos.”. Remetendo ao contexto nacional, o autor acrescenta ainda, que; “[...] falar em cultura brasileira é falar em relações de poder.” (ORTIZ, 2006, p. 8).

Em síntese a identidade é concebida como uma construção social da realidade, ademais se trata de um fenômeno oriundo da dialética entre indivíduo e sociedade. “As teorias sobre a identidade estão sempre encaixadas em uma interpretação mais geral da realidade. São <embutidas> no universo simbólico e suas legitimações teóricas, variando com o caráter destas últimas.” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 230, grifo dos autores).

Diante disso, vale ressaltar que a construção identitária produz efeitos sociais, sendo um deles o modo de categorização, que é utilizado por grupos sociais a fim de organizar as trocas sociais internas e externas. Ou seja, a marcação (simbólica ou não) da diferença em “sistemas classificatórios” (HALL, 2006). As marcações de diferença são essenciais para os sistemas de classificação e, segundo Woodward (2013), a construção desses sistemas são o que propicia os meios através dos quais se dá sentido ao mundo social e o significa.

Essa é uma conjuntura barthiniana, dentro da qual se considera que a identidade, no interior das trocas sociais, seja construída e reconstruída. As identidades existem umas em relação às outras, ou seja, são ligadas dentro de uma relação dialética baseada na diferença. Essas diferenças são

compartilhadas como critérios de “avaliação e julgamento”, assim, “[...] isso leva à aceitação de que os dois estão fundamentalmente ‘jogando o mesmo jogo’.” (BARTH, 1998, p. 196). Nesse *jogo* de contato social entre pessoas de culturas distintas “também são implicadas na manutenção da fronteira étnica: grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem *marcadas diferenças no comportamento*, isto é, *diferenças culturais persistentes*.” (BARTH, 1998, p. 196, grifo meu).

Dessa forma, pode-se conceber que as *marcas de diferença* são construídas no imaginário social de um determinado grupo, a fim de manter coesão dessa unidade social na relação como *outro*. Em vista disso, ao mesmo tempo em que se *reforça* a ideia do *eu* coletivo, *nós*, também se cria um “código” de valores para a interação do *eu/nós* com o *outro*, conforme elucida Barth (1998).

Ainda nessa perspectiva do jogo de símbolos identitários, concatena-se que as oposições são importantes no processo de construção da identidade, de maneira que a diferença é o elemento central dos sistemas classificatórios e por meio dos quais os significados são produzidos. Os sistemas simbólicos produzem as estruturas classificatórias que norteiam o sentido e a ordem social (WOODWARD, 2013).

Além de relacionais, as concepções pós-modernas do termo identidade, compreendem o sujeito como um indivíduo portador de uma identidade fragmentada, não fixa, nem essencial ou permanente. A identidade “é uma celebração móvel”, um cosmo (HALL, 1987 apud HALL, 2006, p.13).

Nesse mesmo contexto, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2005) discorre sobre a fluidez da conceituação do termo, afirmando que tanto identidade quanto pertencimento não estão sólidos na pós modernidade, mas, pelo contrário, são negociáveis e revogáveis.

Consubstanciando, a identidade é concebida como não fixa, relacional, “uma celebração móvel” e negociável. Diante disso, questiona-se: com quem se negocia? Para tanto, pode-se recorrer à concepção barthiniana, na qual a identidade é construída em relação ao *outro*. Todavia, esse *outro* também não

deve ser representado de forma inalterável, para usar as palavras de Bhabha (2013, p. 95) o *outro* representa; “um ponto fenomenológico fixo oposto ao eu”, pois, segundo o autor:

O outro dever ser visto como a negação necessária de uma identidade primordial - cultural ou psíquica - que introduz o sistema de diferenciação que permite ao cultural ser significado como realidade linguística, simbólica, histórica. Se, como sugeri, a sujeito do desejo nunca é simplesmente um Eu Mesmo, então a Outro nunca é simplesmente um *Aquilo Mesmo*, uma frente de identidade, verdade ou equívoco. (BHABHA, 2013, p. 95, grifo do autor).

Diante da compreensão do jogo simbólico não fixo do *eu* e do *outro*, Bhabha (2013) acrescenta uma perspectiva epistêmica da descolonização da identidade, na qual os processos identitários, em contextos pós-coloniais, são transpassados por conjunturas socioeconômica e históricas, as quais opõem o *eu* (nativo) em relação ao *outro* (colonizador/estrangeiro). Destarte, o espaço de representação da alteridade do *eu* é subalterno ao *outro*.

Rematando, o conceito de identidade é acompanhado de numerosos adjetivos, como por exemplo; relacional, cultural, política, étnica, contrastiva, colonial, regional. Logo, para compreender a elucubração delineada do termo identidade – e seus respectivos adjetivos – deve-se ter tanto o entendimento da diferença conceitual entre identidade e cultura quanto a regionalização do processo de construção da identidade cultural.

Desse modo, infere-se que a identidade é contrastiva – precede a relação entre *eu* e o *outro* –, ou seja, é um mecanismo de diferenciação, sendo esse o ponto teórico central que diferencia os conceitos de cultura e identidade, pois a cultura é a “grande matriz” que define os contornos de um grupo social. Em outras palavras:

E é o por isso que o papel da cultura não se esgota em sua função diacrítica, enquanto marcadora de identidades nas relações interétnicas. A variável cultural no seio das relações identitárias não pode, assim, deixar de ser considerada, especialmente quando nela estiverem expressos os valores tanto quanto os horizontes nativos de percepção dos agentes sociais inseridos na situação de contato interétnico e intercultural. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 35).

Perante o exposto, vale destacar que nem sempre houve essa compreensão diacrítica entre os termos (cultura e identidade). Roberto Cardoso de Oliveira, na *Introdução* da mesma obra, ressalta a construção cronológica e conceitual discrepante – embora relacional – entre cultura e identidade, descrito em:

Liberta do consenso ortodoxo funcionalista, vigente até meados do século XX, a cultura passa a ser redimensionada em termos semióticos, agora, assumindo-se como uma teia de significados sobre a qual o ser humano se acha suspenso. Esta contribuição de Clifford Geertz na esteira de Max Weber [...]. Com essa concepção de cultura, passa a se impor ao horizonte do antropólogo o reino dos símbolos e a disciplina ganha uma nova dimensão. Porém, essa modernização da teoria antropológica, no que se refere à cultura é discutida como instância empírica de igual relevância que a identidade étnica, ainda que teoricamente continuem separáveis. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 11 - 12).

Ou seja, inferir distinções entre termos e utilizá-los concomitantemente em pesquisas precede um esforço teórico intersticial laborioso, mas igualmente elucidativo.

A exemplificação de Barth – apresentada de forma pedagógica e prática – da diferença, semelhança e relação entre os termos cultura e identidade, sendo a mesma utilizada em Cardoso

de Oliveira¹², explica que um grupo pode manter sua identidade étnica ainda que o processo de aculturação esteja avançado e com bastante mudança cultural, como é descrito na citação:

Mas se a distinção analítica entre identidade e cultura assegura certa autonomia entre as duas instâncias fenomênicas, tal não significa que o conteúdo das relações que ambas mantêm entre si não possa ser descrito empiricamente. Que a identidade possua espessura empírica, particularmente quando a tomamos enquanto fenômeno social – especialmente em sua manifestação étnica –, portanto como realidade observável tal como qualquer formação ideológica (como penso haver mostrado mais de uma vez), também a cultura torna-se um foco passível de descrição, quer vista como representação, quer como portadora de significados vários ou, ainda, como uma dentre as mais diversas modalidades de simbolização. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 36 – 37).

Sinteticamente, a cultura pode existir sem a consciência da identidade, na medida em que as (trans)formações identitárias sejam capazes de manipular ou mesmo modificar uma dada cultura. A identidade, por sua vez, precede um processo de deliberação consciente (ou não), pois depende de uma norma e relaciona oposições simbólicas, forma discursos e manifesta-se, dentre outras formas, como práticas culturais.

A questão que se coloca é: por que transitar em todas essas significações de cultura e identidade? O objetivo é abordar o processo de construção de identidade cultural no Tocantins a partir dos discursos e ações de governo, que se apropria de elementos da natureza local nesse processo. Para tanto, destaca-se que, ao utilizarem os termos identidade ou cultura, os agentes

¹² Vale destacar que as ideias *Ficção Interétnica* (Cardoso de Oliveira) e a de *Fronteira* (Barth) – principais conceitos utilizados para explicar identidade em cada autor, respectivamente – são simultâneas. Isto é, a construção conceitual proposta pelos autores não é apenas contemporânea, mas simultânea.

sociais o fazem transitando desde sua compreensão enquanto “essência/biologizada” até a ideia pós-moderna de “celebração móvel” (HALL, 2006). Para aproximar mais os conceitos do objeto, descrevo o processo de regionalização da identidade cultural.

Deste modo, a identidade cultural, conforme a literatura utilizada nesse estudo, é compreendida como uma maneira de habitar, representar no espaço social com:

[...] traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade, tais como vestuário, a língua, a moradia, ou o estilo de vida [ou ainda] orientações de valores fundamentais – os padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações julgadas. (BARTH, 1998, p. 194).

Destarte, ainda que a significação de identidade cultural esteja delimitada, faz-se necessária uma contextualização, a fim de promover a compreensão do seu processo de regionalização, ou seja, fenômenos que precederam a regionalização da identidade cultural. Para tanto – cronologicamente – foi com o advento da modernidade, entendido a partir de marcos históricos, como as grandes navegações, a expansão territorial, a revoluções industriais e a francesa, a racionalidade e as trocas de mercadoria em grande escala que se cunhara a globalização.

Dentro de uma perspectiva socioeconômica, as trocas de mercadoria possibilitaram a convivência de costumes, línguas e de identidades culturais e étnicas. Atribui-se, então, à racionalidade (enquanto processo de sistematizar língua, moeda de troca, etc.) o fator que tornou possível a relação e conexão dos mercados¹³. No entanto, a globalização só pode ser concebida, em sua íntegra, no século XX.

¹³ Vale destacar que os processos foram complexos e inscritos dentro de uma lógica de dominação dos europeus aos não europeus, uma vasta referência sobre o assunto pode ser encontrada na obra *Epistemologias do Sul*.

Este assunto foi amplamente discutido no final da década de 1970, se estendendo até a década de 1990. Nessas discussões, havia uma perspectiva que apontava para a ideia de homogeneização da cultura em nível mundial, posto que, ao ver as cidades crescendo, a diminuição dos espaços, o surgimento de aparatos tecnológicos e o bombardeando de informações do mundo inteiro, o homem moderno perderia sua identidade cultural e formaria uma identidade única. Entretanto, a realidade do século XXI, demonstra o oposto, o que é elucidado em:

[...] quanto mais a globalização avança, mais se coloca a questão da tradição, da nação e da região. À medida que o mundo fica menor, torna-se cada vez mais difícil se identificar com categorias tão genéricas como Europa, mundo, etc. [...] Na verdade, estamos assistindo no País, junto com a crescente integração, a afirmação dos mais diferentes tipos de identidade. Entre elas, encontram-se as *identidades regionais que salientam suas diferenças em relação ao resto do Brasil*, como forma de *distinção cultural*. (OLIVEN, 2004, p.2, grifo meu).

Conforme as concatenações do antropólogo Ruben George Oliven (2004), observa-se que a globalização faz emergir a construção, reconstrução e o fortalecimento de múltiplas identidades culturais regionais. Uma vez que se trata de um processo relacional e contrastivo, assim sendo, o contato com o *outro* faz ressaltar o que é *eu/nós*. Assim, após esses precedentes, apresento, no próximo subtítulo, algumas características do processo de regionalização da identidade cultural.

2.2.1 Regionalização da identidade cultural

A identidade cultural regional, entendida em seu sentido lato, compreende todos os níveis de manifestações de uma determinada região que caracterize a sua realidade e sua identidade sociocultural, ou seja, o que é específico de cada região (FADUL, 1989).

O processo de regionalização da cultura está ligado à história de um povo, à ocupação e apropriação do território, à relação com o ambiente e à sua fundação econômica, demográfica, social, política e ideológica. Entretanto,

[...] a cultura regional precisa ser tratada de forma dialética, ou seja, observando seus pontos de avanço e retrocesso, de rompimento e continuidade, para não cair no equívoco de ser considerada uma manifestação de ‘autenticidade’, merecedora de conservação em museus e casas de cultura. (DURHAN, 1977, p.33 apud JACKS, 2004, p. 8).

Esse processo (regionalização da identidade cultural) introduz, mantém e transforma os elementos tradicionais, constituindo, desta maneira, a dinâmica própria da identidade cultural, que é modificada tal como a sociedade.

Identidade cultural regional, de modo sinóptico, é aquilo que traduz e representa as características endêmicas de uma determinada região. São manifestações que trazem ao indivíduo a sensação de pertencimento e de identidade (ou seja, que o distingue do outro). Para isso, memória e imaginário, os locais de cultura (e/ou outros espaços de representação) e a formação discursiva são imprescindíveis.

Diante disso, pode-se conceber que a história do lugar precede o processo da regionalização da identidade cultural. No caso do Tocantins, torna-se peculiar devido ao processo de *invenção do Estado* (no imaginário da população) e sua criação, enquanto unidade federativa, pois, ao reivindicar a criação do Estado, o *discurso autonomista* respaldava-se nas diferenças culturais, econômicas, naturais e de paisagem¹⁴ entre a região que hoje é o Tocantins e o centro-sul de Goiás. Assim, a regionalização da identidade cultural do Tocantins, enquanto Estado, foi uma deliberação política.

¹⁴ Paisagem, conforme significação de Simon Schama (1996) dá a natureza, já descrito no início do capítulo.

Entretanto, para não enleiar os assuntos, prescindindo às peculiaridades do Tocantins, por ora, as quais serão retomadas na acepção da regionalização da identidade cultural, destacando, nesse segundo, a importância da formação discursiva ancorada nos meios de comunicação, sendo esses lugares de memória na sociedade contemporânea.

2.3 Meios de Comunicação de Massa, Discurso Midiático e a Identidade Cultural

Após a ascensão dos meios de comunicação de massa a instituição social houve uma transformação e reorganização das interações sociais, as quais, segundo John B. Thompson (2008, p.77), criaram as “[...] novas formas de ação e de interação e novos tipos de relacionamentos sociais”. Afinal, os meios de comunicação de massa promoveram um redimensionamento dos contextos interativos¹⁵ e uma “nova ancoragem da tradição”. Por nova ancoragem da tradição entende-se que a tradição se “desritualizou” se “revestiu de novas características”, “desenraizou-se” (THOMPSON, 2008). Dito de outra maneira,

[...] as tradições transmitidas oralmente continuaram a desempenhar um papel importante na vida cotidiana de muitos indivíduos. E mais, as tradições mesmas foram transformadas à medida que seu conteúdo foi sendo assumido pelos novos meios de comunicação (THOMPSON, 2008, p. 160).

Perante o exposto pode se inferir que, não se restringe somente aos contextos práticos da vida cotidiana, a interação

¹⁵ Para Thompson (2008), são três os contextos interativos, sendo o face a face; o mediado, que se estabelece através do uso de recursos técnicos (a exemplo, o telefone); e o quase mediado, cuja interação ocorre de forma estendida no tempo e no espaço, com mediação dos meios de comunicação de massa. Essa última envolve a produção e recepção de bens simbólicos em larga escala.

expandiu-se e renovou-se. Essa nova ancoragem da tradição não quer dizer que as tradições passem a flutuar, mas que resistirão ao tempo se forem “*reincorporadas* em novos contextos e *reancoradas* em novos tipos de unidades territoriais”. (THOMPSON, 2008, p. 165, grifo do autor).

Diante dessa premissa, destaca-se que os discursos midiáticos na sociedade contemporânea, ancorados nos mais diversos meios de comunicação, ocupam um lugar privilegiado. Isso porque, ao ancorarem a tradição, tornam-se construtores e armazenadores da memória social, conforme explica Enne (2004, p. 114), ao afirmar que os jornais podem receber o status de construtores e/ou legitimadores de lugares de memória, afinal, arquivam e produzem a memória contemporânea. “Assim, não há como não assinalar, nas sociedades contemporâneas, a intrínseca relação entre os discursos midiáticos e a produção da memória (ou como deseja Nora, uma memória que já não é memória espontânea, mas produzida)”.

Desse modo, os produtos da comunicação de massa, por exemplo, os jornais, são fundamentais *na* e *para* a construção de identidades culturais e memórias sociais desde a modernidade, quiçá na contemporaneidade. Afinal, o discurso é um elemento constituinte da memória e a memória, por sua vez, se apresenta por meio de discursos (MALDIDIER, 2003).

Sobre a prática discursiva dos meios de comunicação de massa, há uma dicotômica relação, na qual o discurso midiático legitima-se e é legitimado pelos fatos, uma vez que a “imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência” (NORA, 1988, p. 181).

Em outras palavras, a linguagem constrói termos, por meio dos quais o mundo passa a ser manifestado, representado e rerepresentado. Nesse contexto, o jornal é um suporte para veiculação de linguagens e discursos. Por conseguinte, os vários discursos (econômico, cultural, político, social, etc.) se constroem respaldados em sistemas que se apoderam de conceitos, valores e até mesmo de noções *a priori* simples sobre os fatos cotidianos

(FOUCAULT, 2010). “Uma página de jornal é um reflexo vivo das contradições da realidade social no corte de um dia” (RIBEIRO, 2005, p.107).

Destarte, a narrativa midiática é uma forma de discurso institucional – sendo o jornalismo compreendido como uma instituição – e o seu discurso tende a refletir as relações que ocorrem em uma dada conjuntura socioeconômica e cultural. Desse modo, a construção social da realidade e a (re)significação da identidade cultural perpassam pelo contexto do qual é produto. E, nessa representação social, o discurso jornalístico consiste em narrar o ‘real’ dos fatos, no qual os fatos sustentam a si próprios e o jornalista, dessa maneira, é (em tese) apenas um redator.

Todavia, ao serem reportados, os fatos perpassam a óptica cultural do jornalista e, por conseguinte, os fatos sofrem hierarquização, agregação de valores do indivíduo produtor da reportagem e da editoração do veículo midiático (que é uma empresa) (TRAQUINA, 2012; WOLF, 2003). E é dessa forma que o discurso midiático participa da urdidura “da construção social das identidades e de suas relações de poder” (BAHIA, 2009, p.62). Dito de outra maneira, os meios de comunicação de massa e o discurso midiático funcionam como produtores e armazenadores de memória, além de poderem ser considerados “lugares de memória”, por dar uma “nova ancoragem à tradição” e essa produção é feita por indivíduos e instituições (em seus contextos e com regras tácitas¹⁶). Essa relação – constructo e produto – dos meios de comunicação e da(s) identidade(s) social(is), é o assunto abordado na próxima subseção.

2.3.1 O discurso midiático e a construção social da realidade

As produções dos meios de comunicação e o indivíduo contemporâneo possuem uma relação bidirecional, na medida em

¹⁶ Esses fenômenos podem ser explicados à luz das Teorias do Jornalismo, especificamente, as teorias do Espelho, *Gatekeeper*, *Newsmaking* e *Agenda Setting*, conforme Pena (2012); Traquina (2012) e Wolf (2003).

que a vida pauta a mídia e a mídia pauta a vida¹⁷. E, dessa maneira, há uma projeção de si nos meios de comunicação e uma introjeção dos discursos midiáticos, na qual os indivíduos se apropriam das representações e elaboram outra produção, que pode também ser denominado “consumo” (ADORNO, HORKHEIMER, 2006). Essa elaboração a partir de produtos midiáticos fora exaustivamente significada e analisada nos estudos dos teóricos alemães Theodor W. Adorno (1903 – 1969) e Max Horkheimer (1895 – 1973)¹⁸. Assim, retorna-se à ‘velha’ discussão da notícia como produto, a grande imprensa e a Indústria Cultural.

Entretanto, o historiador francês Michel de Certeau (1925 – 1986), ao escrever a *Invenção do Cotidiano* fala sobre esse fenômeno, quando:

[...] a análise das imagens difundidas pela televisão (representações) e dos tempos passados diante do aparelho (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural ‘fabrica’ durante essas horas e com essas imagens. O mesmo se diga no que diz respeito ao uso do espaço urbano, dos produtos comparados no supermercado ou dos relatos e legendas que o jornal distribui. (CERTEAU, 2014, p. 38, grifo do autor).

Perante o exposto, pode-se afirmar que os meios de comunicação ancoram discursos e outros elementos que subsidiam a construção social da realidade ao representarem e rerepresentarem a realidade aos indivíduos¹⁹ Esses indivíduos, por

¹⁷ Teoria do *Agenda Setting*.

¹⁸ Mais especificamente no capítulo *A indústria Cultural: O esclarecimento como mistificação das massas*, da obra *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*, publicado em 1947, em Amsterdã.

¹⁹ Um estudo interessante sobre como os meios de comunicação de massa constroem realidade pode ser conferido em Nilton Hernandes, na obra *A mídia e seus truques: O que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*, publicada em 2006.

sua vez, produzem realidades a partir dos elementos ancorados no discurso midiático. Todavia, mais do que representação, os meios de comunicação ou “capitalismo editorial” propiciam a criação de uma “comunidade imaginada” e a sensação de “simultaneidade”, pois, “ao mesmo tempo, o leitor do jornal, ao ver réplicas idênticas sendo consumidas no metrô, no barbeiro ou no bairro em que mora, reassegura-se continuamente das raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana.” (ANDERSON, 2008, p. 68).

Desse modo, a imaginação da vida cotidiana, ancorada pelos meios de comunicação de massa, dá uma falsa sensação de unicidade. Ademais, o discurso midiático é um produto cultural, de “caráter ficcional” capaz dar subsídio a invenções de comunidades imaginadas, nas quais há o sentimento de “unicidade” e “simultaneidade” no espaço, no tempo e em nível de nação (imaginada).

Conjungido, os meios de comunicação de massa, com seu *showrnlismo*²⁰, possuem não apenas a capacidade de criar fatos, mas também de criar uma ‘opinião pública’ sobre os fatos que ela mesma gerou²¹, ou seja, uma “colonialização do imaginário”, de modo que:

[...] aparentemente a ‘opinião’ divulgada pela mídia interfere no curso dos acontecimentos, dando a ilusão de que o público foi levado em consideração. Na realidade, os indivíduos permanecem isolados, espalhados pelas mais distintas cidades, regiões, estados e países, sendo

²⁰ Neologismo que parodia e ironiza a cacofonia da palavra (e atividade) jornalismo com ‘*show-rnlismo*’, na obra de José Arbex Júnior (2002), que trata da manipulação de notícia, programação de televisiva e a dramaturgia da telenovela sob uma perspectiva socioeconômica.

²¹ Uma concepção oriunda do Movimento Internacional Situacionista que apresenta o espetáculo da realidade ou “aparência organizada socialmente”, que é representada por meio de linguagem, símbolos e lógica socioeconômica própria. Esse assunto pode ser encontrado na obra *Sociedade do Espectáculo*, do escritor francês Guy Debord (1931-1994), publicada pela primeira vez em 1967.

virtualmente ‘unificados’ pela mídia, mas sem terem exercido qualquer interlocução. É a ‘ágora eletrônica’ que simula a antiga *polis*, onde tudo se debatia. As megacorporações simulam a ágora que legitimará suas próprias estratégias de dominação e controle. (ARBEX, 2002, p. 56, grifo do autor).

Diante dessa elucidação de “pseudoparticipação” e “falsa unidade” criada pelos meios de comunicação, o autor acrescenta ainda que os mecanismos de “participação” geram um “banco de informações” utilizadas, posteriormente, em estratégias de marketing (ARBEX, 2002).

Logo, toda esta conjuntura de construção social da realidade publicizada por meio dos discursos midiáticos também sofre o fenômeno da regionalização. Afinal, é no jornalismo local – o qual registra o cotidiano local – é que se atende a demanda daquele espaço, uma vez que, possibilita o confronto entre os fatos e sua versão midiática de forma mais “natural” (PERUZZO, 2005).

A mídia local, ao publicar informações que retratam as necessidades e interesses da comunidade, propõe uma auto identificação e propulsiona a valoração da cultura local, posto que esse é o assunto em pauta (TEIXEIRA, 2002).

Para Bahia (2009, p. 11), é no jornalismo regional/local que “[...] ficam gravados os fatos que servirão como marcos da história social, política, econômica, artístico e cultural destas cidades, seus costumes e tradições, suas lideranças e personalidades de destaque.”

Acrescenta-se que, em se tratando de mídias regionais, o *jogo narcísico*²² tem maior possibilidade de atrair o espectador que se identifica com o produto midiático. Sendo assim, nesse momento, propõe-se desenredar a relação do jornalismo local

²² Termo utilizado por José Arbex Junior, em *Telenovela ou domesticação do imaginário*, para descrever a auto-identificação do telespectador com o personagem representado.

com identidade cultural regional, já enveredando para o *espaço* desse estudo, no caso, o Tocantins.

2.4 Jornalismo Local e Identidade Regional: o caso do Tocantins

Uma vez compreendida a participação dos meios de comunicação de massa e do discurso midiático na construção social da realidade e no processo de formação da identidade cultural regional, desenleamos as peculiaridades dessa relação no contexto tocantino.

No Tocantins tem-se uma relação que vem desde a *invenção do Estado* às (re)construções do cotidiano. Lembrando que as tradições inventadas têm o intuito de arraigar certos “valores e normas de comportamento” e, para tanto, repetem o fato a ponto de criar uma sensação de “continuidade em relação ao passado histórico apropriado.” (HOBSBAWM, 2012, p. 8). Isso porque “inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta.” (HOBSBAWM, 2012, p. 11-12).

Desse modo, antes e durante o processo de *invenção* dessa nova unidade federativa, o Tocantins, a mídia regional apresentava narrativas a favor da emancipação política do norte de Goiás (diferente das narrativas midiáticas de veículos de âmbito nacional). Os textos da mídia local “retomavam os mitos políticos tocantinenses, reatualizavam antigos personagens e personificavam heróis, o jornal ‘O Popular’ contribuiu para a elaboração de um espaço de representação e alimentava os universos consensuais dos sujeitos [...]” (RODRIGUES, 2008, p. 130).

Os espaços de representações foram construídos concomitante às (re)invenções dos mitos políticos do norte goiano, a fim de *apresentar* a tocaninidade aos nortenses e dar subsídio às articulações políticas, ou seja, trata-se de processos de legitimação. Assim, os jornais participavam da urdidura do sentimento de pertença baseado na diferença *nós* (tocantinenses) e *outros* (goianos). Uma tessitura que projetava – não exatamente –

o que era o tocaninense ou a forma tocaninense de ser no mundo, mas reafirmava que o tocaninense não era goiano (ver figura 1).

Figura 1 – Fotografia: Tocantinense não é goiano



Fonte: Cavalcante (2003, p. 138) – acervo particular de Dr. Feliciano Machado Braga, Porto Nacional, 1956

Diante disso, percebe-se que a ideia de *tocantinidade* foi (e está sendo) construída sob a premissa da conjunção de elementos como uma linguagem regionalista e mitos ritualizados, os quais são reatualizadores da história. Processo esse que *nomeia* arbitrariamente herdeiros, porta-vozes do povo e “guardiões de memória”²³, recriando e repetindo a história do Tocantins, por meio dos símbolos, dias festivos, datas comemorativas²⁴ e, dessa

²³ O termo guardião da memória abarca as características de ser um narrador privilegiado da história de um grupo a que pertence e está autorizado a falar. “Ele guarda/ possui as ‘marcas’ do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros grupos (vivos e mortos) [...]” (GOMES, 1996, p. 7).

²⁴ Pollak (1992) afirma que as memórias são construídas e as datas oficiais também são construções políticas. Outras inferências sobre a construção de memória são apresentadas no Capítulo 4.

forma, realimentando o imaginário em eventos ancorados pelos meios de comunicação, de modo que:

Nessa linha de interpretação, podemos afirmar que era necessário apresentar aos tocantinenses elementos identitários que o diferenciassem do goiano, como um dos caminhos para se alcançar o apoio popular a esta questão. A invenção de símbolos e representações como a bandeira, o hino, a poesia e literatura tocantinenses, entre outros, foram fundamentais nesse processo. (RODRIGUES, 2008, p.38).

Pelo exposto, os elementos identitários foram apresentados aos tocantinenses utilizando, dentre outras maneiras, os meios de comunicação de massa. Desse modo, o jornal, enquanto produto midiático, deixa de ser concebido apenas como suporte e aparece como um dispositivo, segundo as novas orientações da semiologia dos discursos sociais (FACCIN, 2008).

Nesta conjuntura, o jornal é portador de (e) uma voz coletiva (de certo grupo) e, dessa maneira, constitui-se também como um sujeito semiótico (LANDOWSKI, 1992).

Desse modo, ao partir do pressuposto que esta relação – entre os meios de comunicação e a identidade cultural – acontece em vários níveis como, por exemplo: nacional (ORTIZ, 2006), em unidades federativas (BAHIA, 2009), municipal, bairros e até em grupos sociais (PERUZZO, 2005), os meios de comunicação também se relacionam com identidades étnicas, classes sociais, econômicas e outras, mas, neste estudo, a proposta é balizar essa relação regionalmente, ou seja, na construção e reconstrução da identidade cultural tocantinense.

Assim, na construção histórica do Estado do Tocantins, essa relação foi iniciada em 1830, com a publicação de um artigo no jornal impresso *Matutina Meiapontense*, primeiro veículo midiático impresso do Centro do Brasil, editado em Pirenópolis (GO) (TEIXEIRA, 2003).

Nos quadros 2 e 3, há uma cronologia dos jornais existentes no antigo norte goiano, hoje, Tocantins. Vale lembrar que o primeiro jornal da capital tocaninense, Palmas, foi o *Jornal do Comércio do Tocantins* (abril/1991) e o segundo foi o jornal *Correio Tocantinense*, de setembro de 1991 (TEIXEIRA, 2003)²⁵.

Quadro 1 – Cronologia dos Jornais do Antigo norte goiano (1830 -1910)

Veículo	Ano de criação
<i>O Correio Oficial de Goiás</i>	1837-1855
O Tocantins	1855 -1857
<i>Alto do Tocantins</i>	1860
<i>Alto Araguaia</i>	1866
O Goyano	1846
<i>Folha do Norte</i>	1891
<i>O Incentivo</i>	1901
<i>Norte de Goyaz</i>	1905

Fonte: Extraído de Silva (2003) e Teixeira (2003).
Org.: Anjos (2015).

²⁵ Havia (há) uma relação tão intrínseca entre a história do Tocantins e os meios de comunicação local que, até hoje, durante os períodos de eleição, vê-se diversos jornais *surgirem*, ligados a grupos políticos (OLIVEIRA, Joana, 2012). Além disso, nos primeiros anos de Palmas, alguns produtos midiáticos foram criados e eram ligados à figura de Siqueira Campos – primeiro governador do Estado do Tocantins (CAMPOS, 2008).

Quadro 2- Cronologia dos Jornais do Antigo Norte Goiano (1920 – 1960)

Veículo	Ano de criação	Cidade	Jornalista responsável
<i>Democrata</i>	1920 - 1960	Goiás Velho	-
<i>Revista Informação Goyana</i>	1917-1935	Rio de Janeiro (confeção)	Henrique Silva
<i>O Tocantins</i>	1920	-	Capitão Felipe Cardoso
<i>A Tarde</i>	1921	-	-
<i>A Tarde</i>	1940	Carolina (MA)	Catão Maranhão
<i>A Voz de Gurupi</i>	1940	Gurupi	Antônio Andrade
<i>O Araguatins</i>	1946	Araguatins	-
<i>Ecos do Tocantins</i>	1951	Pium	Trajano Coelho
<i>A Norma</i>	1953	Porto Nacional (impresso em Pium)	Oswaldo Ayres
<i>O Estado do Tocantins</i>	1956	Porto Nacional	João Mattos
<i>Anuário do Tocantins</i>	1957	Pium	Trajano Coelho
<i>A Voz do Norte</i>	1960	Colinas do Tocantins	Siqueira Campos (então vereador)

Fonte: Extraído de Silva (2003) e Teixeira (2003)

Org.: Anjos (2016).

Em remate, neste capítulo, a proposta foi percorrer algumas significações conceituais dos termos cultura e identidade (e seus respectivos adjetivos) e a ancoragem e participação dos meios de comunicação de massa na construção social da realidade, no intuito de respaldar a análise da apropriação de elementos da natureza na construção de discursos e ações governamentais para construção de identidade cultural tocantinense/palmense ancorados em veículos midiáticos. Conforme retratado, a história do Tocantins, um estado recentemente criado/inventado, torna-se peculiar, principalmente

no que se refere aos processos de construção de memória e imaginário coletivos (elementos constituintes da identidade cultural). Para tanto, no próximo capítulo, há um convite para percorrer o dinâmico processo de invenção do Tocantins e a construção da planejada cidade de Palmas, a capital, apresentando algumas narrativas não oficiais e oficiais também, afinal, tem-se que partir de um *lugar*.

PALMAS: UMA CIDADE DO TEMPO AUSENTE

“[...] tudo que se imprime em termos de simbologia é passível de não resistir ao devir, primeiro, porque esses símbolos identificam os seus construtores, ou seja, remete-se ao personalismo político que causa mais insatisfação e ironia do que aceitação social da imagem.”
(SILVA, 2008, p. 53).

Em menos de um ano desde a criação do Tocantins, nasce *a última cidade planejada do século XX*. Frases semelhantes a essa ocupavam manchetes em jornais de circulação nacional, regional e principalmente, local²⁶ fazendo alusão à criação de Palmas, capital do novo Estado da federação; o Tocantins.

A cidade concreta (de parâmetros modernistas e pós-modernistas), fundada em 20 de maio de 1989, após aprovação do projeto de lei que a criava como capital definitiva do Estado, logradouro da sede do governo estadual do Tocantins, é o tema central deste capítulo.

Assim, intento situar de forma breve e pontual a história que precedeu seu pouco mais de um quarto de século. Dessa forma, esse capítulo busca sintetizar os 179 anos desde a primeira manifestação oficial pró-emancipação do norte do Estado de Goiás à criação do Tocantins e sua capital: a Palmas de concreto e a cidade projetada no imaginário.

Tracejar considerações históricas da criação do Tocantins – ou melhor, do antigo norte goiano dos séculos XIX-XX – torna-se justificável, nesse estudo, pelo fato de serem retomados

²⁶ Um estudo mais aprofundado sobre a representação do espaço tocantinense na mídia nacional/ regional pode ser encontrado na tese de Jean Carlos Rodrigues (2008, utilizada ao longo desta pesquisa) e, mais especificamente, sobre a imprensa e a literatura em: *Representações da Identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989 – 2002)*, de Ana Elisete Motter (2010).

na construção do discurso autonomista da década de 1980 e, posteriormente, costurados com outras histórias na construção de Palmas e expressas em seus monumentos, os quais são considerados “uma memória para o futuro” (SILVA, 2008).

3.1 Movimentos Separatistas e a *Invenção do Tocantins*

A história da região que hoje recebe a delimitação político-geográfica do Estado do Tocantins foi iniciada na primeira metade do século XVIII, com o povoamento e ocupação econômica com base na exploração aurífera²⁷ (PARENTE, 2007). Todavia, nesse capítulo serão pontuados apenas os fatos que foram retomados – portanto, ritualizados e a reatualizados – no discurso do terceiro movimento separatista em 1981-1988, os quais contribuem para a formação da identidade cultural regional (oficial) do Tocantins e de Palmas. Sendo assim, por serem escassas as obras que tratam do Tocantins, a referência historiografia desse trabalho é a elaborada por Maria do Espírito Santo Cavalcante (2003).

Dentro desse recorte têm-se, no século XIX, um marco da luta da emancipação do norte goiano, mais especificamente em 1809, quando o príncipe regente Dom João VI decreta o Alvará de 18 de março, que divide a Capitania de Goiás em duas comarcas (a do Sul e a do Norte) e nomeia o português Joaquim Theotônio Segurado (1775 – 1831) como ouvidor da Comarca do Norte (CAVALCANTE, 2003).

Na segunda década do século XIX, concomitante ao processo de independência do Brasil, o ouvidor Joaquim Theotônio Segurado declara a independência da Comarca do Norte em relação ao sul, apoiado por um pequeno grupo de

²⁷ A ascensão e decadência da Era do Ouro, no norte goiano, duraram cerca de 50 anos, mais especificamente na primeira metade do século XVIII, com auge na década de 1720. Entretanto, as altas taxas tributárias drenaram o ouro (aluvional) para fora da região. Assim, embora o povoamento da região tenha ocorrido devido ao (curto) ciclo do ouro, a base econômica era de subsistência (PARENTE, 2007).

autoridades da região. O ouvidor português lança o *Manifesto da Criação da Província da Palma*:

Habitantes da comarca de Palma! É tempo de sacudir o jugo de um governo despótico; todas as províncias do Brasil têm nos dado esse exemplo; os nossos irmãos de Goiás fizeram um esforço infrutífero, ou por mal delineado, ou por ser rebatido por força superior, eles continuam na escravidão, e até um dos habitantes dessa comarca ficou em ferros. Palmenses, sejamos livres e tenhamos segurança pessoal; unamo-nos e principiemos a gozar as vantagens que nos promete a constituição. [...]. Palmenses, ânimo e união! O governo cuidará de vossa felicidade. Viva a nossa santa religião, viva Senhor Dom JoãoVI, viva o Príncipe Regente e toda casa de Bragança, viva a Constituição que se fizer cortes reunidas em Lisboa. (LACERDA, 1970, p. 23 apud CAVALCANTE, 2003, p. 44).

O movimento buscava a autonomia do norte, afirmando que havia uma exploração e descaso do centro-sul de Goiás, que, por sua vez, sediava Vila Boa, a capital da Capitania e, desta forma, estava geograficamente mais perto da Corte, possuindo mecanismos para usurpar riquezas que, de direito, pertenciam à Comarca do Norte (CAVALCANTE, 2003).

Vale destacar que o Manifesto demonstra que Joaquim Theotônio Segurado, embora quisesse a autonomia da Comarca do Norte, não promovia uma ruptura com a monarquia portuguesa e nem (diplomaticamente) com o príncipe regente ou com as Cortes Reunidas que, em Lisboa, reivindicavam o retorno de Dom João a Portugal²⁸.

²⁸ Sobre as Cortes Constituintes, vale ressaltar que: “As reuniões de Cortes faziam parte da tradição monárquica portuguesa. Referiam-se ao encontro de representantes das três ordens de origem medieval: clero, nobreza e povo. No entanto, deixaram de ser convocadas desde 1698. As Cortes Constituintes de 1821 e 1822 despertam interesse em razão de sua particularidade frente a essa conduta política: embora reivindicassem a tradição portuguesa, alinhavam-se à tendência liberal do século XIX e pretendiam um caráter constituinte para os

Desse modo, o movimento de autonomia do Tocantins revelou-se frágil, durando pouco mais de um ano e meio, pois, suas lideranças, em função de interesses pessoais e diferentes posicionamentos políticos, principalmente, em relação ao apoio ou não ao movimento de independência do Brasil, não conseguiram efetivar o intento (CAVALCANTE, 2003).

Assim, em 7 de setembro de 1822, D. Pedro I declarou a independência do Brasil e, no ano seguinte, especificamente, em 23 de junho de 1823, *termina* o movimento separatista, pois uma Portaria do ministro e conselheiro José Bonifácio proíbe: “[...] a multiplicidade de Governo em uma mesma Província. Assim, considerava ilegítima a administração do Norte.” (CAVALCANTE, 2003, p. 43). Houve outras propostas separatistas no decorrer do século XIX²⁹, mas deixemo-las, por ora e adentremos ao século XX.

Sendo assim, antes da Constituição Federal de 1988, que cria o Estado do Tocantins, outros movimentos requereram o desmembramento do norte de Goiás como, por exemplo, a formação discursiva nortense, respaldados na *marcha para o oeste* do governo de Getúlio Vargas, que era:

seus trabalhos, clamando pela soberania da nação. Eram resultado da Revolução de 1820, iniciada no Porto, que exigia o retorno de D. João VI a Portugal, e dirigiam-se, portanto, a um rei distante da Europa desde 1808. Diferentemente de reuniões anteriores, incluíram a presença de 45 deputados eleitos no Brasil.” (BERBEL, 1998, p. 190). Mais informações sobre o assunto em *Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22*, de Márcia Regina Berbel (1998).

²⁹ Sinteticamente, em 1860, houve a proposta de separação do norte goiano e a criação da Província de Boa Vista do Tocantins, cuja capital seria Vila Boa Vista (atual Tocantinópolis). A proposta fora apresentada por Visconde de Taunay, na condição de deputado pela Província de Goiás. E, em 1889, fora apresentado o projeto de Fausto Souza, “para a redivisão do Império em 40 províncias, constando a do Tocantins, na região que compreendia o norte goiano.” (RODRIGUES, 2008, p. 108).

A ocupação do Centro-Oeste [que] marca o andar em direção ao centro-oeste-norte para o interior do país. A construção de Goiânia (1933-1937) representa o início da intensa ocupação do Sul de Goiás e do Planalto Central, fortalecida com os programas oficiais da Marcha para o Oeste (1938) e com a mudança do centro de decisões políticas para uma região interiorana, mais especificamente para Brasília (1960). (OLIVEIRA, 2012, p. 56).

Concomitante à construção de Goiânia houve a proposta de desmembramento do norte de Goiás, pelo major brigadeiro Lyzias Augusto Rodrigues, nos anos 1940, quando traçou uma rota aérea que integrava o Tocantins ao resto do País. Posteriormente, conforme Oliveira (2012), a própria construção de Brasília propulsava a emancipação do norte goiano.

Em suma, a construção de Brasília catalisou, ao invés de esvaziar, o discurso autonomista do norte goiano, conforme matéria veiculada em mídia nacional³⁰, que entrevistou o jurista Feliciano Machado:

O Estado do Tocantins é uma consequência e um complemento lógico da mudança da capital federal para Brasília. Pensa-se com determinação na construção de uma, mas não relega-se a segundo plano a estruturação jurídica do outro. Compreende-se a oportunidade de ambos. O Estado do Tocantins vem corroborar tudo aquilo que Goiás pregou, ou seja, a interiorização da civilização, fixação do homem ao solo, marcha para o oeste, e ainda, a valorização e defesa da Bacia Amazônica (CAVALCANTE, 2003, p. 83).

Outro discurso, este pronunciado na tribuna do Legislativo pelo deputado Paulo Malheiros, afirmou que a ideia autonomista do norte goiano era que:

³⁰ O Globo25/09/1958 citado por Cavalcante (2003, p. 83).

[...] ‘todo o povo do Norte goiano desde que é Norte’. [...] Advertia para o fato de a criação do Estado do Tocantins e a construção de Brasília serem ‘idéias-irmãs [sic], gêmeas, que nasceram numa mesma época, em 1823, como objetivo de transplantar a civilização para o interior do Brasil. Assim, ambos se completariam e concorreriam para uma mesma finalidade: a interiorização do progresso.’ (O ESTADO DO TOCANTINS, 1957 apud CAVALCANTE, 2003, p. 91).

Assim, compendia-se o segundo momento da construção do discurso autonomista do norte de Goiás, que fora iniciado com Lysias Rodrigues, em 1940, e continuado pelo jurista Feliciano Machado (1956 – 1960). Esse último, junto a outros líderes do município de Porto Nacional, criou o *Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins*, que fora lançado em 13 maio de 1956.

No dia 20 de maio do mesmo ano, cerca de 500 pessoas participaram de uma passeata pró-criação do Estado do Tocantins, inclusive com a presença da liderança religiosa Dom Alano, que era Bispo de Porto Nacional. (CAVALCANTE, 2003; RODRIGUES, 2008) (ver Figuras 2 e 3).

Figura 2 – Fotografia: Passeata do Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins, em 1956 – Porto Nacional (TO)



Fonte: Cavalcante (2003, p. 138 e 58 – respectivamente fotografias A e B) – acervo particular de Dr. Feliciano Machado Braga, Porto Nacional, 1956

Na mesma data, 20 de maio de 1956, o aeroporto do município foi inaugurado e os manifestantes colocaram uma faixa com os dizeres: ‘Viva o Estado do Tocantins’. Assim, os passageiros ao desembarcarem no [então] norte do Estado de Goiás eram ciceroneados com a afirmação da faixa (ver Figura 3).

Figura 3 – Fotografia: Faixa Colocada no Aeroporto de Porto Nacional, no Dia de sua Inauguração – 1956



Fonte: Cavalcante (2003, p. 12) – acervo particular de Dr. Feliciano Machado Braga, Porto Nacional, 1956

Nos anos seguintes (1956-1960), as lideranças continuavam se reunindo, como símbolos do movimento criaram o *Palácio 20 de Maio* e uma bandeira. A bandeira tinha 13 listras horizontais alternadas em verde e branco, transversalmente escrito na cor branca a palavra: “VELO”, significando que o novo Estado, no caso o Tocantins, velaria pelos interesses da nação, da bacia amazônica e dos moradores do antigo norte-goiano (ver Figura 4).

Figura 4 – Fotografia: Palácio 20 de Maio



Fonte: Cavalcante (2003, p. 104) – acervo particular de Dr. Feliciano Machado Braga, Porto Nacional, 1956

Já o terceiro momento de luta para a emancipação do norte de Goiás fora iniciado em 1981, com a criação da Comissão de Estudos do Norte Goiano (Conorte) que, segundo o seu presidente, Joacir Camêlo Rocha, era “uma entidade civil da nova unidade federativa”. Rocha considerava a Conorte uma espécie de continuidade da Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog)³¹. Sobre o papel da Conorte pode-se afirmar que:

³¹ A Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog), no período de 1959 a 1968, existiu como apoio aos estudantes que saíam do Norte de Goiás para estudar no centro-sul do Estado, mas também era uma organização política de mobilização e conscientização. Os estudantes realizavam congressos e reuniões. Entretanto, com o Ato Institucional N°5, a Cenog “entra na clandestinidade”, então e deixa de existir. Mais informações sobre a importância da Cenog no movimento de emancipação política do Estado do

A CONORTE teve um papel fundamental na época mais recente de criação do Estado do Tocantins, porque ajudou a conscientizar esse povo, ajudou a lutar por esta causa e automaticamente a mobilizar a nossa sociedade. As classes da região Norte se uniram e a CONORTE teve um papel fundamental de agregar todos aqueles que haviam saído do Norte e se encontravam em Goiânia, Brasília e em outros Estados para que todos estes dessem a sua contribuição, sua colaboração nessa luta pela criação do Estado do Tocantins. Todos alvejavam a criação do Estado, porque tinham aqui os seus parentes, familiares e o amor pela Região Norte, em ver essa Região emancipada e desenvolvida. Eu acho que a CONORTE foi fundamental nesse processo.’ (CAVALCANTE, 2003, p. 110).

Assim, com a participação de agentes sociais, políticos e lideranças (re) construía-se o *Discurso Autonomista do Tocantins*, reatualizando seus heróis. Segundo Cavalcante (2003, p. 184): “a aspiração de autonomia reivindicada nos anos 1980 por lideranças nortenses evocava o passado como referência que legitimava as ações desses homens no tempo presente.”.

Desse modo, o discurso da Conorte, em um primeiro momento, se pautou nas diferenças e contradições políticas, econômicas e sociais do movimento divisionista do século XIX, escolhendo assim, o que do passado seria rerepresentado e, logo, ressignificado, conforme demonstra Oliveira (2002, p. 17), ao afirmar que o movimento tomava como referência o período de 1821 a 1823, o qual, sob a liderança do ouvidor português Joaquim Theotônio Segurado, reivindicava a emancipação política do norte goiano. “A reafirmação desse movimento feita pela Conorte nos anos oitenta, por meio dessa repetição quase obrigatória, transformou-o numa valiosa marca da ‘tradição’.”

Tocantins podem ser encontradas na obra: *O sonho de uma geração: o movimento estudantil em Goiás e Tocantins*, de Jocyléia Santana dos Santos (2007).

Afinal, era preciso primeiro criar o Estado do Tocantins no imaginário coletivo da população nortense e, em seguida, desenvolver estratégias de constituí-lo legalmente. “As intervenções reproduziam uma identidade simbólica direcionada para a construção da autonomia política do norte de Goiás no querer da população, por meio da construção de um imaginário caracterizado no desenvolvimento regional [...]”. (OLIVEIRA, 2012, p. 8). Somado a isso as lideranças nortenses e a imprensa local conjungiram formando um discurso do desenvolvimento e da identidade regional³² pró-criação do Estado do Tocantins, o qual fora amplamente publicizado. Entretanto, havia opiniões que não eram a favor:

As manifestações contrárias à criação do Estado do Tocantins foram pouco expressivas na imprensa, fato criticado pelo escritor Bernardo Élis que, em artigo publicado na Revista Presença, afirmou que o *novo Estado era uma invenção da Organização Jaime Câmara e reivindicou*: ‘que os mesmos espaços [...] ocupados em seus jornais pelos que defendem a destruição da unidade goiana, também sejam abertos aos que defendem a sua integridade, coisa que não tem acontecido’. (O POPULAR, 1986 apud CAVALCANTE, 2003, p. 173, grifo meu).

Conforme a crítica do escritor Bernardo Élis, em citação, houve pouca divulgação das manifestações contrárias à criação do Estado do Tocantins, ao menos na mídia regional³³. Somado a

³² Ou seja, havia um esforço *para* e *na* construção de um sistema simbólico, no qual se procurava diferenciar o nortense, por meio de marcas simbólicas de diferenciação em um processo relacional e contrastivo: *Eu/Nós* e *Outro*, conforme sistema exposto no Capítulo 2. As marcas, nesse caso, respaldavam-se tanto na natureza, forma de ser, de falar e até nas articulações políticas.

³³ Na tese: *Estado do Tocantins: política e religião na construção do espaço de representação tocantinense*, de Jean Carlos Rodrigues (2008), demonstra como a mídia regional participou de maneira favorável a criação do Estado, enquanto a mídia de circulação nacional veiculava matérias contrárias a criação do Tocantins, a partir de um discurso da inviabilidade econômica.

isso, havia uma conjuntura que propiciava a criação do Estado, de modo que:

Enquanto eram tecidas as alianças partidárias para se garantir o espaço político do próprio partido, durante o encaminhamento do projeto na Constituinte, a imprensa em Goiás e o Comitê Pró-Tocantins trabalhavam para mobilizar a opinião pública mediante consulta de opinião, realizada inicialmente em Goiânia, e coleta de assinaturas para a emenda popular a ser apresentada à Constituinte (CAVALCANTE, 2003, p.148).

E assim se consolida, no século XX, o processo de criação do Estado do Tocantins, especificamente na Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1º de fevereiro de 1987, que dera origem à Constituição Federal. Assim sendo, as incertezas institucionais vivenciadas no Brasil durante o período de governo militar – instaurado com o golpe de 31 de março de 1964 – chegavam ao fim com a promulgação da Nova Constituição, em 5 de outubro de 1988. A Carta Magna também versava sobre a nova divisão política-territorial da Federação³⁴. Desse modo, Roraima, Amapá e Rondônia tornaram-se estados autônomos e, pelo artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, o Estado do Tocantins fora criado e incorporado à região Norte³⁵.

³⁴ Sobre a nova política de divisão territorial pode ser conferida em: *Impacto da criação de pequenos municípios após a Constituição de 1988 sobre a repartição de recursos do FPM*, de Cristina Thedim Brandt (2008) e também em: *A criação de municípios após a Constituição de 1988*, de Fabricio Ricardo de Limas Tomio (2002).

³⁵ Em síntese o deputado José Wilson Siqueira Campos, relator da Subcomissão dos Estados da Assembleia Nacional Constituinte, aprova em primeiro turno – 01/06/1988 – o artigo 15 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que tratava da criação do Estado do Tocantins. Em 27/07/1988 tem-se a aprovação (em segundo turno). Já em 2/09/1988 a votação e aprovação, também em segundo turno, de uma ementa que propunha o desmembramento do Estado do Goiás e a criação de um novo Estado (o Tocantins) sem a necessidade de plebiscito. Além disso, essa ementa propunha *eleições diretas* para a nova unidade federativa. (RODRIGUES, 2008).

Uma vez criado o Estado do Tocantins, se inicia outro processo que, *a priori*, discutia como seriam as primeiras eleições na nova unidade federativa. Desse modo, após diversos acordos e respaldados pelo curto espaço de tempo – para realização de eleições diretas – decide-se pela eleição indireta (CAVALCANTE, 2003; OLIVEIRA, 2012).

Assim:

Asseguradas as eleições [in]diretas, esvaziaram-se os rumores ‘de que o autor da emenda que criou o Estado do Tocantins, deputado Siqueira Campos, teria recuado da proposta de eleições diretas para o primeiro Governador do novo Estado’. No entanto, Siqueira Campos continuaria a insistir no pacto com as lideranças da região em torno da escolha do candidato único a Governador, defendendo: ‘o governo de coalizão deixará os políticos mais preparados para enfrentar os desafios da instalação de um Estado.’. (CAVALCANTE, 2003, p. 161).

Entretanto, o deputado Siqueira Campos, ao insistir no pacto político da escolha de um único candidato ao governo para as primeiras eleições, colocava *seu nome à disposição*, de modo que com a “[...]” certeza de eleições no novo Estado antecipou a campanha de Siqueira Campos ao Governo do Tocantins que, em julho, deflagrou o processo eleitoral nos 60 municípios do Norte goiano [...]” (CAVALCANTE, 2003, p. 162).

Dessa maneira, após 40 dias da criação do Estado do Tocantins foram realizadas as primeiras eleições, nas quais escolheram o governador e os deputados desta nova unidade federativa. José Wilson Siqueira Campos e Darcy Coelho, juiz federal aposentado, foram escolhidos como os novos governador e vice-governador, respectivamente. Além desses, três senadores, oito deputados federais e 24 deputados estaduais formavam o primeiro grupo político eleito no Tocantins (CAVALCANTE, 2003).

Os primeiros anos do Tocantins são descritos por Oliveira (2012, p.62), da seguinte maneira:

Em relação à capital, a primeira estratégia do governo do Estado foi arrefecer a pretensão dessas cidades com a criação de uma sede administração provisória do Estado. A segunda estratégia foi escolher uma cidade para ser a capital provisória, *fora do eixo das que reivindicavam a condição de capital*, a terceira estratégia foi colocar a capital definitiva na margem direita do Rio Tocantins. Nestes espaços, a organização dos fazendeiros era menor, a correlação de forças fragmentadas e os valores dos terrenos eram baixos em relação às terras próximas da rodovia BR-153. Assim, a capital foi estrategicamente colocada no território do recém-emancipado Município de Taquaruçu (grifo meu).

Conforme exposto, pode-se inferir que, estrategicamente, a cidade de Miracema do Norte (78 km de Palmas) foi renomeada para Miracema do Tocantins e designada como capital provisória do Estado até que uma nova fosse construída³⁶. Assim, um ano após a promulgação da Constituição Federal, a Assembleia Estadual Constituinte reuniu-se em Miracema do Tocantins a fim de criar a Constituição Estadual. Desse modo, em 26 de julho de 1989, a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprova o projeto de lei que cria a cidade de Palmas – capital definitiva do Estado³⁷, logradouro da sede do governo estadual³⁸, em 1º de janeiro de 1990, a capital foi instalada.

³⁶ As lideranças políticas das cidades de Porto Nacional, Araguaína e Gurupi, reivindicavam que a capital do Tocantins fosse sediada em um desses municípios. Vale destaca-se que cada cidade apresentava justificativas para sua reivindicação, assim Araguaína e Gurupi alegavam o desenvolvimento econômico e Porto Nacional reivindicava sua importância histórica e política. (OLIVEIRA, 2012).

³⁷ Lei Ordinária nº 70 de 26 de julho de 1989, publicado no Diário Oficial nº 16 (TOCANTINS, 1989).

³⁸ A criação da capital, Palmas, precedeu a uma articulação política, na qual se desmembrou o povoado de Taquarussu do Porto (ex-povoado de Taquarussinho) elevando-o, por meio da Lei Estadual nº 10.419, de 01 de janeiro de 1988 à categoria de município (GOIÁS, 1988). No ano seguinte “pela Resolução n.º 28, de 29-12-1989, o município de Taquarussu do Porto,

Em suma, foram 179 anos de manifestações, movimentos e lutas até a criação do Estado, entretanto o desfecho não coroa a nenhuma cidade do (recém) ex-norte goiano como capital na nova unidade federativa, pois, o ‘criador’³⁹, José Wilson Siqueira Campos, opta por construir uma cidade. Vale destacar que “uma nova cidade é acima de tudo um forte símbolo e um instrumento político.” (REIS, 2010, p. 4).

Conforme exposto, o primeiro grupo político eleito pertencia, em sua maioria, a uma mesma base política – o grupo nortense. Assim, aprova-se o projeto de construção de Palmas e Siqueira Campos *escolhe* o local à margem direita do Rio Tocantins para erguê-la:

Com essa maioria, instituiu-se uma gestão independente por não ter uma oposição que oferecesse resistências aos seus projetos de governabilidade. Assim, Siqueira Campos conseguiu aprovar todas as matérias de seu interesse, inclusive o projeto de criação de Palmas. (OLIVEIRA, 2012, p.63).

Ante a essa realidade, pode-se coligir que houve uma conjuntura de fatores que propiciaram a criação do Estado enquanto unidade federativa e também sua invenção no imaginário da população do norte goiano, além dos fatos

foi extinto, (mudança de Sede), passando o município a chamar Palmas e Taquarussu do Porto a condição de distrito do município de Palmas.” (IBGE, s/d, texto eletrônico). Assim, o prefeito do extinto município de Taquarussu do Porto, Felelon Barbosa (do Partido Socialista Brasileiro, mesmo partido do [então] governador do Estado, José Wilson Siqueira Campos), se torna prefeito do município de Palmas. Rinaldo Campos (2008, p. 183) satiriza a estratégia política que *conduziu* Felelon Barbosa à prefeitura de Palmas, ao dizer que fora: “Dessa maneira, Felelon Barbosa Sales, até então prefeito da minúscula Taquaruçu, passou a administrar a Capital do Estado e, juntamente com os nove vereadores, entrou para história como o eleito para pedalar uma bicicleta e acabou pilotando um Boeing.”

³⁹ Batizar-se como criador do Estado é uma característica presente nos diversos discursos proferidos pelo político Siqueira Campos, desde a *invenção do Tocantins* ao seu último mandato (2011-2014).

deliberadamente construídos expressos em representações, a exemplo o sobrevoo da região para escolha do local no qual se instalaria a capital (ver Figura 5).

Figura 5 – Sobrevoou do Local Escolhido para Construção da Capital do Estado do Tocantins⁴⁰ pelo Governador José Wilson Siqueira Campos (1989).



Fonte: Marques (1989) – cedida pelo Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

⁴⁰ Segundo Pires (2008, p. 38), uma caravana formada por Siqueira Campos, a [então] primeira-dama senhora Aurenny, Luiz Cajazeira e dona Lúcia Cajazeiras, as secretárias Lucy e Delsita sobrevoaram, em janeiro 23 de janeiro de 1989, a região das fazendas Suçuapara e Triângulo – à margem direita do Rio Tocantins. Assim, ao avistar uma pequena colina, Siqueira Campos: “Imediatamente decidi ser aquele o local onde mandaria construir o Palácio Araguaia, centralizando-o na Praça dos Girassóis, na confluência das avenidas Joaquim Theotônio e Juscelino Kubitschek de Oliveira”. Todavia, em contraposição a esse *messiânico ato de escolha*, a narrativa de Hevercino Barros, descreve que o local onde seria construída a capital do Tocantins já estava escolhido, nos idos de 1949-1950. “De 49 para 50, eu voando em cima do Lajeado prá Canela, onde hoje é a Capital do Tocantins, o tenente-coronel Dilermano, que veio naquela época fazer a vistoria do avião disse: ‘eu não quero abusar de sua amizade mas eu quero fazer um vôo em cima da pista de Canela, que eu não conheço’. Eu disse: ‘já passei nela, um colosso, 1.2000 metros que é um estouro. Mas nós vamos dar um voozinho lá em cima... vamos embora?’. Botei ele no meu avião e, quando chegou aqui em cima do Canela, ele disse: tá ótimo não precisa nem pousar... [...] mas eu vou lhe fazer *uma revelação: ‘cria o Estado do Tocantins, ou Território do Tocantins, é aqui a capital, aqui é o centro geográfico do Estado’*. Então essa revelação é daqueles anos de 1949 prá 50 e, quando surgui esse movimento agora da criação, eu digo: ‘agora eu vou ver se aquela época já *tava escolhido pelo Conselho de Segurança Nacional essa capital*’. E não deu outra... saiu aqui onde ele me falou... Ele me mostrou como o dedo: ‘é aqui em cima de Canela’, ele disse, ‘olha, aqui vai ser a capital do Estado do Tocantins, ou Território do Tocantins’. [...] A escolha da capital do Tocantins já estava escolhida pelo Conselho de Segurança Nacional, porque ele não ia falar isso à toa. *A região já tinha sido mapeada e se naquela época criasse um território, quem vinha pra cá era um militar*” (CAVALCANTE, 2003, p. 74-75, grifo meu).

Coordenadas geográficas simbólicas e alianças políticas efetuadas iniciam o processo de construção de Palmas, no sentido literal e concreto, de modo que, na década de 1990, construía-se tudo em Palmas: prédios para administração pública, infraestrutura urbana e casas para os trabalhadores que vieram das mais diversas partes do Estado e País com a finalidade de tentar uma vida melhor (BEZERRA, 2013a; RODRIGUES, 2009), imaginários e símbolos. Esta é a narrativa do próximo subtítulo.

3.2 Concretos e (des) Afetos na Construção de Palmas

À margem direita do rio Tocantins inicia-se a construção da *última cidade planejada do século XX*. Um resumo (poético) da formação da moderna cidade de Palmas é descrito por Silva (2008, p. 41) em:

Palmas, para os seus idealizadores, é um barco onírico navegando no tempo do desejo. Sintetiza a luta de emancipação do Estado do Tocantins, cobrindo o passado recente de sombras, reduz às cinzas a lembrança do atraso, da solidão, da pobreza, da secura sertaneja de galhos retorcidos em meio ao vento e a poeira cobreada que varia as suas extensões.

Assim, sem passado ou população preexistente, Palmas é uma cidade que tem sua origem no nada (*ex-nihilo*), de forma que tudo é uma construção. A sua tradição é inventada politicamente e sua história é imaginada como uma unidade constituída a partir da política de Estado.

Sem passado, no sentido de tempo zero⁴¹, descrito em suas *metáforas de uma cidade em busca do tempo*, por Valeria Cristina

⁴¹ O tempo zero é compreendido como possibilidade de um novo tempo no imaginário de cidades planejadas e construídas, sendo que, para Oliveira (2012)

Pereira da Silva (2008) ou, ainda, no sentido denotado por José Manoel Miranda de Oliveira, ao afirmar que:

[...] pode-se dizer que nenhuma cidade surge espontaneamente. Porém, a diferença é se a cidade foi planejada ou não. Se planejada surge do nada, de um tempo zero caracterizado nas intenções dos seus criadores ou construtores; se espontânea, o processo de construção vai se estabelecendo lentamente em torno de algo sucessivamente diacrônico, determinado por alterações culturais, econômicas e territoriais. (OLIVEIRA, 2012, p. 51).

Desse modo, a planejada cidade de Palmas não tinha uma população urbana pré-existente, pois os antigos moradores da região pertenciam à zona rural de Porto Nacional, como por exemplo, o povoado do Canela⁴² –, os quais foram desapropriados para a construção da nova cidade. Ao todo, foram 24 desapropriações na área calculada para a implantação do plano básico do município (TEIXEIRA, 2009). As desapropriações foram iniciadas em abril de 1990, sendo as principais as fazendas da região a Suçuapara (em alusão ao córrego homônimo) e a fazenda Triângulo.

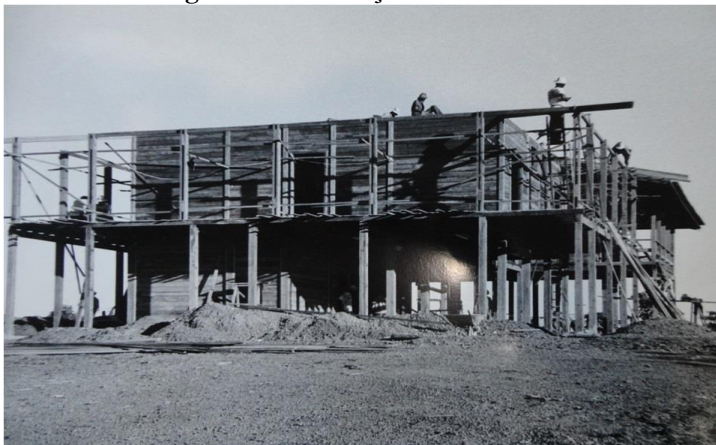
A fazenda Suçuapara tinha 300 alqueires aproximadamente, localizados a partir de onde hoje está o Palacinho – primeiro prédio erguido em Palmas e primeira sede

trata-se de um tempo não natural, mas mensurado e estruturado em tecnologia, ação política e econômica.

⁴² O povoado localizava-se à margem direita do rio Tocantins, a 10 Km de onde hoje é o centro de Palmas, com área territorial de 70 alqueires. Entretanto, esse povoado fora, em 2000, desapropriado e remanejado para construção do Lago da Usina Luís Eduardo Magalhães, inaugurada em 2001. Mais informações sobre as características culturais do povoado em *Memória e Comunicação na Preservação Cultural do Distrito Canela - Palmas/To* (MENESES; SILVA, 2006), no qual tem uma narrativa de Dona Noca sobre o dia 22 de janeiro de 1989, que conta como a caravana que havia sobrevoado a área onde hoje é Palmas passou o dia inteiro no povoado.

do governo estadual e atual museu de história do Tocantins e de Palmas⁴³ (OLIVEIRA, 2012) (ver Figuras 6 a 9).

Figura 6 – Construção do Palacinho



Fonte: [Autoria desconhecida, 1989] – Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

⁴³ O Palacinho foi construído em 1989 e, devido à antecipação da transferência da Capital provisória para a definitiva, Palmas, fora adaptado para sediar a administração de governo até a conclusão das obras do Palácio Araguaia. Assim, de 1º de janeiro de 1990 a 9 de março de 1991, sediou a Casa Civil e C. Militar, as secretarias de Estado do Interior, da Comunicação e da Agricultura, além de residência oficial do governador. Em 1992, pela Lei nº 431, fora tombado e integrado ao Patrimônio Histórico e Cultural do Estado pelo Governo de Estado. Em 18 de março de 2002, fora transformado em museu. Entre janeiro de 2009 e março de 2010 foi restaurado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Uma curiosidade é que na Lei Estadual nº 431 de 28 de julho de 1992 há o tombamento de outros prédios que abrigaram provisoriamente os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, na cidade de Miracema, além do “barracão de palha” [texto da lei], no qual fora realizada a primeira reunião com o povoado do Canela para a construção de Palmas, mas esse último tombamento foi revogado pela Lei Estadual nº 1.171 de 02 de agosto de 2000. Isto porque as memórias do Canela (materiais e imateriais de certa forma) estão submersos na reservatório da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, também conhecido como Lago de Palmas. Além disso, a *urgência* em preservar através do tombamento os referidos prédios é uma estratégia de institucionalizar uma memória oficial tecida politicamente.

Figura 7 – Palacinho em 1989



Fonte: Caldas (1989) – cedida pelo Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

Figura 8 – Palacinho em 1990



Fonte: Di Pietro (1989) – cedida pelo Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

Figura 9 – Palacinho - Museu Histórico do Tocantins - 2012



Fonte: Vieira (2012)

Já a fazenda Triângulo tinha sua sede onde hoje funciona a Casa da Cultura Suçupara, no Parque Cesamar⁴⁴ (ver Figuras 10 a 12).

⁴⁴ O prédio foi erguido em 1987, para ser sede da fazenda Triângulo, mas após a desapropriação, em 1989, a construção sediou a prefeitura de Palmas – de janeiro de 1990 a 20 de maio de 1990 – quando no primeiro aniversário da Capital inaugura-se o Paço Municipal e a Praça Bosque dos Pioneiros. Assim, com a transferência da prefeitura para sede definitiva, a Casa Suçupara foi ocupado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), posteriormente, serviu de sede do Departamento de Estradas e Rodagens do Tocantins (Dertins) e administração do Parque Cesamar. Atualmente, a Casa Suçupara é um espaço museu que abriga a exposição permanente: *Palmas antes de Palmas: um olhar sobre o Canela*. Vale destacar que, semelhante ao tombamento dos prédios da administração estadual, em Palmas, tem-se a mesma *urgência* no tombamento, pois o prédio fora tombado *previamente* ainda em 2000. Posteriormente, em 16 de março de 2005, pelo Decreto Municipal nº 67, é que se tem o tombamento e incorporação ao Patrimônio Cultural de Palmas definitiva da Casa Suçupara.

Figura 10 – Casa Suçuapara, em 1987



Fonte: Dias (1987) – cedida pelo Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

Legenda: Fotografia de autoria de Marilene Rodrigues Alves Dias, esposa do João Batista Dias Pereira, ex-proprietário da fazenda Triângulo (retratado na imagem), hoje, empresário do setor imobiliário e de turismo em Palmas.

Figura 11 – Reunião na Câmara de Vereadores de Palmas – Casa Suçuapara, 1990



Fonte: [Autoria desconhecida (1990)] – Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

Figura 12 – Casa Suçuapara – década de 2010



Fonte: Valadão (201?)

Sobre a sede da fazenda Triângulo, faz-se necessário um adendo sobre o *novo* nome do lugar, pois, embora o antigo proprietário tenha sido desapropriado e indenizado, ficou desapontado quando percebeu a mudança do nome, conforme descrito em:

[...] ‘Foi tombada pelo Patrimônio Histórico, ela já é tombada, só que foi tombada com o nome errado. Ela foi tombada com o *nome errado* e isso é um erro fundamental que fizeram, não me procuraram, não procuraram o *dono da casa* pra saber a procedência da casa. Então, ela já foi tombada e espero que continue porque ela faz parte da história dessa divisão do Estado’. (OLIVEIRA, 2012, p. 136, grifo meu).

Sob ótica semelhante à transcrita acima, erguiam-se as construções de Palmas e a consolidação do território do Estado do Tocantins “a partir de uma teia de intervenções voltadas para a construção de uma nova identidade cultural, partindo de uma nova configuração urbana.” (OLIVEIRA, 2012, p.63).

Afinal, “planejar/projetar é lembrar o futuro e imaginar o passado”, processo esse comum ao de construção social da identidade cultural (regional), pois, segundo Steinberg (2006), o sentimento de pertencimento e identidade resulta dos processos de uso do território. E, assim, uma “[...] cidade projetada, inscrita na ausência de duração, forja o passado antes que ele exista e a imaginação trabalha futuros possíveis, em tal movimento as soluções antecedem os problemas.” (SILVA, 2008, p. 180)⁴⁵.

E, embora tenha discrepâncias arquitetônico-urbanísticas e uma ruptura com o zoneamento moderno, Palmas é constantemente, comparada à Capital Federal, Brasília, moderna, com seus eixos centrais, superquadras, Esplanada dos Ministérios

⁴⁵ Dentro dessa mesma perspectiva – de (re)construções de passado – Velho (2003), trabalha a ideia de *Projeto*, sinalizada no Capítulo 2 e aprofundada no Capítulo 4.

e urbanização planejada. Mas, conforme sinaliza Lira (2011, p. 199), “a originalidade do Plano Diretor de Palmas, é um assunto que inspira muito cuidado, quando a sua discussão é necessária.”.

Entretanto, as comparações, as *lembranças* e *inspirações* em Brasília “se estendem às associações de Siqueira Campos a Kubistchek, muitas vezes em emblemáticas situações, como em fotos oficiais muito similares”, e; “Palmas representa uma ‘paródia’ de Brasília ou de Siqueira Campos e Juscelino Kubistchek” (REIS, 2010, p. 5-6.). Diante disso, questiona-se: as semelhanças seriam, de fato, uma mera coincidência?

Coincidência ou não, o processo de ocupação⁴⁶ e a formação identitária se tornam não apenas meticolosos, mas instigantes, perante o tema desse trabalho. Pois:

As cidades de tempo ausente apresentam alguns traços comuns, como a forma de ocupação, os processos de marginalização dos pobres, devido também a elevação dos valores e preços nessas cidades, a falta de uma identidade urbana e a constante releitura que elas engendram, entre outros elementos. [...] É importante refletir que a cidade muda pela destruição das suas formas, mas muda pela reinterpretação das suas paisagens, imagens, sentidos e define-se pela permanência. (SILVA, 2008, p. 64).

Na planejada paisagem urbana de Palmas têm-se monumentos que fazem alusão à história nacional e tracejam a história do Estado – em uma versão oficial. Ou seja, a “forma de concepção da cidade ficou muito direcionada para uma abstração daquilo que imaginava ser a cidade” (BRITO, 2010a, p. 101).

Assim, a nova cidade “teria ainda o papel de trazer as referências da história do Tocantins, reafirmando-o, em detrimento do norte-goiano, como os arcos do Palácio Araguaia e

⁴⁶ Sobre a ocupação e a segregação social em cidades planejadas, o livro: *A segregação planejada; Goiânia, Brasília e Palmas*, de Lúcia Maria Moraes (2006), apresenta uma análise sobre as semelhanças e discrepâncias entre as três cidades planejadas do Centro-Norte do Brasil.

de outros edifícios públicos, seriam lembranças dos arcos históricos de Natividade.” (SILVA, 2008, p. 188).

Desse modo, e em desconexão com o tempo, construía-se a paisagem urbanístico-arquitetônica de Palmas:

Assim, o lócus dessas representações situou-se, em parte, nos símbolos construídos na Praça dos Girassóis, focados nas estruturas e no fluxo de consolidação e exaltação das três frações do estado: Legislativo, Judiciário e Executivo. Todo esse processo foi associado a um circuito de poder, como objeto centrípeto do território municipal e estadual. Essa condição foi corroborada pela posição geográfica de Palmas, bem como pelo fato da praça ser o lócus intraurbano dos diversos ramos de atividades empresariais e das estruturas físicas e simbólicas das esferas públicas [...]. (OLIVEIRA, 2012, p. 139).

Dessa maneira, a miscelânea Praça dos Girassóis sintetiza em si o projeto de construção urbanística e simbólica de Palmas, uma vez que a praça é um sítio formado pela sede dos três poderes, secretarias de Estado, monumentos, um museu e um teatro de bolso, e, além disso, é de onde partem as duas avenidas principais da cidade: Juscelino Kubistchek Oliveira (sentido Leste-Oeste) e Theotônio Segurado (sentido Norte-Sul), formando uma cidade radiosa⁴⁷ que “gira em torno do palácio” (SILVA, 2008, p. 140).

Sobre a Praça dos Girassóis, acrescenta-se que a:

⁴⁷ Palmas não é uma cidade radiosa (seu plano diretor é ortogonal), mas a autora brinca com o termo em alusão à flor presente no nome da praça e no imaginário da população, o girassol. Todavia, dentro dessa perspectiva de “cidade radiosa” mais uma vez as semelhanças (ou coincidências? Paródia ou não) entre Brasília e Palmas, pois, de Brasília partem as rodovias federais que integram o País de forma radial, ou seja, as BRs. Sendo ‘BR’: “a nomenclatura das rodovias é definida pela sigla BR, que significa que a rodovia é federal, seguida por três algarismos. O primeiro algarismo indica a categoria da rodovia, de acordo com as definições estabelecidas no Plano Nacional de Viação”. (DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE, s/d, texto eletrônico).

[..] estruturação de uma identidade político-cultural voltada para a consolidação de um espaço de poder necessitava de novos significados culturais e ideológicos; para isso, foram construídos os monumentos da Praça dos Girassóis de Palmas, associados a uma estrutura arquitetônica moderna para a construção dos prédios públicos. [...] Em relação às estruturas da praça, dos espaços construídos e da relação que os monumentos tiveram, direta e indiretamente, com a memória dos lugares pretéritos, *os novos mitos e as culturas estavam direcionados para a difusão de uma nova identidade, diferente da constituída pelas lutas separatistas*. Por meio de ações pragmáticas, o governo instituiu monumentos objetivando a fixação de um ethos novo interligando o desenvolvimento econômico da cidade e do Estado aos fluxos de ocupações dos espaços. (OLIVEIRA, 2012, p. 138-139, grifo meu).

Sendo a cidade uma construção urdida a partir de imagens, cujas significações sejam singulares, estética e socialmente moldadas nas *dobras do espaço e tempo* e, perante o exposto, percebe-se que houve deliberações políticas que desconectavam as narrativas na construção dos monumentos dispostos na Praça dos Girassóis.

As estatuetas contam histórias, mas não falam muito! O percurso figurativo de sua linguagem estabelece um discurso próximo de um poema dadaísta. Não houve a intenção de ligar uma narrativa à outra. A continuidade espacial que compartilham não segue a mesma conexão ideativa. Mesmo quando valoriza a memória do Estado, *isso é uma intenção* – uma vez *que a memória na cidade do tempo ausente* tem sua morfologia muito mais ligada a um futuro distante e a um passado longínquo – quando se remetem à história local, mais próxima e condizente, o fazem não a partir da tradução de um legado comum, *mas de ideias difusas de um pequeno grupo que imaginou e fantasiou sobre uma pretensa memória coletiva*. Dessa forma, poucos artefatos

difundem elementos significativos da memória coletiva do Estado. (SILVA, 2008, p. 56, grifo meu).

Destarte forma-se a linguagem da cidade de Palmas, capital do Tocantins, na qual *programa-se* a substituição da memória histórica dos norte goianos por uma nova⁴⁸, voltada para os espaços de uma cidade planejada – em formato centrípeto.

Apagando lembranças (de nativos ou dos migrantes que chegavam) e (di)fundindo com as novas, ancorando-as nos meios de comunicação de massa, revistas e almanaques patrocinados (e, por vezes, produzidos) pelo governo do Estado e em propagandas⁴⁹. “O governo investiu na massificação e construção de uma identidade palmense extensiva a todo o território do estado, cimentada na figura do migrante pioneiro [...]” (OLIVEIRA, 2012, p. 146).

⁴⁸ Sobre o processo de substituição ou esquecimento os quais são comuns nos processos de imaginação, em nível de nação, Oliveira (2012, p. 151, grifo meu), acrescenta que: “Em termos históricos, esses rompimentos foram praticados no Império, com a difusão de uma cultura de esquecimento do período colonial; na República, os esforços eram para não se lembrar do período Imperial, efetivados dentro de uma nova percepção dos espaços e do território nacional na perspectiva da criação de uma nova concepção de nação. A partir dos anos 1930, Vargas empreendeu uma política ostensiva para que a população não se lembrasse do período denominado de República Velha. De forma idêntica, ao determinar a incineração de todos os documentos oficiais e particulares da escravidão brasileira, Rui Barbosa mergulhou a história e suas fontes de comprovação numa *cultura do esquecimento*, dificultando a identificação e a correção das atrocidades praticadas pelo sistema produtivo escravista, do qual era advogado”. Também sobre esse assunto, e conforme mencionado no Capítulo 2, o texto *A natureza como paisagem-imagem e representação no segundo reinado*, de Lília K. Moritz Schwarcz (2003) apresenta alguns mecanismos de “esquecimento”, concomitante a formação da identidade cultural nacional oficial a partir de elementos da natureza. No Capítulo 4, abordo um processo semelhante, mas em nível de estado, no caso do Tocantins.

⁴⁹ Segundo Silva (2008, p. 191): “As publicações oficiais sobre a sociedade e a cultura do Tocantins, que circularam entre 1999-2002, em folhetos e almanaques (Almanaque Cultural do Tocantins), tiveram o papel de apresentar as lideranças políticas deste período e as suas realizações [...]”.

Afinal, era preciso investir no processo que legitimaria o discurso, posto que “as cidades de nanquim não resistem às intervenções socioculturais” (SILVA, 2008, p. 73). Com isso, observa-se como se construía (simbólica e concretamente) a cidade de Palmas e o processo de invenção da identidade cultural palmense, ora legitimavam as ações governamentais, ora as contrapunha. Assim:

A questão da formação/criação do Estado do Tocantins é um debate em aberto, [...] registrar, a respeito da identidade tocaninense, nas narrativas, é que a separação deu-se por manobras políticas de caráter personalista. Desse modo, concordamos com a interpretação de que a ação política em torno da questão ‘colou’ os fragmentos da história para dar uma dramaticidade ao desfecho, mas, de algum modo, paradoxalmente, é justificada e legitimada por um desejo popular e cultural do ‘longa duração’ *que se apoia na sensação de ‘esquecimento’ e não pertencimento a Goiás*. Além disso, culturalmente, havia uma ligação mais significativa com o Pará, com o Maranhão (Norte e Nordeste) do que propriamente com o sul de Goiás (Centro-Oeste) [...]. (SILVA, 2008, p. 94 -95, grifo meu).

Desse modo, no que se refere ao processo identitário no Tocantins, houve uma projeção do tocaninense como o “não goiano”, um cerrano-amazônida, indivíduo que tem cultura própria, com música, um calendário e manifestações culturais próprias. Projetando não exatamente a forma tocaninense/palmense de ser no mundo, mas reafirmando que o tocaninense não é goiano, reformulava-se a memória coletiva dos indivíduos que, se antes norte goianos, agora Tocantinenses (RODRIGUES, 2012).

Trata-se de uma lógica cultural, territorial e politicamente deliberada “vinculada à modernidade urbana”, para que não houvesse a “transposição do imaginário coletivo da cultura de Goiás para o Tocantins.” (OLIVEIRA, 2012, p. 9).

No entanto, é válido destacar que as construções de identidade cultural dependam de instituições, grupos e sujeitos sociais atuando de forma relacional e em uma dinâmica escalonada, conforme abordei no Capítulo 2.

À vista disso, tem-se a figura de José Wilson Siqueira Campos⁵⁰ atuando no processo de construção identitária no Tocantins e em Palmas, por meio de políticas e ações de governo “criadas para a consolidação territorial do Estado do Tocantins e da pessoa do primeiro governador.” (OLIVEIRA, 2012, p. 74).

Logo:

A relação entre mito, poder e estética é oportuna para pensarmos na construção da imagem e cidade de Palmas, porque é impossível dissociá-lo do seu ‘idealizador’, mesmo que haja diversas críticas em relação as posturas assumidas, o seu nome está inscrito na criação/construção da cidade. A atuação do Siqueira Campos compareceu em todas as falas e por mais força que a ideia da cidade como uma criação coletiva tenha adquirido, não é possível divorciá-la do caráter personalista que esta adquiriu, gerando inclusive equívocos interpretativos pela inscrição imaginária que esta bricolagem apresenta. (SILVA, 2008, p. 198).

⁵⁰ José Wilson Siqueira Campos, nascido em Crato (CE), em 1º de agosto de 1928. Vereador de Colinas do Tocantins [então norte de Goiás], deputado federal por Goiás de 1971 a 1988 e defensor da criação do Estado do Tocantins. Este fragmento resume a biografia do político Siqueira Campos ou: “José Wilson Siqueira Campos, ... anos de idade, brasileiro, casado, nascido a ..., em Oiricuri, aos pés da Serra de Araripe no sertão pernambucano, para os íntimos, ou em Crato, Ceará, de acordo com sua carteira de identidade, RG Iniciou a carreira política em Colinas, antigo estado de Goiás como vereador. Foi deputado federal pela Arena, alcova dos componentes da sangrenta ditadura militar que se instalou no Brasil em 1964 e presidente nacional do extinto PDC (Partido Democrata Cristão), abrigo da extrema direita no Brasil e, na Europa, refúgio de neonazistas. Hoje, é apenas um obscuro figurante do PPR – a nova máscara da Arena e do PDS de Paulo Salin Maluf – a quem pediu socorro quando o barco do PDC foi a pique pela inabilidade política de seu comandante.” (CAMPOS, 2008, p. 75).

Desse modo, a “inscrição” do nome de Siqueira Campos no imaginário, na memória coletiva e no mito da “jornada do fundador” fundida com a “construção da nova civilização”, conforme sinaliza Silva (2008), é igualmente compreendida como um processo deliberado e político, em Oliveira (2012, p. 65), quando o autor afirma que:

A forma como o governo atraía a população favorecia a continuidade da sua política de estruturação dos poderes do Estado, criando uma simbologia de pertencimento ao território. Por isso, a população não se rebelava contra a forma utilizada para governar, para não serem excluídas do processo de estruturação e consolidação do Estado. Nessa relação, os migrantes e a população histórica radicada no Estado, para não perderem a perspectiva de pertencimento em construção, não ousavam contrariar diretrizes político-partidária do governo determinada pela ideia de união.

Diante do exposto, tateia-se como se deu a urdidura do mito político e da “*árvore genealógica* do Tocantins, a *Sagrada Família* ou a *dinastia* tocantinense [que] possui Siqueira Campos como uma espécie de último herói com a missão de cumprir uma tarefa, um sonho *acalentado* iniciado por Joaquim Theotônio [sic] Segurado.” (RODRIGUES, 2009, 109, grifo do autor).

A legitimação do mito do criador do Tocantins busca sustentar-se na construção de um imaginário que relaciona – em monumentos (como por exemplo, a fachada do Palácio Araguaia ou os painéis dispostos no hall de entrada do prédio), Hino do Tocantins e outras manifestações artísticas – a figura de Siqueira Campos a outros movimentos pró-criação do Estado do Tocantins.

Nesse contexto, a Praça dos Girassóis é inscrita como uma “estrofe-síntese” da linguagem da cidade. Por ser um conjunto arquitetônico que abriga vários desses monumentos, os quais compõem “[no] percurso figurativo de sua linguagem [...]

um discurso próximo de um poema dadaísta.” (SILVA, 2008, p. 56).

Por essa característica miscelânea, por abrigar os três poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário), por ocupar um lugar de centralidade na composição do Plano Diretor de Palmas, por ser cartão postal da Capital e do Estado do Tocantins e, também, ponto de partida deste estudo é que a Praça dos Girassóis exige uma digressão. Assim, apresento algumas de suas minúcias, no subtítulo seguinte.

3.2.1 A Praça dos Girassóis e suas narrativas concretas

Pelo desenredo exposto, pode-se aferir que houve várias interferências estéticas na construção (concreta e do imaginário) da cidade de Palmas. Assim, com a Praça dos Girassóis – que nascera para ser cartão postal do município e do Estado – não seria diferente.

Desse modo, a Praça dos Girassóis reúne fragmentos – minuciosamente selecionados – da história do Estado do Tocantins, em monumentos dispostos em seus 571 mil m². Número esse que a faz a maior praça pública da América Latina e a segunda maior do mundo⁵¹. Sua construção teve início em 18 de outubro de 1999 e fora inaugurada no dia 7 de setembro de 2000, mas com alguns prédios ainda inacabados (ver Figuras 13 a 35).

⁵¹ Sendo a maior praça pública do mundo a Praça Merdeka, que fica em Jacarta, na Indonésia.

Figura 13 – Maquete da Praça dos Girassóis



Fonte: Ferreira (2012)

Legenda: Maquete da Praça dos Girassóis, instalada no interior do Palácio Araguaia

A Praça dos Girassóis abarca, em seu complexo arquitetônico, o Palácio Araguaia (sede do Poder Executivo, o qual será abordado no próximo subtítulo), a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (sede do Poder Legislativo – ver Figura 14), o Tribunal de Justiça (sede do Poder Judiciário – ver Figura 14) e as Secretarias de Governo nas alas leste e oeste (ver Figura 15).

Figura 14 – Prédios do Poder Legislativo e Judiciário



Fonte: Santos (2014); Valadão (2017)

Legenda: Palácio Deputado João D'Abreu, prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Palácio Rio Tocantins, prédio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Figura 15 – Secretarias de Governo do Estado do Tocantins



Fonte: Google Maps (2012; 2014) – elaborada por Anjos (2015).

Legenda: Porção sudoeste da Praça dos Girassóis com destaque para secretarias, especificamente, Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Desse modo, a praça se faz lugar de poder ao sediar prédios de onde se cria, executa e judiciam as leis, e também se administra toda a nova unidade federativa. Além disso, como esses prédios foram as primeiras construções erguidas (para serem lembradas), a Praça dos Girassóis se faz também um “lugar de memória”.

Assim, projetada e construída para ser um lugar de poder e de memória, esse espaço público tem inclusive seu nome construído. Isto é, *a priori*, o espaço se chamaria *Praça do Sol* – o qual fora modificado ainda na fase de projeto, mas, devido ao fato do nome não ter sido publicizado e o paisagismo dos canteiros da Capital estarem repletos das flores, desde 1993, a troca de Sol para Girassóis não encontrou impedimentos. O processo é descrito em:

Em 1993, o primeiro prefeito eleito de Palmas, Eduardo Siqueira Campos, tomou posse e iniciou uma exaltação sobre o símbolo do girassol, plantando esta flor em alguns pontos estratégicos da cidade. Os espaços foram invadidos pela flor, não mais o verde compunha o cenário da paisagem, mas o amarelo dominava-o. (BRITO, 2010b, p. 77).

Esse *lugar de poder e memória* possui em sua ala norte alguns monumentos, sendo a Súplica dos Pioneiros (ver Figuras 16 e 21), a Rosa dos Ventos (*centro geodésico do Brasil*⁵² – ver Figura 16);

⁵² Uma reportagem da mídia local (Portal Conexão Tocantins) questionou a veracidade do centro geodésico do Brasil ser no Tocantins. Para tanto, entrevistou o professor Eduardo Quirino Pereira (que ministra aulas de cartografia e topografia no curso de Engenharia Ambiental da Universidade Federal do Tocantins), o qual afirmou que não há, cientificamente, o termo centro geodésico. O professor acrescenta ainda que, na Geodésica que se trabalha com “marcos geodésicos”, os quais são demasiadamente precisos e, por isso, podem existir *centros geodésicos* dependendo da perspectiva. A matéria também recorre a vários órgãos, os quais apresentam o uníssono sobre a não existência de um documento que atribui ao Tocantins e, mais especificamente, à Praça dos Girassóis, o centro geodésico do Brasil. Os órgãos são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o 22º (CONEXÃO DO

no meio da Rosa dos Ventos fica o Monumento à Bíblia (ver Figura 23); o Cruzeiro (ver Figuras 17, 18 e 22); e o Relógio do Sol (ala norte, próximo ao pórtico leste do Palácio Araguaia – ver Figura 16).

Figura 16 – Monumentos da Ala Norte da Praça dos Girassóis



Fonte: Google Maps (2014); Mara (2013); Vieira (2013); Salvador (2008); *Folha do Bico* (2013); Mara (2013) – elaboração Anjos (2015)

Legenda: Monumento Súplica dos Pioneiros (1); Detalhe da cruz de pau-brasil, no cruzeiro (2), Monumento à Bíblia, Monumento Cruzeiro (4)

A ala norte da Praça dos Girassóis apresenta algumas características simbólicas, sendo a primeira – e mais difundida – o

TOCANTINS, 2013). Entretanto, o professor finaliza afirmando que se trata de um marco histórico, mas não geodésico, e exemplifica citando o “centro geodésico da América Latina” que “ficaria” no Mato Grosso.

fato do Palácio Araguaia estar com sua fachada principal voltada para o norte. Esse atributo fora ressaltado em diversos discursos de Siqueira Campos, nos quais afirmava que o novo Estado governaria, sobretudo, para o Norte. Além disso, por ser uma cidade de tempo ausente, as primeiras construções traziam consigo o símbolo da *estreia*, no *espetáculo do Pioneirismo*. De modo que *tudo* se inscrevia como o primeiro em alguma coisa, como por exemplo, o Cruzeiro, monumento feito de Pau-Brasil, esculpido pelo artesão Arnildo Antunes, instalado no dia 18 de maio de 1989 cujo papel encenado é de *primeiro monumento histórico erguido em Palmas*. Nesse local fora celebrada a primeira missa da cidade, pelo bispo de Porto Nacional, Dom Celson, no lançamento da Pedra Fundamental da capital definitiva do Estado do Tocantins, no dia 20 de maio de 1989 (ver Figura 17 e 18).

Figura 17 – Monumento Cruzeiro - 1990



Fonte: [Autoria desconhecida, 1990] – Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

Figura 18 – Primeira Missa de Palmas - 1989⁵³

Fonte: Di Pietro (1989) –Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

Esse monumento, segundo Brito (2010a, p. 81), simboliza a presença do cristianismo na criação de Palmas. Assim, no dia do Lançamento da Pedra Fundamental e Primeira Missa de Palmas: “[...] houve uma celebração religiosa dirigida por padres, posteriormente por pastores, ao que seguiu o pronunciamento de uma representação política nacional. O cruzeiro não é apenas o marco da construção da cidade, mais também é um símbolo religioso.”

Esteticamente, pode-se inferir que se trata de um *kistch* das Cruzadas Cristãs. Vale destacar que são diversos os monumentos semelhantes ao *Cruzeiro* espalhados pelo Brasil, iniciados em 22 de abril de 1500, em Porto Seguro (BA), com a primeira missa celebrada no País.

⁵³ Descrita como missa em ação de graça pelo Lançamento da Pedra Fundamental em Palmas. O monumento fora previamente tombado pelo Decreto Municipal nº 22, de 29 de fevereiro de 2000.

Como já exposto, nesse local e dia, também aconteceu o descerramento da Placa de Proclamação da Separação da Comarca do Norte (ver Figura 19). A placa traz inscrita o *Manifesto da Criação da Província da Palma*, de Joaquim Theotônio Segurado (ver Figura 20).

Figura 19 – Descerramento da Placa da Pedra Fundamental de Palmas



Fonte: *Print screen* do vídeo Primeira Missa Palmas

Legenda: O vídeo fora postado por Postado por Sidney Madalena, um dos primeiros cinegrafistas de Palmas⁵⁴

⁵⁴ Disponível em: < <http://goo.gl/MoRtNk>>

Figura 20 – Placa do Manifesto da Criação da Província da Palma – 2015



PROCLAMAÇÃO

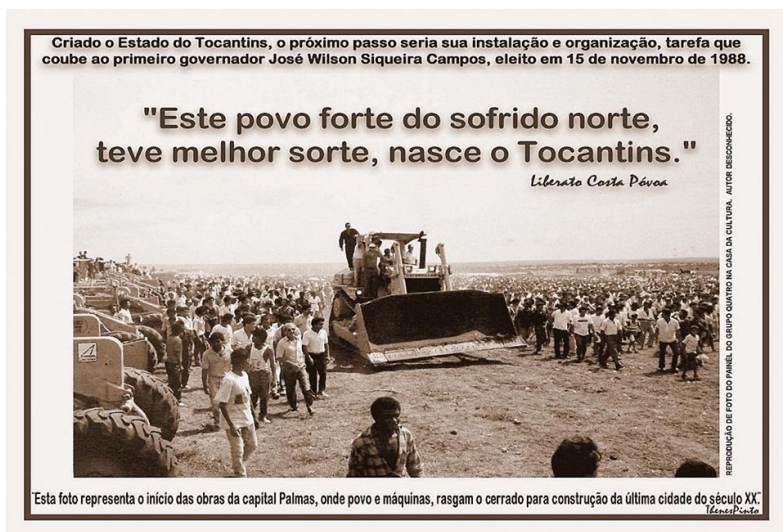
HABITANTES DA COMARCA DA PALMA! É TEMPO DE SACUDIR O JUGO DE UM GOVERNO DESPÓTICO; TODAS AS PROVÍNCIAS DO BRASIL NOS TÊM DADO ESTE EXEMPLO; OS NOSSOS IRMÃOS DE GOIÁS FIZERAM UM ESFORÇO INFRUTIFERO OU MAL DELINEADO, OU POR SER REBATIDO POR FORÇA SUPERIOR. ELES CONTINUAM NA ESCRAVIDÃO, E ATÉ UM DOS PRINCIPAIS HABITANTES DESTA COMARCA FICOU EM FERROS. PALMENSES! SEJAMOS LIVRES, E TENHAMOS SEGURANÇA PESSOAL, UNAMO-NOS E PRINCIPIEMOS A GOZAR AS VANTAGENS QUE NOS PROMETE A CONSTITUIÇÃO ABULAM-SE ESSES TRIBUTOS QUE NOS VEXAM, OU POR SERMOS OS ÚNICOS QUE PAGAMOS, OU POR NÃO SEREM CONFORMES AS ANTIGAS LEIS ADAPTÁVEIS A ESTA POBRE COMARCA. SAIDAS DE GADO DECIMA, BANCO, PAPEL SELADO, ENTRADA DE SAL, FERRO, AÇO E FERRAMENTAS FICAM ABOLIDAS; TODOS OS HOMENS LIVRES TÊM DIREITOS AOS MAIORES EMPREGOS; A VIRTUDE E A CIÊNCIA, EIS OS EMPENHOS PARA OS CARGOS PÚBLICOS; TODAS AS CABEÇAS DE JULGADO DARÃO UM DEPUTADO PARA O GOVERNO PROVISÓRIO, OS ARRAIAIS DE S. JOSÉ, SÃO DOMINGOS, CHAPADA E CARMO FICAM GOZANDO DA MESMA PRERROGATIVA. ESSES DEPUTADOS DEVEM SER ELEITOS E DIRIGIREM-SE IMEDIATAMENTE A CAVALCANTE, ONDE RESIDE INTEIRAMENTE O GOVERNO PROVISÓRIO. DEPOIS DE REUNIDOS TODOS OS DEPUTADOS, SE DECIDIRÁ QUAL DEVE SER A CAPITAL, E NELA RESIDIRÁ O GOVERNO. OS SOLDADOS QUE QUIZEREM SENTAR PRACA DE INFANTARIA VENCERÃO CINCO OITAVAS POR MÊS, E NA CAVALARIA SEIS E MEIA. PALMENSES, ANIMO E UNIÃO! O GOVERNO CUIDARÁ DE VOSSA FELICIDADE. VIVA A NOSSA SANTA RELIGIÃO. VIVA O SR. D. JOÃO VI. VIVA O PRÍNCIPE REGENTE E TODA A CASA DE BRAGANÇA. VIVA A CONSTITUIÇÃO QUE SE FIZER NAS CORTES REUNIDAS EM LISBOA. CAVALCANTE, 15 DE SETEMBRO DE 1821.- PRESIDENTE JOAQUIM TEOTÔNIO SEGURADO, MANDEL ANTONIO DE MOURA TELES, JOSÉ ZEFERINO DE AZEVEDO, JOSÉ VITOR DE FARIA PEREIRA, FRANCISCO JOAQUIM COELHO DE MATOS, FRANCISCO XAVIER DE MATOS, LUIZ PEREIRA DE LEMOS E JOAQUIM RODRIGUES PEREIRA.

Fonte: Anjos (2015)

Nesse mesmo dia, após a missa, manifestações culturais e o descerramento da Placa, dá-se o início da construção da Capital, simbolizados por uma passeata de tratores que derrubam a vegetação para o arruamento de Palmas, especificamente, do *marco zero*, a Praça dos Girassóis, de onde partem as duas avenidas principais da cidade.

Em Oliveira (2012, p. 81), o momento é descrito como: “As primeiras manobras das máquinas foram assistidas por uma plateia de políticos, funcionários públicos, curiosos e migrantes, todos partícipes do ato inicial de construção de Palmas”. No entanto, o espetáculo tem seu ápice simbólico quando José Wilson Siqueira Campos, primeiro governador do Estado do Tocantins, sobe em um trator e o opera na “Abertura oficial da pavimentação de Palmas” (ver Figura 21).

Figura 21 – Siqueira Campos dirigindo trator na Abertura Oficial da Pavimentação de Palmas, no dia 20 de maio de 1989



Fonte: [Autoria desconhecida, 1989]; Almeida (1989) – cedidas pelo Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

Legenda: A primeira imagem editada com frases de Liberato Póvoa e Thenes Pinto não tem têm autoria reconhecida, já a segunda imagem   de Ricardo Almeida

Figura 22 – Monumento Cruzeiro – 2015



Fonte: Anjos (2015)

Retomando aos monumentos da ala norte da Praça dos Girassóis e, em uma perspectiva semelhante a do Monumento Cruzeiro, o Monumento Súplica dos Pioneiros, tem-se um conjunto de esculturas de bronze, fazendo a alusão a uma família com pai, mãe, filhos e um carneiro – animal “escolhido para expressar o sentimento religioso do povo tocantinense” (TOCANTINS, 2013, p. 16) (ver Figura 23). Destaca-se que as esculturas têm a face voltada para o leste, onde nasce o sol.

Além disso, um adendo se faz necessário ao fato de: “O ex-governador Siqueira Campos é um dos pioneiros retratados no monumento”, conforme informa o da ex-presidente da Funcult (Funda o Cultural), Kátia Rocha⁵⁵ (BITTECOURT, 2005, p. 3).

⁵⁵ Em entrevista para matéria *Estátua desaparecida está de volta   praça*, publicada no caderno Arte & vida do *Jornal do Tocantins – JTo*, no dia 30 de outubro de 2005, assinada pela jornalista Paula Bittecourt, a qual é analisada no Capítulo 5.

Na matéria, tem-se que o monumento foi uma doação de uma empresa (a saber, a mesma que construiu a Praça dos Girassóis - Warre Engenharia). Assim: “A empresa queria homenagear os pioneiros e fizeram a Estátua do ex-governador Siqueira Campos porque *ele foi o criador do Estado*”, disse [a, então, secretária de cultura]” (BITTECOURT, 2005, p. 3, grifo meu).

Corroborando, o artigo de Lucio Flavo Marini Adorno (2005, p. 207) afirma que, não apenas José Wilson Siqueira Campos é representado no monumento, mas toda a família Siqueira Campos:

[...] Monumento Súplica, como símbolo oficial da saga dos pioneiros que chegaram no início da criação da capital, composto por nove personagens em bronze que representa a família [...]. No entanto, nota-se uma clara coincidência com as formas físicas, o número de filhos, o sexo e a faixa etária da família do então governador quando iniciava sua carreira política no então norte goiano.

Coincidência ou não, o Monumento *Súplica dos Pioneiros* compõe o acervo da Praça dos Girassóis desde 18 de março de 2002.

Figura 23 – Monumento Súplica dos Pioneiros com Palácio Araguaia ao fundo



Fonte: Pereira (201?) – extraída de Blog Lu Mascarenhas

O Monumento Súplica dos Pioneiros está localizado em frente ao Monumento Cruzeiro, na ala norte da Praça, mas, no enquadramento da Figura 23, a escultura que representa José Wilson Siqueira Campos (segundo Kátia Rocha, ex-secretária de cultura) *segura* o símbolo de força do Estado, no caso, o Brasão de Armas, que desde 2011 compõe a fachada do Palácio Araguaia.

Outro monumento da ala norte que pode ser enquadrado dentro da perspectiva que relaciona símbolo, política e religião⁵⁶ é o Monumento à Bíblia (ver Figura 24), instalado no centro da imagem da Rosa dos Ventos, inaugurado em 10 de dezembro de 2000. Segundo Brito (2010b, p. 81), esse monumento “agradou” a

⁵⁶ Sobre a presença de símbolos religiosos na construção do imaginário tocantinense tem-se a tese de Jean Carlos Rodrigues (2008): *Estado do Tocantins: Política e religião na construção do espaço de representação tocantinense*.

população evangélica de Palmas, pois “maioria dos evangélicos ao passarem em frente a um escrito que contenha algumas inscrições bíblicas ou de exaltação ao nome de Deus fará reverência, no entanto, resiste a uma imagem conforme observado em trabalho de campo.”.

Diante disso, o autor destaca que na inauguração do monumento houve um culto de ação de graças, no qual havia apenas o arcebispo e duas freiras como representantes da religião católica e “uma multidão de evangélicos, a maioria absoluta pentecostais. [...] Este monumento foi feito no momento em que os principais veículos de comunicação propagavam Palmas como a capital evangélica do Brasil.” (BRITO, 2010b, p. 81). Assim, contemplado a católicos e protestantes, constitui-se a representatividade de religiões monopolistas hegemônicas em monumentos da ala norte da praça.

Figura 24 – Monumento à Bíblia

Fonte: Bento (2007)

Os monumentos retornam à pauta quando, em 2006, os frontispícios são retirados da fachada do Palácio Araguaia (ver Capítulo 5). Por ora, passemos a outros pontos da Praça dos Girassóis.

Ainda na ala norte, um adendo faz-se necessário: a inscrição do *Mapa do Tocantins*, no calçamento dessa ala da Praça dos Girassóis, o qual só pode ser percebido em uma perspectiva aérea. Isso porque é pelo calçamento de pedra, contornado pelos jardins, que se forma o território do Estado do Tocantins, o qual abarca a escadaria do Palácio Araguaia, o Monumento da Súplica dos Pioneiros, o Cruzeiro, a Rosa dos Ventos, o Monumento à Bíblia e os grafismos indígenas (ver Figura 25).

Figura 25 – Mapa do Tocantins inscrito no calçamento da ala norte da Praça dos Girassóis



Fonte: Google Maps (2014); Sá (2013, editada) – elaboração Anjos (2015)

Legenda: Imagem de Satélite da ala norte da Praça dos Girassóis e edição da fotografia aérea do mapa do Tocantins, inscrito na ala norte da Praça dos Girassóis.

Na porção norte da Praça dos Girassóis tem-se também o Relógio do Sol⁵⁷, próximo ao pórtico leste do Palácio Araguaia (ver Figura 26).

Figura 26 – Relógio do Sol



Fonte: Sá (2013); Bispo (2012)

Legenda: Perspectiva aérea e frontal com pórtico norte ao fundo da fotografia.

⁵⁷ Projetado pelo arquiteto Silênio Martins Camargo, com consultoria do físico Marcome de Rangel Nunes, tem seis metros de altura e sessenta de diâmetro (devido à formação do marcador feito no chão pelo calçamento em pedra portuguesa). Por essas proporções, se faz o maior relógio de Sol horizontal do Brasil. Assim, durante o dia, indica as horas e meses pela sombra projetada no chão e, à noite, a haste do ponteiro auxilia na observação da movimentação da constelação do Cruzeiro do Sul (TOCANTINS, 2013).

A porção sul, por sua vez, é composta pela Praça Krahô (uma praça dentro de outra praça, na porção sudeste – ver Figura 27), pelo Complexo Museológico Histórico-Cultural (o qual é formado pelo Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana e o Memorial Coluna Prestes – ver Figura 28), uma cascata (ver Figura 29), Praça de Esportes (ver Figura 33) e a Catedral Metropolitana de Palmas (ver Figura 30).

Figura 27 – Praça Krahô



Fonte: Sá (2013); Carelli (1983)

Legenda: Praça Kharô localizada na porção sudeste da Praça, próximo ao pórtico leste do Palácio Araguaia e uma Aldeia Kharô

Figura 28 – Complexo Museológico Histórico-Cultural



Fonte: Di Pietro (2013)

Legenda: O complexo é formado pelo Memorial Coluna Prestes ao fundo⁵⁸ e Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana de Copacabana

Inaugurado junto com o Memorial Coluna Prestes, em 05 outubro de 2001, no 13º aniversário do Estado do Tocantins, o Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana é uma homenagem aos dezessete militares e um civil que se rebelaram, em 1922, no Rio de Janeiro. Esse monumento se faz um interessante objeto de análise por não ter nenhuma ligação com a história do Tocantins e estar no Complexo Museológico Histórico-Cultural da Praça dos Girassóis. Além disso, a explicação oficial destaca que: “a escultura que carrega a bandeira à frente do grupo é uma homenagem ao tenente *Siqueira Campos*, líder do levante do Forte de Copacabana”. Mas, esse Siqueira

⁵⁸ Obra do Arquiteto Oscar Niemeyer que abriga alguns objetos pessoais de Luiz Carlos Prestes e pequeno acervo sobre a Coluna Prestes. A obra homenageia a Coluna Prestes e a sua passagem pelo território do Tocantins entre 1920-1930. Na parte externa há uma escultura em bronze, do artista plástico Mauricio Bentes, denominada *Cavaleiro da Luz*. No subsolo o Memorial abriga um Teatro de Bolso com capacidade para 70 pessoas.

Campos (Antônio Siqueira Campos) é um militar, natural de Rio Claro (SP), que não tem parentesco com José Wilson Siqueira Campos, todavia o monumento inscreve uma *cacofonia política*, promove um equívoco interpretativo, uma dislexia simbólica.

Sobre esse monumento Brito (2010b, p. 86) analisa que se trata de:

[..] uma representação arquitetônica política que guarda em si uma política do Estado ou da própria história tocaninense. Esse aspecto pode se ver no monumento do Forte de Copacabana, no qual, implicitamente, tem uma exaltação ao ex-governador Siqueira Campos. Neste sentido, Harvey (1989) diz que ‘os efeitos ideológicos mais bem sucedidos são os que não têm palavras e não pedem mais do que silêncio cúmplice’ [...].

Perante o exposto, pode-se inferir que, além de ser representado no monumento da ala norte da Praça dos Girassóis (*Súplica dos Pioneiros*, segundo Kátia Rocha), o primeiro governador do Estado do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos, também inscreve *seu nome* no Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana, na porção sul da Praça dos Girassóis.

Retomando a descrição das narrativas paisagísticas da Praça dos Girassóis, na porção sul ainda se tem uma representação da natureza com uma cascata artificial⁵⁹, que simboliza os rios e cachoeiras do Estado do Tocantins (ver Figura 29).

⁵⁹ A cascata ocupa 1200 m² composta por três reservatórios com quedas de água em tamanhos e volumes diferentes. A obra tem autoria de João Devair e Lúcia Bacelar.

Figura 29 – Cascata da Praça dos Girassóis



Fonte: Sá (2013)

Ainda na porção sul, mais especificamente ao sudeste da praça, tem-se a Catedral Metropolitana de Palmas, também conhecida como Catedral do Divino Espírito Santo (ver Figura 30).

Figura 30 – Catedral Metropolitana de Palmas



Fonte: Google Maps (2014); Ribeiro (2013) - elaborada por Anjos (2015)

Embora existam impasses quanto à permanência da Catedral Metropolitana de Palmas na Praça dos Girassóis – por ser uma construção religiosa dentro deste espaço público – desde 1996, o templo está sendo construído e, uma vez finalizado terá capacidade para 800 pessoas (o projeto da catedral pode ser

conferido na Figura 31). O conjunto arquitetônico abrigará, além da catedral, a Cúria Metropolitana de Palmas.

Figura 31 – Projeto da Catedral Metropolitana de Palmas



Fonte: Sá (2013)

Já no calçamento da ala sul da Praça dos Girassóis, próximo à entrada sul do Palácio Araguaia, há o Brasão de Armas do Estado, cuja inscrição é feita com pedras portuguesas, tal como a Rosa dos Ventos e o grafismo indígena da ala norte (ver Figura 32).

Figura 32 – Brasão de Armas do Estado do Tocantins no calçamento da ala Sul da Praça dos Girassóis



Fonte: Google Maps (2014); Sá (2013). – elaboração Anjos (2015)

Legenda: Imagem de Satélite da entrada sul do Palácio Araguaia na Praça dos Girassóis e fotografia aérea do Brasão de Armas do Estado do Tocantins – cujas medidas são 29 X 21 metros – inscritos no calçamento da entrada sul do Palácio Araguaia na Praça dos Girassóis

Formado por um alguns aparelhos de ginástica, a Praça de Esportes também compõe a ala sul da Praça dos Girassóis (ver Figura 33).

Figura 33 – Praça de Esporte



Fonte: Sá (2013)

Finalizando a caminhada de 571 mil m² da Praça dos Girassóis, ao sudeste desse espaço público, próximo ao pórtico leste do Palácio Araguaia, tem-se uma Praça de Lazer composta por um pequeno parque – com escorregadores e outros equipamentos lúdicos –, seis quiosques, banheiros públicos e a Fonte Luminosa (ver Figuras 34 e 35).

Figura 34 –Parquinho da Praça de Lazer



Fonte: Sá (2013)

Figura 35 – Fonte Luminosa



Fonte: Souza (2013)

Assim, após descrever esse desenredo que é o complexo arquitetônico, paisagístico e urbanístico da Praça dos Girassóis – palco de encenação política e cultural – no próximo subtítulo abordo a construção que se situa no “[...] alto da colina [...], ‘o templo do poder’, Palácio Araguaia” (BRITOb, 2010, p. 83).

3.2.2 O Palácio Araguaia

Sede do Poder Executivo, o Palácio Araguaia é uma construção de quatro pavimentos em arquitetura moderna, com arcos e tijolos à mostra, na tonalidade marrom, os quais fazem alusão à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Natividade⁶⁰ (ver Figura 36).

Figura 36 – Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos - Natividade (TO)

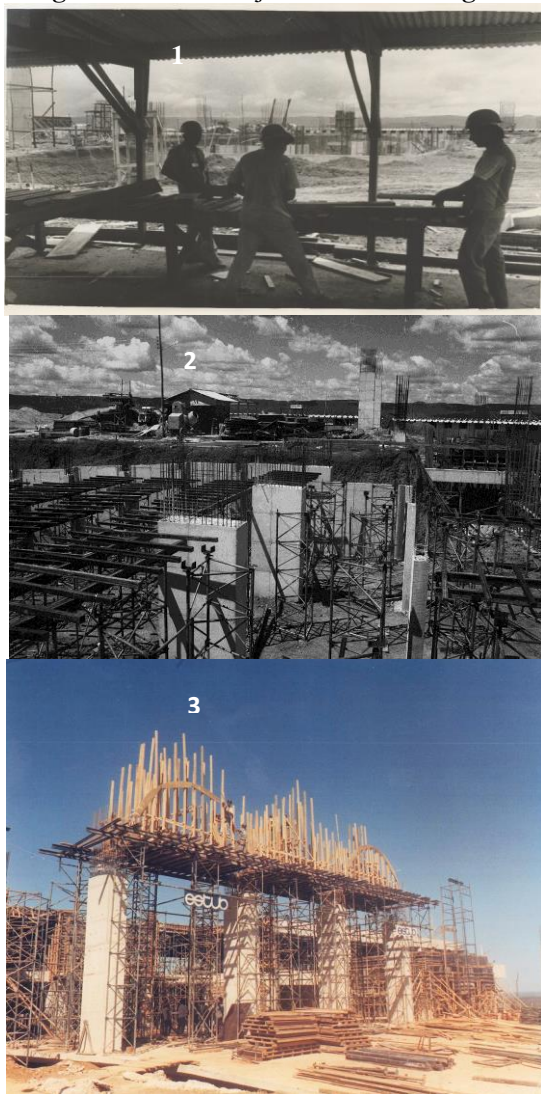


Fonte: Borges (2007)

⁶⁰ O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico – formado por ruas estreitas com casarões e igrejas – constituem o Centro Histórico de Natividade tombado pelo IPHAN, em 1987. O conjunto arquitetônico é também considerado uma das *Sete Maravilhas do Brasil*, pelo concurso da Editora Caras divulgado em 2008.

O prédio projetado pelos arquitetos Maria Luci da Costa e Ernani Vilela fora construído entre fevereiro de 1990 e março de 1991, ou seja, foram 13 meses para erguer uma construção de 14 mil m², retratados nas figuras abaixo (ver Figuras 37 a 39). A inauguração do mesmo aconteceu no dia 9 de março de 1991.

Figura 37 – Construção do Palácio Araguaia



Fonte: Lopes (1990); Di Pietro (1990) – cedidas pelo Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

Legenda: Construção do Palácio Araguaia fevereiro de 1990 (1) e em julho (2 e 3). Figura com homens trabalhando sob estrutura. As outras imagens são de autoria de Márcio Di Pietro

Figura 38 – Construção do Palácio Araguaia 1990-1991

Fonte: Caldas (1990); Di Pietro (1991) – elaboração Anjos (2015)

Legenda: Construção do Palácio Araguaia em setembro de 1990 (1 e 2 - interior) e em 1991(3 e 4 - fachada).

No projeto original, o prédio era localizado em uma pequena praça de formato elíptico, delineada pela área verde do entorno da edificação, um cruzamento, o qual permitia o fluxo de tráfego entre os eixos norte-sul e leste-oeste. Ou seja, o Palácio Araguaia ficava em uma grande rotatória até outubro de 1999, quando a Praça dos Girassóis começou a ser construída⁶¹ (ver Figuras 39 e 40).

⁶¹ Conforme já exposto, a Praça dos Girassóis foi construída entre 18 de outubro de 1999 e 7 de setembro de 2000, quando acontece a inauguração da mesma.

Figura 39 – Palácio Araguaia - perspectiva aérea na década 1990



Fonte: Di Pietro (1990; 1993) – cedidas pelo Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

Legenda: A primeira fotografia é do início de 1990, já as duas abaixo são de 1993.

Figura 40 – Palácio Araguaia na década de 1990

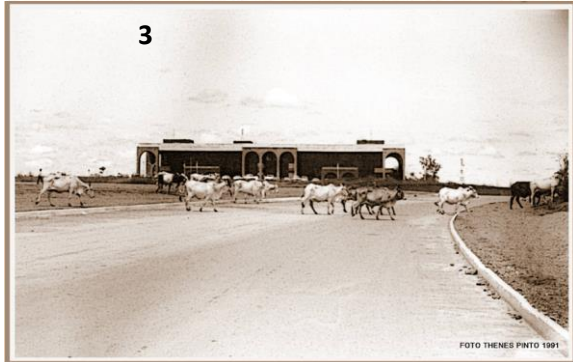
1



2



3



Fonte: Pinto (1992) (2 e 3) – Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas e 1991 – Publicizada em matéria jornalística, na qual os créditos da foto são remetidos ao Arquivo/Agência Estado Tocantins).

Legenda: Palácio Araguaia em 1991 (1) - 1992 (2 e 3)

Além dessa modificação – da localização do Palácio Araguaia no projeto urbanístico de Palmas – o prédio sofre interferências, pois, em março de 2002, a fachada do Palácio Araguaia passa a ter as Frisas – monumento com maior número de peças da Praça dos Girassóis⁶² (ver Figura 45) e os frontispícios, os quais, conforme já mencionado, foram retirados em 2006 (ver Figuras 41 a 43). Na análise, retomo esse assunto, mas por ora, vale destacar que os frontispícios, por não estarem no projeto original, ao serem colocados (sem consulta prévia dos arquitetos autores do projeto e da população), ferem a Lei Federal 9.610 de 1998 (BRASIL, 1998), que versa sobre os Direitos Autorais.

⁶² Sendo 144 placas feitas com fibra de vidro e resina, que formam 48 cenas que contam a história do Tocantins, criadas pelo artista plástico Maurício Bentes.

Figura 41 – Palácio Araguaia 2002 – 2006



Fonte: Queiroz (200?); Bispo (200?)

Legenda: Palácio Araguaia com frontispício, noturno e vespertino

Figura 42 – Palácio Araguaia sem os Frontispícios entre 2006 - 2011



Fonte: Brazil (200?)

Legenda: Fachada do Palácio Araguaia após a retirada dos frontispícios, em 2006

No entanto, em 2011, a fachada do Palácio Araguaia passa por uma restauração e ganha outro monumento, o Brasão de Armas (ver Figuras 43 e 44).

Figura 43 – Palácio Araguaia após 2011 - Brasão das Armas⁶³



Fonte: Vieira (2013)

Figura 44 – Brasão de Armas



Fonte: França (2011)

Legenda: Fotografia extraída do blog pessoal do artista plástico Gilberto França, uma espécie de *making off* da produção do brasão e revitalização das frisas

⁶³ Inspirados nos frontispícios os *Brasão de Armas*, como são chamados, foram criados pelo artista plástico Gilberto França. Medem 5,50 m. de altura e são ladeados por asas de 21 m. de comprimento. A obra fica a 14 metros de altura do chão. O retorno dos frontispícios fora um ponto polêmico anunciado por Siqueira Campos ainda durante a campanha para o governo do Estado, em 2010. Retomo esse assunto no Capítulo 5

O maior monumento da Praça dos Girassóis – as frisas – foram colocadas na mesma época que os frontispícios, com inauguração no dia 18 de março de 2002. A obra de autoria do artista plástico Maurício Bentes segue uma ordem cronológica, com início no pórtico central da entrada, seguindo à direita, contornando todo o Palácio e tem a *função* de contar a história do Tocantins. Esse monumento, tal como a *Súplica dos Pioneiros* e o Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana também inserem o personagem político José Wilson Siqueira Campos, mas desta vez a perspectiva é unir, criar o elo entre *os dois heróis do movimento separatista do norte-goiano (separados por mais de um século): Joaquim Theotônio Segurado e José Wilson Siqueira Campos.*

Embora cite o segundo momento da construção do discurso separatista, as placas de fibra de vidro dão ênfase aos dois momentos, sendo 1809 -1823 e 1981-1988.

Figura 45 – Frisas da Fachada do Palácio Araguaia – fragmento Dom Celso



Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, 2014

Antes de adentrar ao Palácio Araguaia e continuar a descrição analítica de suas obras, vale salientar que sua localização geográfica apresenta duas peculiaridades sendo uma o fato do prédio ter sido erguido *do* e *no* marco zero⁶⁴ da nova cidade, de

⁶⁴ A utilização da contração *do* para indicar que o palácio fora erguido *do* marco zero tem o sentido de *a partir do* marco zero, ou seja, nada (em tempo e espaço) o precedeu. Já a contração *no* para significar que o lugar, onde fora construído, sinalizando também que dali se construiu a cidade, afinal ele – o palácio – foi o marco zero. Isto é, uma questão simbólica.

onde *partem* as duas principais avenidas de um plano diretor ortogonal. A segunda é que o Palácio se encontra em um pequeno relevo, o qual pode ser percebido na próxima figura (ver figura 46).

Figura 46 – Palácio Araguaia em Perspectiva Contraplongê



Fonte: Costa (2008)

Esse relevo, segundo Pires (2008), no sobrevoo da região para escolha do local, no qual se construiria a capital do Estado do Tocantins, fora o que chamou a atenção de José Wilson Siqueira Campos. Em uma matéria publicada no dia 20 de maio de 2006, no *Jornal do Tocantins*, no dia do 17º aniversário de Palmas, o ex-governador concede uma entrevista (retomada na análise), na qual descreve que:

Eu ultrapassei essas cercas e parti para um pequeno platô e disse: ‘aqui será construído o Palácio Araguaia, a sede do nosso governo. Quero como frente para o Norte e frente para o Sul. Eu quero de forma que a trajetória do Sol o peque de Leste para Oeste. E saí correndo daquele platô’ [...]. (REYS, 2006, p. 2).

Perante o exposto e conjugando com as proposições analíticas esboçadas pela bibliografia consultada tem-se que, para além de deliberações estéticas, a construção de Palmas a partir do Palácio Araguaia é, sobretudo, uma questão política. Assim, pode-se inferir que a escolha para edificação do Palácio Araguaia está localizada, previamente, no centro de um espaço urbano que ainda seria construído e detém poder político, estético e simbólico. Ora, sua inserção também possui o caráter de estreia, afinal o prédio do Palácio Araguaia foi a primeira *grande obra* da nova capital, de modo que, ao ser erguido, se inscreve como referência política, histórica, estética e sociocultural.

Retomando as peculiaridades geomorfológica do local – onde está o Palácio Araguaia – Eliseu Brito (2010b) expõe os aspectos do *templo do poder*, que se localiza no “alto da colina” e, assim, as correlaciona às características do Palácio Araguaia em:

No alto da colina está ele, ‘o templo do poder’, Palácio Araguaia, como se fosse um forte que vigia [...] no centro do palácio ergue-se e domina a torre de ordem. ‘Ali é que estão reunidos o observatório, o carrilhão, o telégrafo, o relógio, os pombos-correio, o vigia da noite; é ali que flutua ao vento a bandeirada falange. A torre de ordem é o centro de direção e de movimento das operações industriais do Cantão, ela comanda as manobras com suas bandeiras, sinais, binóculos e porta-vozes, com um general de exército instalado numa alta colina’(BRITOb, 2010, p. 84)⁶⁵.

Desse modo, seja pela posição geográfica (centralizada), histórica (primeira grande construção), simbólica (palácio do Poder Executivo do Estado), estética e paisagística (14 mil m² de construção) o Palácio Araguaia se faz um monumento, *lugar de memória e poder*.

⁶⁵ Vale destacar que tal descrição fora feita por Considèrant (1848), entretanto Brito (2010b) lera a François Choay (1979. p. 83 -84).

Uma vez descrito por fora, adentremos aos seus quatro pavimentos. Afinal, no seu interior há alguns monumentos, como o *centro geodésico do Brasil* (ver Figura 47), o Painel das Lutas (ver Figura 49) e o Painel das Conquistas (ver Figura 50). Esses painéis ficam dispostos no salão de entrada (ver Figura 48).

Figura 47 – *Centro geodésico do Brasil*, interior do Palácio Araguaia



Fonte: Andres (2011)

A narrativa oficial dos monumentos afirma que, no hall da entrada da ala norte do Palácio Araguaia fica o *centro geodésico do Brasil* e os monumentos da Rosa dos Ventos e à Bíblia, na ala norte da Praça dos Girassóis seria para dar mais destaque ao fato. E possibilitar visita de turistas, pois o Palácio Araguaia é aberto a visitação apenas em horário comercial. Ou seja, *inventa-se um marco geográfico* e ainda o muda de lugar.

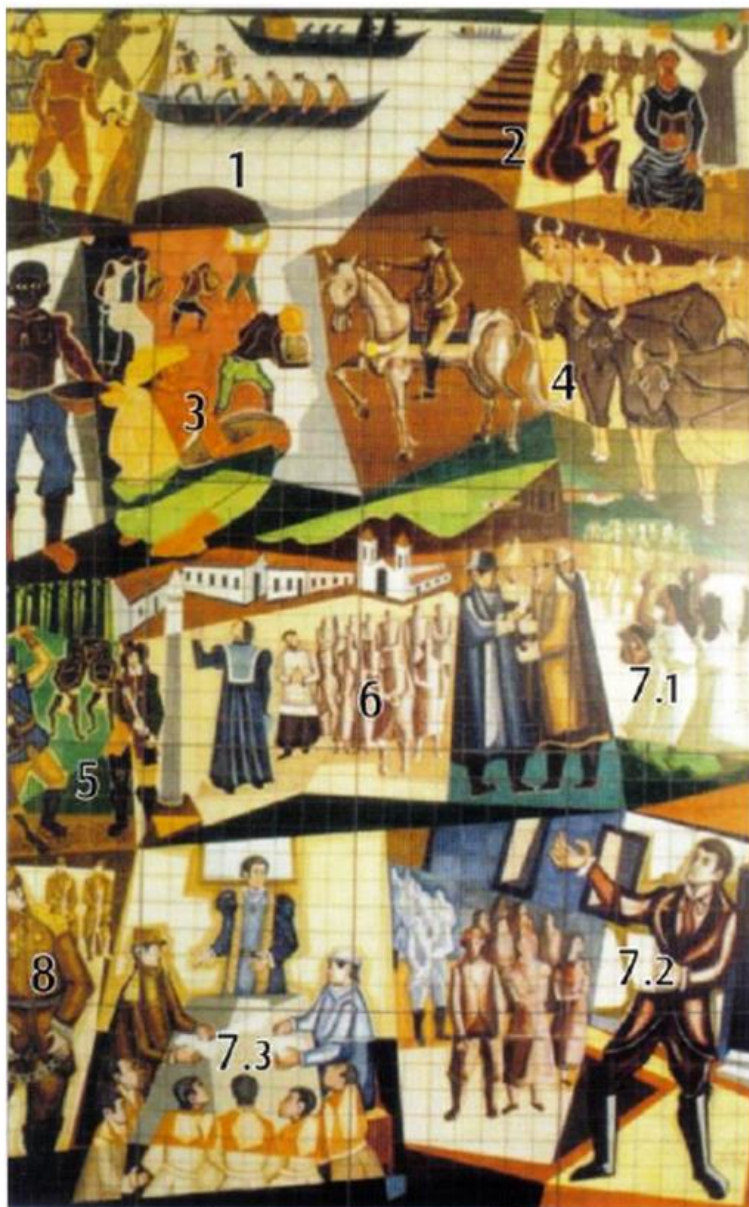
Figura 48 – Salão de entrada do Palácio Araguaia, ala norte



Fonte: Di Pietro (20?) – extraída de Bruni (2007, p. 91).

A Figura 48 retrata o salão de entrada principal do Palácio Araguaia (ao norte do prédio), no qual pode ser vista ao lado direito o Painel das Lutas e à esquerda o Painel das Conquistas. Os painéis foram produzidos pelo artista plástico Dirso José Oliveira (DJ Oliveira) e possuem 65 metros de altura, somando 1600 placas, em cerâmica. As narrativas ‘contadas’ pela obra são apresentadas na legenda das Figuras 49 e 50.

Figura 49 – Painei das Lutas



Fonte: Bruni (2007, p. 92).

Legendas - Todas as legendas foram extraídas da dissertação: *Ideais separatistas e autonomia política: depoimentos sobre a criação do estado do Tocantins*, de Fernanda Zilli Bruni (2007, p. 93), vale destacar que a obra fora publicada antes do Novo Acordo Ortográfico.

1. Representação da primeira entrada do homem branco nos sertões do Brasil Central, nos idos de 1592, quando o capitão Sebastião Marinho descobre ouro nas cabeceiras do Rio Tocantins. O fidalgo La Planque foi o primeiro a navegar o Rio Tocantins, por volta de 1610.

2. Padre Antonio Vieira, em 1653 sobe o rio Tocantins para arrebanhar índios a fim de abrigá-los em um aldeamento em Cametá, fundado por ele às margens do mesmo rio.

3. Francisco Dias D'Avila e seu pai, e mais 17 donos de currais estiveram no Alto Tocantins com a finalidade de expandir suas fazendas de gado. A entrada de gado antecede o ciclo de mineração no Vale do Tocantins.

4. Por volta de 1720, os vaqueiros estabelecidos nas ribeiras do rio descobrem ouro em São Félix, Chapada, Natividade, Arraias e Cavalcante. Em 1737, o Governador da Província de São Paulo empreendeu viagem para erguer vilas e comarcas nesses locais.

5. Bartolomeu Bueno da Silva, o “Velho” entra em Goiás, em 1682 e retorna a São Paulo com ricas amostras de ouro. Seu filho de mesmo nome, chega a Paranã e nessa viagem é descoberta a riquíssima mina dos “Martírios”, às margens do rio Araguaia.

6. Designação do desembargador Joaquim Theotônio Segurado [sic] para o cargo de Ouvidor da Comarca de Vila Boa. Segurado toma conhecimento das dificuldades administrativas e propõe a criação de uma comarca no Norte de Goyas. Em 1809, o Príncipe regente Dom João VI atende ao pedido e cria a Comarca de São João das Duas Barras. Segurado propõe que a sede da comarca fosse instalada na barra do Rio Palma e foi atendido pelo Príncipe Regente, cabendo ao próprio Segurado a edificação da Vila, fundada em 1815 e denominada São João da Palma.

7.

7.1. Em 15 de agosto 1821, os Padres Bartolomeu Marques, Lucas Freire de Andrade e José Cardoso de Mendonça, em parceria com o Capitão Felipe Antônio Cardoso tentam um golpe contra o governo da Capitania de Goyaz. O golpe não deu certo todos os envolvidos foram presos e banidos de Vila Boa.

7.2. O banimento dos revoltosos aflora sentimentos de ideais de autonomia na região. Theotônio Segurado, então, apóia [sic] a instalação do tão sonhado Governo Provisório autônomo, onde se torna presidente, em 14 de setembro de 1821.

7.3. As constantes mudanças da sede do Governo e a saída de Segurado para reassumir o cargo de deputado constituinte em Portugal enfraquece o movimento e Felipe Antônio Cardoso assume a liderança.

8. Boa parte dos envolvidos no Governo Provisório queria a mudança dos sistemas de governo nas províncias, ou seja, o fim do governo absolutista dos capitães-generais. O processo de independência do Brasil acabou enfraquecendo o movimento. Dom Pedro I desautoriza o Governo Provisório e o Governo de Vila Boa prende os revoltosos. O primeiro a ser preso foi o capitão Felipe Antônio Cardoso

Figura 50 – Pannel das Conquistas



Fonte: Bruni (2007, p. 94).

Legendas: Todas as legendas foram extraídas da dissertação: *Ideais separatistas e autonomia política: depoimentos sobre a criação do estado do Tocantins*, de Fernanda Zilli Bruni (2007, p. 93), vale destacar que a obra fora publicada antes do Novo Acordo Ortográfico.

1. Após o declínio dos ideais autonomistas liderados por Theotônio Segurado e Felipe Antônio Cardoso, os ideais de fomento da economia nortense são retomados por Couto Magalhães, em 1886, que funda a Companhia de Navegação do Araguaia, através de navios a vapor.
2. Surge, no começo do século, a liderança de Abílio Wolney, um jovem deputado da região. Os seus discursos não agradavam aos velhos coronéis da região. Os coronéis, então, apelam para a violência, enviam tropas armadas e matam nove nortenses, apoiadores de Abílio Wolney.
3. A Igreja Católica esteve presente nesse movimento libertário através de Dom Alano Marie du Noday, que exerceu a função de Bispo de Porto Nacional, de 1936 até 3 décadas depois.
4.
 - 4.1. O brigadeiro Lysias Rodrigues apaixonou-se pela região e chega a apresentar um projeto para a criação do território do Tocantins.
 - 4.2. Trajano Coelho usa seu talento político e literário para levar aos brasileiros os estudos sobre a viabilidade econômica da região da bacia tocantina.
 - 4.3. Oswaldo Ayres e Fabrício César Freire elaboram o manifesto à nação em prol do Tocantins, sob orientação do juiz Feliciano Machado Braga, em 1956.
5. A abertura da Rodovia Belém-Brasília, em 1960, trouxe novas perspectivas de progresso para a região. É nessa época que é criada a Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG).
6. Ainda na década de 1960, chega ao Norte de Goiás, Siqueira Campos, ao recém-criado município de Colinas de Goiás, trazendo toda a família oriunda de Crato, Ceará.
7. Começam as campanhas Pró-Tocantins, sob liderança de Siqueira Campos, que acabara de se tornar vereador de Colinas.
8. Já como deputado federal, Siqueira Campos preside a Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica, na Câmara, propondo a criação de 12 novos estados no Brasil, entre eles o Tocantins.
9. Em abril de 1982, a CONORTE promove o 1º Congresso de Estudos dos Problemas do Norte Goiano onde é redigida a Carta do Tocantins.
10. Em 1984, Siqueira Campos e Totó Cavalcanti (deputado estadual em Goiás), fazem greve de fome protestando contra os dois vetos do então presidente José Sarney contra a criação do novo estado do Tocantins.
11. Instalada a Assembléia [sic] Nacional Constituinte, em 1987, Siqueira Campos entrega o Projeto de Emenda Constitucional ao seu presidente, o deputado Ulysses Guimarães.

12. Lideranças nacionais e regionais redigem e entregam a fusão de emendas constitucionais. É criado, então, pelas Disposições Transitórias, o estado do Tocantins.
13. A eleição dos primeiros representantes tocantinenses tem como líder, Siqueira Campos, numa eleição atípica que teria mandato de apenas 2 anos.
14. Lideranças se reúnem para decidir o local da capital definitiva, já que provisoriamente a cidade de Miracema do Norte ostentava a honraria.
15. Em 5 de outubro de 1989, é promulgada a primeira Constituição Estadual. No detalhe estão Siqueira Campos e Dona Aurenny, a primeira esposa do governador.
16. Ilustração da primeira missa campal, com a participação de mais de 10 mil pessoas.
17. Siqueira Campos abre, simbolicamente, as primeiras avenidas da nova capital, Palmas.

Perante o exposto, pode-se conceber que o *Painel das Conquistas*⁶⁶ destaca o protagonismo de Siqueira Campos no terceiro movimento da formação do discurso autonomista do Estado do Tocantins, pois, desde o momento 6 da legenda ao momento 17 é o personagem que aparece em todas as cenas.

Um vitral também compõe as obras que ficam no interior do Palácio Araguaia. Trata-se de outra expressão artístico-religiosa – tal como alguns monumentos externos ao prédio já descritos – na qual se representa a visita dos três reis magos ao menino Jesus e o batismo no Rio Jordão (ver Figura 51).

⁶⁶ Composto por 32 peças em linha horizontal e 48 em vertical, 65 m², mesmas medidas do Painel das Lutas, ambos foram inaugurados no dia 18 de março de 2002.

Figura 51 – Vitrais do Palácio Araguaia



Fonte: Gonçalves (2013)

Retornando à Praça dos Girassóis pela entrada norte, quando ainda não se tinha uma praça, mas uma grande rotatória – ou pequena praça em formato elíptico – entre os anos de 1991 e 1994 havia um monumento erguido e inaugurado durante a gestão de Moisés Avelino; o Monumento à Lua Crescente (ver Figura 52).

Figura 52 – Monumento à Lua Crescente



Fonte: Lopes (1991) – cedida pelo Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

O monumento foi inaugurado em 1991, quando o [então] presidente Fernando Affonso Collor de Melo visita o Tocantins pela segunda vez e, na ocasião, também recebe a comenda de Ordem de Mérito – Grã-Cruz. O monumento fora demolido em 1995, quando José Wilson Siqueira Campos retorna ao Palácio Araguaia como governador do Tocantins para mandato 1995-1998.

Outro monumento que chegou a ser apresentado como Projeto de Lei foi a construção de uma réplica da Torre Eiffel, de autoria do então vereador Carlos Henrique Amorim. A torre se chamaria Torre dos Girassóis⁶⁷.

Rematando, a Praça dos Girassóis incorpora em seu conjunto arquitetônico diversas narrativas, por vezes desconexas, como por exemplo, o Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana ou as de caráter religioso, como a Súplica dos Pioneiros, o Cruzeiro, o Monumento à Bíblia, a Catedral Metropolitana de Palmas (ou Divino Espírito Santo) e os vitrais do Palácio Araguaia. Desse modo, se por um lado apresenta um “consenso religioso”, por outro, trata-se de “uma representação arquitetônica, que guarda em si uma negação das oligarquias políticas do Estado ou da própria história tocantinense.” (BRITO, 2010b, p 86).

Já Silva (2008, p.24) sintetiza esse “poema dadaísta” – que é a Praça dos Girassóis – em:

[...] praça gigantesca é depositária desse conjunto de narrativas. O palácio é para ser visto, uma espécie de ode ao poder e aos novos tempos, é o edifício moderno que ganhou arcos, esferas douradas, junto com frisas (painéis históricos) que retratam cenas das lutas e personalidades que forjaram o território tocantinense.

⁶⁷Um fragmento de matéria que fala sobre o assunto pode ser vista em: < <http://goo.gl/ijAkdK> >. Ao assumir o governo do Estado do Tocantins, o político retoma a esse projeto, mas também não consegue aprová-lo.

Assim, uma vez concebida essa narrativa da criação e *invenção do Estado do Tocantins*, de sua capital (a Palmas: da poeira ao concreto) e de seus monumentos “depositados na gigantesca” Praça dos Girassóis, faz-se necessário compreender a dinâmica partidária no Estado, que também é um elemento constituinte das representações dos símbolos de poder⁶⁸.

Desse modo, a recente história da política partidária do Estado do Tocantins, enquanto unidade federativa, constitui-se pelo revezamento de um grupo protagonista – os mesmos atores que participaram do processo de emancipação política do Estado. Revezamento esse que abordado no próximo subtítulo.

3.3 Breve História da Política Tocantinense: Poder em Poucas Mãos

Desde a criação do Estado do Tocantins, com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, foram realizados sete pleitos eleitorais [até o final dessa pesquisa]. Nesses pleitos, três nomes foram eleitos de forma direta, sendo José Wilson Siqueira Campos⁶⁹, que ocupou o cargo de governador por quatro mandatos, somando, desta maneira, 14 anos no Executivo do Governo do Estado do Tocantins; Moisés Avelino (um

⁶⁸ Como adendo do Capítulo 3, no Apêndice C, sintetizo em um quadro (*Lugares de memórias concretos ou naturais*) outros *lugares de memória* construídos em Palmas.

⁶⁹ Siqueira Campos (PSDB) foi governador do Tocantins durante quatro mandatos (1989-1990/1995-1998/1999-2002 e 2011-2014), atuando no papel de *criador do Estado*, título por ele mesmo designado. Uma demonstração da construção do mito político de criador fora o *slogan* utilizado em sua primeira campanha, para governador do Estado: “*Quem criou merece*”, personificando, em si, o próprio Estado. Em abril de 2014, Siqueira Campos renuncia, para desincompatibilização de gestores públicos que concorreram as eleições de 2014. No caso, a ação também fora necessária para que o filho, Eduardo Siqueira Campos, pudesse concorrer. Não apenas concorrera, mas, fora eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro, para mandato 2015 - 2018, como Deputado Estadual, com 28.841 votos (3.81%), segundo site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nessa eleição Marcelo Miranda retorna ao Palácio Araguaia (governado pelo PMDB)

mandato); Marcelo Miranda (dois mandatos), eleito em 2002, com apoio de seu antecessor, José Wilson Siqueira Campos.

Em seu primeiro mandato (2003-2006), Marcelo Miranda iniciou a gestão filiado ao partido PSDB, partido da base da União do Tocantins (UT⁷⁰), liderada por Siqueira Campos. Mas, em 2005, filiou-se ao PMDB, partido de oposição à UT. Posteriormente, se reeleveu para um mandato de 2007-2010. Sobre isso, Silva (2008, p.208) afirma que:

No tempo curto do ‘acontecimento’ (com todos os riscos que o emprego desta temporalidade incorpora, reafirmamos sua pertinência), nas últimas eleições venceu uma oposição dissidente de Siqueira Campos, *mas com uma atuação política muito próxima da anterior*. O que venceu, foi o discurso do ‘novo’, em oposição ao ‘velho’, não apenas personificando esses adjetivos, tanto no nível das próprias personagens em disputa política, como nas suas ações e discursos: o passado e o futuro. (grifo meu).

O político dissidente da UT, Marcelo Miranda (PMDB), em 2009, teve seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Por conseguinte, por meio de eleições indiretas, Carlos Henrique Gaguim⁷¹ assumiu o governo do Estado até dezembro de 2010.

Outro governador que o Tocantins teve foi Sandoval Cardoso (Partido Solidariedade – SD) eleito de forma indireta, em 04 de maio de 2014, para exercer o mandato até 31 de dezembro

⁷⁰ Grupo político liderado por Siqueira Campos, que tem como base os partidos PSDB, PTB, SDD, DEM,

PEN, PR e PSB, mas em momentos de campanhas sempre há entrada de outros, como por exemplo, nas eleições de 2014 os partidos PDT, PRB.

⁷¹ Carlos Henrique Gaguim (PMDB) era presidente da Assembleia Legislativa, pelo segundo mandato consecutivo. Ou seja, além de ser do mesmo partido que Marcelo Miranda e de outras estreitas relações, não representa uma ruptura política. Destaca-se ainda que o político atua desde a criação do Estado do Tocantins, sendo inclusive o autor do projeto de construção de uma réplica da Torre Eiffel, em Palmas, conforme mencionado anteriormente.

de 2014. Nas últimas eleições, disputadas (principalmente) entre Sandoval Cardoso e Marcelo Miranda, o último vence as eleições e retorna ao Palácio Araguaia.

Em Palmas, a história é semelhante, ou seja, os protagonistas são políticos já conhecidos do (ex) norte goiano. O primeiro prefeito de Palmas fora Felon Barbosa Sales (PSB), que entre 1990 e 1992 atuou no Executivo da mais nova capital do País, embora tenha sido eleito para administrar a recém-emancipada cidade de Taquarussu do Porto.

Em seguida, Eduardo Siqueira Campos (PSDB), filho de José Wilson Siqueira Campos, fora o primeiro prefeito eleito, cuja vice-prefeita foi Mariza Sales Coelho – tia de Felon Barbosa. Após a gestão de Eduardo Siqueira Campos e com apoio da UT, os prefeitos Manoel Odir Rocha e Nilmar Ruiz foram prefeitos de Palmas.

Entre janeiro de 2005 e dezembro de 2012, Raul Filho esteve à frente da prefeitura de Palmas passando o cargo a Carlos Amatha, o qual se reelege, em 2016, para mantado 2017-2020.

Após esta síntese política percebe-se que, embora composto de algumas vertentes, o Estado do Tocantins, possui um único grupo político que ao se revezar no poder substituem, naturalmente, seus símbolos de governo. A prática de *destruição* de artefatos, símbolos construídos em governos anteriores – ou até mesmo abandono de projetos iniciados – é comum aos processos de transição de gestões políticas, pois “Destruir um artefato urbano implica em apagar a memória das lideranças anteriores.” (SILVA, 2008, p. 54).

É justamente esse o ponto de partida para esta obra. Isto é, a compreensão do processo de *apagamento/esquecimento* do girassol – símbolo ligado à figura de Siqueira Campos – e ascensão do capim dourado que aconteceu durante o governo de Marcelo Miranda (2003 - 2009), partindo do pressuposto que houve uma transformação do capim dourado em um símbolo, não apenas político-governamental, mas também identitário.

Esse processo buscou legitimar-se por meio da naturalização do discurso do *endemismo da espécie* – capim dourado

– e, portanto, um marco diferenciador entre *eu* e os *outros*, no período compreendido entre 2003 e 2010, especificamente, por marcar mudanças de vertente política de gestores do Executivo no Estado⁷².

Outro elemento foi a participação, em 2005, do Tocantins no Ciclo de Eventos *Brésil, Brésils* ou o *Ano do Brasil na França*⁷³ com outros seis estados brasileiros (Amazonas, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro).

O Tocantins, dentro da programação oficial, em sete dias realizou manifestações culturais. Segundo a secretária de Estado de Cultura do Tocantins (Secult), na época, Valquíria Moreira Rezende⁷⁴, foram levados artesanatos à base de capim dourado, buriti, babaçu, palhas e também peças de cerâmica, madeira, livros e shows.

Além do ciclo de eventos, da programação oficial, o Estado do Tocantins teve espaços para exposições e venda de artesanato em 40 estabelecimentos comerciais em Paris e, conseqüentemente, projeção na imprensa regional (Tocantins/Norte), nacional (Brasil) e internacional, segundo Valquíria Rezende (2013).

Na construção social dessa realidade – com formação e destruição de símbolos governamentais, com finalidade de projetar uma identidade regional oficial, ancorada nos meios de comunicação, perpassando a diversos campos – é que se busca depreender a correlação dos discursos e símbolos governamentais na (trans)formação identitária tocantinense. Assim, no próximo

⁷² No *Apêndice A*, apresento um quadro que traz uma síntese do processo sucessório dos gestores de governo de estado e da prefeitura municipal de Palmas e seus respectivos secretários de cultura e/ou presidentes de fundação cultural (municipal e estadual).

⁷³ Um ciclo de eventos com 333 projetos e aproximadamente 2.500 manifestações culturais brasileiras promovidas conjuntamente pelos governos brasileiro e francês. O *Brésil, Brésils* ou o *Ano do Brasil na França*, aconteceu entre março e dezembro de 2005, dentro do programa de temporadas culturais estrangeiras, desenvolvido pelo governo francês desde 1985 (AMARAL, 2008).

⁷⁴ Em entrevista concedida dia 22 de julho de 2013.

capítulo, apresento algumas características do girassol enquanto símbolo político, e a transposição para o capim dourado, dentro de uma perspectiva de sistemas simbólicos e invenções de tradição.

DO GIRASSOL AO CAPIM DOURADO: RESSIGNIFICAR O PASSADO PARA CONSTRUIR O FUTURO

“Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas” (BARROS, 2013, p. 321).

O poeta mato-grossense Manoel de Barros traz, em sua tessitura, uma instabilidade semântica, a qual denomina de “infância da língua”. Embora o objeto dessa pesquisa não seja a literatura a escolha desse escritor, para a epígrafe, é uma forma de sinalizar poeticamente o assunto que é tratado neste capítulo: as invenções de tradição (HOBSBAWM, 2012), o imaginário e a construção de memória – formada pelos processos de esquecimento e lembrança. No caso, esquecimento do girassol (símbolo ligado à figura do político Siqueira Campos) e lembrança do capim dourado.

A ascensão desse elemento da natureza se dá com o desfocar do girassol – um símbolo construído por Siqueira Campos –, e a transposição para o capim dourado com a ideia de algo que é *endêmico* do Tocantins. Segundo a hipótese desse trabalho, isso acontece durante o governo Marcelo Miranda (2003 – 2006) cujo *slogan* era: “*Cidadania e Progresso*”. Dessa maneira, o capim dourado torna-se símbolo não apenas político-governamental, mas principalmente identitário.

Destarte, para compreender como se deu o processo de transposição do símbolo do girassol para o capim dourado em Palmas, é preciso reportar à concepção de imaginário. Nessa investigação, o conceito de imaginário empregado está ancorado em Baczkó (1985) e em Berger e Luckmann (2004) - esses últimos ao se referirem ao imaginário como um constructo da realidade.

Entretanto, destaca-se, trilha também o caminho conceitual da memória em Halbwachs (2006), Pollak (1992) e Ricoeur (2007), por entender que a memória gera o discurso (FOUCAULT, 2010) para formação do imaginário social e, posteriormente, verifica-se como esse imaginário é representado, sendo a representação compreendida sob a perspectiva de Chartier (1991).

Como adendo, o capítulo perfaz a lógica da construção do imaginário acerca do Jalapão (preservar para explorar/ecoturismo) e da (re)invenção da tradição do fazer artesanato com capim dourado por *atos institucionalizantes* (a natureza, o produto e a marca). Afinal: “A busca pelo imaginário é em grande parte uma longa viagem por essa sensibilização e o nosso papel, antes de tudo, é tecer um convite à viagem” (SILVA, 2008, p. 16). Assim, inicio a tessitura com a significação conceitual de memória.

4.1. Significações da Memória

O termo memória, por ser polissêmico, é compreendido, nesse estudo, segundo algumas significações extraídas de Halbwachs (2006), Nora (1994), Pollak (1992) e Ricoeur (2007).

Assim sendo, memória, em Halbwachs (2006), é compreendida como uma forma eminente da construção histórica, distanciando-se, assim, da concepção positivista, a qual era vivenciada no período em que a obra fora escrita e está intrinsecamente ligada.

Os estudos do autor fomentaram uma nova relação com a história, na qual a memória é concebida dialogando com as lembranças, com os lugares, com as cerimônias, enfim, transportando algo arquivado e compartilhado para a realidade histórica (HALBWACHS, 2006).

Embora questione a *formação de memória* individual, proposta por Halbwachs (2006)⁷⁵, Ricoeur (2007), em seus

⁷⁵ Na qual a memória individual deriva da memória coletiva.

estudos, acrescenta que a memória não deve ser percebida apenas como armazenamentos mnemônicos, mas como (re)significadora do que é rememorado. Ou seja, “[...] não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOEUR, 2007, p. 40).

Entretanto, Halbwachs (2006), Pollak (1992) e Ricoeur (2007) confluem que, por reunir símbolos comuns de um grupo, a memória é um fator imprescindível do sentimento de identidade, reconhecimento e pertencimento. Logo, as marcas de proximidade, ou seja, o elo dos integrantes de um grupo é a memória que os mantém e pode ser representada por meio de signos e símbolos.

Assim, a memória de um grupo ou memória coletiva pode ser compreendida como a memória que é referendada pelo(s) grupo(s) com o(s) qual(is) se convive(m) e do(s) qual(is) se extrai(em) as próprias lembranças (HALBWACHS, 2006).

Em outras palavras, a construção de uma memória coletiva carece da interligação das diversas memórias dos indivíduos que fazem parte do grupo identificado como proprietário daquela memória (POLLAK, 1992).

A memória também é compreendida como sentimento de ser, de pertencer ao se lembrar do que se é, ou seja;

Ela obriga cada um a se relembrar e a reencontrar o *pertencimento*, princípio e *segredo da identidade*. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente. [...] Nesta tradição que só tem como história sua própria memória, *ser judeu, é se lembrar de ser judeu* [...]. (NORA, 1994, p. 18, grifo meu).

Pelo exposto, percebe-se que a memória não apenas precede, mas compõe o sentimento de identidade (individual e coletiva), de continuidade, de coerência e o reencontro do pertencimento (NORA, 1994).

Além disso, a memória coletiva ancora-se em lembranças comuns de um grupo limitado, localizado no espaço e no tempo,

e que muda conforme as relações que se estabelecem com outros lugares. Sendo assim, a memória de um indivíduo é uma perspectiva da memória coletiva, segundo Halbwachs (2006).

A estruturação da memória, por sua vez, se dá pelo olhar de *hoje* sobre o *ontem*, isto é, uma apropriação do passado no presente, que possibilita as construções de futuros. “Assim, é no presente que a construção do passado é disputada como recurso para a construção de um futuro que responda às aspirações desse presente” (ENNE, 2004, p. 104).

Pode-se inferir que a memória é um fenômeno socialmente construído

Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político [...] a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que *a memória é um fenômeno construído* (POLLAK, 1992, p. 203, grifo do autor).

Essa concepção de projeção de futuro/planejamento por meio do recorte e ressignificação da memória é melhor descrita em Velho (2003), e recebe o nome de *projeto*⁷⁶. Assim, memória e projeto são considerados: “[...] visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória” (VELHO, 2003, p. 101). Ou seja, os termos (memória e projeto) estão imbrincados e são interdependentes. De modo que, enquanto a memória reorganiza o passado (visão retrospectiva), o projeto antecipa e planeja o futuro. Isto é:

A consistência do *projeto* depende, fundamentalmente, da *memória* que fornece indicadores básicos de um passado

⁷⁶ Velho (2003, p. 101), elucida que Schutz (1979) desenvolveu a noção de *projeto* como: “conduta organizada para atingir finalidades específicas.”.

que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar *projetos*. [...] O *projeto* e a *memória* associam-se e articulam-se ao dar *significado* à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria *identidade*. (VELHO, 2003, p. 101, grifo do autor).

Destaca-se ainda, em Velho (2003), que a dimensão sociocultural, local de elaboração e implementação de projetos, é denominado *campo de possibilidades*. Assim, é essa dinamicidade da memória que permite a projeção de futuro e a reconfiguração do passado, pois, a “reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e projetada sobre o passado reinventando e, por outro lado a ‘memória coletiva’, que magicamente recompõe o passado” (HALBWACHS, 2006, p. 13).

Dentro de uma perspectiva semelhante, tem-se o *ver de novo para ver algo novo*, ou *Pentimento* – ou seja, o reaproveitamento da lembrança na construção de um novo – de Lillian Hellman (1981), que traduz um pouco desta ressignificação do passado.

À medida que o tempo passa, a tinta velha em uma tela muitas vezes se torna transparente. Quando isso acontece, é possível ver, em alguns quadros, as linhas originais: através de um vestido de mulher surge uma árvore, uma criança dá lugar a um cachorro e um grande barco não está mais em mar aberto. *Isso se chama pentimento, porque o pintor se arrependeu, mudou de ideia*. Talvez se pudesse dizer que a antiga concepção, substituída por uma imagem ulterior, *é uma forma de ver, e ver de novo, mais tarde*. (HELLMAN, 1981, p.1, grifo meu).

Diante dessas significações, embora sintéticas, percebe-se que a memória coletiva é necessária *na* e *para* a construção, manutenção, representação e projeção de qualquer grupo social, uma vez que os grupos sociais precedem a existência de elementos comuns (símbolos) que deem coesão e identidade a esse grupo(s) que deve(m) ser lembrado(s) e esquecido(s) (ANDERSON, 2008; HOBSBAWM, 2012).

Assim, “a memória se faz texto e discurso” (MORAES, 1997, p. 10), e pode-se afirmar que a construção de memórias é um processo comunicacional, “pois coloca o emissor das mensagens dentro de uma rede de fluxos de informação que lhe confere identidade como participante dessa *rede*” (ENNE, 2004, p. 105, grifo da autora). Isto é, gera o discurso para formação do imaginário social.

Logo, é com o registro discursivo da memória que se pode compreender a produção de sentidos. Ou seja: “[...] somente por meio da representação linguística que o reconhecimento social e cultural da ‘realidade’ se torna possível” (SCHNEIDER, 2004, p. 100).

Ora, memória e discurso são constructos de uma mesma realidade, todavia, há uma distinção analítica que assegura a autonomia entre ambos. Diante disso, faz-se necessário abordar algumas características tácitas do discurso e sua relação com a memória.

4.2 Discurso: Composto Social da Memória e da Realidade

A proposta de compreender separadamente memória e discurso é uma tarefa árdua, posto que esses são elementos que se compõem. O discurso, enquanto elemento constituinte de memória, e a memória que se apresenta por meio do discurso. Afinal, “o sujeito não é fonte do sentido; o sentido se forma na história através do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito; o sentido pode ser cercado, ele escapa sempre” (MALDIDIER, 2003, p. 96).

A relação dos termos corrobora para a construção social da realidade, afinal:

A memória é um conteúdo, estratégia ou discurso instituído e instituinte da realidade e dos sentidos que se pretende atribuir a uma realidade ou às relações societárias. [...] A memória reescreve e produz discursos sobre o espaço e o tempo a partir de motivações que não são compromissados com o mundo real ou da História,

embora esteja neles contextualizados ou referidos. [...] A memória e seu registro discursivo permitem a compreensão do encontro e do arranjo de múltiplas formas de sociabilidade e de produção de sentidos (MORAES, 1997, p.11).

Perante o exposto, concebe-se que a memória discursiva antecede a existência do discurso e, conseqüentemente, depende das relações interdiscursivas, as quais formam as redes de memória.

Já o discurso especifica e conceitualmente, é definido por Foucault (2010, p. 48 - 49) como uma ressonância, uma reverberação do que está sendo socialmente construído, pois:

As coisas murmuram, de antemão, um sentido que nossa linguagem precisa apenas fazer manifestar-se [...]. O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si. [...] o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro, e essa troca, essa leitura e essa escritura jamais põem em jogo senão os signos.

Esse jogo de signos ao qual Foucault (2010) se refere pode ser entendido (também) como uma representação linguística, que nada mais é do que um instrumento de reconhecimento social e cultural da realidade. “Discursos, da mesma forma que símbolos, adquirem poder, eficácia e função por meio do contexto social em que se situam” (SCHNEIDER, 2004, p.101).

Desse modo, percebe-se que há uma direta relação entre o discurso e o poder, conforme elucidada Foucault (2010, p. 9 - 10), ao afirmar que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz

as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se lutar, o poder do qual nos queremos apoderar”.

Na obra *Discurso e Poder*, o linguista holandês Teun Dijk, afirma que o poder também se situa em outro *locus* do discurso, isto é, em uma força societal. Desse modo:

Deve-se ressaltar que o poder não apenas aparece ‘nos’ ou ‘por meio dos’ discursos, mas também que é relevante como força societal ‘por detrás’ dos discursos. Nesse momento, a relação entre discurso e poder é próxima e constitui uma manifestação bastante direta do poder da classe, do grupo ou da instituição e da posição ou *status* relativos de seus membros. (DIJK, 2008, p. 44, grifos do autor).

Diante da citação, compreende-se que o poder discursivo não está contido apenas em quem fala, mas *de onde se fala*. Corroborando, Orlandi (1996, p. 58) afirma que: “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada (isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada) determina o que pode e deve ser dito”.

Desse modo, a legitimação de um discurso pode ser compreendida como uma manifestação do reconhecimento do poder do discurso. Em outras palavras, mais elucidativas:

[...] a autoridade que funda a eficácia performativa do discurso é *pervipi*, um ser conhecido e reconhecido, que permite impor um *pervipere*, ou melhor, de se impor como se estivesse impondo oficialmente, perante todos e em nome de todos, o consenso sobre o sentido do mundo social que funda o senso comum. (BOURDIEU, 1996, p. 82).

Ou ainda, nas palavras de Foucault (2010, p.8);

Supondo que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm

por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Ou seja, o discurso, neste estudo, é entendido não apenas como uma realidade semântica/léxica, mas como um jogo de símbolos e signos que atuam em um contexto societal, construindo significados e significantes, sujeitos e interpelações.

Diante dessa pontuação, proponho uma breve digressão, em um subtítulo, sobre o *discurso autonomista na e para* a formação da identidade cultural no último movimento separatista (1981-1988) e nos primeiros anos do Estado do Tocantins.

4.2.1 Discursos e a formação da identidade cultural no Tocantins

Sendo assim, conforme exposto nos capítulos precedentes, na construção/invenção do Estado do Tocantins⁷⁷ houve, em um primeiro momento, a construção de um *Discurso Autonomista* que recorria a um passado, especificamente a luta de emancipação política de 1809 – cuja figura tomada como protagonista foi a do português Joaquim Theotônio Segurado – a fim de se legitimar. Outro elemento presente nesse *Discurso Autonomista* era o da identidade cultural do nortense.

O nortense era caracterizado como sujeito coletivo que vivia em um lugar cuja cultura era diferente do centro-sul de Goiás, conforme depoimento de Mary Sônia⁷⁸ a Maria do Espírito Santo Cavalcante (2003, p. 192-193):

⁷⁷ *Construção*, enquanto unidade federativa criada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e *invenção* enquanto construção de memória-discurso e imaginário social a respeito do Estado do Tocantins e suas discrepâncias com o centro-sul de Goiás.

⁷⁸ Mary Sônia Matos Valadares, natural de Tocantinópolis (região do Bico do Papagaio, no Tocantins), é advogada, servidora pública aposentada e escritora, membro das Academias Tocantinense (ATL) e Palmense de Letras (APL) e já fora presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Palmas. No capítulo 5, abordo uma matéria que Mary Sônia propõe ao *JT*, na matéria há diversas “cartadas simbólicas”.

Nós já tínhamos uma situação tão defendida em nossa cabeça sobre o que era o Norte de Goiás que nós nos auto-intitulávamos de nortenses. O Sul fala [chama] o Norte de Goiás de nortista. Mas a maioria nem sequer gostava desse nome. Nós falávamos nortense.

Mary Sônia acrescenta, em seu depoimento, que havia preconceito dos goianos do centro-sul com os goianos do norte, principalmente no que diz respeito ao uso de pronomes, conforme citação abaixo:

Por exemplo, na minha região [Tocantinópolis], o uso do tu é normal. Naquela região do Bico do Papagaio, o você é hoje mais usado. Mas, naquela década de 1960 e 1970, mais por aí atrás, o tu permanece até hoje. Quando a gente chegava lá no Sul, você tinha por obrigação falar você, porque se falasse tu era criticado. Então quando você voltava do Sul e se integrava nas férias junto ao grupo do Norte, nós já eramos criticados pelos nossos conterrâneos, porque já trazíamos o você do Sul. Eu considero esse período bastante positivo, mas restava essa mágoa, porque, no meu entendimento, a gente terminava por perder a nossa identidade. (CAVALCANTE, 2003, p. 192-193).

Além do sotaque, o regionalismo explicitado no depoimento de Mary Sônia pelo uso de pronomes, outros elementos que apareciam no *Discurso Autonomista* era o da paisagem e clima, que se distinguiam do centro-sul de Goiás.

Afinal, “a valorização do patrimônio cultural do Tocantins compreendia, ainda, ‘a defesa das riquezas ecológicas como a Ilha do Bananal, os rios Araguaia e Tocantins, a Lagoa da Confusão, a defesa das terras das reservas indígenas etc.” (CONORTE, 1987 apud CAVALCANTE, 2003, 193). Destacase que o discurso da Casa do Estudante do Norte Goiano (Cenog) precede o da Conorte, utilizando-se de referências semelhantes, de modo que os elementos discursivos buscavam

suporte na natureza regional, a fim de naturalizar as *marcas de diferenciação*, a exemplo:

Parece não haver dúvidas para os habitantes do[e] Norte do[e] Goiás de que havia *características peculiares na região: a geografia* (solo, rios e vegetação), *os hábitos cotidianos de alimentação*, a pronúncia e a familiaridade com algumas palavras. *A apropriação dessas diferenças como qualificação do que é ser nortense e não nordestino ou nortista*, evidenciou-se historicamente a partir dos anos [19]60, quando, em Goiânia, os estudantes do Norte de Goiás fundaram a Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG). [...]. *Essa peculiaridade foi apropriada no discurso autonomista como uma linha divisória entre goianos e nortenses e uma referência às características que aglutinavam aqueles que habitavam abaixo do Paralelo 13*. Indagar se essas características são suficientes para construir a identidade de uma região é uma questão que remete a pesquisa centrada nessa temática, mas o certo é que havia uma descontinuidade Norte/Centro-Sul de Goiás no que se refere a esse aspecto cultural: hábitos e costumes. (CAVALCANTE, 2003, p. 194-195, grifo meu).

Diante do exposto, pode-se conceber que os discursos perpassam a um imaginário e, através do imaginário, uma coletividade demonstra sua identidade (BACZKO, 1985). Desse modo, a literatura do norte goiano também contribuía no processo de formação de identidade cultural, afinal, além de instituir memória, construía *sujeitos sociais* em sua urdidura.

Assim, foi utilizando de referências como a natureza e a cultura que se formou o *Discurso Autonomista do Tocantins*, concomitantemente à formação de um grande grupo político de nortenses. Ou seja, tudo corroborava para a criação de um campo fértil, no qual fora semeado o girassol que, tal como a cidade de Palmas, surge do nada, não tem um elo histórico, geográfico nem ecológico com o Tocantins.

Além disso, acrescenta-se que o discurso, uma vez legitimado, adquire um poder que, ao ser proferido – permeado

de representações – constrói a identidade de um grupo; sua narrativa e seu imaginário social.

Dito isso, faz-se necessário embrenhar pelo caminho conceitual dos termos imaginário, discurso e representação. Isto é aprofundar a relação dos mesmos – elucubrando para que o texto ressurgja melhor delineado – e discutir a transposição girassol/capim dourado como elemento identitário e político.

4.3 Imaginários, Discursos e Representações como Constructos Sociais da Realidade

O que se pretende nesse estudo é depreender como se deu a transposição do girassol para o capim dourado como elemento identitário e político no Estado do Tocantins. Para tanto, parte-se do pressuposto que a memória dá subsídio para formação discursiva, no caso, do que é o Tocantins. Esse discurso, por sua vez – por ser um constructo social –, se utiliza de signos e símbolos, os quais formam elos entre uma coletividade, ou seja, o imaginário social, através do qual essa coletividade designa sua identidade e elabora representações acerca de si⁷⁹.

Desse modo, o imaginário pode ser compreendido como construção coletiva e organização social dadas, por meio de símbolos e representações (VIERA, 2011). Embora as ciências humanas não tomassem o imaginário como objeto de estudo, após a década de 1970, passou a acompanhá-lo dos “adjetivos ‘social’ ou coletivo” e se tornaram “tema na moda” (BACZKO, 1985, p. 297).

Na moda ou não, o imaginário faz-se lentes pelas quais se enxerga a realidade, influencia decisões, modos de ser e estar no mundo (comer, morar, vestir, consumir) e dá subsídio para construções de práticas culturais, as quais compõem a representação de uma realidade. Ou seja, o imaginário é produtor

⁷⁹ Esse processo, conforme já exposto no Capítulo 2, ocorre em nível de lugar, região, estado e nação (ANDERSON, 2008).

(tal como arte e religião) do campo de significação do mundo (MACIEL, 2001).

Desse modo, Baczko (1985) entende que o imaginário é formado por símbolos representados, os quais se tornam comunicáveis, entre outras formas, através da produção de discursos. Esses discursos efetuam o agrupamento das representações coletivas em uma linguagem na qual:

Os signos investidos pelo imaginário correspondem a outros tantos símbolos. E assim que os imaginários sociais assentam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento [...]. Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações. (BACZKO, 1985, p. 311).

Por conseguinte, ao sistematizarem, em forma de linguagem, os agentes sociais constroem o discurso, o qual se ancora na memória coletiva representada por elementos que compõe o imaginário de um grupo, que podem ser “complexos e compósitos”, como os mitos e ideologias (BACZKO, 1985). Vale destacar que esses imaginários não se dão de maneira isolada, entretanto, se inter-relacionam e até se confundem imaginário e os símbolos:

[...] (por exemplo, a utilização do simbolismo do sagrado a fim de legitimar um poder). Não esqueçamos também que, nos tempos modernos, os mitos políticos propriamente ditos [...] as ideologias e as utopias formam lugares privilegiados em que se constituem os discursos que veiculam os imaginários sociais. (BACZKO, 1985, p. 312).

Entende-se, dessa maneira, que o imaginário é uma importante peça do *controle* da vida coletiva e do exercício de poder. Ademais, há que se acrescentar que é no imaginário social que se encontra a ideia de poder legítimo ou “*legitimação de poder*.”

Qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder” (BACZKO, 1985, p.310, grifo do autor).

Diante disso, entende-se que o poder do discurso do imaginário social precede mecanismos de legitimação. Pierre Bourdieu (1996) elucida que os símbolos constituintes do discurso do imaginário social alcançam a legitimação ou efeito quando o grupo – para o qual os símbolos foram construídos – ignora a sua imposição por parte do grupo dominante. Destaca-se que, uma vez identificado o símbolo, ele se torna uma representação (BOURDIEU, 1996).

Conjungindo, a realidade é produzida por meio de uma rede de sentidos, “de marcos de referência simbólicos[as] por meio dos quais os homens comunicam, *se dotam de uma identidade colectiva[sic]* e designam as suas relações com as instituições políticas, etc...” (BACZKO, 1985, p. 307, grifo meu).

Assim, construída através de imaginários sociais, é que a identidade de um coletivo se institui e cria uma representação de si, estabelecendo, desta forma, papéis e posições sociais, crenças e códigos (ANSART, 1974 apud BACZKO, 1985). Ou seja, o imaginário social “informa acerca da realidade, ao mesmo tempo [em] que constitui um apelo a acção[sic], um apelo a comportar se de determinada maneira” (BACZKO, 1985, p. 311).

Baczko (1985) está falando, com outras palavras, da *Construção Social da Realidade*, que os sociólogos Ludwig Berger e Thomas Luckmann discutem na obra *Tratado da Sociologia do Conhecido*. Isto é: “a realidade social da vida cotidiana é portanto apreendida num contínuo de tipificações [...]” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 62).

Estas tipificações (elementos constituintes do imaginário e da memória social) se dão, dentre outras maneiras, por meio da linguagem, e possibilitam a compreensão, participação e construção da realidade da vida cotidiana. “A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado [...]” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 61).

Os autores acrescentam que a linguagem “constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 61).

Se a linguagem/discurso é que subsidia a construção social da realidade, então os processos de socialização, os quais se dão por meio da linguagem cotidiana, são estruturantes para a identidade do indivíduo. “De fato, a identidade é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada *juntamente com* este mundo.” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.177, grifo dos autores).

Esse mundo, ao qual se referem os autores, é a realidade objetiva, que localiza o indivíduo na estrutura social, à medida que:

Escolhem aspectos do mundo de acordo com sua própria localização na estrutura social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um. O mundo social é ‘filtrado’ para o indivíduo através desta dupla seletividade. Assim, a criança das classes inferiores não somente absorvem uma perspectiva própria da classe inferior a respeito do mundo social, mas absorve esta percepção com a coloração particular que lhe é dada por seus pais (ou quaisquer outros indivíduos encarregados de sua socialização primária) (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.176).

Conforme exposto, percebe-se que a identidade é socialmente construída por diversos significativos, os quais o indivíduo interioriza (para utilizar o termo empregado pelos autores), de modo que;

Receber uma identidade implica na atribuição de um lugar específico no mundo. Assim como esta identidade é subjetivamente apreendida pela criança (‘eu sou Jonh Smith’), o mesmo se dá com o mundo para o qual esta identidade aponta. A apropriação subjetiva da identidade e

apropriação subjetiva do mundo social são apenas aspectos diferentes do *mesmo* processo de interiorização, mediatizados pelos *mesmos* outros significativos (BERGER; LUCKMANN, 2004, p.178, grifo dos autores).

Isto é, a identidade permite que o indivíduo seja localizado socialmente e, de igual maneira, se localize em um sistema social. Do mesmo modo, ao escrever sobre representação, Chartier (1991) justapõe que existe uma dupla via para compreensão de identidade, na qual:

[...] uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade (CHARTIER, 1991, p.183).

Dessa maneira, ao significar representação, Chartier (1991) a apresenta também como uma categoria de análise e, assim, tem-se propostas para o estudo das representações coletivas. Reavendo a significação do termo, o autor, na tentativa de articular o conceito de representação, recorre a Marcel Mauss (1872 – 1950) e Emile Durkheim (1858 – 1917), e assinala a correlação entre representação coletiva e identidade, na qual:

[...] as operações de recorte e de classificação que produzem as configurações múltiplas graças às quais a realidade é percebida, construída, representada; em seguida, *os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social*, a exibir uma identidade própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto, uma ordem, um

poder; enfim, as formas institucionalizadas através das quais ‘representantes’ encarnam de modo visível, ‘presentificam’, a coerência de uma dada comunidade, a força de uma identidade, ou a permanência de um poder (CHARTIER, 1991, p. 183, grifo meu).

Elucida-se, dessa maneira, que a representação da realidade (ou imaginário) é construída e se dá por meio de signos comuns de um coletivo, que sistematizam a construção de identidade ou perpetuação de poder.

Conceitualmente, representação é um termo entendido, contemporaneamente, por acepções, *a priori*, contraditórias. Isso porque a representação se faz por ausências, ou seja, o que representa e o que é representado e, por outro lado ou também é a apresentação de algo (alguém) presente. Ou melhor:

Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como é registro diferente: o da relação simbólica que, para Furetière⁸⁰, é ‘a representação de algo de moral pelas imagens ou pelas propriedades das coisas naturais (...). O leão é o símbolo do valor, a bolha o da inconstância, o pelicano o do amor materno’. Uma relação decifrável é portanto postulada entre o signo visível e o referente significado — o que não quer dizer, é claro, que é necessariamente decifrado tal qual deveria ser. (CHARTIER, 1991, p. 184).

Apresentando (presente) ou representando (ausente), a significação de representação fora (e é) um termo bastante pesquisado, principalmente em História Cultural⁸¹.

⁸⁰ Chartier (1991) recorre várias vezes, ao logo do texto, ao *Dicionário Universal*, de Antoine Furetière (1619 – 1688), edição de 1727 – corrigido por Basnage de Bauval e revisto por Burtel M. La Rivière.

⁸¹ Segundo Pesavento (2005), a representação e a História Cultural correspondem a cerca de 80% da produção historiográfica no Brasil. Diante disso, percebe-se o quanto a representação tem sido estudada.

No entanto, a compreensão filosófica do termo requer uma breve digressão com o precursor da conceituação filosófica de representação, Arthur Schopenhauer (1788 – 1860).

“O mundo é minha representação. – Esta proposição é uma verdade para todo ser vivo e pensante, embora só no homem chegue a transformar-se em conhecimento abstrato e refletivo” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 9). Com estas palavras o filósofo alemão Arthur Schopenhauer inicia sua principal obra *O Mundo como Vontade e Representação*⁸², na qual discorre sobre a percepção e interpretação do mundo. Isto é, “Este mundo que eu apenas conheço de uma maneira representativa é análogo ao meu próprio corpo que se revela à minha consciência sob duas formas – como *representação* e como *vontade*?” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 26, grifo do autor). Para responder a esse questionamento, o autor densifica sua urdidura até decantar os conceitos de representação e vontade, ao longo dos quatro volumes da obra.

Em um contexto no qual as representações são passíveis de mudança, posto que a percepção e, logo, o significado do mundo, também podem ser modificados: “A representação faz parte do mundo, de que ela é um dos lados. Quanto à forma desta representação, é o espaço e o tempo, é, por qualquer lugar e em qualquer lugar e em qualquer instante que seja” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 429).

Retomando a perspectivas conceituais contemporâneas, Sandra Makowiecky (2003, p. 3) elucida que “a representação do real, ou o imaginário é, em si, elemento de transformação do real e de atribuição de sentido ao mundo”. Assim, pode-se afirmar que, de certa forma, a autora corrobora com as ideias de Schopenhauer (2001) – o precursor do tema.

Francismar Alex Lopes de Carvalho (2005, p. 105), por sua vez, acrescenta que o termo representação pode ser compreendido como um conceito “[...] por meio do qual pode-se analisar um fenômeno social concreto; é também uma categoria

⁸² *Die Welt als Wille und Vorstellung* – publicada em 1819, embora sua obra mais lida seja *Parerga e Paralipomena* (1851).

inerente ao conhecimento histórico de uma ‘realidade’, existente independentemente de interpretações [...]”. A compreensão do termo, para Carvalho (2005), se dá com base nos estudos dos franceses Roger Chartier (1945) e Pierre Bourdieu (1930 – 2002)⁸³, dos quais apreende conceitos como classificações e divisões que se:

[...] organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As *representações não são discursos neutros*: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. [...] nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais (CARVALHO, 2005, p. 149, grifo meu).

Percebe-se que a formação discursiva da representação, tal como exposto, não é neutra e (re)produz estratégias de dominação ideológica, sendo inclusive capaz de recriar um coletivo. Assim, vale reaver, em Arthur Schopenhauer, quando o autor sintetiza que a construção do fato torna-se mais importante ao ser representado do que o fato em si.

Os acontecimentos tirados da história⁸⁴ não oferecem, portanto, nenhuma vantagem em comparação com os que se tomem da simples possibilidade e que por conseguinte

⁸³ Segundo Carvalho (2005, p. 149): “De início, os trabalhos de Bourdieu aparecem como base na qual Chartier se apóia”.

⁸⁴ Neste momento do livro, Schopenhauer (2001) se refere ao fato de uma princesa egípcia salvar uma criança que lhe chegara pelas águas. Ou seja, a história do Moisés bíblico.

não se podem designar por uma denominação individual mas apenas por uma rubrica geral, visto que aquilo que há de significativo nos primeiros não é a parte individual, não é a circunstância particular considerada como tal; é, pelo contrário, o que eles contêm de geral, é o lado da idéia [sic] da humanidade que se exprime através deles (SCHOPENHAUER, 2001, p. 243).

Dessa maneira, a representação é tão (ou mais) relevante que o fato em si. Afinal, os fatos históricos “têm algumas vezes o inconveniente sob o ponto de vista da pintura: acontece muitas vezes que aquilo que há de significado neles não pode ser representando de uma maneira intuitiva, mas deve pelo contrário ser acrescentado pelo pensamento” (SCHOPENHAUER, 2001, p. 243).

Assim, deliberadamente ou não, se constrói, interpreta e configura a representação do mundo e, segundo a perspectiva da teoria das representações sociais:

[...] se interessaria, dessa forma, por compreender como os indivíduos, inseridos em seus respectivos grupos sociais, constroem, interpretam, configuram e *representam* o mundo em que vivem. Assim entendidas, as representações sociais são sintetizadores das referências que os diversos grupos fazem acerca do que conseguem apreender de suas vivências sociais inseridos no tempo e espaço (grifo do autor). (SANTOS, 2011, p. 34).

Pelo exposto, concebe-se que a representação social (de indivíduos ou de grupos) se dá por meio de construções da realidade, embora, nesse processo, possa haver discrepâncias, conforme explica Carvalho (2005, p. 154):

Entre a representação proposta e o sentido construído, discordâncias são possíveis. A força da representação pode tentar persuadir de um poder, mas pode também dar a perceber a distância entre os signos exibidos e a realidade que eles não podem dissimular.

Isto é, representação é, sobretudo, uma forma de se inserir no mundo objetivo (realidade) após a compreensão que os indivíduos têm de si, quanto ser no mundo participante de um grupo ou uma classe. Ou seja, é uma perspectiva que compõe o real. Ressalta-se que, nos processos de construção da realidade, existem dicotomias como a de dominantes/dominados, pronunciadores de discursos/legitimadores etc..

A representação, tal como a memória, imaginário e o discurso – utilizando (ou não) símbolos – dão coesão à realidade. Aliás, os termos são elementos que compõem socialmente a realidade, seja de um indivíduo, de um grupo, quiçá de uma nação⁸⁵. São também os elementos que compõem unidade de uma coletividade. Isto é:

Os discursos, as imagens, os símbolos, os estereótipos são algumas formas como se expressam as representações que, por sua vez, não estão desvinculadas de práticas sociais e do contexto em vivem os sujeitos históricos (MOTTER, 2010, p. 7).

Ou seja, esses sujeitos não representam mais que a identidade da qual se dotaram e utilizam referências simbólicas para se comunicar (BACZKO, 1985). Assim sendo, é possível compreender que a memória dá subsídio para a construção do *projeto* e do discurso, e esse, por sua vez, e a partir da memória, forma um imaginário social. Esse imaginário é representado por meio de símbolos ou não, sendo responsável por promover as narrativas, por meio das quais a identidade cultural de uma coletividade se representa e se apresenta ao mundo. Por fim, é pela repetição dessas narrativas acerca da realidade de uma coletividade que se inventam as tradições. Desse modo, uma vez delineados os conceitos e categorias de análise, o ‘nascimento’ do

⁸⁵ Ver mais sobre o assunto em: *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (ANDERSON, 2008) e *Cultura Brasileira e Identidade Nacional* (ORTIZ, 2006).

girassol e sua petrificação estará emoldurado, ou melhor dizendo, há um campo semântico-teórico para perceber a representação desse símbolo político-identitário no contexto de criação/invenção do Estado do Tocantins.

4.4 Girassol: uma Efabulação que Deveria ter Acontecido(?)

Emoldurada pelo *devir*⁸⁶ (simbolicamente), pelo lago e pela serra (paisagem), a cidade de Palmas surge como um campo fértil para a produção de tradições, conforme processo de invenções de tradição de Hobsbawm; Ranger (2012), e também de memórias, *projetos* e imaginários. Ou ainda, como afirma Silva (2008, p. 176) “é uma cidade de molduras do imaginário [...]”. Afinal, é “através do imaginário, [que] a cidade vai sendo esculpida em outras linguagens. A escultura de linguagem da cidade imaginária constitui outro monumento urbano para uma cidade específica” (SILVA, 2008, p. 133).

Dentro de uma conjuntura de política personalista, José Wilson Siqueira Campos constrói símbolos em monumentos públicos, conforme já exposto no Capítulo 3. Em tal caso, novamente, as comparações paródicas de Palmas-Brasília e Siqueira Campos-JK, se fazem necessárias, assim:

Siqueira Campos, diferente de JK, não apenas fez a retomada simbólica do passado, mas entrevistou esteticamente na cidade, determinado imagens e associações. Deslocou e personificou mitos e a *própria história*, atribuindo à cidade questões que a colocam numa condição estética muito peculiar. Até os símbolos do

⁸⁶ O *devir*, em Silva (2008, p. 138, grifo da autora) é significado como: “[...] não é somente o vir a ser, mas relações, combinações. Qualquer sistema ou ação homogeneizadora esfacela-se a partir das *linhas de fuga*; as formações sociais são definidas por *processos maquínicos* e não por modos de produção, o movimento em zigue-zague promove os *agenciamentos*, conexões, porosidade, contato”. Uma significação semelhante pode ser encontrada em Canclini (2015), mas com a grafia *porvir*.

socialismo e do comunismo⁸⁷ que apareceram em alguns monumentos, podem ser advindos do imaginário das propostas ‘socialistas’ do plano de Brasília. No entanto, se, na primeira (Brasília), isso emergiu como uma real intenção de gesto dos arquitetos, na segunda (Palmas), foi apenas mais uma *estética, uma colagem* (SILVA, 2008, p. 193, grifo meu).

Essa “bricolagem”, expressa e impressa na construção simbólica da paisagem de Palmas, trazia o girassol como um dos principais e recorrentes adornos. A pergunta que se faz é: ‘Por que o girassol?’ Questiona-se o(s) porquê(s) do(s) girassol(is) por sê-lo uma espécie exótica ao bioma cerrado-amazônico, mas que fora exaustivamente cultivado em canteiros das ruas, de praças, em nome de praça e no imaginário da população⁸⁸ (ver Figuras 53 e 54).

⁸⁷ Expressas, por exemplo, no contraditório *slogan* de gestão de Siqueira Campos: “O Estado da Livre Iniciativa e da Justiça Social” e, como não poderia deixar de tentar fixar, fixou na placa construída sobre o Lago da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – ou Usina de Lajeado, inaugurada em 2001. Para Oliveira (2012), o fato da constante presença dos princípios liberais e neoliberais com as privatizações de empresas públicas, no Estado foi uma espécie de laboratório para o País. Já em Silva (2008, p. 51), a contradição é como prendida desde os símbolos: “Os girassóis, símbolos da cidade – cidade com uma forte dose de livre iniciativa neoliberal - seriam uma referência simbólica aos Girassóis da Rússia, segundo alguns depoentes, ligando-se ao passado do ex-governador e ao tempo de sua simpatia pelo Partido Comunista e pela Coluna Prestes. Os girassóis, propriamente, torraram ao sol, os canteiros reservados não resistiram ao clima regional, mas os girassóis continuam ‘eternizados’ na referência emblemática da cidade e no mito do fundador”.

⁸⁸ Sobre o cultivo de girassóis em espaços públicos, a tese de Valéria Cristina Pereira da Silva traz uma curiosidade expressa no fragmento: “A atuação de Siqueira Campos imprimiu na cidade uma visão particular, associando mito, poder e estética, a cidade ganhou, ao menos nesse contexto de tempo ausente, a imagem dos seus sonhos, desejos e obsessões. Para cobrir a cidade de girassóis, segundo a informação que recebemos no Museu Palacinho, ele teria mandado *colocar nos contra-cheques [sic] dos primeiros cento e oitenta funcionários do Estado, as sementes de girassol e os convidou a plantá-las nos espaços públicos, sobretudo, no vasto espaço abrigado pela Praça dos Girassóis*” (SILVA, 2008, p. 200, grifo meu).

Figura 53 – Avenida Theotônio Segurado com canteiros repletos de girassóis - década de 1990



Fonte: Pinto (1992); Di Pietro (1991)

Legenda: A segunda imagem traz a Avenida Theotônio Segurado com o Palácio Araguaia, ao fundo em fase final de construção

Figura 54 – Plantação de Girassóis e as Secretarias de Governo



Fonte: Di Pietro (1990, 1991)

Legenda: Na imagem P&b os prédios que abrigaram as secretarias de governo até que as novas, sediadas na Praça dos Girassóis fossem prontas e, na segunda, a plantação de girassóis, que foi cultivada no fundo desses prédios.

Diante disso, destaca-se que as hipóteses a respeito do(s) porquê(s) do girassol(is), escalonam-se e encontram um campo tão fértil quanto o fato em si. Afinal, a construção do fato torna-se, por vezes, mais importante, ao ser representado, que o próprio fato, como afirma Schopenhauer (2001). E, sendo identificado, reconhecido, o símbolo torna-se uma representação, como destaca Bourdieu (1996).

Entretanto, vale salientar que a identificação e o reconhecimento do símbolo transitam primeiro no campo da legitimação, pois, “qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder” (BACKZO, 1985, p. 310). Sob esse ponto de vista, legitimar o girassol como símbolo – ou qualquer outro elemento⁸⁹ – era inventar, imaginar o mecanismo de atribuição de poder e fixá-lo na memória coletiva da população que chegava ao novo Estado da Federação ou à cidade projetada, Palmas. Isto é, uma população que no *devir/porvir* construiria o sentimento de pertencimento – o qual é oriundo do processo de uso e apropriação do território.

Outrossim, não se sabe o(s) porquê(s) do(s) girassol(is), mas acerca do *como* pode ser atribuído à soma de ações evidenciadas em políticas de governo para a construção de identidade cultural oficial no – e para o – Tocantins.

Esse contexto pede uma digressão e, assim, vale retomar a tese de José Manoel Miranda de Oliveira, na qual o pesquisador destaca uma possível construção do mecanismo de legitimação das ações política-personalistas do primeiro governador do Estado do Tocantins, em:

⁸⁹ Gellner (1983 apud BHABHA, 2014, p. 231, grifo meu), ao se referir “[à] necessidade histórica da ideia de nação”, afirma que: “os fragmentos e retalhos culturais usados pelo nacionalismo são frequentemente invenções históricas arbitrárias”, o autor continua e acrescenta que: “*Qualquer velho fragmento teria servido da mesma forma*”, embora esteja tratado do processo de construção da ideia de nação, o fato ao ser relocado para ideia de *novo estado, nova unidade federativa, nova narrativa histórica* pode ser percebida através dessa lente. Assim, diante do exposto, entende-se que, de fato, qualquer elemento era passível de ser transformando em símbolo, posto que se tratava de “invenção de tradições” (HOBSBAWM, 2012).

A forma como o governo atraía a população *favorecia a continuidade* da sua política de estruturação dos poderes do Estado, *criando uma simbologia de pertencimento ao território*. Por isso, a população não se rebelava contra a forma utilizada para governar, *para não serem excluídas do processo de estruturação e consolidação do Estado*. Nessa relação, os migrantes e a população histórica radicada no Estado, *para não perderem a perspectiva de pertencimento em construção, não ousavam contrariar diretrizes político-partidária do governo determinada pela ideia de união* (OLIVEIRA, 2012, p. 65, grifo meu).

Dessa forma – sem contrariar as diretrizes político-partidárias do governo(ador) e com funcionários públicos recebendo, junto ao contracheques, sementes de girassóis e *convite para plantá-las*–, a população *adubava* o campo do imaginário acerca dos símbolos da cidade.

Uma narrativa sobre a construção do imaginário acerca de *Siqueira Campos e seus girassóis* é encontrada na fala dos entrevistados na pesquisa realizada por Silva (2008, p. 195, grifo meu), expresso em:

[...] nesse período do governo Siqueira Campos, as crianças e jovens recebiam nas escolas uma *espécie de cartilha*, cuja personagem central era o ‘*Siqueirinha*’, uma *figura animada* do político com capa de *Super-herói*, representando ‘O partido do bem’⁹⁰.

⁹⁰ Embora não seja o foco da pesquisa, vale destacar que a estratégia utilizada em 1990 fora, de certa forma, retomada nas eleições de 2010, mas dessa vez não foi o *Siqueirinha*, mas o *Siquerido* que voltou a atuar, dentro de uma lógica semelhante da construção de mito e do herói. O *Siquerido* é uma versão animada de Siqueira Campos, criada pelo designer Marcelo Kleitson Venâncio Gomes, que trabalhou junto à equipe do *famoso* marqueteiro político, o baiano José Eduardo Cavalcanti de Mendonça, mais conhecido como Duda Mendonça. Mais informações sobre a construção do ‘*Siquerido*’, na matéria de Eliane Vieira (2010) *Criador dos desenhos do “Siquerido”*, Marcelo Venâncio traduziu no personagem o carinho das crianças por Siqueira, no *Portal de Notícias T1*.

Essa cartilha pautou a mídia nacional, em julho de 2000, com o título: ‘O caudilho do Tocantins’, na *Revista Veja*. Na matéria, José Edward diz que:

Nas escolas públicas do Tocantins, os alunos estudam a história da região por meio de uma cartilha em quadrinhos distribuídas pelo governo do Estado. Siqueira Campos *ocupa mais de um terço das páginas e aparece como um herói popular*. (EDWARD, 2000, p. 82, grifo meu).

A matéria traz, além da imagem de uma cartilha (ver Figura 55, 56 e 57), outras informações que corroboram com as pesquisas de Silva (2008), Oliveira (2012) e Rodrigues (2008), ao apresentarem formas de construções de imaginário e memória no Estado do Tocantins, embora a matéria descreva mais o processo político e econômico (enquanto os estudos apresentam análises conjunturais).

Figura 55 – Cartilha do *Siqueirinha* na matéria da *Revista Veja*

Vida brasileira

O CAUDILHO DO TOCANTINS

No mais novo Estado da federação, Siqueira Campos distribuiu terras, constrói a imagem de super-herói

João Edward, ex-Palmas

No meio de uma das praças mais importantes de Palmas, uma placa de metal fixada na pedra lembra "No princípio do ano de 1999, neste local, a primeira governação do novo Estado de Tocantins, o governador Siqueira Campos decidiu aqui construir a cidade de Palmas, a nova capital de Tocantins". Gravada ali há três anos, essa palavra dá um exemplo do poder que o governador possui sobre o Estado mais jovem da federação. José Wilson Siqueira Campos decidiu criar de novo uma nova vida pública à luz pela emancipação do Tocantins. Agora os recursos municipais, já governado o Estado durante um dos seus dois anos de existência. Na 1ª administração, distribuiu terras e agrada de uma constituição, fez a entrega das empreiteiras e realizou duas eleições de cargos públicos dependentes. Na escola pública do Tocantins, os alunos estudam a história por meio de uma cartilha em quadrinhos distribuída pelo governo do Estado. Siqueira Campos ocupa mais de um espaço em páginas de quadrinhos como herói popular. (19 de julho de 2000, *Veja*)



O time de Siqueira Campos

Ele indicou...

Em três comissões do Tribunal de Contas do Estado

Em três comissões do Tribunal de Justiça do Estado

Em três comissões do Tribunal Regional Eleitoral

E apoiou por...

178 dos 197 parlamentares do Estado

80 membros do legislativo

80 votos dos deputados estaduais

80 votos dos deputados estaduais

O governador na vida real

Em 1999, o governador Siqueira Campos

promoveu o rúgar, que só foi liberado sete horas mais tarde.

A distribuição de terras coube a Siqueira Campos poder enorme. Devido sua primeira administração, já entregues em Palmas e no interior do Estado pelo menos 250.000 hectares, área igual à do município do Recife. Os lotes foram vendidos a preços simbólicos ou entregues em regime de comodato. A aquisição oficial é a necessidade de prover o Estado e a nova capital. Outros que mudaram em suas parcerias com o governador, especialmente pelo governo. De hoje, Siqueira Campos consegue a porta de colocar um filho no palácio.




Ação popular

No interior de Palmas, foram distribuídas 2.000 chácaras. Em 1999, um ex-secretário de Estado pagou e equivalente a 700 reais, em valores atualizados, por um sítio que hoje vale 30.000 reais. O projeto governador Siqueira Campos vendeu para a pessoa física Siqueira Campos uma área com mais de 80 hectares, onde planeja construir 20.000 apartamentos e constrói um lago climatizante. Em 1997 mandou desapropriar uma fazenda de 354 hectares, entregando a sua filha.

A placa só se arrevesa: o lugar místico onde Siqueira vive a futuro




EM 27 DE JULHO DE 1988, A EMENDA SIQUEIRA CAMPOS É APROVADA PELO PLENÁRIO. FINALMENTE, EM 6 DE OUTUBRO DE 1988, DEPOIS DE MUITA LUTA, O ESTADO DO TOCANTINS É CRIADO COM A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.



COMEÇA ENTÃO NOVA ETAPA NA HISTÓRIA DA REGIÃO, DA CONSTRUÇÃO E VIABILIZAÇÃO DO NOVO ESTADO.

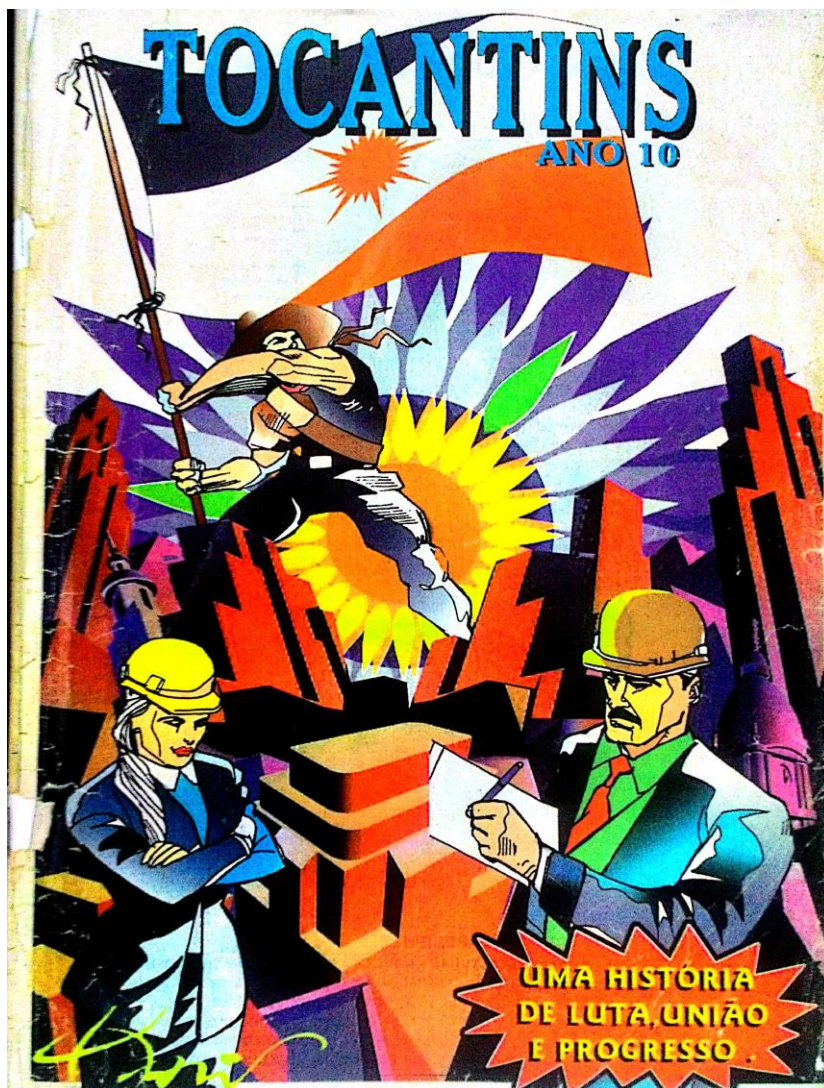
É PRECISO DOTÁ-LO DE ESTRADAS, MANEJO DE ÁGUA, ALTERNATIVA ENERGÉTICA, ESCOLAS, HOSPITAIS MODERNOS E SEGURANÇA PÚBLICA.

VAMOS ATRAIR INVESTIDORES E EMPREENHADORES NACIONAIS E ESTRANGEIROS. SEM INVESTIMENTO, NÃO TEMOS COMO CONSTRUIR A NOVA ESTRUTURA, FÍSICA E ECONÔMICA. ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA TRATADA E BROTOS, REDE PÚBLICA DE HOSPITAIS, ESCOLAS E SEGURANÇA PÚBLICA. SEM DINHEIRO, A ECONOMIA NÃO VAI CRESCER, NÃO VAMOS CRIAR EMPREGOS. NÃO, NÃO, NÃO.



Fonte: Print Screen da versão digital da matéria veiculada no dia 19 de julho de 2000, na *Revista Veja*

Figura 56 - Cartilha *Tocantins Ano 10* - Capa



Fonte: fotografia da capa da cartilha *Tocantins Ano 10* (TOCANTINS, 1998)

Retomando, a construção do girassol como símbolo, concomitante à cidade de Palmas, Elizeu Pereira de Brito, acrescenta que

[...] alguém olhando para o projeto da praça ao invés de ver o sol vislumbra girassóis; o sol, fonte que irradia luz e claridade, se metamorfoseia em uma entidade que busca essa luz, que anseia por um caminho mais claro a partir do local em que se encontra, ou seja, o girassol. Portanto, o sentido do lugar em que a centralidade simbólica e política de Palmas se efetivava, passou a não ter mais o significado da luz sobre o conjunto do território, mas aproximou-se mais ao da flor, que receberia a luz para viver, o girassol (BRITO, 2010a, p. 102).

Em face ao transcrito e conforme mencionado no Capítulo 3, percebe-se que a centralidade urbana, simbólica e política da cidade de Palmas e de sua principal praça (a Praça dos Girassóis) fora minuciosamente deliberada, de modo que, entre 1988 e 2002, o político José Wilson Siqueira Campos esteve à frente do Palácio Araguaia por três vezes, sendo: 1989-1990; 1995-1998; 1999-2002, ou seja, desses 15 anos de criação do Estado do Tocantins, apenas entre 1991-1994 esse político não fora governador. Entretanto, nessa época (1991-1994), Eduardo Siqueira Campos, filho de José Wilson Siqueira Campos estava a frente do Paço municipal, como primeiro prefeito eleito da cidade de Palmas, para mandato de 1993-1997 e, segundo Brito (2010b, p. 77), “tomou posse e iniciou uma exaltação sobre o símbolo do girassol, plantando esta flor em alguns pontos estratégicos da cidade. Os espaços foram invadidos pela flor, não mais o verde compunha o cenário da paisagem, mas o amarelo dominava-o”. Pelo exposto, pode-se inferir que, da criação do Estado do Tocantins aos seus 15 anos, a família Siqueira Campos esteve à frente do Executivo ora do Estado, ora da Capital. Assim, com estratégias políticas, econômicas e simbólicas, o girassol se

consolida como símbolo⁹¹. Finalizando o processo, em 7 de setembro de 2000, inaugura-se a Praça dos Girassóis e, com isso, petrifica-se o nome da flor na composição urbanística e paisagística da cidade de Palmas e, também, no imaginário da população tocantinense.

Contudo, o processo de formação de memória, imaginário e identidade cultural é dinâmico e se reinventa a cada inserção de novos elementos. Isto posto, elege-se, em 2003, um político dissidente da UT (grupo político liderado por Siqueira Campos), mas, em 2005, há uma ruptura e, assim, se inicia o apagamento/esquecimento do girassol. Afinal, apagar “[...] um artefato urbano implica em apagar a memória das lideranças anteriores” (SILVA, 2008, p. 54). Dessa forma, a criação de símbolos que o diferenciassse de seu antecessor (inclusive politicamente) foi uma estratégia. Ou melhor, houve um esforço para construir *seus próprios símbolos*, afirmando, em diversos discursos veiculados na mídia local, que romperia com o grupo político da UT e que tem autonomia política e simbólica para gerir o Estado⁹². A exemplo o discurso pronunciado quando se filia ao PMDB, em 10 de junho de 2005, publicado no *JTô*⁹³:

‘Chegou a hora de acabar com o discurso autoritário de que o Tocantins só tem um dono. Nesse novo tempo, que é agora, o dono do Tocantins são vocês. O Tocantins é de todos nós, e nós temos que governar é para todos’. Estas frases, inseridas no discurso elaborado previamente, marcaram o momento em que o governador Marcelo Miranda foi mais aplaudido na

⁹¹ Vale destacar que o girassol é legalmente a flor símbolo do Estado pela Lei de nº 915, de 16 de julho de 1997, que versa sobre os símbolos da natureza, a qual é revogada pela Lei nº 2.619, de 9 de agosto de 2012 que substitui alguns elementos símbolos da natureza e acresce outros, mas o girassol é a única categoria que não sofre alteração. Outro destaque que se faz necessário é o fato de José Wilson Siqueira Campos ser governador também em 2012, ou seja, se reatualiza e ritualiza institucionalmente *seus símbolos*.

⁹² Retorno aos discursos no Capítulo 5.

⁹³ Publicada no caderno de Política do *JTô*, no dia 11 de junho de 2005, com assinatura do jornalista Flávio Herculano.

cerimônia de sua filiação ao PMDB, ocorrida ontem, em Palmas, num Espaço Cultural repleto, com cerca de 18 mil pessoas, segundo a Polícia Militar (HERCULANO, 2005, p. 2, grifo meu).

Pelo exposto, percebe-se que a ruptura do grupo político UT se respaldava em dicotomias como o “autoritário/democrático”, “velho/novo tempo”, “único dono/de todos”, mas para se legitimar era preciso inventar o processo de legitimação (BACKZO, 1985). Para tanto, cria-se símbolos, discursos, constrói-se uma nova memória e imaginário. Deste modo, nesse processo de ruptura, estratégias semelhantes à construção do girassol como símbolo foram utilizadas para esquecê-lo. Ora, se “a memória é um fenômeno construído” (POLLAK, 1992, p. 203), é também um fenômeno passível de *destruição*. Assim, a transposição do girassol para o capim dourado ancorou-se em representações discursivas que traziam o capim dourado como uma espécie endêmica do Estado do Tocantins, quer dizer, um *marco diferenciador* entre o *eu* e o *outro*.

Esse suporte simbólico, ancorado em um elemento da natureza – nesse caso, *exclusivamente* tocantinense – para a formação do imaginário político e cultural é um mecanismo do jogo do capital simbólico que se assemelha à construção do *discurso autonomista* de 1985-1988. Acentua-se que esse processo fora também utilizado na formação do girassol como símbolo (que, mesmo sendo uma espécie exótica, não deixa de ser um elemento da natureza).

Assim sendo, é a partir da premissa de relação entre natureza/paisagem e imaginário político como constructo da realidade, respaldada em Anderson (2008), Backzo (1985), Berger; Luckmann (2004) e Castro (2001), que se tem o objeto central dessa pesquisa que é depreender como se deu a transposição do girassol para o capim dourado.

Entretanto, por ser o Tocantins um ecotóno⁹⁴, vale mencionar algumas características desse *hotspot*⁹⁵ encontradas, por exemplo, no estudo de Luís Antônio G. C. Silva, no qual o autor apresenta os biomas que compõem o território do Estado:

Embora pertença formalmente à região Norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o cerrado e a floresta amazônica. Dos cinco grandes tipos de vegetação que formam as províncias vegetacionais que cobrem o país, Tocantins apresenta duas: a Floresta Amazônica de terra firme, ou Floresta Ombrófila, e a Savana, denominados, respectivamente, de Bioma Amazônia e Bioma Cerrado. Além destas regiões, ocorrem as Áreas de Tensão Ecológica ou de contato entre tipos de vegetação e as Formações Pioneiras. Estas últimas quase sempre correlacionadas com ambientes aquáticos. Sendo a região subdividida em dois domínios: o amazônico e o extra-amazônico. (SILVA, 2007, p. 3).

À vista dessas características – do peculiar – da natureza/paisagem do Estado do Tocantins, foi que o discurso do endemismo do capim dourado se tornou não apenas possível, mas encontrou certa facilidade no processo de legitimação.

Já na paisagem urbana de Palmas, embora a principal praça tenha o nome de Praça dos Girassóis, passa-se a ter, na maioria dos prédios públicos, adornos de capim dourado. Afinal,

⁹⁴ No campo de conhecimento (ou disciplina) Geocologia das Paisagens, trabalha-se diversos conceitos de forma transversal, como natureza, paisagem e ecótono. Assim, a paisagem é compreendida como um espaço da natureza transformado pelo homem. Já o ecotóno é um espaço, no qual se encontra um conjunto ecossistêmico de flora e fauna pertencente a dois ecossistemas diferentes e fronteiros. Ou seja, nessas áreas tem-se uma grande possibilidade de encontrar espécies não catalogadas (normalmente as endêmicas) e nichos ecológicos diferenciados (METZGER, 2001; RODRIGUEZ; SILVA; CAVALCANTI, 2004; SILVA, 2008). No caso do Tocantins, os biomas fronteiros são o Amazônico e o Pantaneiro.

⁹⁵ O termo é traduzido como área quente e significa uma área com endemismo de fauna e flora (MYERS; et al., 1999).

como elucidada Hobsbawm (2012, p. 15) “não é necessário recuperar nem inventar tradições quando os velhos usos ainda se conservam”, mas o que se pretendia não era preservar e recuperar, mas tanger, promover o esquecimento do girassol da memória coletiva dos tocantinenses e inventar uma nova tradição, um novo elemento. Pois é assim que “[...] inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta” (HOBSBAWM, 2012, p.12). Destaca-se, portanto, que as transformações tinham caráter político, mas também cultural-identitário.

Desse modo, as ações para o esquecimento foram a retirada dos girassóis dos canteiros da Praça dos Girassóis, o frontispício do Palácio Araguaia, do painel de girassóis que ficava no *hall* de entrada do prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins – o qual fora transferido para o segundo andar do mesmo -, e, além disso, durante uma semana, uma estátua do monumento Súplica dos Pioneiros fora retirado (ver Figuras 58 a 60).

Figura 58 – Painel de Girassóis da Assembleia Legislativa



Fonte: Santos (2005; 2015) – cedidas pela coordenação de fotografia e cinematografia da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

Legenda: A primeira imagem, tirada em 2005, com funcionários da Assembleia Legislativa do Tocantins e cedida pelo coordenador de fotografia e cinematografia da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, Sílvio Santos Coelho do Nascimento

Figura 59 – Retirada dos Frontispícios do Palácio Araguaia reportada na mídia local



Fonte: O Jornal 2 (2006) – extraído de Silva (2008, p. 206); Jornal do Tocantins, Farias (2006, p.1).

Figura 60 – Matéria: *Estátua desaparecida está de volta à praça*

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Fausto Guilharde

Divulgação



FOTO DO MONUMENTO SÚPLICA (E), TIRADA ONTEM, E OUTRA FEITA HA ALGUMAS SEMANAS, SEM O MENINO DA ESQUERDA

Estátua desaparecida está de volta à praça

KÁTIA ROCHA DENUNCIOU AO MPE O DESAPARECIMENTO DE UMA DAS ESTÁTUAS DO MONUMENTO SÚPLICA, NA PRAÇA DOS GIRASSÓIS; DIAS DEPOIS A ESTÁTUA ESTAVA DE VOLTA AO LOCAL.

PAULA BITTENCOURT
Palmar

Cartões postais da Capital, os inúmeros monumentos espalhados pela Praça dos Girassóis estão sendo alvos de depredação. "Está faltando a placa de inauguração explicando o monumento aos Dezoito do Forte, no Monumento à Bíblia faltam letras da inscrição no mármore", diz Kátia Rocha, ex-presidente da

Fundação Cultural do Estado, que vem observando a falta de zelo com o patrimônio público na Praça que é o coração de Palmar. E não para por aí. Preocupada com a preservação deste patrimônio, Rocha denunciou ao Ministério Público Estadual o desaparecimento de uma das estátuas do monumento aos pioneiros, denominado *Súplica*. Ao todo, são oito estátuas de bronze representando uma família. O ex-governador Siqueira Campos é um dos pioneiros retratados no monumento.

A preocupação de Kátia Rocha é em relação a preservação dos monumentos que compõem o visual da cidade, questionando a vigilância policial que deveria ser feita. "Como some uma estátua, a 50 metros do Palácio do Governo e ninguém vê", questiona. No início de setembro, a 1ª Promotoria de Cidadania

da Capital instaurou então um procedimento administrativo para apurar possíveis lesões ao patrimônio histórico e cultural do Estado do Tocantins, e incluiu também a verificação de eventual promoção pessoal de agente público, uma vez que, de acordo com a portaria, o levantamento de monumentos de representante político e familiares pode configurar promoção pessoal através da utilização da máquina pública.

Nesta semana, alguns dias após ter prestado depoimento no MPE, Kátia Rocha observou o retorno da estátua que faltava ao lugar de origem e mais uma vez questiona a segurança do local. "O que me deixa intrigada é como esta estátua some e reaparece, em plena Praça dos Girassóis, sem que ninguém veja". Em relação a promoção pessoal, Rocha explica que o

monumento foi doado por uma empresa de engenharia. "A empresa queria homenagear os pioneiros e fizeram a estátua do ex-governador Siqueira Campos porque ele foi o criador do Estado", disse ela.

O Ministério Público Estadual está fazendo a investigação do caso e solicitou informações sobre a questão à Guarda Municipal Metropolitana, responsável pela vigilância de edifícios e monumentos municipais.

De acordo com a Secretaria de Comunicação, a estátua não foi roubada. Ela se desprendeu da base de concreto e ficou solta, tornando necessário novo chumbamento. Sobre a vigilância, a Secom informa que está a cargo da Casa Militar e funciona 24 horas por dia, em torno do Palácio e todos os monumentos da praça.

Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 30 de outubro de 2005, no *JTô*.

Essas ações (factuais e simbólicas) aconteceram entre outubro e novembro de 2006 e tiveram ampla repercussão na mídia local (assunto abordado na análise). Entretanto, proponho uma digressão sobre fenômeno da iconoclastia política que tem

vido uma prática recorrente na história política do Tocantins, revelando-nos que as lideranças políticas, por *produzirem* identidade(s) cultural(is) oficial(is), por meio de ações de governo, concebem a importância dos símbolos como constructo dessa realidade imaginada. A fim de sintetizar como se deram essas práticas iconoclastas, no quadro abaixo (3), ordenei os símbolos e seus respectivos *construtores* e *destruidores*.

Quadro 3 – Governadores e os Símbolos Político-Identitários no Tocantins

Governador	Mandato	Símbolo <i>construído</i>	Símbolo <i>destruído</i>
José Wilson Siqueira Campos (PDS)	1989-1990	A cidade de Palmas, o girassol, o Palacinho, a Casa Suçuapara,	–
Moisés Nogueira Avelino (PMDB)	1991 – 1994	Palácio Araguaia (inauguração); Monumento à Lua Crescente e <i>Doas Mãos</i>	Girassóis (flor)
José Wilson Siqueira Campos (PPR)	1995-1997	–	Monumento à Lua Crescente e <i>Doas Mãos</i>
José Wilson Siqueira Campos (PFL)	1998 - 2002	Praça dos Girassóis, as frisas e os frontispícios na fachada do Palácio Araguaia	–
Marcelo de Carvalho Miranda (PFL)	2003 – 2005	Jalapão (região turística), capim dourado (discurso do endemismo)	Girassóis (flor)
Marcelo de Carvalho Miranda (PMDB)	2006-2009	–	Frontispícios e Paineis de Girassóis da Assembleia Legislativa
José Wilson Siqueira Campos (PSDB)	2010-2014	Praça dos Girassóis volta a ter girassóis, o Palácio recebe um Brasão de Armas e inclui o <i>girassol</i> ao nome das escolas estaduais de tempo integral ⁹⁶	–

Fonte: Anjos (2015)

Retomando ao fenômeno iconoclasta, especificamente do governo Marcelo Miranda – simbolizado pela retirada dos frontispícios do Palácio Araguaia – vale salientar que, antes dessa data, houve empenho na formação de um novo imaginário sobre

⁹⁶ O artigo 1^a, da Lei n.º 2.810, sancionada em 26 de dezembro de 2013, diz: “A denominação das unidades escolares especificadas no Anexo Único a esta Lei passa a vigorar com o acréscimo da expressão ‘Girassol de Tempo Integral’” (TOCANTINS, 2013, p. 1) (abordo esse assunto na análise).

o que é o Tocantins, qual sua identidade cultural e quais são os símbolos que o representam. Afinal, o *outro* – sujeito fenomenológico oposto ao *eu* no processo de construção da identidade, por introduzir o “sistema de diferenciação”⁹⁷ – *já não é mais o goiano*. O *outro*, agora, é a ideia acerca do que é o Tocantins e o tocaninense, construída por meio de uma política de identidade no contexto estadual, centrada no discurso político e na identificação de símbolos, no caso, o girassol, no período compreendido entre 1989 – 2002.

Dentro dessa conjuntura, pode-se apontar para diversas ações de governo, como por exemplo, o lançamento da logomarca⁹⁸ do governo estadual, em 14 de fevereiro de 2003, conforme a Figura (61).

Figura 61 – Logomarca do Governo do Estado do Tocantins, em 2003



Fonte: Ezequias Araújo. – Extraído de *JT0*, Santos (2003, p.2).

⁹⁷ Conforme já referenciado esse “sistema de diferenciação”, no qual o “eu é um ponto fenomenológico oposto ao outro” é descrita por Bhabha (2013, p. 95).

⁹⁸ Uma logomarca é formada por um símbolo, no caso, denominado marca, e um logotipo, ou seja, tipografias, ou letras.

Nesse evento, segundo a mídia local, houve uma explicação sobre a logomarca como um todo, mas com ênfase no *slogan*, segundo a fala do [então] secretário estadual de Comunicação do Governo, Sebastião Vieira de Melo, em:

Cidadania porque querem reforçar a participação popular na gestão do Governo, para que a população tenha mais chances de participar através de nossas consultas populares. E *Progresso* porque o progresso continua. As obras estão sendo retomadas os nossos serviços básicos e essenciais continuam funcionando e ampliando, atendendo ainda melhor a nossa população (SANTOS, 2003, p.2, grifo do autor).

Ou ainda antes, no pronunciamento da nova presidente da Funcult, a bailarina e produtora cultural, Meire Maria Monteiro, quando, em entrevista, assume uma dicotômica posição de ser uma artista na gestão e de atuar em consonância com a gestão de governo. A posição artista/gestora da cultura⁹⁹ é sinalizada como positiva: “Espero que os artistas aproveitem para trazer boas idéias [sic] porque estou extremamente disposta a colaborar nas aéreas da música, dança, teatro, artes plásticas e trabalhar a formação de plateia[sic]”, disse Meire” (D’ANGELO, 2003, p.1). Embora não seja o foco da abordagem, destaca-se que a dicotomia consiste em estar artista/gestor institucional e em consonância com a gestão de governo, afinal, nem sempre as políticas de governo e/ou Estado para cultura norteiam-se com as pautas oriundas da classe artística do lugar.

Retomando, os mecanismos de formação de um novo imaginário acerca da identidade cultural no Tocantins e a ascensão do capim dourado no imaginário dessa coletividade, em junho de 2003 acontece o *I Seminário de Estruturação e*

⁹⁹ Conforme exposto na matéria – retomo a mesma na análise – o governo do Estado do Tocantins seguiu a tendência nacional de atribuir a um artista a função de gestor de políticas de cultura, no caso, em nível nacional, no Ministério da Cultura, o cantor e compositor Gilberto Gil e, no Tocantins, a bailarina e produtora cultural Meire Maria.

Sustentabilidade do Artesanato em Capim Dourado. Neste evento, houve o lançamento da logomarca do artesanato do Estado, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em julho de 2004 acontece a segunda edição desse evento, precedido de diversas ações de divulgação do artesanato em capim dourado, como oficinas de capacitação para os artesãos, participação em feiras de artesanato e de turismo – em nível regional e nacional, somado à publicidade dos produtos em capim dourado como um todo. Essa publicidade perpassava vários discursos e meios de veiculação como, por exemplo, o discurso do desenvolvimento econômico da região produtora do artesanato, em capim dourado – o Jalapão –, em seminários, sites governamentais, mídia local e jornalismo de turismo.

Além disso, vale destacar as *parcerias* com a Rede Globo de televisão¹⁰⁰, para aparição do artesanato na composição cênica de programas televisivos e o uso de bijuterias feitas com capim dourado, utilizadas por personagens em novelas. A exemplo, uma matéria divulgada na mídia local com o título *Brilho que pode ser ofuscado*¹⁰¹, na qual a jornalista destaca que o capim dourado compunha o visual de uma personagem da novela *Páginas da Vida*¹⁰², do cenário do *Programa Mais Você* e o personagem

¹⁰⁰ Sobre o assunto, tanto Glês Nascimento ([então] diretora de jornalismo da Secretaria de Comunicação do Estado) e Valquíria Rezende ([então] presidente da Funcult) afirmaram – em entrevista concedida em junho e julho de 2013 – que a [então] primeira-dama do estado do Tocantins, Dulce Miranda, era amiga de Lyli Marinho e isso “facilitou a inserção do capim dourado na Rede Globo”. Durante a gestão de Marcelo Miranda, Lyli Marinho visita o Tocantins e recebe o título de Cidadã Tocantinense pela Lei 1.712 de 10 de julho de 2006.

¹⁰¹ Publicada na capa do caderno Arte & Vida, no *JTô*, no dia 11 de abril de 2007, com assinatura da jornalista Elisângela Farias – a matéria é retomada na análise.

¹⁰² A novela foi ao ar entre 10 de junho de 2006 e 2 de março de 2007, na Rede Globo de Televisão.

Visconde Sabugosa, do *Sítio do Pica-Pau Amarelo* que utilizava chapéu de capim dourado (ver Figura 62).

Figura 62 – Chapéu de Capim Dourado do Personagem Visconde Sabugosa (*Sítio do Pica-Pau Amarelo*)



Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 11 de abril de 2007, no *JT*^o

Ademais, nos *press kits*¹⁰³ oficiais havia peças de capim dourado, como o entregue a Marina Silva quando a mesma visita

¹⁰³ Trata-se de um *kit* com informações publicitárias produzidas pela assessoria de comunicação de uma organização ou de pessoa, normalmente composta por informativo, folders e brindes, no caso, sempre uma peça de capim dourado.

o Tocantins como ministra do Meio Ambiente (em 2006 – ver Figura 92) ou, anteriormente, o chapéu de capim dourado doado ao então presidente, Luís Inácio Lula da Silva, em 2004 (ver Figura 63¹⁰⁴).

Figura 63 – Nota: Barbiero¹⁰⁵ convida Lula para vir ao Tocantins



Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 30 de outubro de 2004, no *JT*

¹⁰⁴ No Capítulo 5 apresento outras fotografias de ações semelhantes a essa.

¹⁰⁵ Alan Barbiero na época da matéria era reitor da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Acrescenta-se ainda as matérias em revistas e ou sites oficiais da união como, por exemplo, uma grande-reportagem¹⁰⁶ divulgada no Ministério da Cultura intitulada *Jalapão: o imenso oásis no interior do Brasil*, de Daniella Borges, em julho de 2003 (ver Figura 64).

¹⁰⁶ Grande-reportagem é um termo técnico da área do Jornalismo que se refere a uma reportagem com maior número de linhas e imagens, cujo assunto abordado tende a ser atemporal e o jornalista tem mais tempo para realizar o levantamento e tratamento de dados. Os assuntos tratados nesse gênero jornalístico podem ser um assunto que tem pautado os veículos, mas com uma análise e apuração mais profunda e não apenas reportando a informação ou, como no caso, pode se tratar de uma apresentação de um assunto, um produto, um lugar, um tema. Por via de regra são textos ancorados em revistas e/ou lócus específico do veículo, como por exemplo, um caderno especial.

Figura 64 – Grande-Reportagem: *Jalapão um imenso oásis no interior do Brasil*



Fonte: Borges (2003) – Fotografia da primeira página da matéria¹⁰⁷

¹⁰⁷ Também veiculada na *Revista 4x4*, em julho de 2003.

Depois de toda essa *força-tarefa*, houve a participação do Tocantins no evento *Ano do Brasil na França*, em agosto de 2005, o que dá novas proporções à divulgação do capim dourado como símbolo da identidade cultural do Tocantins. Afinal, essa participação precedeu a um processo de seleção (literalmente)¹⁰⁸ do que seria mostrado sobre o Tocantins, ou melhor, *o que é o Tocantins, para se mostrar na França*. Mas, por ser um evento que envolveu os dois países, o Tocantins, nessa época, pautou também os veículos de circulação nacional.

Assim, o capim dourado torna-se um símbolo da identidade cultural tocantinense. Em outras palavras, o que descrevo (analiticamente) são algumas ações que tangeram o girassol para o esquecimento e lançaram luz sobre o capim dourado. Ou ainda na linguagem da imagem, o que ocorreu foi o efeito *rack focus*.

O efeito *rack focus* é uma técnica que pode ser resumida à mudança rápida de foco de um elemento que compõe a cena para outro. Sua finalidade é chamar atenção do público. Para melhor compreensão, projete uma cena, cujo foco está em pessoas se movimentando em um ambiente, uma sala, por exemplo, onde procuram algo. A cena possui diversos elementos, inclusive um objeto a porção inferior esquerda desfocado. Então, alguém diz *achei* e aponta para direção desse objeto. Exatamente nesse momento o foco é modificado e, assim, o objeto fica em evidência, enquanto as pessoas ao fundo são desfocadas. A metáfora propõe que, após a inserção do girassol no Tocantins (literal e concretamente), o capim dourado – espécie que já existia – fica desfocada, ainda que no mesmo plano, e com algumas ações ocorre o efeito *rack focus* e o girassol é desfocado até não ter mais importância na cena.

¹⁰⁸ Os processos seletivos – promovidos pelo governo de Estado, através da Funcult – tiveram início em outubro de 2004 até formar a *Caravana Tocantinense do Ano do Brasil na França*, em julho de 2005.

Retomando, antes de ser símbolo – objeto em representação¹⁰⁹ –, o capim dourado é um elemento da natureza, uma espécie (*Syngonanthus nitens*), uma sempre-viva da família *Eriocaulaceae*, cuja distribuição é ampla nos campos úmidos do Brasil Central (SCHMIDT, 2005).

Isso posto, falemos sobre a região conhecida como *berço* do capim dourado – o Jalapão – e, posteriormente, sobre a transformação desse elemento da natureza em produto.

Vale salientar que a opção em percorrer esse caminho foi uma tentativa de entendê-lo. Ou seja, tentar compreender quais foram os mecanismos catalisadores da naturalização/legitimação do capim dourado como símbolo da identidade cultural pelo discurso do endemismo da espécie. Nesse contexto, o foco se dá nas invenções de tradição no Jalapão, no próximo subtítulo.

4.5 A Exportação do Jalapão: o Lugar do Capim Dourado e do Turismo

A divisão territorial do Estado do Tocantins se dá em dez regiões, sendo o Jalapão uma delas, ocupando 1/5 de toda extensão de seu território. A designação do nome se dá devido a uma planta abundante na região; a jalapa¹¹⁰ (ver Figura 65).

¹⁰⁹ Ou seja, representar no sentido de ser um: “instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como [...]” (CHARTIER, 1991, p. 184).

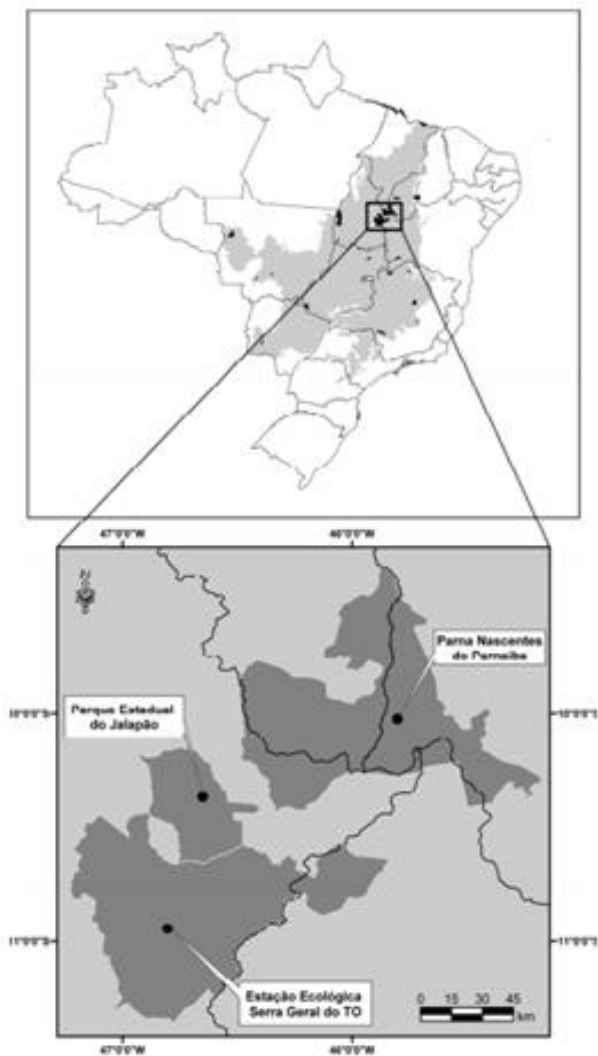
¹¹⁰ A jalapa também é conhecida como batata-de-purga, belas-noites, boa-noite, bonina, erva-triste, maravilha, munuminha ou, ainda, erva-de-santa-catarina. Seu nome científico é *Mirabilis jalapa* L., segundo Wisser; Krupek (2013, p. 2): trata-se de uma espécie; “provavelmente nativa do sul do México, naturalizada em muitas regiões temperadas e tropicais do mundo e na América Latina e introduzida ou estabelecida em grande parte dos trópicos e subtropicais do Velho Mundo [...]”. Outra característica da espécie é desenvolver-se em locais com bastante incidência de sol, suas flores têm coloração que variam do rosa escuro ao magenta. Na medicina popular é utilizada – látex e casca do caule – em assepsias de ulcerações, laxante e contra verrugas.

Figura 65 - Flor da Jalapa

Fonte: González (s/d)

A região do Jalapão fica na porção leste do Estado do Tocantins, faz divisa com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia e ocupa 53,3 mil km², sendo que 34,1 mil km² no território do Tocantins. A região engloba 15 municípios, sendo Barra de Ouro, Campos Lindos, Centenário, Goiatins, Itacajá, Itapiratins, Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta de Tocantins, Recursolândia, Rio Sono, Santa Tereza de Tocantins e São Félix do Tocantins (TOCANTINS, 2003) (ver Figura 66).

Figura 66 – Mapa de Localização da Região do Jalapão



Fonte: Ibama (2003 apud SCHMIDT, 2005, p.13)

A paisagem é composta por quatro tipos: “sendo o platô, as encostas, as áreas planas baixas e as paisagens de veredas” (SENNA, 2008, p. 61). Em relação aos recursos hídricos, a região é atravessada por diversas sub-bacias, como, por exemplo, a bacia do rio do Sono, incluindo as sub-bacias dos rios Perdida, das Balsas e do rio Manuel Alves da Natividade (SENNA, 2008, p. 62). Os rios, corredeiras, lagoas, ressurgências (fervedouro) e as cachoeiras (sendo a *da Velha* e *Formiga*, as mais conhecidas) são opções de lazer associadas à drenagem natural (ver Figuras 67 e 68).

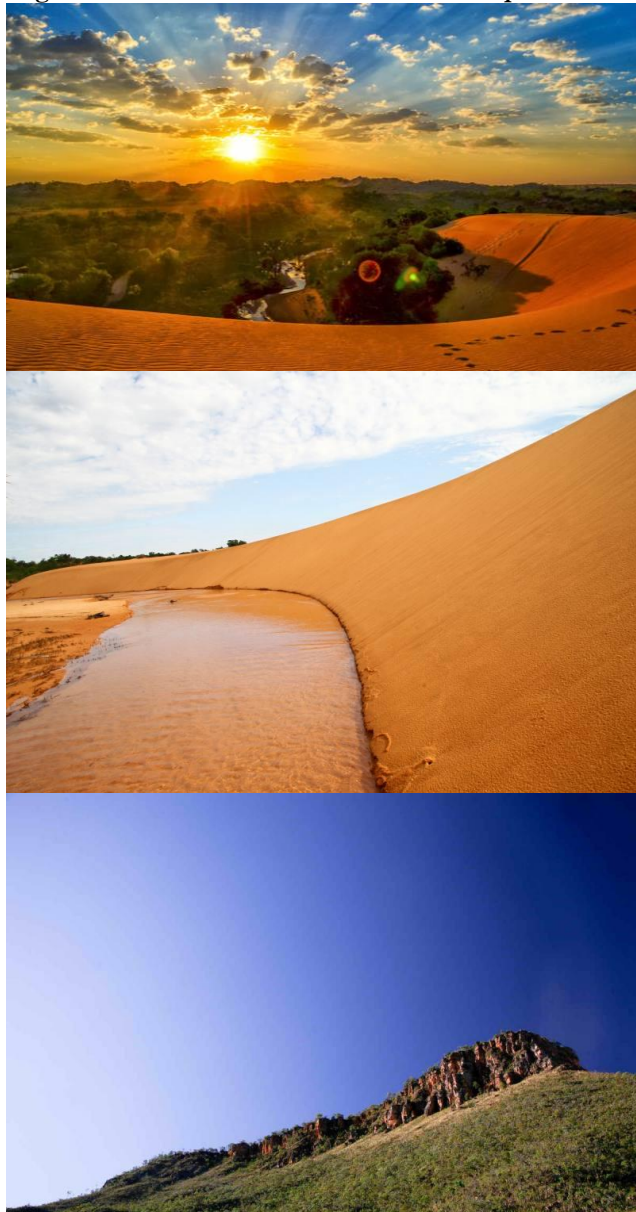
Figura 67 – Cachoeiras e Fervedouro



Fonte: Agência de Desenvolvimento Turístico do Estado do Tocantins (Adetur, s/d)

Legenda: Cachoeira da Formiga (1); Cachoeira da Velha (2); Fervedouro (3); Prainha da Cachoeira da Velha (4)

Figura 68 – Dunas e Mirante da Serra do Espírito Santo



Fonte: Agência de Desenvolvimento Turístico (Adetur, s/d); Pastorello (2013)
Legenda: Duna; Duna com fio d'água; Mirante da Serra do Espírito Santo

No Jalapão há uma baixa densidade demográfica, embora a ocupação humana seja de aproximadamente um século (SCHMIDT, 2005). Em relação a isso, a dissertação de Isabel Belloni Schmidt (2005) acrescenta que o acesso de automóveis à região só ocorreu no início da década de 1990, segundo jalapoeiros¹¹¹ entrevistados. Vale salientar que as estradas de acesso, ainda hoje, são precárias¹¹².

As intervenções estatais na região, especificamente em relação à proteção da natureza, foram iniciadas com a Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que versa sobre a formação de Unidades de Conservação e Corredores Ecológicos, não apenas no Jalapão, mas em todo território brasileiro (BRASIL, 2000). Segundo Fonseca (2011), além de preservar e propiciar o desenvolvimento de pesquisas científicas, essas ações proporcionam o aproveitamento *sustentável* do lugar.

Atualmente, o Jalapão contempla cinco Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável (âmbito federal e estadual), a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual do Jalapão, Parque Estadual do Jalapão (PEJ), Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, A APA Serra da Tabatinga e a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins.

O PEJ fora criado pela Lei Estadual nº 1.203 de 12 de janeiro de 2001, com área de 158.885,5 hectares, e pertence à categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral (TOCANTINS, 2001). Isto é, há uma limitação legal sobre as formas de exploração do local, a qual permite apenas o aproveitamento indireto de seus benefícios¹¹³.

¹¹¹ Autodenominação dos moradores da região do Jalapão.

¹¹² Um adendo é que, durante a produção dessa obra [2016-2017], a ponte que liga o povoado do Mumbuca a Mateiros (município a que pertence) fora destruída em agosto e o povoado ficou durante meses em situação de isolamento.

¹¹³ As Unidades de Conservação que são de uso indireto são aquelas que têm sua área totalmente restrita à exploração ou aproveitamento econômico dos recursos naturais de forma direta. Já as UCs de uso direto podem explorar e aproveitar de forma direta, mas deve seguir um planejamento e uma

No entanto, a criação do PEJ pode ser compreendida no interstício *Preservar para Explorar*. Embora soe contraditória, essa proposição de apropriação do patrimônio natural para exploração pode ser exemplificada com o exercício de uma atividade do setor terciário da economia; o turismo. Entretanto, trata-se do turismo que colocou o sufixo *eco* e criou o adjetivo *ecoturismo*, ou turismo de natureza¹¹⁴, pelos idos dos anos de 1990. Essa modalidade de turismo não apenas se apropria da natureza – a natureza cênica, reinventada, enlatada –, mas se legitima sob as premissas da preservação ambiental. Ou, nas palavras de Maria Geralda de Almeida:

A natureza se reinventa na modernidade pelo seu valor. Florestas, matas, manguezais, cerrado e caatinga suscitaram valorizações diversas e até contraditórias na exploração, preservação e conservação. É claro que o valor atribuído a estes lugares está vinculado à consciência que os homens têm de sua relação com a natureza: de recurso, principalmente econômico, domesticada, espetáculo e/ou exibição e inesgotável; ao contrário, nesta relação, ela pode ser, ainda, empecilho, selvagem e perecível. (ALMEIDA, 2003, p. 72-73).

Perante a exposição, pode-se conceber que há uma apropriação da natureza que é projetada para o turista, isto é, uma natureza passível de consumo em um tempo determinado e com

regulamentação. Para melhor compreensão a respeito das UCs veja: *Unidades de Conservação*, de Maria Luiza Osório Moreira et. al. (2010).

¹¹⁴ A diferença entre turismo de natureza e ecoturismo é que: “A prática da atividade turística que decorre da visitação pura e simples do espaço natural é chamada *Turismo de Natureza*. Nessa modalidade, *não há comprometimento maior por parte do agente ou do turista, apenas o desejo de contato direto com o ambiente e um cuidado relativo na manutenção do espaço utilizado.*” (MACHADO, 2005, p. 29, grifo meu). Já o ecoturismo precede o envolvimento da comunidade local, preocupação com a preservação do ambiente, segundo o mesmo autor. Nessa obra, na página seguinte há uma elucidativa tabela diferenciando o ecoturismo do turismo, a qual trago no *Anexo A*.

custo estabelecido (RODRIGUES, 2000). Assim, a compreensão do desenvolvimento do ecoturismo, como uma maneira de conservar o ambiente natural, deve passar pelo crivo crítico dos discursos de atores sociais, que estão interessados em agregar outros espaços para produção de capital.

Sobre esse processo, Porto-Gonçalves (2004, p. 164, grifo meu) afirma que “se reduz o valor da natureza a *preços*, contribuindo desta forma, para que se estabeleça um mercado de bens e *serviços ambientais*”. Dito de outra maneira, trata-se do apoderamento (da vertente econômica) que a atividade turística faz concomitante ao desprendimento da vertente cultural, social e até ecológica. Um exemplo é a constante prática do turismo de natureza ou de aventura – sem envolvimento da comunidade local – desenvolvido em diversos lugares, inclusive no Jalapão, como sendo ecoturismo (modalidade essa que também deve ser compreendida sob uma perspectiva crítica, embora, em tese, vise à preservação do ambiente natural).

Em uma entrevista concedida a Nilva A. P. Bezerra, na qual uma moradora identificada com *Artesã* descreve a percepção que tem em relação ao turismo desenvolvido no Jalapão, mais especificamente em Mateiros:

Tem muita gente que chega e admira muito as condições, a cultura, outras melhoram a nossa venda, outras dizem que a gente tem que vender baratinho, porque falam que isso é capim, que a gente pega aqui. Mas pra tudo isso a gente tem um ambiente para receber eles. [...] Como eles que vem de Palmas comprá, [...] tem gente que vem com caçamba cheia de gente, vem com guia turístico [...] *mostrá o que é nosso. A gente é que mora aqui, que sabe, mas a gente fica de fora*, podia pegar as pessoas mostrar os pontos, falar da nossa região, *porque tem uns que não sabe nem a realidade daqui*, a realidade do nosso município. Eles falam totalmente diferente do povo daqui. *É uma coisa que vai tudo pra fora e tem coisa que vai errado* (BEZERRA, 2013b, p. 136, grifo meu).

Além do não vínculo dos guias turísticos com a comunidade e cultura de Mateiros, a *Artesã* acrescenta que há publicações que *trocaram* o nome de espécies da flora local, em: “[...] tem um livro que fala sobre as coisas de capim dourado. No lugar de capim, daí eles colocaram a jalapa [...] eles colocaram no *livro a jalapa como capim dourado*. [...] Não conversa [sic] com os moradores e acabam fazendo tudo errado” (BEZERRA, 2013b, p. 136, grifo meu).

A fala da *Artesã* vai de encontro com as narrativas de estudos críticos, sobre a prática de turismo de natureza ou ecoturismo, e também com dados colhidos em sites de informações para viajantes¹¹⁵, a exemplo, o site *Universo dos Viajantes*¹¹⁶. Nesse site, um *post* com título *Dicas do Jalapão* apresenta uma crítica sobre a falta de envolvimento dos guias de agência de turismo com a comunidade:

Dica importante: Vir ao Jalapão através de uma agência é banalizar a viagem. Chega a ser tão robótico, tão sem cultura (*guias falam muitas besteiras*), *tão sem contato com a realidade do Jalapão, que, penso eu; melhor nem vir*” (JUNQUEIRA, 2014, texto eletrônico, grifo meu).

O viajante acrescenta que a relação dos guias com a comunidade é apenas comercial. “Já os guias em seus 4 x 4, só o Junior, o resto (uma nativa me disse que eles são restos mesmo, só o Junior [...] se salva), não querem saber de ninguém, somente \$\$; Das agências nem pensar; [...]” (JUNQUEIRA, 2014, texto eletrônico).

¹¹⁵ Nesses tipos de sites encontra-se um discurso uníssono sobre a diferença entre turista e viajante, nas quais o turista é o sujeito que *consome* o espaço visitado que fora transformado em produto. Já o viajante é aquele participa da comunidade e a vivência o lugar de forma sustentável. Exemplos: <http://www.jardimdomundo.com/>; <http://www.umviajante.com.br/> e <http://www.mochileiros.com/>.

¹¹⁶ O site tem uma aba só para informações do Jalapão, na qual se encontram 11 (onze) *posts* sobre a região, todas de setembro de 2014.

Retomando, no Jalapão, a ideia de *Preservar para Explorar* foi (in)justamente o turismo e a comercialização do artesanato em capim dourado que *apresentou* essa região ao mundo.

O site da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins¹¹⁷ destaca os fatores de *desenvolvimento* da região:

A principal atividade econômica informal é a confecção do Artesanato com Capim Dourado vendido no varejo para os turistas e no atacado para várias lojas de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e até para outros países. No entanto, a maior parte é vendida de forma ‘clandestina’ por pessoas que não são artesãos. O artesanato em Capim Dourado é considerado responsável pela divulgação da região ampliando a atividade turística que ainda não possui ordenamento necessário (TOCANTINS, 2002, s/p).

Já uma matéria do *Jornal Estado de São Paulo* elucidada – em valores econômicos – o *desenvolvimento* da região pela produção artesanal, mas, também pela agricultura:

[...] a cidade era um vilarejo sem luz elétrica até o ano 2000 um lugar esquecido e seco, sem plantação ou criação de valor. *E graças ao ecoturismo, e à dezenas de milhares de hectares plantados de soja, milho e arroz, a renda média de seus habitantes subiu de R\$ 117 para R\$ 1.110 por mês entre 2000 e 2010, um pulo de 1.667%, já descontada a inflação. Do 5.417.º lugar entre as cidades do Brasil, passou a ser a 53º mais rica. Seu PIB per capita bateu em R\$ 45 mil por ano (TOLEDO, 2011 apud FONSECA, 2011, p. 55, grifo meu)*¹¹⁸.

¹¹⁷ Atualmente Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública do Estado do Tocantins. A gestão do meio ambiente passou para a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

¹¹⁸ A introdução e cultura da soja foi tema da pesquisa de Nunes et al. (2010, p. 7), na qual os autores descrevem o processo, em: “A partir de 1985 a área do CE Jalapão apresentava 10.016 hectares ocupados com atividade agrícola, o que representava aproximadamente, 0,3% da região. De 1985 a 1995, a área

Assim sendo, com a criação das UCs, do PEJ, com aumento da produção agrícola na região e com a divulgação massiva do imaginário construído acerca do Jalapão, propagandeia-se também o artesanato em capim dourado produzido na região. Apresento, agora, algumas minúcias dessa *Sempre-viva*.

4.6 Capim Dourado e o Artesanato: Entre a Natureza, o Produto e a Marca

Falar sobre o capim dourado hoje é um *exercício que requer fôlego*, pois a ampliação da divulgação – tanto da espécie quanto do artesanato produzido a partir dela – tomou proporções de nível mundial. A título de exemplo, uma matéria divulgada na mídia local¹¹⁹ chamou a atenção, durante o levantamento de dados, pois “convida” o leitor a digitar “capim dourado”, no campo de busca de seu navegador da internet. A reportagem salientava que *já* havia “55 links, dentre eles reportagens, lojas virtuais, entre outros” (FARIAS, 2006, p. 1). No entanto, uma busca realizada em 2015 (especificamente em 18 janeiro)¹²⁰, o número é de 472.000, ou seja, quase 86 mil % de links a mais que em 2006¹²¹.

ocupada saltou de 10.016 para 64.800 hectares, o que implicou num aumento percentual de 546%. Nesse período a área ocupada com atividade agrícola passou de 0,3% para 2,1% da região. Na década seguinte, 1995 a 2007, as áreas ocupadas com atividades agrícolas tiveram um crescimento percentual de 219%, passando de 64.800 para 207.137 hectares, ocupando então 6,7% da região do CE Jalapão.”

¹¹⁹ Publicada no caderno Arte & Vida do *JT*, no dia 11 de novembro de 2006.

¹²⁰ A busca fora repetida em 20 de janeiro de 2017 e o resultado foi 616.000 *links*, ou seja, em dois anos aumentou cerca de 31%.

¹²¹ Destaca-se, que embora haja o aumento de acesso à internet e também da produção de comunicação para internet, por não ser o foco do trabalho, chamo atenção apenas para a diferença exponencial dos números de *links* encontrados a respeito do capim dourado em um espaço de tempo de nove anos (2006 – 2015).

Diante disso, e tal como a delineação acerca do processo de construção do imaginário da região do Jalapão, as próximas linhas tecem um convite para percorrer um caminho da invenção do capim dourado como símbolo da identidade cultural tocantinense.

Dessa maneira, se o PEJ fora criado em 2001, nesse mesmo ano houve início de pesquisas sobre o capim dourado.

A Associação Capim Dourado do Povoado da[sic] Mumbuca demonstrou preocupação em relação à conservação da espécie, e consequentemente (sic) à continuidade da atividade artesanal. *Esta associação foi uma das responsáveis pelo início do desenvolvimento de estudos científicos, tendo demandado ao Ibama, em 2001, que desenvolvesse pesquisas sobre a espécie (SCHMIDT, 2005, p. 15, grifo meu).*

Assim, tem-se um registro do início de pesquisas sobre o capim dourado – essa espécie que não é endêmica no Tocantins¹²² – e, também, dos saberes e fazeres relacionados à produção de artesanato que, segundo esses estudos, data de mais de oitenta anos.

¹²² A espécie *Syngonanthus nitens*, segundo Schmidt (2005, p. 22, grifo meu); “tem ampla distribuição no Brasil Central, é caracterizado por roseta basal de folhas de onde partem de 1 a 10 escapos dourados e glabros (Giulietti et al. 1996). Os escapos de *S. nitens* são explorados em outras regiões do Cerrado para composição de arranjos, especialmente em Minas Gerais, onde recebem o nome comum de ‘sedinha’ (Giulietti et. al, 1996), na região de São Domingos, GO e outras áreas do estado do Tocantins, a espécie também é utilizada para a confecção de artesanato. Outra informação sobre o capim dourado é que sua flor chega a produzir cerca de 250 sementes, cuja capacidade germinativa é grande, pois quase todas germinam. Além disso, pode florescer já no primeiro ano de vida e florescer várias vezes até sua morte e cada planta produz 1 ou 2 hastes por floração (SCMIDT, 2005).

Sobre essa tradição, narra-se que índios¹²³ da etnia Xerente, que *passaram* pelo Povoado do Mumbuca, no início do século passado, ensinaram a “Seu” Firmino a costurar o capim com seda de buriti e ele, por sua vez, ensinou a suas sobrinhas. Entre as sobrinhas, Laurina e Ágila Pereira Gonçalves ensinaram a suas filhas. Dessa forma, Dona Guilhermina Ribeiro da Silva, a matriarca da comunidade, filha de Laurina, conhecida como Dona Miúda¹²⁴, aprendera a arte de tecer o capim dourado (BEZERRA, 2013b; SCHMIDT, 2005) (ver Figura 69).

¹²³ Vale destacar que “a arte de tecer fibras vegetais é um legado deixado pelos índios e presente em todas as regiões do país, configurando um artesanato basicamente utilitário”, segundo Eduardo Barroso Neto (1999, p. 14).

¹²⁴ Guilhermina Ribeiro da Silva (1928-2010), Dona Miúda, matriarca da comunidade do Mumbuca, se casou aos 18 anos, teve 11 filhos, sendo nove mulheres, todas artesãs. É precursora do artesanato em capim dourado, recebeu do Governo do Estado o título de comendadora “Comenda de Ordem de Mérito do Governo do Estado do Tocantins” e diversas homenagens. Inclusive, o Prêmio de Produção em Artesanato cedido pela Funcult tem seu nome: “Prêmio Dona Miúda de Apoio à Produção Artesanal”. Já na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, há a concessão do diploma *Mulher-Cidadã Guilbermina Ribeiro da Silva*, concedido a mulheres que se destacam em ações de economia solidária.

Figura 69 – Dona Miúda Tecendo Capim Dourado

Fonte: Página do Povoado do Mumbuca no Facebook¹²⁵

Concomitante aos estudos e à divulgação dos mesmos, houve uma veiculação massiva (jornalística, publicitária e turística) do Jalapão e do Povoado do Mumbuca – que recebera o título de *produtores pioneiros da arte de tecer o capim dourado*. Uma cronologia da divulgação do artesanato em capim dourado foi descrita em:

A partir de meados da década de 1990, o governo de Tocantins e prefeituras da região, especialmente a de Mateiros, *passaram a apoiar a divulgação do artesanato de capim*

¹²⁵ Disponível em: < [Link](#)>. Acesso em 20 fev. 2017.

dourado do Jalapão, por meio da exposição e venda em feiras regionais e nacionais de artesanato e em pontos comerciais em Palmas (TO), inclusive lojas estatais de divulgação de produtos do Tocantins. Associado a isto, neste mesmo período, o Jalapão passou a ser reconhecido como roteiro de turismo off-road e ecoturismo, que vem aumentando e contribuindo para a divulgação e comercialização do artesanato. [...] Entre 1999 e 2001, houve o primeiro grande aumento no número de artesãos, inclusive com o início do envolvimento de homens na confecção artesanal. Também neste período, algumas mulheres voltaram a ocupar-se da atividade, à qual não se dedicavam há anos (SCHMIDT, 2005, p. 24, grifo meu).

Após essa transcrição, pode-se inferir que uma das consequências foi o aumento das visitas ao povoado e da venda de artesanato em capim dourado, além da procura comercial do capim *in natura*. Como efeito da expansão da atividade, houve a ameaça de sua sustentabilidade e, por isso, foi necessário criar *regras* para a colheita, as quais aparecem sintetizadas (e criticadas), no seguinte fragmento da dissertação de Isabel Benedetti Figueiredo:

Para reduzir possíveis danos da colheita precoce às populações de capim dourado, foi emitida a Portaria 055/2004, re-editada nas Portarias 092/2005 e 362/2007, pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). Tais Portarias definem que a colheita de capim dourado só é permitida a partir de 20 de setembro, e determinam também que os capítulos devem ser removidos do escapo e espalhados pelo campo úmido de origem, como forma de mitigar possíveis impactos na reprodução sexuada da espécie. Apesar de haver uma norma específica para a atividade de colheita de capim dourado, a *escassez de fiscalização* e o aumento no número de artesãos e coletores, *muitos destes vindos de fora da região*, ameaçam a viabilidade das populações de capim dourado e conseqüentemente (sic) da atividade de artesanato (FIGUEIREDO, 2007, p. 4-5, grifo meu).

Ademais, antes dessas portarias, houve o envolvimento de outros agentes no processo da colheita, na tentativa de viabilizar sua sustentabilidade (ao menos em tese), como explica Schmidt (2005, p. 25-26):

Desde 2002, a atividade de colheita vem contando com auxílio do governo estadual e do Sebrae-TO que disponibiliza caminhonetes para transportar os extrativistas até as áreas de colheita. Em 2003, o Ministério do Meio Ambiente (Coordenadoria de Agroextrativismo da Amazônia da Secretaria de Coordenação da Amazônia) doou um caminhão F4000 para a associação de artesãos do Povoado da[sic] Mumbuca. Este veículo, no entanto, parece não ter sido usado para a colheita de escapos, pois os moradores alegam que suas áreas de colheita foram exploradas por outros extrativistas, antes do ‘tempo certo’ de colheita, de forma que a maior fonte de hastes para eles em 2003 e 2004 foi a compra e não a colheita.

Diante do exposto e conjungindo com a hipótese de invenção de tradições, ressignificação da memória e imaginário sobre os saberes e fazeres com o capim dourado na região do Jalapão, o qual fora transformado em símbolo da identidade cultural tocantinense, antes de finalizar o presente capítulo, um adendo se faz necessário.

Assim, o convite é a uma reflexão acerca da transposição da cultura como *recurso* para a cultura como uma *marca registrada* e passível de *consumo*. Afinal, o que se percebe é que há discrepâncias lacônicas:

[...] entre o que se faz institucionalmente em termos culturais neste país e a realidade (vivida) dos artesãos, indígenas ou outras ‘coletividades sociotécnicas’ (LATOUR, 1999; MIÈGE, 2009). E isso se dá apesar das parcerias e apoios que se multiplicam, mas que só reforçam, paradoxalmente, a indiferença por eles (LOPES; TOTARO; BARROS, 2014, p.6).

Sob essa perspectiva, pode-se inferir que se trata de uma lógica que, por meio do discurso do empreendedorismo, maquilha a perpetuação do *status quo*, ao qual os autores chamam de “imaginário do desmanche”. O “imaginário do desmanche” seria uma sujeição

[...] que atinge as minorias – como os artesãos e os indígenas – situadas no polo desvalorizado do ego social. No polo valorizado socialmente, *está o mito do progresso apolíneo*, que é o espírito predominante nas instituições de apoio ao artesanato, como o SEBRAE (LOPES; TOTARO; BARROS, 2014, p.6, grifo meu).

Trazendo essa lógica para a realidade do Tocantins, conforme o exposto, foram diversas as ações institucionais para divulgar, preservar, vender, criar regras, (não) fiscalizar e promover oficinas de produção e venda de artesanato, com as populações que retinham as tecnologias patrimoniais¹²⁶.

A exemplo, no *I Seminário de Estruturação e Sustentabilidade do Artesanato em Capim Dourado*, em 2003, houve o lançamento da logomarca do artesanato tocantinense¹²⁷ que, segundo a divulgação oficial:

[...] será lançada oficialmente a logomarca do artesanato tocantinense. Direcionado à comunidade artesã do Jalapão e das regiões Sul e Sudeste do Estado, locais onde é produzido o artesanato em capim dourado, o seminário servirá também para *discutir a sustentabilidade do plano de*

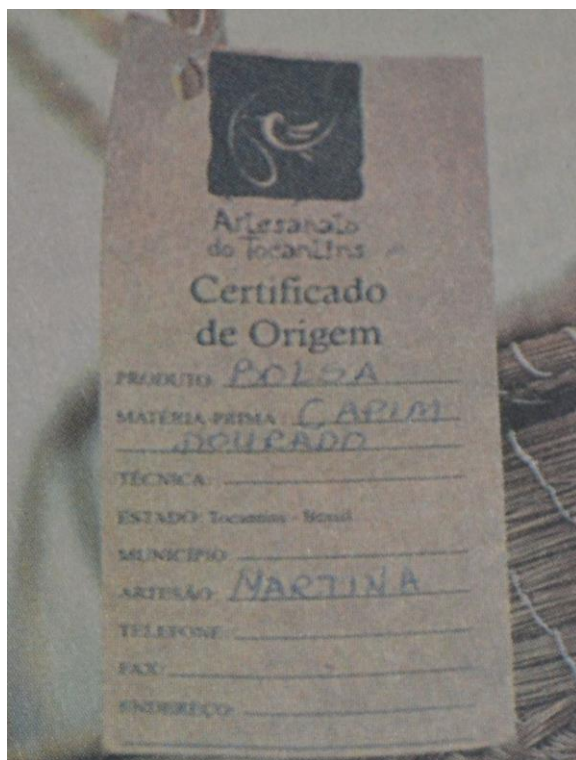
¹²⁶ Termo utilizado por José Rogério Lopes, durante a palestra *Atividades comunitárias, identidades e estratégias de desenvolvimento no Brasil*, ministrada em 25 de abril de 2014, na Universidade Federal do Tocantins, para significar que são essas as categorias que criam identidades culturais próprias através dos processos de fazeres. Isto é, o tratamento, o manuseio por artesãos adaptado à matéria-prima local.

¹²⁷ Produzida pela Funcult, em parceria com a Secretaria de Ação Social, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

manejo, a qualidade dos produtos, a importância do certificado de origem, o selo de produtos ecologicamente corretos, dentre outros assuntos. (MARANHÃO, 2003, texto eletrônico, grifo meu).

Logo, perante a transcrição, entende-se que, no seminário, houve “orientações” sobre a logomarca – criada por uma política de governo – e como utilizá-la (ver figura 70).

Figura 70 – Logomarca e Selo de Origem do Artesanato Tocantinense



Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 29 de julho de 2004, no *JT*

O que se destaca é que, uma vez criada a logomarca, para recebê-la o produto deveria se enquadrar em algumas regras, as quais eram institucionalmente bem delimitadas. No caso, o

artesanato produzido a partir do capim dourado deveria estar dentro dos padrões de qualidade e o processo de produção deveria ser ecologicamente correto, conforme informações da Funcult¹²⁸. Ou seja, receber a logomarca é uma *certificação institucional*, todavia, esse *ato institucionalizante* é um processo que acarreta mudanças e sedimentações, por inserir outros conflitos à lógica tradicional¹²⁹ de sustentabilidade da comunidade local. Além disso, fragmenta os processos de criatividade, de produção e também quebra a simetria de reciprocidade entre atores, isso é, gera o “imaginário do desmanche”.

Sobre essa outra lógica inserida, por meio do *ato institucionalizante*, a fala da coordenadora do programa de artesanato do Sebrae¹³⁰, Terezinha de Souza, em entrevista, é elucidativa ao afirmar que “a melhor forma de combater essas ações maléficas é fazer do artesanato um negócio¹³¹” (NASCIMENTO, 2003, p.1). A partir dessa fala e pensando na força societal do discurso proposta por Dijk (2008), isto é, o que está “por detrás dos discursos”, pode-se inferir que uma instituição promove a inserção do artesanato de uma comunidade tradicional no mercado, um mercado progressista. Perante isso, destaca-se que o artesanato produzido – antes desses *atos institucionalizantes* – seguia uma lógica, na qual fora criada a identidade cultural própria através dos processos de fazer, ou seja, a “tecnologia patrimonial”, sendo essa lógica que sofre diretamente o impacto desses *atos institucionalizantes*.

¹²⁸ Publicada no *JTo*, caderno Arte & Vida, dia 26 de junho de 2003, assinada pela jornalista Glês Nascimento.

¹²⁹ A lógica tradicional, segundo Geertz (2014, p. 121) “não é transmitido através de qualquer ensino sistemático e sim passado de geração a outra, de uma forma lenta e casual, durante a infância e nos primeiros anos da maturidade”.

¹³⁰ Instituição parceira do projeto e do seminário.

¹³¹ As ações maléficas, sobre as quais se refere a coordenadora do programa de artesanato do Sebrae, Terezinha de Souza, são a presença de atravessadores (não institucionalizados – como o próprio Sebrae ou o Estado), as queimadas e a colheitas de capim dourado feitas fora do prazo.

Semelhante a esse processo, ao analisar 33 coletividades, em 17 estados do Brasil, os pesquisadores do *Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais no Brasil: gestão e inovação* se valem dos estudos de Tomassi (2013) e Yúdice (2006), para descrever a inserção de “grupos marginalizados” no mercado:

Valorizar as diferenças culturais também economicamente representa a forma com que os grupos ‘marginais’ estão se apropriando das forças inerciais da sociedade de consumo (TOMASSI, 2013). Mas, para as *diferenças adquirirem um valor no mercado, precisam se enquadrar em modelos* (YÚDICE, 2006), e isso tende a *desvalorizá-las*. (LOPES; TOTARO; BARROS, 2014, p. 8-9, grifo meu).

Diante do exposto, vale ressaltar que a produção de artesanato é criadora de uma identidade cultural e o processo de identidade cultural é dinâmico. Assim, ao serem inseridos ou se inserirem nesta lógica de mercado há um processo de “agenciamento dos atores”¹³² – no Tocantins, esses atores se organizam em associações – e, para se relacionar com este *outro* os atores se dotam de uma identidade. Ou seja, se (re)apropriam de suas próprias práticas culturais e tradições como *marco diferenciador* no diálogo com a modernidade.

Assim, no contexto de globalização, para se difundirem, há uma reelaboração do *eu* perante o *outro*. Uma dessas formações culturais pode ser compreendida dentro da perspectiva de:

[...] uma *cultura do empreendedorismo*, suportada pela e na interação das tendências de consumo com as oportunidades do mercado de produtos e serviços e, geralmente, *complementadas pela indústria do turismo ecológico ou cultural*. Embora tenha se constituído desde as relações de produção que moldam uma consciência da sociedade

¹³² Ou seja, trata-se de “atores que agenciam recursos identitários recuperados de uma ‘reserva disponível’ nas trajetórias comuns de suas formações culturais específicas, em diálogo com modelos culturais predominantes na sociedade globalizada” (LOPES; TOTARO; BARROS, 2014, p. 10).

industrial (ARON, 1977), tal cultura do empreendedorismo tem sido adotada como estratégia por órgãos governamentais (sobretudo, no SEBRAE), instituições universitárias e fundações privadas, em suas políticas de afirmação ou incentivo às comunidades tradicionais e grupos marginalizados do mercado, como lógica de inclusão (LOPES; TOTARO; BARROS, 2014, p. 8).

Destarte, a cultura do empreendedorismo somada às ações da indústria do turismo ecológico no Tocantins, especificamente nas comunidades do Jalapão, vêm moldando uma consciência da sociedade industrial, de modo que as formas de produção de artesanato – tecnologia patrimonial – agora é um negócio, uma marca registrada e com selo de origem comercializado na capital do Estado do Tocantins, em todo Brasil e no mundo.

Arrematando, nesse capítulo há uma narrativa, uma delineação acerca do processo de transposição da cultura como *recurso* para a cultura como uma *marca registrada* na região do Jalapão, por meio de ações de governo, da construção do discurso do empreendedorismo, da promoção do ecoturismo. Dessa maneira, a tecnologia patrimonial das comunidades do Jalapão foram inseridas no “mundo dos negócios”. Essa inserção aconteceu ancorada na modalidade de *negócio sustentável*, dos modos de produção “tipo Sebrae”, para agregarem valor ao produto ao receber a logomarca e, posteriormente, uma certificação pela Indicação Geográfica (IG), na modalidade de Indicação de Procedência do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)¹³³.

¹³³ A certificação pela Indicação Geográfica (IG), na modalidade de Indicação de Procedência do INPI dos produtos confeccionados com capim dourado aconteceu em 30 de agosto de 2011. A modalidade traz “o nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade de seu território que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço. É importante lembrar que no caso da Indicação de Procedência, é necessária [sic] apresentação de

Outro ponto é a legitimação desses *atos institucionalizantes*, que foram catalisadas pela ideia de valorização da cultura pelo viés econômico¹³⁴, em uma região cujo índice de pobreza ainda hoje é alto e, assim, se constrói o “imaginário do desmanche”, no Jalapão. Após percorrer esse caminho da invenção de tradições e da ressignificação da memória e imaginário sobre os saberes e fazeres com o capim dourado, precedido pela invenção do imaginário acerca do Jalapão, pelo viés do ecoturismo, finalizo essa parte da discussão.

Em suma e recapitulando, a transposição do girassol para o capim dourado como símbolo de uma identidade cultural e política do Tocantins é uma ilação do fato de a memória ser algo socialmente construído e, assim, também passível de destruição. Partindo do pressuposto de que a memória é o *elo* entre os integrantes de um grupo, que pode ser representada por meio de símbolos e que recorre ao passado, ressignifica-o no presente para construir o futuro. Isso ancorada em um discurso que, por sua vez, é um elemento constituinte da memória, além de ser um meio pelo qual a própria memória é apresentada. Desse modo, memória e discurso são constructos sociais da realidade e do imaginário, no caso acerca do que é o Tocantins e quais os símbolos que o representa, em uma nova conjuntura político-social-cultural-semiótica.

Como exposto, houve um esforço político para apagar o girassol da memória coletiva da população tocantinense e ações para lembrar o capim dourado, ou melhor, o jogo de foco (*rack*

documentos que comprovem que o nome geográfico seja conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou prestação do serviço”. (INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, 2012, texto eletrônico).

¹³⁴ Ou seja, uma estratégia da valorização de produtos locais sob uma perspectiva na qual “a dinâmica econômica do desenvolvimento territorial está fñcada na afirmação de recursos territoriais inéditos sobre os quais se promove uma inovação e que estabelecem novas formas de relação com consumidores” (FLORES, 2006, p. 9).

focus) que trouxe *para o primeiro plano*, o capim dourado¹³⁵, esse elemento da natureza que fora tomado como espécie endêmica, de uma região de paisagens cênicas transformadas em produto para a indústria do ecoturismo publicizada, dentre outras formas, pelo jornalismo de turismo oficial.

Outra ressalva que se faz necessária é o fato do girassol ser uma planta exótica e não ter uma relação direta com a realidade do Tocantins, por isso, demandou de esforços políticos, econômicos e *concretos* para ser *lembrado* como símbolo cultural. O capim dourado, por sua vez, é uma planta nativa, matéria-prima da produção da identidade cultural de uma coletividade tocantinense e que a representa. Essa característica do capim dourado, por si, é catalizadora do processo de legitimação desse elemento da natureza como símbolo da identidade cultural do Estado do Tocantins.

Diante disso, questiona-se como o jornalismo tocantinense ancorou, deu voz ao discurso da transposição do girassol para o capim dourado? Essa questão instiga o próximo capítulo, que tem o desafio de enxergar o objeto de estudo a partir de sua veiculação na mídia local.

¹³⁵ O *Apêndice B*, apresenta um quadro que sintetiza os *atos institucionalizantes* promotores da ascensão do capim dourado ao status de símbolo políticos identitária.

“SAIU NA IMPRENSA”: TRANSPOSIÇÃO DE SÍMBOLOS DA IDENTIDADE CULTURAL E POLÍTICA NO ESTADO DO TOCANTINS

O desafio de análise da história ou dos fatos *do tempo presente*, como *testemunhos diretos*, requer elucubrações que contemplem, conjunturalmente, os fatos, os atores sociais, suas ações, os discursos e a força societal desses discursos na formação da memória e imaginário social. Isso se sucede, concomitante, ao prosseguir pelo *jogo simbólico*, no qual se tem a contínua inserção de novos elementos.

Essa obra busca depreender a forma como se deu a recente transposição do girassol para o capim dourado como símbolo da identidade cultural e política tocantinense/palmense. O recorte de tempo que percorre o caminho da análise é compreendido entre janeiro de 2003 e janeiro de 2011¹³⁶. Para tanto, recorre a estudos sobre a construção social da realidade, da memória, de imaginário, do uso dos símbolos nas representações sociais e da formação do discurso social.

Aproxima o aporte teórico do objeto – no caso, a história do Tocantins e sua capital, Palmas – e, agora, aplica o *teste*. Logo, escolhi a versão midiática dos fatos para averiguar como os veículos de comunicação locais reportaram tais acontecimentos (episódios que relatam a transposição dos símbolos, de girassol para capim dourado).

Vale destacar que esta análise parte do pressuposto de que os meios de comunicação ancoram discursos e outros elementos.

¹³⁶ Momento de *transição* política, na gestão de Governo de Estado, marcado por ressignificações dos símbolos e signos representativos da memória, imaginário sociocultural do Estado do Tocantins.

Esses subsidiam a construção social da realidade ao representarem e rerepresentarem a realidade aos indivíduos (ANDERSON, 2008; BAHIA, 2009; THOMPSON, 2008). Acrescenta-se que o discurso midiático ocupa, na sociedade contemporânea, uma posição de “lugar de memória” (ENNE, 2004).

Uma vez delineado o aporte teórico e o objeto, desenleamos a ancoragem que os veículos midiáticos *Jornal do Tocantins (JTo)* e *O Girassol* deram ao fenômeno de transposição ou *jogo de foco*¹³⁷: *Do girassol para o Capim Dourado*.

Para tanto, conforme descrito na *Introdução*, fora realizada uma extensa coleta de dados, centenas de milhares de matérias em 2.700 exemplares de jornais, as quais foram selecionadas por Unidades de Registro (UR), conforme as proposições teórico-metodológicas de Laurence Bardin (2009). No momento em que foram tabeladas, as matérias eram enquadradas nas URs *Ano do Brasil na França*; *Capim dourado*; *Girassol*; *Ruptura Política* e *Símbolo (geral)*, isso para as 289 reportagens¹³⁸. Todavia, apresento com outras divisões e subdivisões por uma questão didática.

Assim, nos próximos subtítulos, apresento a análise da versão midiática da URs *Construção social da identidade cultural*; *Siqueira Campos*; *Girassol*; *Ruptura política*; *Ano do Brasil na França*; *Frontispício e Capim Dourado*, respectivamente. Esse último é subdividido em: *Retratos do Jalapão*, *Identidade cultural*, *Venda e Participação em Eventos*, *Capacitação e Polícia*. Dito isso, iniciemos a ancoragem dada às URs, começando por *Construção social da identidade cultural*.

¹³⁷ Efeito *rack focus* – descrito no Capítulo 4, no qual sugiro que houve um *jogo de foco* tirando o girassol da *evidência* – enquanto símbolo identitário e a ascensão do capim dourado como tal.

¹³⁸ Sendo 246 matérias selecionadas de 2.428 exemplares do *JTo* e 43 matérias selecionadas de 272 exemplares do veículo *O Girassol*.

5.1 Agentes, Instituições e Atores Sociais *Construindo a Identidade Cultural Tocantinense*

As URs são apresentadas como uma versão midiática da transposição do girassol para o capim dourado como símbolo político identitário. Porém, antes de iniciar a análise das mesmas, resalto a concepção que artistas e gestores de cultura têm em relação ao processo de construção social da identidade cultural no Tocantins.

Assim, retomo a ideia de que a memória é um fator imprescindível. Conforme já exposto, tal elemento é fundamental para a formação do sentimento de identidade, de reconhecimento e de pertencimento. Além disso, a memória é o *elo* que mantém um grupo. Ou seja, são como as marcas de proximidade, as quais podem ser representadas por meio de signos e símbolos.

Bourdieu (1996) afirma que para que esses símbolos ascendam à posição de representação, eles passam primeiro pelo processo de legitimação. Esse processo é compreendido por Baczko (1985, p.310) como algo que é inventado e, portanto precisa legitimar-se. Isto é: “Qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder”. Ademais, entende-se também que as tradições são invenções (HOBSBAWM; RANGER, 2012) e que as comunidades são imaginadas (ANDERSON, 2008).

A capital Palmas, criada no final do século XX, abriga as sedes do poder Executivo, Judiciário e Legislativo do Estado do Tocantins. Uma cidade emoldurada pelo *dever* e com suas origens no nada (*ex-nihilo*), pode ser inferir, então, que Palmas tem um campo fértil para produção de tradições (HOBSBAWM; RANGER, 2012), invenções de narrativas e de imaginários (BACKZO, 1985) e produção de “memória(s)” (HALBWACHS, 2006). Essas produções são significadas(s) como “*projeto(s)*” (VELHO, 2003) e “representada” (CHARTIER, 1991), dentre outras formas, por símbolos, signos, monumentos e “elementos da natureza” (CASTRO, 2001).

Em pesquisas que realizei entre os anos de 2009-2012, cujos alguns dos resultados foram artigos e uma monografia¹³⁹, identifiquei que, além da classe artística e gestores de governo e do município (de Palmas), os empresários e a população como um todo *sentiam-se construtores de Palmas*. O fato/afeto ocorria de forma concreta (trabalhadores da construção civil) e/ou simbólica.

Esse sentimento, na monografia, foi enquadrado dentro da UR *Pioneiro*. Esse termo, conforme mencionado no Capítulo 3, aparece desde nome de praça (Praça Bosque dos Pioneiros) a diversos projetos que se utilizam da palavra como adjetivo. Afinal, sempre que se queria requer o atributo de *estrela* ou *primeira vez de algo*, em Palmas, utilizava-se o termo *Pioneiro*. Dessa forma, como tudo estava por ser construído, o vocábulo foi utilizado em demasia e entrou para o campo semântico da população com significado político e cultural.

Isto posto, vamos à análise da versão midiática da *construção da identidade*, por meio de uma matéria publicada com o título: *Uma bailarina no comando da Fundação Cultural*¹⁴⁰. Como a matéria já foi apresentada, no Capítulo 4 destaco apenas a frase na qual a jornalista descreve a [então] presidente da Fundação Cultural do Tocantins – Funcult, Meire Maria Monteiro, como: “Pioneira em Palmas [...]. *Atuante na construção da identidade cultural tocantinense [...]*” (D’ANGELO, 2003, p. 1, grifo meu).

Na sequência, a própria gestora expõe como irá trabalhar, em: “[...] a bailarina carioca e tocantinense por opção, foi clara ao delinear o perfil da atuação da Fundação afinada com os propósitos do novo Governo do Estado que é ter um artista tomando conta da Cultura.” (D’ANGELO, 2003, p. 1). Ou seja,

¹³⁹ Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social /Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT), apresentada em 2012, com o título: *Jornalismo e Cultura Regional: uma análise do cenário tocantinense* e, posteriormente, transformada em artigo com título homônimo. O artigo pode ser conferido no endereço: < <http://goo.gl/jP1Xgx>>.

¹⁴⁰ Matéria veiculada como capa do caderno Arte & Vida, do *JT*, no dia 07 de janeiro de 2003, assinada pela jornalista Zuleide D’Angelo.

irá trabalhar na perspectiva de que ações de governo compõem a construção social da identidade cultural.

Assim, por já ter recorrido sobre a matéria, sigo à análise com a propaganda do governo sobre o *Dia da Cultura*, com o título: *Tocantins – cultura é a nossa identidade*¹⁴¹ (ver figura 71).

Figura 71 – Propaganda: *Tocantins - cultura é nossa identidade*



Fonte: Fotografia de publicidade veiculada no dia 05 de novembro de 2004, no *JTô*

¹⁴¹ Publicada no caderno Arte & Vida do *JTô*, no dia 05 de novembro de 2004.

Perante a imagem da peça publicitária, tem-se, a priori, que o significado do termo identidade está mais próximo da ideia de característica de uma pessoa. No caso, o sujeito é o Estado do Tocantins que, na frase, tem com característica a cultura. Isto é, o Tocantins é (re)conhecido por ter cultura, a qual é representada por meio de manifestações artísticas.

Ao analisar a peça publicitária como um todo, percebe-se a perspicácia ao utilizarem imagens em alusão às cédulas do Registro Geral (RG) e, assim, diz: Essa [cultura] é a *identidade*, o Registro Geral do Tocantins. As manifestações expressas são a Dona miúda (tecendo capim dourado), Cerâmica Krahô, Cavalhadas, Festa do Divino, Catedral de Porto Nacional, Memorial Coluna Prestes, Artesanato, Palacinho, Pintura Rupestre, “Seu” Nascimento da Rabeca e Danças Tradicionais.

Outra matéria analisada à luz da UR *Construção social da identidade cultural* é: *Cultura Palmense com cara nova*¹⁴². Trata-se de uma entrevista com o [então] novo gestor da Secretaria Municipal de Cultura de Palmas, Odir Rocha. O texto aborda como será a gestão da cultura na capital. Odir afirma que pretende *tombar* e administrar a Casa Suçuapara e, além disso, revitalizar e *transformá-la no Museu Histórico de Palmas*.

Diante do exposto, destaca-se que, ao se abrigar em um museu, uma narrativa é *institucionaliza*. Assim, os *heróis, pioneiros* de Palmas, teriam sua história selecionada, armazenada e exposta para que sejam lembradas. Desta forma, o lembrar seria reencontrar “[...] o *pertencimento*, princípio e *segredo da identidade*. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente. [...] Nesta tradição que só tem como história sua própria memória, *ser judeu, é se lembrar de ser judeu* [...]” (NORA, 1994, p. 18, grifo meu). Assim, trazer uma narrativa para o espaço institucional – museu – torna-se um assunto interessante, em se tratando da recente

¹⁴² Publicada na capa do caderno Arte & Vida, no *JTo*, no dia 04 de janeiro de 2005, com assinatura da jornalista Elisangela Farias.

história de Palmas. Contudo, por não ser esse o foco da pesquisa, deixo como sugestão para outras pesquisas.

Retomando a ideia de que os artistas tocantinenses também se apropriaram e atuam no papel de *construtor* social da identidade cultural do Estado e de sua capital, a análise da matéria: *Noite Tocantinense no DF*¹⁴³ exemplifica esse sentimento. Na matéria, o cantor e compositor tocantinense Dorivã fala sobre o lançamento de um CD, em Brasília, antes de ir cantar no Espaço Brasil, no Ano do Brasil na França. Ele afirma que: “A idéia[sic] é fazer uma noite tocantinense, com música do Tocantins e que demonstram a identidade do Estado” (FARIAS, 2005, p. 3).

Pode-se inferir, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso – AD no qual utiliza do dispositivo de colocar o dito em correlação ao não dito¹⁴⁴, propostos por Orlandi (1999), que, na frase, o não dito (ou melhor, o dito nas entrelinhas) é: “Faço música tocantinense, portanto, sou construtor da identidade do Estado. Afinal, a música que componho demonstra essa identidade”.

Finalizando a análise da primeira UR, a matéria: *Os desafios de um novo tempo na cultura do Tocantins*¹⁴⁵ apresenta, novamente, o sentimento de personagem participante da construção da identidade cultural do Estado do Tocantins. Nessa reportagem percebe-se tal papel representado pelo gestor de cultura, em nível de Estado, quando Kátia Rocha, [então] nova presidente da Funcult e secretária de Estado de Cultura – Secult, em entrevista diz: “Hoje meu desafio é muito maior, naquele momento peguei uma secretaria no começo, *uma cultura do zero*. Onde junto com a classe artística *nos construímos uma identidade cultural do Estado*. [...]”

¹⁴³ Publicada no caderno Arte & Vida do *JT*, no dia 12 de julho de 2005, com assinatura de Elisângela Farias

¹⁴⁴ Isto é, “o que sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras” (ORLANDI, 1999, p. 59).

¹⁴⁵ Publicada na capa do caderno Arte & vida do *JT*, no dia 25 de janeiro de 2011, assinada pela jornalista Jarlene Souza.

(SOUZA, 2011, p. 1, grifo meu)¹⁴⁶. O momento ao qual se refere é compreendido entre julho de 1996 e outubro de 1999¹⁴⁷ e também de abril a dezembro de 2002, nas gestões do [então] governador José Wilson Siqueira Campos.

Perante o exposto, pode-se inferir que há a clara ideia de que as ações de governo constroem a identidade cultural. Ou seja, os *atos institucionalizantes* são entendidos pela gestora como constructo de uma realidade. Uma vez compreendido assim, a então presidente da Funcult tem pra si, conforme exposto, que ela, enquanto gestora de cultura, junto com a classe artística, construíram a identidade cultural do Estado do Tocantins, agora [no caso, em 2011] é preciso de outras ações (ver Figura 72).

¹⁴⁶ A fala de Kátia Rocha é inserida na matéria no subtítulo *Posse*, que a apresenta assim: “Por ter sido *pioneira* à frente da Secretaria de Cultura do Tocantins” (SOUZA, 2011, p. 1, grifo meu).

¹⁴⁷ Momento que atuou como gestora de cultura, em nível de estado, precedida por Meire Maria, de janeiro de 1995 a julho de 1996. Meire Maria, conforme já exposto, retorna à gestão da cultura estadual, em janeiro de 2003, e fica até 28 de janeiro de 2005 (ver *Apêndice A*).

Figura 72 – Matéria: *Os desafios de um novo tempo na cultura do Tocantins*

INISSÉRIE EM HOMENAGEM A CHICO XAVIER ESTREIA HOJE NA TELINHA DA GLOBO. 4

Jornal do Tocantins

ARTE & VIDA

35
de janeiro

PERSPECTIVAS

Os desafios de um novo tempo na cultura do Tocantins

MUDANÇA DE SEDE, BAIXO ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO DA CASA INTEGRAM A NOVA FASE DA SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO, LIDERADA POR KÁTIA ROCHA

Anaís Sôla
FELIAS

Kátia Rocha se sente hoje mais preparada para o primeiro governo

revela toda a riqueza artística do Tocantins. Entretanto, apesar da riqueza de todos os aspectos, será a do Tocantins (FCT) o que deverá ser a Secretaria de Cultura do Estado. A secretaria de Cultura do Tocantins, criada em 2007, tem como missão promover a cultura do Estado, fomentar a produção cultural e apoiar a criação artística. A secretaria de Cultura do Tocantins, criada em 2007, tem como missão promover a cultura do Estado, fomentar a produção cultural e apoiar a criação artística.

FUNDAÇÃO OU SECRETARIA?

Outro desafio que Kátia enfrenta é o de definir se a secretaria de Cultura do Tocantins será criada como uma secretaria de Estado ou como uma fundação. A secretaria de Cultura do Tocantins, criada em 2007, tem como missão promover a cultura do Estado, fomentar a produção cultural e apoiar a criação artística.

DIVIDOS

Um dos maiores desafios que Kátia enfrenta é o de lidar com os recursos financeiros. A secretaria de Cultura do Tocantins, criada em 2007, tem como missão promover a cultura do Estado, fomentar a produção cultural e apoiar a criação artística.

POSSÉ

Apesar de ser a líder da secretaria de Cultura do Tocantins, Kátia enfrenta muitos desafios. Um dos maiores é o de lidar com os recursos financeiros. A secretaria de Cultura do Tocantins, criada em 2007, tem como missão promover a cultura do Estado, fomentar a produção cultural e apoiar a criação artística.

Reativação de museus será ação prioritária em 2011

Palmas - O Tocantins, em recente progresso da Secretaria de Cultura, tem um sério problema: não há um museu que reúna em si uma quantidade razoável de acervo. Segundo Kátia, a primeira medida que será tomada para reativar os museus é a de criar um museu que reúna em si uma quantidade razoável de acervo. Segundo Kátia, a primeira medida que será tomada para reativar os museus é a de criar um museu que reúna em si uma quantidade razoável de acervo.

Memorial Cabral Petrólio está fechado há quase oito meses

Um dos maiores desafios que Kátia enfrenta é o de lidar com os recursos financeiros. A secretaria de Cultura do Tocantins, criada em 2007, tem como missão promover a cultura do Estado, fomentar a produção cultural e apoiar a criação artística.

Loja de artesanato da FCT é fechada

Palmas - Diante da falta de recursos, a loja de artesanato da Secretaria de Cultura do Tocantins, criada em 2007, tem como missão promover a cultura do Estado, fomentar a produção cultural e apoiar a criação artística.

Conselho Estadual de Cultura terá nova eleição

Palmas - Um órgão criado para promover a cultura do Tocantins, o Conselho Estadual de Cultura, terá uma nova eleição. Segundo Kátia, a primeira medida que será tomada para reativar os museus é a de criar um museu que reúna em si uma quantidade razoável de acervo.

Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 25 de janeiro de 2011, no JT

Outra questão, que pela AD se extrai da fala de Kátia Rocha, é que o que havia de cultura no Tocantins não pertencia, *valia* para esta nova [urdidura da] identidade cultural, ditos com a expressão: “uma cultura zero”. Vale destacar que no *Discurso Autonomista* do último movimento separatista (1981-1988) afirmava-se que a cultura do norte goiano era diferente do centro-sul do Estado do Goiás e, por isso, deveriam se separar.

Assim, com o *esquecimento* das expressões e manifestações da cultura que se fazia no Estado do Tocantins, quando ainda norte goiano, tem-se o subsídio para se “imaginar o processo de legitimação dos novos símbolos” (conforme já demonstrado no Capítulo 3). Isso acontece concomitante ao *apagamento* da história de outras cidades, ao trazer o foco para a construção de uma nova cidade para ser a capital.

Em outras palavras, ao se apagar uma memória (antigo norte-goiano) e se imaginar, construir e projetar outra (Tocantins-Palmas) por meio de ações governamentais, concede-se o espaço para que os atores que protagonizam nesse cenário introjetem o sentimento de construtor. Esta nova narrativa será contada a partir do tempo zero, especificamente o tempo ausente da *Última cidade planejada do século XX*.

Entretanto, o que esses atores e instituições não percebiam é que o que se construiu do nada foi uma cidade – concreta – e não uma identidade cultural. Afinal, não se imagina nada a partir do nada (ANDERSON, 2008).

Desse modo, findo, por ora, a análise da primeira UR desse estudo. Embora ainda valha destacar que a *Construção social da identidade cultural*, no contexto do Estado do Tocantins, transpassa a outras UR. Isto porque essa divisão, tal como as outras, são meramente didáticas. Pois, as *cartadas simbólicas*, seja na versão midiática ou não, ocorrem de forma escalonada e em diversos níveis, sendo um deles as ações e discursos de Governo de Estado. Sendo assim, a próxima UR apresentada é *Siqueira Campos*.

5.2 Criador e Criatura: Fusão da Jornada do *Fundador* com a Construção da Nova Cidade - Siqueira Campos

Uma cidade de tempo zero tem-se um campo fértil para se semear imaginários e construir memórias. Durante os primeiros anos do Tocantins (enquanto unidade da federação) houve a construção do *mito político* acerca da figura de Siqueira Campos, conforme demonstrado nos Capítulos 3 e 4. Agora reporto a inserções de seu nome, em matérias jornalísticas veiculadas durante o tempo da análise. Tal ação tem a finalidade de perceber como é referido e o porquê, já que nesse período não está como gestor político estadual.

Assim, a UR *Siqueira Campos* teve sua primeira inserção, de acordo com o recorte feito para este estudo, em maio de 2005, na matéria intitulada: *Sob o olhar de Theotônio*¹⁴⁸. No texto, o repórter *brinca* com a imaginação e tece como seria uma entrevista com Joaquim Theotônio Segurado, na data de comemoração dos 16 anos da criação de Palmas, em 20 de maio de 2005.

O repórter inicia a urdidura “convidando à imaginação”:

Digamos que, por um desses sortilégios da vida (ou do além), Theotônio Segurado concedesse uma entrevista a algum jornalista com ‘poderes mediúnicos’ na qual resolvesse fazer um balanço dos 16 anos de Palmas – *símbolo da concretização do sonho do Estado do Tocantins*. (SANTOS, 2005, p. 2, grifo meu).

Embora explicita o caráter ficcional¹⁴⁹ da matéria, em sua tessitura o repórter discorre sobre fatos da história oficial e

¹⁴⁸ Publicada no caderno Especial – Aniversário de Palmas, no dia 20 de maio de 2005, no *JT0*, assinada pelo jornalista Marcelo Santos.

¹⁴⁹ Arbex (2002) e Anderson (2008), só para mencionar autores já citados nesse estudo, discorrem sobre a urdidura da realidade imaginada a partir da construção textual de um jornal. Nesse caso, o repórter explicita o caráter ficcional da matéria. Porém, ao fazê-lo, utiliza fatos da história oficial do Estado do Tocantins e cria uma lúdica *narrativa da realidade*, um *jogo simbólico perspicaz*, um *realismo fantástico*.

promove um elo entre o ouvidor português Joaquim Theotônio Segurado (1775 – 1831) e José Wilson Siqueira Campos. Enquanto um viveu no século XIX, o outro vive no XXI.

Além disso, afirma, no fragmento citado, que a cidade de Palmas é o “símbolo da concretização do sonho” da criação do Estado do Tocantins¹⁵⁰. Mas acrescenta que a cidade, que teve o início de sua construção em 1989, pode ser também compreendida como um símbolo de poder e instrumento político, no caso de Siqueira Campos.

Além disso, a narrativa da reportagem desconsidera a participação de outras lideranças no processo de emancipação política do norte goiano – hoje, Tocantins – citando apenas Theotônio Segurado, a Conorte (como instituição) e Siqueira Campos. Ou seja, reafirma a memória construída – pela intensa repetição – de que Siqueira Campos seria: “o último herói com a

¹⁵⁰ O sonho do qual o repórter fala faz alusão ao movimento separatista, que teve início no século XIX. O fato ocorreu especificamente em 1809, quando o príncipe regente Dom João VI decreta o Alvará de 18 de março, que divide a Capitania de Goiás em duas comarcas (a do Sul e a do Norte) e nomeia o português Joaquim Theotônio Segurado como ouvidor da Comarca do Norte (CAVALCANTE, 2003; PARENTE, 2007). A Comarca do Norte recebe o nome de Comarca de São João das Duas Barras. O mesmo nome deveria ser dado à sede da Comarca – uma vila construída aproximadamente a 100 km abaixo do Bico do Papagaio, no encontro (foz) dos rios Tocantins e Itacaiúnas (atualmente, o município de São João do Araguaia, no Estado do Pará, localizado na região metropolitana da cidade de Marabá). Entretanto, a Vila São João das Duas Barras nunca fora, de fato, construída. Vale ressaltar, pois, que a cidade mais setentrional povoada na capitania de Goiás, no caso Comarca do Norte, na época, era Porto Real, atual Porto Nacional (52 km de Palmas - já a distância entre as cidades de São João do Araguaia, no Estado do Pará e Porto Nacional, no Tocantins é de, aproximadamente, 770 km). Essa é uma das justificativas apresentadas por Joaquim Theotônio Segurado ao príncipe regente, quando solicitara a construção da sede da Comarca em outro local. Ou seja, havia dificuldades para povoar e desenvolver o extremo Norte. Assim, até que fosse construída a vila, a sede da ouvidoria foi a cidade de Natividade (200 km de Palmas). Com o alvará de 25 de janeiro de 1814, Dom João VI autoriza a construção da sede da Comarca do Norte, no encontro dos rios Palma e Paranã, a vila São João da Palma, onde, hoje, é a cidade de Paranã (CAVALCANTE, 2003).

missão de cumprir uma tarefa, um sonho *acalentado* iniciado por Joaquim Theotônio Segurado.” (RODRIGUES, 2009, 109, grifo do autor). Desta maneira, desconsidera o segundo momento da construção do discurso separatista no início da segunda metade do século XX, tendo a cidade de Porto Nacional como o epicentro.

Outra questão foi à atribuição da escolha do município de Miracema do Tocantins para sediar, provisoriamente, a capital do recém-criado Estado ao presidente do Brasil, José Sarney. Na reportagem Theotônio Segurado *teria dito*:

E ficou um pouco surpreso¹⁵¹ quando o presidente José Sarney escolheu Miracema como capital provisória, sem antes reconhecer que o presidente apenas obedecia à Constituinte de 1988, que previa a sede provisória, ficando a definitiva para a Assembleia (sic) Legislativa a tarefa de escolher, [...] (SANTOS, 2005, p. 2).

Perante o exposto, destaca-se que Miracema do Tocantins não pertencia ao conjunto de cidades que reivindicavam sediar a capital do Estado do Tocantins, mas sim as cidades de Araguaína e Gurupi (devido à importância econômica) e Porto Nacional (importância histórica e política). A matéria atribui ao presidente da federação essa escolha. Porém, no estudo de Oliveira (2012, p. 63), tem-se que fora um conjunto de fatos, dentro os quais, a ausência de oposição política: “Assim, Siqueira Campos conseguiu aprovar todas as matérias de seu interesse, inclusive o projeto de criação de Palmas” (OLIVEIRA, 2012, p.63).

Retomando a ficcional reportagem, a matéria *diz* que o ouvidor português estava ao lado de Siqueira Campos. “Estavam juntos quando o mesmo descerrou a placa ‘marco do início da construção de Palmas’, na qual há inscrito o ‘Manifesto da Criação da Província da Palma’” (SANTOS, 2005, p. 2B). A narrativa jornalística-fictícia segue imaginado que: “Segundo ele

¹⁵¹ Segundo a matéria-ficção Joaquim Theotônio Segurado é quem teria ficado surpreso.

[Theotônio Segurado] não lhe restou alternativa se não subir no trator e começar a abrir o caminho da Avenida Theotônio Segurado, coincidentemente, viria a levar seu nome lembrou.” (SANTOS, 2005, p. 2B)¹⁵². A matéria ainda cita Palmas, *na voz de Theotônio Segurado*, como um lugar bonito. Também destaca “seus cartões postais, sendo o Lago da Palmas, o Parque Cesamar, a Praça dos Girassóis e o distrito de Taquaruçu” (ver Figura 73).

¹⁵² Conforme exposto, o jornalista transita entre a imaginação e fatos da realidade, assim, tanto o descerramento da placa, a primeira missa, o [então] governador em cima de um trator abrindo a Avenida Joaquim Theotônio Segurado aconteceram e foram apresentadas no Capítulo 3.

Outra matéria selecionada sob essa UR foi publicada no dia 30 de outubro de 2005, com título: *Estátua desaparecida está de volta à praça*¹⁵³. Ela se refere ao “desaparecimento” de uma estátua do monumento Súplica dos Pioneiros. (ver Figura 60, Capítulo 4). A matéria traz a denúncia de que a ex-presidente da Fundação Cultural do Estado, Kátia Rocha, fez ao Ministério Público Estadual sobre tal desaparecimento. E ressalta: “[...] venho observando a falta de zelo do patrimônio público na Praça que é o coração de Palmas. [...] os monumentos compõem o visual da cidade” (BITTECOURT, 2005, p. 3).

Sobre a Praça dos Girassóis ser considerada o “coração de Palmas” já urdi algumas linhas em capítulos precedentes. Também elaborei sobre a existência de deliberação política na escolha da composição paisagística da praça e da cidade. Todavia, esta é uma versão midiática do fato. Assim, na matéria, Kátia Rocha acrescenta que o “ex-governador Siqueira Campos é um dos pioneiros retratados no monumento.” (BITTECOURT, 2005, p. 3).

Em contraposição, a matéria apresenta o fato de que a 1ª Promotoria de Cidadania da Capital havia instaurado um procedimento administrativo para averiguar lesões ao patrimônio histórico e cultural do Estado do Tocantins e, de igual maneira, a verificação de promoção pessoal de agente público. Em réplica, Kátia Rocha, diz: “A empresa [de engenharia] queria homenagear os pioneiros e fizeram a estátua do ex-governador Siqueira Campos *porque ele foi o criador do Estado*”, disse ela.” (BITTECOURT, 2005, p. 3, grifo meu).

Ou seja, ao afirmar que a *promoção* não fora oriunda do próprio *criador*, mas da empresa contratada para a praça, tal ação o isenta da promoção? Isto é, ao *criador* tudo é permitido. Inclusive ser retratado em uma estátua de um monumento público (*Súplica*

¹⁵³ No caderno Arte & Vida do *JT*, com assinatura da jornalista Paula Bittecourt.

dos Pioneiros), na Praça dos Girassóis “que é coração da cidade”, cidade essa construída a partir do nada?

A matéria não responde a essas questões, apenas as suscita. E, sem sucumbi-las, têm-se José Wilson Siqueira Campos e sua família retratados e monumentados na segunda maior praça do mundo.

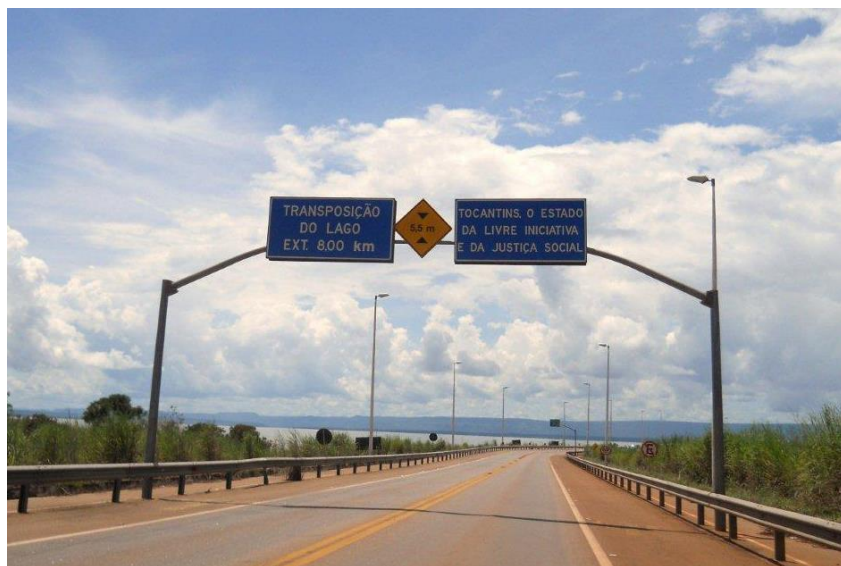
A matéria é finalizada com a Secretaria de Estado de Comunicação (Secom) informando, por meio de nota, que a estátua havia sido retirada porque estava solta e precisava ser chumbada. Destaca-se, porém, que o reparo da estátua foi feito justamente na mesma época em que os frontispícios foram retirados da fachada do Palácio Araguaia¹⁵⁴ (15 e 21 de outubro de 2005), assim como o Painel de Girassol do hall de entrada do prédio da Assembleia Legislativa.

Em uma nota publicada no dia 04 de janeiro de 2006¹⁵⁵, com o título: *Siqueira Agradece*, destaca que o *slogan* dos primeiros governos de Siqueira Campos permanecem *emplacados* em Palmas, especificamente na placa que fica no início da Ponte da Amizade e da Integração ou Ponto Fernando Henrique Cardoso (sobre o Lago da Usina Luís Eduardo Magalhães). Vale destacar que, em 2017, a placa permanece – e com os mesmos dizeres (ver Figura 74). Mas o que o repórter diz nas entrelinhas é que, no momento, estar lá tinha significado. Isso porque, após outubro de 2005, houve um movimento de retirada dos ícones que lembravam a figura de Siqueira Campos, já destacados na análise da matéria anterior, os quais também retomo em outro subtítulo ainda nesse Capítulo.

¹⁵⁴ O fato recebe uma Unidade de Registro que é analisada no subtítulo: *Iconoclastia Política: Inferências sobre a Retirada dos Frontispícios do Palácio Araguaia* ainda nesse capítulo.

¹⁵⁵ Caderno de Opinião do *JT0*, na seção Antena Ligada, com assinatura de Marcelo Santos.

Figura 74 – Ponte da Amizade e da Integração ou Ponto Fernando Henrique Cardoso



Fonte: Anjos (2015)

Já no dia 20 de maio de 2006, 17º aniversário de Palmas, o *JTo* publica matéria com título: *Siqueira e a História da criação*. Nela, a repórter Andréa Reys entrevista o ex-governador Siqueira Campos. Ele narra como ocorreu a escolha do local onde, hoje, é o Palácio Araguaia, em:

Me senti muito energizado ao pisar onde hoje é a Praça dos Girassóis. Era uma fazenda abandonada, cujos proprietários estavam ‘quebrados’, o banco executando, tudo despovoado, algumas cabeças de gado como garantia ao banco. Eu ultrapassei essas cercas e parti para um pequeno platô e disse: ‘aqui será construído o Palácio Araguaia, a sede do nosso governo. Quero como frente para o Norte e frente para o Sul. Eu quero de forma que a trajetória do Sol o peque de Leste para Oeste. E saí correndo daquele platô [...]. (REYS, 2006, p. 2).

Diante da transcrição da narrativa reportada, pode-se inferir – corroborando com literatura consultada – que a construção da cidade de Palmas e sua tessitura urbanística são, sobretudo, uma deliberação política e estética (ver figura 75).

Figura 75 – Matéria: *Siqueira e a História da criação*

Siqueira e histórias da criação

ANDRÉA REYS
Palmas

“É com muita alegria que comemoro mais um aniversário de Palmas. E ainda me surpreendo com algumas coisas que julgava impossível de acontecer”. Assim, o ex-governador do Estado, Siqueira Campos (PSDB), começou a falar de seus sentimentos pela Capital, no 17º aniversário de fundação. Para Siqueira, que afirmou ter somente boas recordações, Palmas é uma cidade dotada de boa infra-estrutura. Entre as lembranças, Siqueira Campos remete à pré-fundação da Capital a uma visão. Dos momentos engraçados, o ex-governador diz que o melhor deles foi o do ‘discurso às vacas’. Ele lembra quando foi a um determinado local para escolher aonde ficaria Palmas e que não queria ninguém perto dele, a não ser os técnicos e engenheiros. “Me senti muito energizado ao pisar onde hoje é a Praça dos Girassóis. Era uma fazenda abandonada, cujos proprietários estavam ‘quebrados’, o banco executando, tudo despovoado, algumas cercas e algumas cabeças de gado - como garantia ao banco. Eu ultrapassei essas cercas e parti para um pequeno platô e disse: ‘aqui será construído o Palácio Araguaia, a sede do nosso governo. Eu quero com frente para o Norte e frente para o Sul. Eu quero de forma que a trajetória do Sol o pegue de Leste para Oeste. E sai correndo daquele platô quando, de repente, me deparei com umas cem vacas. Não tinha touro. E as vacas eram Nelore, com orelhas abanando de um lado para outro e com os olhos arregalados para mim. Ela pararam na minha frente. Eu subi num cupinzeiro e disse: ‘senhoras vacas, vocês são testemunhas da história. Agora está nascendo uma nova cidade, uma Capital. E infelizmente não será de vocês, porque a vida de vocês é muito curta, lamentavelmente. Mas será de homens e mulheres que certamente vão ser muito felizes nesta terra. Eu olhei para as três ou quatro pessoas que estavam comigo e aí eu senti o barulho da multidão, o povo aplaudia e eu fiquei feliz”.

FUTURO

Para Siqueira Campos, Palmas é e deve continuar sendo o centro de todo o desenvolvimento do Estado. “Daqui tem que partir muita coisa como exemplo, como modelo, para o Tocantins e para o País. Eu fiz questão de implantar em Palmas em torno do marco do centro geodésico do Brasil porque este é o Estado da articulação nacional, da integração nacional. Não deixo de continuar sonhando junto com todos aqueles que nunca deixaram de acreditar”.



SIQUEIRA MOSTRA FOTOS DA CRIAÇÃO DE PALMAS

Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 20 de maio de 2006, no *JT*o.

A matéria continua e a narrativa de Siqueira Campos sobre o *ex-nibilo* também. Siqueira conta que chegou ao local e algumas vacas se aproximaram, então disse:

Senhoras vacas, vocês são testemunhas da história. Agora está nascendo uma nova cidade, uma Capital. E infelizmente não será de vocês, porque a vida de vocês é muito curta, lamentavelmente. Mas será de homens e mulheres que certamente vão ser muito felizes nesta terra. Eu olhei para as três ou quatro pessoas que estavam comigo e aí eu sentindo o barulho da multidão, o povo aplaudia e eu fiquei feliz. (REYS, 2006, p. 2).

Diante dessa transcrição, pode-se inferir que o discurso e a memória – entendida como a ressignificação do passado a partir do que se tem no presente, como um “projeto” (VELHO, 2003), no caso a cidade de Palmas, comemorando seu 17º aniversário – foram formados ao longo da invenção do Tocantins e de Palmas. E esses estão cristalizados, concretados e asfaltados, conforme a narrativa de *seu criador*. Outra questão que se pode destacar é o fato do personagem (Siqueira Campos) conversar com animais e sentir-se “energizado” com as ovações do público (*ausente*). A descrição se aproxima de uma fábula, uma representação mitológica, a qual dentro do contexto vem a calhar.

Dessa forma, tomar por finalizada a análise da versão midiática dessa UR *Siqueira Campos* como o personagem que tem o girassol como símbolo representante se faz necessária. Ressalto que as ações para a construção e legitimação do girassol como símbolo político foram realizadas durante o período de três mandatos de José Wilson Siqueira Campos, como gestor do governo estadual. Para tanto, foram utilizadas as mais diversas estratégias, como, por exemplo, sementes de girassol entregues junto à folha de contracheque dos primeiros funcionários públicos, seguida de convite a plantá-los, também as já mencionadas cartilhas sobre a história do Tocantins, trazendo

esse personagem como herói, em uma versão animada (Ver Figuras 55 a 57).

Não posso deixar de mencionar a própria Praça dos Girassóis com seus canteiros repletos da flor que lhe empresta o nome. Assim, o girassol, por sua vez, é a próxima UR a ser analisada neste estudo.

5.3 Girassóis de Palmas: da flor ao imaginário político identitário

O girassol, na cidade de Palmas, devido ao imaginário construído *a partir* e *(d)ele*, deixa de ser apenas um elemento da natureza para ser símbolo político identitário. Em capítulos precedentes proponho uma descrição sobre a trajetória *da flor ao concreto*. Porém, agora, situo como se deu o *jogo de focus* (*rack focus*) do girassol para o capim dourado na ancoragem da mídia local.

Assim, em uma fotografia publicada com nota¹⁵⁶, apresenta-se o girassol, em sua forma concreta e *emplacada*: a Praça dos Girassóis. O texto diz que a praça tem sido apropriada pelos moradores de Palmas, em: “A Praça dos girassóis, na Capital, tem se transformado, principalmente, nos finais de semana, num ponto de lazer para famílias” (JORNAL DO TOCANTINS, 2003, p. 2).

Pelo exposto, a praça é retratada como o que deveria ser – uma praça pública –, na qual as pessoas vão para passear, vivenciar a cidade e se encontrar. Mas, o fato da nota destacar essa informação, tem-se, conforme os pressupostos teóricos da AD, especificamente, o dispositivo do dito em correlação ao não dito (ORLANDI, 1999), apresenta o contrário. Ou seja, na frase, o que não é dito é ‘o que antes não acontecia’. Isto é, de setembro de 2000 a janeiro de 2003 a Praça dos Girassóis ia, paulatinamente, sendo transformada no que é (ou deveria ser):

¹⁵⁶ Na coluna *No foco*, que era publicada no caderno de Opinião do *JT*, até o veículo mudar o projeto diagramático, em 2005. Essa fotografia de Luciano Ribeiro fora veiculada no dia 29 de janeiro de 2003, na referida coluna.

uma praça pública, cuja função social e urbanística é que seja um lugar de lazer, dentre outras funções¹⁵⁷.

A nota segue afirmando que: “O passeio termina, na verdade, virando um roteiro histórico pela memória recontada no memorial Coluna Prestes, na história registrada na fachada do Palácio Araguaia e no cruzeiro da grande praça, por onde começou a cidade”. (JORNAL DO TOCANTINS, 2003, p. 2). O passeio e o roteiro histórico (oficial), *desfrutados* na Praça dos Girassóis, conforme descritos na nota, podem ser compreendidos, dentre outras formas, como um convite: “Caso não saiba a história do Tocantins vá até a Praça dos Girassóis e a encontre *monumentalizada*”.

Por outro lado, por ser o jornal um constructo e lugar de memória, atua, dentro dessa conjuntura, como um legitimador do discurso (*inventado*). Discurso esse que afirma que *na Praça dos Girassóis os monumentos contam a história [oficial] do Estado do Tocantins*. Mas, a história contada, conforme desenleado no Capítulo 3, seleciona e destaca a apenas dois *heróis*, sendo um o ouvidor português Joaquim Theotônio Segurado e o outro José Wilson Siqueira Campos – esse último, além estar presente nas frisas tem uma estátua em sua homenagem e no Monumento aos Dezoito do Forte de Copacabana *seu sobrenome* provocando uma dislexia interpretativa. Também a estética da Praça traz uma bricolagem, um mosaico de fragmentos narrativos de uma história oficial, deliberadamente escolhida para ser lembrada como realidade cronológica do Tocantins.

¹⁵⁷ As praças têm funções sociais, culturais, urbanísticas e paisagísticas, que podem ser consideradas como um: “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (LAMAS, 2011, p. 102). Mais informações em sobre a função social das praças públicas pode ser lida na tese de Alessandra Teixeira Silva, cujo título é *Evolução Histórico-Cultural e Paisagística das Praças Dr. Augusto Silva e Leonardo Venerando* ou ainda na dissertação *As praças cívicas nas novas capitais brasileiras* de Ludmila Dias Fernandes.

Na sequência, após um hiato, em 20 de maio de 2005, na capa do Caderno Especial do aniversário de Palmas, publicado pelo *JT0*, tem-se uma propaganda da empresa Avestruz Master – que ocupa metade da página – e diz: “Na *flor* da idade e com o futuro brilhante” (grifo meu). Ainda abaixo, uma foto com girassóis no primeiro plano e o Palácio Araguaia ao fundo, ainda com os frontispícios e, em seguida, o anúncio afirma: “Não é por acaso que nossa primeira filial está aqui. Homenagem da Avestruz Master aos 15 anos de Palmas”. Diante dessa propaganda, pode-se inferir que o publicitário utiliza o termo “flor da idade” se referindo à pouca idade do município de Palmas e a flor escolhida não seria outra senão o girassol (ver Figura 76).

Figura 76 – Propaganda: *Na flor da idade e com futuro brilhante*

16 Especial

TOCANTINS

Camisa

AO COMPLETAR 34 ANOS, PALMAS CONTINUA SENDO UM BOM LUGAR PARA SE VIVER PARA A MAIORIA DOS SEUS MORADORES. MAS O NÚMERO DE INSATISFEITOS CRESCIU EM RELAÇÃO A 2004. NESTE CADERNO, O LEITOR CONHECE AS CAUSAS E AS SOLUÇÕES APONTADAS POR ESPECIALISTAS PARA PROBLEMAS LEVANTADOS PELOS MORADORES DE 14 BARRIOS DA CIDADE. ENTRE ELAS, TAQUARUCU (ABANDONADO) E AINDA UM FRUÍTO DA HISTÓRIA DA CAPITAL, ALÉM DAS PRODUÇÕES DO PREFEITO MALA FILHO.

EM UMA ÁREA PRIVILEGIADA LABRANDO O TRAÇADO DE UMA CIDADE MODERNA ATRAI MORADORES DE DIFERENTES ESTADOS E ATÉ DO EXTERIOR

Palmenses estão satisfeitos, mas apontam problemas

Na flor da idade e com um futuro brilhante.

Não é por acaso que nossa primeira filial está aqui.
Homenagem da Avestruz Master aos 15 anos de Palmas.

Avestruz Master
Desenvolvimento & Administração
(63) 215-7201
www.avestruzmaster.com.br

Fonte: Fotografia de Propaganda de empresa veiculada no dia 20 de maio de 2005, no *JTô*

Já no dia 10 de novembro do mesmo ano é publicada uma nota com título: *Adens, girassóis*¹⁵⁸. Essa faz referência à retirada de um Painel de Girassóis, que ficava no hall de entrada do prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (ver Figura 58, no Capítulo 4). Situando as datas, em novembro, os dois frontispícios já haviam sido retirados. Uma estátua do monumento Súplica dos Pioneiros *sumiu*, mas retornou a seu lugar após reparos, e, no dia 02 do mesmo mês, em uma coletiva de imprensa, o governo informou que os frontispícios não voltariam ao Palácio Araguaia (mais detalhes ainda neste Capítulo). Sendo essas algumas das ações que começam a tirar o foco do girassol e, conseqüentemente, do personagem Siqueira Campos.

A justificativa sobre a retirada do painel é dada no dia 17 de novembro, em duas notas, as quais recebem os títulos *Por mais informação* e *Justificando*¹⁵⁹. As notas elucidam que houve a transferência do Painel para o segundo piso e que, em seu lugar, tem-se um painel informativo. Atualmente, o painel de girassóis fica na sala da presidência da Assembleia Legislativa (ver Figura 58).

Diante disso, percebe-se que os anos de 2005 e 2006 foram importantes para o fenômeno da transposição do girassol para o capim dourado. Pois, constata-se devido à retirada (literal) dos símbolos (2006) e também a participação tocantinense no evento *Ano do Brasil na França* (2005). Com isso, há a ascensão do capim dourado ao *status* de símbolo da identidade cultural e as eleições para governo, na qual Marcelo Miranda vence. Porém, desta vez, não está ligado à UT (grupo político ligado a figura de Siqueira Campos).

¹⁵⁸ No caderno de Opinião, na seção Antena Ligada do *JTô*, com assinatura da jornalista Cléo Pinheiro.

¹⁵⁹ No caderno de Opinião, na seção Antena Ligada do *JTô*, com assinatura da jornalista Cléo Pinheiro.

No entanto, em 2008, o assunto retorna à pauta da mídia local com a publicação de uma nota, *Girassóis Conspiratórios*¹⁶⁰. Nela o repórter diz: “Sim, e a ‘indaga’ sobre os girassóis, *símbolo da capital* e de *governos pretéritos*, prossegue. Há quem viu na iniciativa em replantar os canteiros um sinal de agrado ao ex-governador Siqueira Campos (PSDB). *Pode?*” (COSTA, 2008, p. 2, grifo meu).

No texto, ao afirmar que os girassóis são símbolo da cidade de Palmas e de governos pretéritos, o jornalista *reapresenta* ao leitor os fatos. Ou seja, diz – com o não dito – que: “Lembra-se que esse (o girassol) é o símbolo da capital do Tocantins e dos governos de Siqueira Campos?”. Na sequência, finaliza perguntando: “pode?”. Assim, explicita a figura de linguagem mais utilizada na nota: a ironia.

Diante disso, elucida-se que a recente tradição do jornalismo (oriunda das escolas americanas de 1950) *reivindica* a objetividade e a neutralidade, para que, ao reportar os fatos, os jornalistas se utilizem delas. Todavia, não priva o jornalista de tecer ironias (PINTO, 2002), sendo essa a figura de linguagem mais utilizada nos cadernos de Política. Assim, ao perguntar “pode?”, também questiona ironicamente: “Como pode as pessoas verem nessa atitude – do então prefeito de Palmas, Raul Filho (PT) – uma tentativa de agradecer o ex-governador do Estado, Siqueira Campos?”.

A resposta se dá, mas só depois de quase um ano. Em abril de 2009, Raul Filho apresenta os projetos de Lei nº 05, 06 e 07, os quais versam sobre a mudança da denominação da Avenida Theotônio Segurado para Avenida Governador Siqueira Campos; a Avenida Tocantins, em Taquaralto, para Avenida Fénelon Barbosa¹⁶¹ e a sede do Poder Executivo Municipal de

¹⁶⁰ Dia 08 de maio de 2008, no caderno de Opinião, na seção Antena Ligado *JTa*, com assinatura do jornalista Lailton Costa.

¹⁶¹ Conforme exposto no capítulo 3, Fénelon Barbosa foi eleito para gerir o recém emancipado município de Taquaruçu, o qual retorna à condição de distrito, mas agora da capital criada, Palmas, e não mais de Porto Nacional.

Palmas passaria a denominar-se Paço Municipal Theotônio Segurado. Contudo, os projetos não foram aprovados.

Sobre a perspectiva – de elementos da natureza utilizados como símbolos políticos, em Palmas – outra nota publicada com título: *Os girassóis*¹⁶², destaca que:

[...] união entre PR e PP, partidos tradicionalmente de União do Tocantins, com o PT e PMDB. Depois da nota, uma fonte próxima à administração petista em Palmas aproveitou a emenda e comentou sobre os *girassóis* que foram plantados em alguns canteiros da Capital. ‘A flor amarela seria quase que um chamado, um convite para possibilidade’, disse. (PINHEIRO, 2008, p. 2, grifo meu).

Perante a transcrição da nota, pode-se inferir que, além de uma mudança no cenário da política tocantinense (abordada mais adiante), há também a sintetização de apoio político, no ato simbólico de se plantar girassóis. Os girassóis são um elemento da natureza transformado em símbolo político, ligado à figura de Siqueira Campos.

Uma representação do plantio da *flor amarela* nos canteiros de Palmas teve registro do fotógrafo Emerson Bento (2008). Nela, o funcionário da prefeitura com o uniforme vermelho (em alusão à cor do PT de Raul Filho, [então] prefeito da cidade) está em um canteiro repletos de girassóis (símbolo ligado a Siqueira Campos) (ver Figura 77).

Assim, Fénélon Sales Barbosa (PSB) se torna o primeiro prefeito de Palmas, para a gestão de 1990 a 1992 (mais detalhes no *Apêndice A* desse trabalho).

¹⁶² No dia 28 de outubro de 2008, no caderno de Opinião, na seção Antena Ligada, do *JT*, com assinatura da jornalista Cléo Pinheiro.

Figura 77 – Canteiro de Girassóis (2008)



Fonte: Bento (2008)

Assim, como já apresentado – em forma de adendo – na análise da nota anterior, houve, de fato, várias *inéditas* alianças políticas nas eleições de 2010. Todavia, por não ser o foco do trabalho, entendo que, tanto nessa parte da análise quanto nos capítulos precedentes, tenha demonstrado a (trans)formação do girassol em símbolo político ligado à figura de Siqueira Campos. Desse modo, na sequência, discorro sobre a *Ruptura política* entre Siqueira Campos e Marcelo Miranda e a ascensão do capim dourado a símbolo político e identitário.

5.4 Ruptura Política: Semelhantes, mas em Grupos Diferentes

O cenário da política partidária é dinâmico e, por isso, um interessante objeto de análise. Entretanto, por não ser o tema desse estudo, esboço, nesse subtítulo, apenas um momento específico da história política partidária no Estado do Tocantins.

Esse momento foi denominado, pela mídia local, de “ruptura política” ou “racha” entre as famílias Siqueira Campos e Miranda.

A denominação designada pelos veículos de comunicação do Tocantins se fez, também, Unidade de Registro. Assim, a versão midiática (dos jornais em análise) teve início ainda no primeiro ano do mandato de Marcelo Miranda, em agosto de 2003. No período, o jornal *O Girassol* publica nota com título: *Boatos*¹⁶³. A nota diz:

Desde que assumiu o Governo, Marcelo nunca deu nenhuma sinalização de que *poderia romper* com Siqueira Campos e Eduardo. Mas como política parece muito com os bastidores de uma novela, o que já apareceu de boato não é brincadeira!!! (O GIRASSOL, 2003, p. 2, grifo meu).

A comparação da política com os *bastidores de uma novela* traz à superfície da tessitura jornalística a ideia de espetacularização, teatralização da política já tão exaustivamente discutida por diversos teóricos – dentre os quais Anderson (2008); Arbex (2002); Bhabha (2013) e Canclini (2015). Assim, utilizando a metáfora das artes, os atores políticos apenas iniciavam a composição do *novo* cenário da política tocantinense. E, na edição seguinte do periódico, com o título *Racha*¹⁶⁴, Darci Coelho (primeiro vice-governador do Estado do Tocantins, ou seja, político da base da UT), afirma não acreditar que haverá uma ruptura entre os políticos Siqueira Campos e Marcelo Miranda. Coelho acrescenta ainda, que: “Não têm sentido esse comentários. O Tocantins precisa melhorar e ampliar os quadros, não fragmentá-los”.

O discurso do ator político Darci Coelho se assemelha ao de Siqueira Campos – quando ainda deputado federal, pelo Estado de Goiás e membro da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Siqueira Campos ressaltava que o Tocantins deveria ter

¹⁶³ Caderno de Política, seção Binóculo, no dia 05 de agosto de 2003.

¹⁶⁴ Caderno de Política, seção Binóculo, no dia 12 de agosto de 2003.

“um único grupo político”¹⁶⁵. Assim, ao dizer que o Tocantins precisa ampliar e não fragmentar seus quadros político, à luz da AD, lê-se nas entrelinhas que o quadro ao qual se refere não necessariamente é o da política tocantinense, mas o da União do Tocantins. Ou seja, o que se diz é: “devemos ampliar ‘*nosso*’ quadro político”.

Após hiato de quase um ano, o assunto retorna à pauta dos jornais. Acredito que a ausência de notícias enquadradas pela UR *Ruptura Política* se deu devido ao fato de outros assuntos, como, por exemplo, as eleições municipais ocuparem as páginas dos cadernos de política dos veículos analisados.

Assim, após as eleições, em 19 de outubro de 2004, o *JTo* publica uma nota com título *Assédio Partidário*, que retrata quais partidos estavam convidando ao ator político Marcelo Miranda para se filiar. Ou seja, o assunto retorna, mas, agora, já sinalizando que haverá *Ruptura Política*. Os desdobramentos desse fato se deram durante o período compreendido entre outubro de 2004 e junho de 2005, os quais noticiavam que Marcelo Miranda sairia do PFL e se filiaria ao PMDB, o que de fato aconteceu em 10 de junho de 2005.

Antes disso, Derval de Paiva (PMDB), como vice-prefeito eleito da capital, Palmas, em nota publicada com título *Rompimento automático*¹⁶⁶, diz que se Marcelo Miranda aceitar o convite de se filiar ao PMDB, o rompimento com a UT será imediato. Pois: “o rompimento com as principais lideranças utistas estará implícita, será automática. Assim diz impor condições para que ele volte ao partido que o lançou na política é desnecessário.” (TOLEDO, 2004, p. 2).

No início do ano de 2005, enquanto se discutia o que da identidade cultural tocantinense seria *mostrado* na França no

¹⁶⁵ Fato esse já estudado por Cavalcante (2003); Oliveira (2012), Rodrigues (2008; 2009; 2012) e Silva (2008) e também citado no Capítulo 3 desse estudo.

¹⁶⁶ No *JTo*, caderno de Opinião, seção Antena Ligada, no dia 2 de novembro de 2004, assinada por Cleber Toledo.

âmbito cultural¹⁶⁷, na política acontecia o que os jornais chamaram de *reforma*. A exemplo, a matéria publicada com título *Novos Rumos no Governo*¹⁶⁸, na qual retrata a troca de secretários de Estado (ver Figura 78) cuja manchete é *Governo reforça identidade própria* (ver Figura 79).

Figura 78 - Manchete: *Governo reforça identidade própria*

DO ZETECRITICABOICOTE

ANO VI - Nº 120 - Palmas/TO - 28/01/2005

Circula em todo o estado de Tocantins

Palma: (63) 225-5456

redacao.girassol@out.com.br

O anúncio dissolve boa parte do mistério em torno dos novos titulares e conclui mais uma etapa da ampla reforma administrativa, anunciada pelo governador Marcelo Miranda desde o ano passado

REFORMA
GOVERNO REFORÇA IDENTIDADE PRÓPRIA

O novos nomes que passam a compor o primeiro escalão do governo Marcelo Miranda foram anunciados à imprensa pelo próprio chefe do executivo, na manhã da última quarta-feira, 26, na sala de reuniões do Palácio Araguaia. Entretanto, esperava-se novas atribuições, como mais substituições de titulares de pasta e até mesmo junções ou divisões dessas.

Entre os nove titulares, quatro são secretários, três presidentes de autarquias, um diretor-geral, além do presidente da Agência de Planejamento. A posse será nesta sexta-feira, 28.

Já o possível "rompimento público" entre o grupo Siqueira Campos e Marcelo Miranda, como se tem cogitado e que se dá a crer a reforma administrativa, parece não ser tão evidente, pois alguns importantes segmentos que pertenciam ao Governo Siqueira Campos não fo-

ram substituídos. "Mera especulação", assina disse Cacildo Vasconcelos, afirmando considerar bem o ex-governador Siqueira Campos, o atual (Marcelo Miranda) e seu pai (Orlando Miranda). Para Vasconcelos, contrariedades existem, mas "Marcelo Miranda tem muita autonomia em sua gestão e o ex-governador Siqueira Campos não irá interferir em nada".

O próprio Governador disse estar tranquilo. "Quanto a essa questão de ruptura entre o ex-governador e o atual governo, eu prego pela paz e sempre prego pela paz. Mas eu deixo bem claro que as pessoas que passam a compor o meu governo têm uma história no Tocantins e vêm trabalhando há muitos anos pelo Estado. Essa reforma vem pra agitar mais o governo Marcelo Miranda, e, as questões políticas, o tempo dirá" **Pág. A.3**

Punição I
Os administradores municipais que declaram o cargo no último dia 31 tiveram os seus mandatos automaticamente incluídos na legislação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Até aí tudo bem, no entanto o que a população quer saber, de fato, é se eles serão punidos pelas eventuais falhas que cometeram contra o serviço e o erário públicos.

Punição II
No caso específico de Palmas, que recebe será tomada contra a ex-prefeita Nilmar Rêtz, cuja administração, na esteira, foi acusada de paralisar serviços básicos, extorquir notas fiscais, além de esgarçar processos e empenhos do sistema de controle da prefeitura?

Crianças
O carnaval está batendo à porta e esta coluna faz a seguinte pergunta: os órgãos de defesa e proteção à criança e ao adolescente de Palmas já estão articulados para impedir que os "poçoquês" equilibrem-se pela avenida para criar fatos de corrupção, como ocorreu no ano passado? **Pág. A.6**

Marcelo, nos tempos que passou a compor o meu governo tem uma história no Tocantins"

Fonte: Fotografia da manchete veiculada no dia 28 de janeiro de 2005, no *O Girassol*

¹⁶⁷ No ciclo de Eventos *Brésil, Brésils* ou o *Ano do Brasil na França*, abordado mais à frente.

¹⁶⁸ No caderno de Política do jornal *O Girassol*, em 28 de janeiro de 2005, assinada pela repórter Raquel Oliveira.

Figura 79 – Matéria: *Novos Rumos no Governo*

O GIRASSOL
Palmas/TO - 28/01/2005
PÁGINA A.3

Marcelo Miranda foi a primeira nomeação em sua equipe administrativa

O anúncio dissolve boa parte do mistério em torno dos novos titulares e conclui mais uma etapa da ampla reforma administrativa, anunciada pelo governo desde o ano passado.

MUDANÇAS NO PRIMEIRO ESCALÃO NOVOS RUMOS NO GOVERNO

Novos rumos no primeiro escalão do governo. Foto: Luiz Estácio

Novos rumos no primeiro escalão do governo. Foto: Luiz Estácio

Novos rumos no primeiro escalão do governo. Foto: Luiz Estácio

Novos rumos no primeiro escalão do governo. Foto: Luiz Estácio

Novos rumos no primeiro escalão do governo. Foto: Luiz Estácio

Perfil dos novos auxiliares

Novos rumos no primeiro escalão do governo. Foto: Luiz Estácio

Novos rumos no primeiro escalão do governo. Foto: Luiz Estácio

Política

BASTIDORES HALUM DEVERÁ OCUPAR PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA

Bastidores da política. Foto: Luiz Estácio

Bastidores da política. Foto: Luiz Estácio

Trabalho em conjunto

Trabalho em conjunto. Foto: Luiz Estácio

Art & Video
E-mail: artvideo@outdoor@pop.com.br

Palmas PAPIARIA
15% de desconto em toda compra de 20% de desconto com cartão estabulim 2.5 de cartão em 5 pagamento. Atendimento Personalizado e Excelente

HELLO TELULARES
Fone: (63) 224-2818
104 Sul - Rua SE 05 - nº 20 SI 09 - Palmas/TO

TIM
1003 (ACD) 011 04 11 24 - Palmas/TO 215-3800

Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 28 de janeiro de 2005, no O Girassol

Assim, uma vez anunciada a saída de Marcelo Miranda do PFL, em uma sessão da Assembleia Legislativa, o repórter Cleber Toledo¹⁶⁹ questiona a um dos políticos da base da UT sobre os *próximos capítulos da novela – Política Tocantinense* e esse, em resposta, diz: “Está todo mundo perdido, ninguém sabe verdadeiramente o que quer e o que deve ser”. Então, finaliza dizendo: “É o resumo dá ópera desse momento político do Estado” (TOLEDO, 2005, p. 2).

Novamente utiliza-se do recurso metafórico ligado à teatralização, em *O Resumo da Ópera*, no qual o jornalista faz alusão às trocas partidárias que estavam ocorrendo. Além de Marcelo Miranda, outros (vários) políticos mudarão de partido. De modo que, naquele momento, *situação* e *oposição* se confundiam na *Casa de Leis* do Tocantins e alianças partidárias se fariam pela primeira vez na recente história política do Estado.

Embora já houvesse rumores sobre a filiação de Marcelo Miranda no PMDB, somente no final do mês de abril que o então governador anuncia que se filiará ao partido. Mas o fato só ocorre em junho. A mídia, então, pauta-se sobre *quando, onde e como* acontecerá a filiação. Assim, em matéria publicada no dia 14 de maio de 2005, o jornalista Emerson Alencar reporta:

‘*A grande festa do comboio da esperança e a vinda de lideranças para o Tocantins*’, como os próprios peemedebistas têm chamado a filiação do Governador, será no Espaço Cultura e começará às 15 horas, ‘sem horário para terminar’ advertiu Reis¹⁷⁰. ‘As filiações vão começar à tarde e vão entrar noite à fora’, comentou animado o presidente do diretório regional do PMDB. (ALENCAR, 2005, p. 2, grifo meu).

¹⁶⁹ Matéria publicada com o título *Ninguém sabe nada*, no dia 04 de maio de 2005, no caderno de Opinião, do *JTo*, na seção Antena Ligada.

¹⁷⁰ Osvaldo Reis, presidente do Diretorio Regional do PMDB(To), cujo vice-presidente do diretório é Moisés Avelino (ex-governador do Estado do Tocantins, oposição à UT de Siqueira Campos).

Perante o exposto, pode-se inferir que houve uma transposição do espetáculo à festa do espetáculo. Porém, a construção cênica da política tocantinense sempre contou com atos simbólicos espetacularizados, conforme exposto no Capítulo 3. Ou seja, o regime da política *panem et circenses* (pão e circo) é uma prática comum, desde a história das civilizações antigas, sobretudo, na Idade Média em Roma. Assim, no Tocantins, não foi (é) diferente, principalmente nesse momento de ascensão de um *novo* grupo político do *mais novo Estado da federação*. E, conforme anunciado, o ato da filiação foi uma “festa” com *direito a convite* publicado em jornal (ver Figura 80).

Figura 80 – Propaganda: Convite para filiação de Marcelo Miranda ao PMDB



Fonte: Fotografia de convite veiculado no dia 05 de junho de 2005, no *JT*

Retornando à véspera *do dia da festa*, em entrevista concedida ao *JTo*¹⁷¹, Marcelo Miranda afirma que: “Agora vou seguir meu caminho”. Sendo assim, perante essa fala, pode-se inferir através do dispositivo “do dito pelo não dito” da AD que, ao afirmar que agora seguirá *seu* caminho é, porque, até então, seguia o caminho trilhado por outrem. No caso, o caminho de Siqueira Campos.

Na sequência, o repórter acrescenta: “O rompimento também formaliza uma mudança de postura política no Estado com o distanciamento político entre Marcelo Miranda e o ex-governador José Wilson Siqueira Campos, dando início à corrida para a disputa eleitoral de 2006.” (ALENCAR, 2005, p. 2). Com isso, pode-se conceber que o rompimento partidário tinha também caráter eleitoral, tendo em vista a proximidade com as eleições para Governo de Estado, em 2006 (ver figuras 81 e 82).

Figura 81 – Manchete: *Governador rompe oficialmente hoje com a UT*



Fonte: Fotografia da manchete de matéria veiculada no dia 10 de junho de 2005, no *JTo*

¹⁷¹ Como em todo jornal impresso, a entrevista fora concedida na véspera do dia da filiação, ou seja, dia 9 de junho de 2005, mas a matéria foi publicada no dia 10 de junho, no caderno de Política, com autoria de Emerson Alencar.

No dia seguinte à filiação de Marcelo Miranda ao PMDB, o *JTo* publica uma reportagem sobre a *feita* e sinaliza, no título, que o: *PMDB assegura a candidatura de Marcelo Miranda*¹⁷². Até então, não se afirmava que o rompimento tinha relações diretas com a possibilidade de reeleição para o governo do Estado. Mas a matéria explicita esta ideia do título ao final, e é iniciada com um fragmento do discurso proferido no ato da filiação, transcrita abaixo:

‘Chegou a hora de acabar com o discurso autoritário de que o Tocantins *só tem um dono*. Nesse novo tempo, que é agora, *o dono do Tocantins são vocês*. *O Tocantins é de todos nós*, e nós temos que governar é para todos’. Estas frases, inseridas no discurso elaborado previamente, marcaram o momento em que o governador Marcelo Miranda foi mais aplaudido na cerimônia de sua filiação ao PMDB, ocorrida ontem, em Palmas, num Espaço Cultural repleto, com cerca de 18 mil pessoas, segundo a Polícia Militar. (HERCULANO, 2005, p. 2, grifo meu).

Nesse breve trecho do discurso, no mínimo três inferências podem ser feitas (tendo o dito pelo não dito – AD). São elas: o *fim discurso autoritário*, característica ligada a figura do ex-governador Siqueira Campos; *O Tocantins não é de Siqueira Campos*, ele não é o *dono do Estado*; e também que: *o autoritarismo do grupo político liderado por Siqueira Campos agora acabou porque não sou mais desse grupo e sou o governador do Estado*.

Na sequência, a frase grifada na citação: “O Tocantins é de todos nós” passa a ser o *slogan* de governo, também utilizado na campanha eleitoral de 2006 e durante o período de governo (2007-2009). Destaca-se, conforme já exposto no Capítulo 4, que o *slogan* do governo até aquela data era : *Cidadania e Progresso*.

¹⁷² Publicada no caderno de Política do *JTo*, no dia 11 de junho de 2005, com assinatura do jornalista Flávio Herculano.

Nos meses seguintes houve diversas repercussões sobre o assunto. Entretanto, cito apenas a Retrospectiva do ano, publicada no dia 31 de dezembro de 2006, cuja matéria que ocupou maior espaço no caderno de política foi: *UT Racha e esquerda ganha espaço*. Nela, o repórter Emerson Alencar sintetiza, nos dois primeiros parágrafos, o novo cenário político do Estado, em:

A política tocantinense em 2005 foi marcada por uma grande reformulação. O realinhamento dos poderes começou com a saída do governador Marcelo Miranda do PSDB e sua caminhada para o PMDB. Assim foi decretado o racha de forças na política do Estado. Marcelo Miranda se distanciou da União do Tocantins (UT), grupo liderado pelo ex-governador Siqueira Campos – hoje no PSDB – e se aproximou do PMDB, PPS e PDT, partidos que faziam oposição à UT. (ALENCAR, 2005b, p. 2B).

Perante o exposto, vê-se a mudança, ao menos de legendas partidárias, no cenário da política tocantinense. Mas, segundo Rodrigues (2009), ainda não se pode afirmar que existem grupos políticos no Tocantins. Todavia, o que se pode inferir é que se trata de um mesmo grupo com vertentes que se divergiram.

Apesar disso, como a ênfase desse estudo é a transposição dos símbolos político-identitários do girassol para o capim dourado, encerro, ao menos por ora, a análise dessa Unidade de Registro (*Ruptura Política*). Continuo, agora, percorrendo o caminho do *capim dourado para a França*, junto com a *caravana tocantinense*, selecionada para participar do *Ano do Brasil na França*, abordados no próximo subtítulo.

5.5 O Ano do Brasil na França e a Institucionalização do Capim Dourado como Símbolo da Identidade Cultural Tocantinense

Para iniciar a análise da versão midiática do caminho que o capim dourado trilhou até chegar à França – ou melhor, institucionalizou-se como um símbolo da identidade cultural tocantinense –, creio ser interessante retomar brevemente o conceito de discurso, proposto por Foucault (2010, p. 48 – 49). O autor elucida que “O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito [...]” é que o discurso se faz.

Assim, o discurso que apresenta o capim dourado como um símbolo capaz de representar a identidade cultural do Estado do Tocantins, discurso esse que já vinha sendo inventado e imaginado desde 2001 – conforme apontado no Capítulo 4 – e toma forma e se faz discurso social, se faz constructo de memória para um novo imaginário cultural, em 2005.

Afinal, as “coisas murmuram, de antemão, um sentido que nossa linguagem precisa apenas fazer manifestar-se.” (FOUCAULT, 2010, p. 48). Desse modo, a *manifestação* desse discurso – o qual era tecido há anos por artesãos, no interior do Estado – ascende à narrativa da realidade. Também é ancorado nos meios de comunicação de massa, no ano em que houve a necessidade de inventar e eleger institucionalmente, por meio de ações de governo, com um discurso sobre *o que é o Tocantins, qual sua identidade cultural, quais seus símbolos e quais manifestações artísticas dos tocantinenses*.

Isso, porque, no final do ano de 2004, os Estados da federação foram convidados pelo Ministério da Cultura para compor um grupo que representaria o Brasil (e a brasilidade) no Ciclo de Eventos *Brésil, Brésils* ou o *Ano do Brasil na França*, especificamente, no *Espaço Brasil*. O Tocantins foi um dos seis estados que embarcaram, para *além do Atlântico*¹⁷³ e, entre 2 e 7 de

¹⁷³ Não é o caso, muito pelo contrário, mas, sobre o retorno do colonizado à colônia sem ser *objeto*, em uma perspectiva pós e *decolonial* ver *Para além* o

agosto de 2005, para apresentar (e *representar*, por que não?) a tocaninidade em Paris. Destaca-se que, além de shows, mostras culturais e exposições, a programação oficial também contemplava rodadas de negócio.

Desse modo, a versão midiática do *Ano do Brasil na França*, no contexto regional, tem seu início em 2004. O *JTo* publica, no dia 14 de outubro, uma matéria com título *Artistas disputarão espaço em Paris*¹⁷⁴, anunciando o evento com um todo.

A matéria reporta o convite que o Ministério da Cultura fez ao Estado do Tocantins para participar do evento. Além disso, aborda como o processo de inscrição e *seleção* será feito pela Funcult para composição da *caravana tocaninense* que irá à França.

Assim, foram diversos os assuntos que pautaram a mídia, sob essa UR (*Ano do Brasil na França*). Todavia, a análise se restringirá às *cartadas simbólicas* acerca do que o governo, através da Secult e Funcult, *elegu* como a identidade cultural tocaninense. Isso é, por ter ocorrido um processo seletivo, houve deliberação sobre o que deveria ou não ser mostrado do Tocantins na França.

Um fato publicizado ainda em outubro foi o pedido da Curadoria Nacional do evento à Fundação Cultural do Estado do Tocantins para que índios tocaninenses participassem do evento sem seleção prévia. Assim, a matéria: *Índios tocaninenses para francês ver*¹⁷⁵, de Neuracy Viana, além do reforço ao *exotismo* às etnias indígenas expressos no título, que também faz referência à “*Lei para Inglês ver*¹⁷⁶”, acrescenta: “O Tocantins será o único estado do

pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes, de Boaventura de Sousa Santos, em *Epistemologias do Sul* (2009).

¹⁷⁴ Publicada no caderno Arte & Vida do *JTo*, no dia 14 de outubro de 2004, assinada pela jornalista Elisangela Farias.

¹⁷⁵ Veiculada em 19 de outubro de 2004, no caderno Arte & Vida do *JTo*.

¹⁷⁶ Leis como Sexagenário (Lei n.º 3.270 de 28 de setembro de 1885) e do Ventre Livre (Lei n.º 2040 de 28 de setembro de 1871), as quais não foram abolicionistas de fato. Uma vez que, pouquíssimos negros viviam até os 60 anos para que fossem libertos e os filhos de escravas nascidos após 1871, ficavam sob a custódia do *dono* da escrava até atingir sua maior idade.

Norte a levar indígenas *autênticos* para a França.” (VIANA, 2005, p. 3, grifo meu). Diante dessa afirmação, vários questionamentos poderiam ser levantados. Saliento, por exemplo, *o que seria um índio “autêntico”?; Quem o ou o que o legitima como autêntico(s)?, Por que a Curadoria Nacional do evento quer levar indígenas para “francês ver”?; Seria este um pedido da Curadoria Francesa do evento ou uma vontade do Governo Federal em mostrar a brasilidade recorrendo aos indígenas como representantes?; Seria esse, um convite do colonizador à identidade ou uma “identidade deteriorada”¹⁷⁷, como descritas no estudo de Bhabha (2013) e Cardoso de Oliveira (2006)? Embora este não seja o foco da abordagem, não poderia deixar de citá-lo. Entretanto, diante dessa conjuntura, o que se pode inferir é que a Curadoria Nacional do evento *Ano do Brasil na França* tem os indígenas (*autênticos?*) como representantes da identidade cultural da região Norte.*

O evento, conforme já exposto no preâmbulo desse subtítulo, tem o intuito de apresentar as *potencialidades e atrações turísticas e culturais* do Brasil para os franceses¹⁷⁸. Desta maneira, os

¹⁷⁷ Embora o Brasil não tenha sido colônia da França, o processo de construção do pensamento acerca do que é o Brasil e a brasilidade parte de estruturas eurocêntricas uma relação com Brasil-Colônia do século XIX em que houve uma investida da coroa portuguesa no fenômeno *Missões Francesas*. Ou seja, se pensar e representar o que é o Brasil a partir do pensamento europeu. Destaca-se que esse paradigma começou a ser questionado há pouco tempo, promovendo rupturas da forma de se produzir ciência política e social na América Latina contemporânea. Com tais acontecimentos, faz-se leituras *desconstrutivas* da perspectiva tradicional da modernidade e se analisa a subalternização cultural e epistêmica das culturas não europeias. Enrique Dussel, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, Santiago Castro-Gómez, Ramón Grosfoguel, Frantz Fanon, Roberto Cardoso de Oliveira são alguns autores que estão *vinculados*, de certa forma, a esta linha de pensamento.

¹⁷⁸ Ou seja, se no Tocantins se passa a pensar e promover *seleções* da produção cultural tocantinense para levar ao evento, em nível de Brasil, também se pensa a respeito do que é a brasilidade (já sinalizei, na análise da matéria anterior). Diante disso, a fala do Ministro da Cultura, Gilberto Gil, sobre o Espaço Brasil na França (local que ocorreram as atrações culturais no evento) é que será uma “caixa de ressonância da cultura brasileira”. Também acrescenta que “o Ano Brasil na França deverá ser também o *Ano do Brasil no Brasil*”. Pelo dito, pode-se inferir que, ao se *pensar na representação* do que é o Brasil para *mostrar* aos

representantes dos Estados que participaram do *Ano do Brasil na França* se reuniram, em Brasília, na solenidade de lançamento do *Espaço Brasil na França* e discutiram o evento como um todo.

O então secretário estadual de Indústria, Comércio e Turismo, Emilson Vieira dos Santos¹⁷⁹, e a então presidente da Fundação Cultural, Meire Maria Monteiro, representavam o Estado do Tocantins nessa reunião. A matéria intitulada *Estado aguarda selecionados*¹⁸⁰ retrata a cerimônia (ver figura 83).

Figura 83 – Matéria: *Estado aguarda selecionados*



Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 13 de janeiro de 2005, no *JT*o.

Na reportagem, o secretário Emilson Santos expôs que, além da soja, carne bovina e suco de abacaxi, a pasta realiza uma pesquisa sobre quais outros produtos poderiam interessar ao mercado europeu. Tal pesquisa tinha a finalidade de levá-los para as *rodadas de negócio* que faziam parte da programação oficial do evento.

franceses, automaticamente se repensa e delibera-se *o que é o Brasil*, o que é a brasilidade e quais os símbolos da identidade cultural nacional. O discurso na íntegra pode ser lido em: <<http://goo.gl/dHmfcV>>.

¹⁷⁹ Representando o governador do Estado, no caso Marcelo Miranda.

¹⁸⁰ Publicada no dia 13 de janeiro de 2005, no caderno Arte & Vida do *JT*o, escrita pela jornalista Glês Nascimento.

A presidente de Funcult, Meire Maria, por sua vez, informou que a pré-seleção dos projetos de artistas tocantinos foram entregues à Comissão e Curadoria Nacional do evento e aguardam o resultado.

A matéria destaca que os jornalistas presentes na solenidade receberam pastas com informações sobre o Tocantins, conforme transcrito abaixo.

Na própria solenidade o apresentou *um de seus símbolos culturais*. De acordo com informações da assessoria de imprensa da Fundação Cultural¹⁸¹, todos os jornalistas presentes receberam pastas com informações sobre o Espaço Brasil que trazia *as conhecidas caixinhas de segredo*, produzidas pelas artesãs tocantinas em palha de buruti (NASCIMENTO, 2005, p. 2, grifo meu).

Perante o exposto, algumas ilações podem ser inferidas, dentre as quais faz-se prioridade o *símbolo cultural* eleito para representar a identidade cultural do Estado do Tocantins. Assim, ao se montar um *press-kit*, como mencionado, delibera-se acerca do que irá compô-lo. Desse modo, como se trata de um evento de cultura, o governo, através da Funcult, elegeu “as *conhecidas caixinhas de segredo*” (ver Figura 84) como um símbolo representante da identidade cultural tocantina. Ou seja, trata-se de um exemplo da construção da identidade cultural regional *oficial* (ou oficializada/oficializante – posto que, ao mesmo tempo em que se estruturam esses símbolos, eles passam a ser estruturantes). Destarte, eleitas como símbolo da identidade cultural tocantina, as caixinhas de segredo passam a ser uma representação.

Vale destacar que a escolha do termo *conhecida* para se referir ao objeto. Também se diz: “*a caixinha, lembra? Aquela que já*

¹⁸¹ As informações da Fundação Cultural do Estado do Tocantins, também publicadas na página oficial da Secretária de Comunicação do Estado do Tocantins (Secom), com título: *Tocantins presente no lançamento do Espaço Brasil*, de autoria de Seleucia Fontes, no dia 11 de janeiro de 2005. A matéria pode ser lida na íntegra em: <<http://goo.gl/ITm7Pk>>.

é familiar, já conhecida”. Entretanto, mesmo com algumas ações institucionais para produção¹⁸² dessas *caixinhas de segredo*, as mesmas, ainda hoje, não foram reveladas. Esta é a segunda inferência tecida a partir da análise do fragmento da matéria acima citada. Desta maneira, vê-se que a escolha dos símbolos que representam a identidade cultural tocantinense, por ser uma deliberação feita por atores e instituições sociais, é passível de mudança.

Figura 84 - Caixinha de Segredo¹⁸³



Fonte: Cortês, 2012

¹⁸² O artigo *Vestígios artesanais na biodiversidade e plasticidade do Buriti* apresenta a produção artesanal da caixinha de segredo feita por artesãos de Taquaruçu (distrito de Palmas). No texto, além de destacar que a caixinha é uma “pequena obra de arte” (SOUSA; SOUSA; 2007, p. 6), o autor fala da realização de oficinas promovidas por ações governamentais. O artigo é um dos raros textos que menciona a caixinha de segredo.

¹⁸³ Fotografia produzida por Gabriel Cortês (2012), cenógrafo do espetáculo de dança contemporânea: *Ritos e Rituais – uma trilha sobre o Araguaia e Tocantins*, sob a direção da bailaria e produtora cultural Meire Maria Monteiro. Nesse espetáculo, o capim dourado (agora símbolo institucionalizado) e a caixinha de segredo *dividem palco*, ambos com símbolos da identidade cultural tocantinense. Isso porque o espetáculo “propõe um passeio pela cultura tocantinense”, segundo fala da diretora. Ao final da peça, os espectadores são convidados a subir ao palco e conhecer a caixinha de segredo e outros adereços que ornavam a composição cênica.

No caso, houve a transposição da *caixinha de segredo* para o artesanato em capim dourado. Acrescenta-se que as mudanças de símbolos que representam o Tocantins (ou a tocaninidade) não são instituídas apenas em nível do Executivo de governo (no caso, Siqueira Campos – Marcelo Miranda), mas também entre os gestores da cultura estadual. Ou seja, para Meira Maria Monteiro o símbolo da identidade cultural do Estado do Tocantins é a *caixinha de segredo* (feita com buriti, ao Norte do Tocantins, a exemplo em Araguacema). Já para Valquíria Rezende¹⁸⁴, é o artesanato feito com o capim dourado do Jalapão, mais especificamente, no povoado do Mumbuca – no município de Mateiros.

Retornando ao caminho percorrido pelo capim dourado até à França, em 24 de fevereiro de 2005, o *JTo* divulga a primeira lista dos projetos aprovados. A matéria *Tocantins está como pé na França* de Elisângela Farias¹⁸⁵, está sintetizada no quadro 4.

¹⁸⁴ No dia 28 de janeiro de 2005, com publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins, Meire Maria Monteiro é exonerada e Valquíria Moreira Rezende nomeada para exercer o cargo de presidente da Fundação Cultural do Estado do Tocantins. Porém, Valquíria fica por pouco tempo no cargo, até assumir a Secretaria de Assistência Social. Assim, a Funcult passa a ser presidida por outro artista, no caso, o cantor D’Cesari, conforme sintetize disponível no *Apêndice A* desse livro.

¹⁸⁵ Publicada no Caderno Arte e Vida do *JTo*, p. 3.

Quadro 4 – Projetos Tocantinenses Selecionados para Participar do *Ano do Brasil na França*

Curadoria	Projetos
Arte Contemporânea	Grupo de Escultura Karajá; Tambores do Tocantins; Tapetes e colchas de Natividade
Música	Genésio do Tocantins; Dorivã
Artes Cênicas	Apresentação das etnias Karajás e/ou Krahô e/ou Xerente; Apresentação do grupo Catira e Jiquitaia
Arte Popular	Representação da Festa do Divino
Áudio visual	Dois curta-metragens

Fonte: FARIAS (2005, p. 3)
Org. Anjos (2015).

No entanto, no mês de março a programação do evento foi modificada. Com isso, o Tocantins aumenta, tanto em tempo, como em quantidade de mostras culturais. Desse modo, abre-se um novo processo seletivo para que mais atrações culturais sejam contempladas. E, no dia 20 de julho de 2005, o *JTo* publica a lista com os nomes que compõem a *caravana tocantinense*, em matéria com título: *Divulgada a comitiva do Tocantins*¹⁸⁶.

A comitiva é composta por 86 pessoas, sendo 51 artistas (músicos, catireiros e índios), 20 autoridades e 15 assessores. A matéria elucida que o aumento da quantidade de pessoas se fez necessária porque, segundo a presidente da Funcult, em entrevista: “[...] seriam importante para ampliar as rodadas de negociação e aumentar a inserção dos diversos produtos tocantinenses, em especial o artesanato naquele país.” (BORGES, 2005, p.1).

Assim, enquanto a versão do *JTo* abordou os números (de quem vai, quanto se gastou, o que se pode gerar de

¹⁸⁶ Capa do Caderno Arte & Vida, com autoria de Débora Borges.

renda/retorno), o jornal *O Girassol* destaca o capim dourado literalmente. O capim dourado está em uma fotografia no centro do texto e da página em que está a matéria, na capa do caderno de cultural *Viver*. A reportagem com título *Tocantins para francês ver*, com assinatura de Glês Nascimento¹⁸⁷, diz que “o Tocantins mostrará toda a sua diversidade nos campos cultural, social e econômico e será uma oportunidade de o Estado reforçar os laços de intercâmbio com a Europa.” (NASCIMENTO, 2005, p. B.1) (ver figura 85).

A matéria descreve a programação, a qual sintetizo em forma de quadro 5

Figura 85 – Matéria: *Tocantins para francês ver*



Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 26 de julho de 2005, no *O Girassol*.

¹⁸⁷ Especial para *O Girassol*. Ou seja, a repórter não pertence à equipe de assessores de Comunicação da Comitativa tocantinense. A jornalista Glês Nascimento “estava diretora de jornalismo da Secretaria de Comunicação do Estado”, conforme entrevista realizada no dia 07 de junho de 2013.

**Quadro 5 – Manifestações Culturais dos Artistas Tocantinenses para
Ano Brasil na França (2005)**

Manifestação cultural	Produto
Artesanato	Capim dourado; indígena; joias de Natividade; cerâmicas de Lajeado; Colchas de Monte do Carmo; Machetaria de Gurupi; cristais de Cristalândia.
Música	Show <i>Cantos do Tocantins</i> (Genésio do Tocantins e Dorivã);
Folclore	Sússia ¹⁸⁸ (com grupos de Almas) e Jiquitaia ¹⁸⁹ (com os catireiros de Santa Rosa);

¹⁸⁸ A dança folclórica conhecida como Súcia, Suça ou Sússia, com origens provavelmente escravagistas, é marcada pelo som de tambores e cuícas, em músicas agitadas que conduzem homens e mulheres a um dançar que gira em círculos (sendo essa a característica que infere a origem da dança ao período da escravidão). *Se dança a Sússia (tradicionalmente)* nas cidades Paranã, Santa Rosa do Tocantins; Monte do Carmo; Natividade; Conceição do Tocantins; Peixe e Tocantinópolis. Uma releitura da Sússia está sendo feita por Everton Francisco da Silva, historiador, músico e compositor, mais conhecido como Everton dos Andes (natural de Porto Nacional) que é a *Técno-sússa*. O ritmo foi criado após a pesquisa que Everton fez como trabalho de conclusão da Pós-graduação em História Social, pela UFT, com título *Sússa e Tambor: cultura popular e identidade na construção histórica do Tocantins* (2008), mas antes o artista desenvolveu uma pesquisa que teve como resultado um vídeo documentário intitulado *Súciologia*, em 2002. A música *ABC da Súciologia* pode ser conferida no endereço: <<https://goo.gl/zWyGSa>>.

¹⁸⁹ A Jiquitaia, por sua vez, se dança como um passo da Sússia. Ou seja, *nasceu* também dentro das senzalas, como uma simulação das reações aos ataques das formigas – formigas jiquitaia, que tem a picada dolorida – que os escravos sofriam por abrigar alguns alimentos na senzala. São vários os movimentos que compõem a dança da Jiquitaia, sendo uma das variações quando o casal movimentava o corpo rapidamente e de forma sensual, como se estivessem de fato *retirando as jiquitaias do corpo*. Segundo a tese de Noeci Carvalho Messias (2010, p. 311): “Nos movimentos dos corpos insinua-se o toque, o qual expressa a conquista do casal que ao som dos tamborzeiros cantam: A formiga que dói é a jiquitaia/A formiga que dói? É a jiquitaia. A formiga que dói? É a jiquitaia.”.

Videodocumentários	Os caretas de Lizarda (de Marcelo Silva e Hermes Macedo);
Cultura indígena	Rituais Karajá;
Literatura	<i>Fardo Florido</i> (Isabel Dias Neves); <i>Breve História do Tocantins</i> (Otávio Barros); <i>Mangaratiba</i> (Juarez Moreira Fialho);
Exposição fotográfica	Cláudio Zunta; Manoel Júnior; Angélica Lima; Gustavo Sá e Tharson Lopes;

Fonte: Nascimento (2005)
Org.: Anjos (2015)

A matéria é finalizada com o intertítulo *Turismo*, no qual se aborda o fomento ao turismo em “A presença do Tocantins na Europa também é uma oportunidade de fechar parcerias em rodadas de negócio e *estimular o turismo estrangeiro*. Os principais roteiros do Estado: *o místico, do Jalapão e do Cantão*, estarão em evidência no evento. [...]” (NASCIMENTO, 2005, p. B1, grifo meu). Diante do dito, retomo ao subtítulo 4.5 *A Exportação do Jalapão: o Lugar do Capim Dourado e do Turismo* desse trabalho, no qual abordo a *preservação para exploração*, no caso do Jalapão, que na matéria é referenciado pelo seu “misticismo”. Um “misticismo” e *exotismo* passível de revelação em uma viagem turística ao oásis do Brasil-Central (?).

Após diversas matérias, as quais pautaram não apenas a mídia regional, mas a nacional, tem-se o retorno da *caravana tocantinense*. Então, no dia 7 de agosto de 2005, o *JTo* publica o *Balanço Positivo*¹⁹⁰. Nela se dá destaque para a repercussão da participação do Tocantins no *Ano do Brasil na França*, na mídia nacional e para o volume de vendas de artesanato expresso em “O artesanato tocantinense brilhou em Paris. De terça a sexta foram vendidos 10 mil euros (na moeda brasileira equivale a aproximadamente 30 mil reais). [...] As peças mais procuradas são

¹⁹⁰ Matéria correlata, em uma coluna, na capa do caderno Arte & Vida, assinada pela jornalista Glês Nascimento, como repórter especial.

em capim dourado e o artesanato indígena.” (NASCIMENTO, 2005, p. 1).

Assim, o capim dourado ascende à posição de *carro-chefe* do artesanato tocantinense, em nível de Tocantins, de Brasil e França. Vale salientar que não foi o evento *Ano do Brasil na França* que o promoveu a essa categoria, todavia vários outros fatores, conforme expus no Capítulo 4.

Um dos fatores relevantes foi a mudança do cenário político e o *movimento iconoclasta*, cujo fato em destaque foi a retirada dos frontispícios do Palácio Araguaia. Esse assunto será abordado no próximo subtítulo, mas não antes de rematar que o houve nesse momento. Devido a esse evento, iniciou-se um processo *de se (re)pensar o que é o Tocantins*, qual sua identidade cultural e quais manifestações artísticas *o representa*.

Desse modo, ao retornar da França, quem foi levado como representante *se torna*, de fato, um representante. Ou seja, os artistas foram para ser a representação – passam pelo *rito/evento* – e retornam sendo representação, sendo o rito um ato de instituir, um “transforma-te no que és” (CANCLINI, 2015, p.193). Afinal, passam a ser lembrados como os escolhidos para representar o Tocantins na França. Dessa maneira, crê-se que fica demonstrado, assim, que houve a deliberação acerca da identidade cultural regional oficial e que esse é um *ato oficializante* e estrutural que passa a *ser estruturalizante*.

5.6 Iconoclastia Política: Inferências sobre a Retirada dos Frontispícios do Palácio Araguaia

“Onde falta memória, sobra imaginação”. A frase imortalizada pelo personagem Chicó, na obra *O Auto da Compadecida*, de Ariano Vila Suassuna (1927 – 2014), vem a calhar com a análise dessa UR: *Frontispícios*. Afinal, por ser algo construído, ressignificado e imaginado – a memória – é também passível de destruição.

Entende-se também que a memória gera discursos para formação de um imaginário. Esse é representado, dentre outras

formas, por meio de símbolos. Diante dessa conjuntura, pode-se inferir que a retirada dos frontispícios do Palácio Araguaia torna-se um fenômeno político-simbólico, em se tratando da construção da memória e do imaginário da população tocantinense.

Assim, por falta de uma memória histórica, devido à ausência de tempo e população preexistente (SILVA, 2008), cria-se e legitima-se uma memória coletiva oficial em Palmas. Desta forma, tem-se um campo fértil para semear imaginários, os quais se ancoram em símbolos, no caso, os monumentos públicos (apresentados nos Capítulos 3 e 4). Os monumentos que passaram a compor a fachada do Palácio Araguaia, em 2002, – as Frisas e os Frontispícios – entram em pauta de discussão, em outubro de 2006, após a retirada dos Frontispícios.

Vale destacar que em outubro daquele ano o político Marcelo Miranda é reeleito como governador do Estado do Tocantins¹⁹¹. Porém, agora, é filiado a outro partido (PMDB e não mais o PFL), o qual não pertence à base da UT (liderado pela família Siqueira Campos). Ou seja, está em uma situação de *oposição política*, embora seja dissidente do referido grupo. *Coincidência ou não*, trata-se de um fato cronológico.

Essa ação factual e simbólica da retirada dos frontispícios teve também sua versão midiática, sobre a qual teço algumas inferências. Não antes de propor uma síntese sobre a inclusão e retirada dos Frontispícios da fachada do Palácio Araguaia, está organizada no quadro 6.

¹⁹¹ Marcelo Miranda Carvalho (coligação PMDB, PPS, PFL) vence as eleições com 51,488% dos votos contra 46,842% de José Wilson Siqueira Campos (coligação PP, PTB, PSC, PL, PSB, PV, PSDB, PT do B).

Quadro 6 – Cronologia do adereço: Frontispício

Ação	Data
Começou a ser instalado	2000
Inaugurado	18 de março de 2002
Retirada	15 e 21 de outubro de 2006
Ação popular com pedido de liminar no Fórum de Palmas ¹⁹²	31 de outubro de 2006
Anúncio do governo que os Frontispício não voltarão mais ao Palácio Araguaia	01 de novembro de 2006
Juíza de direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda e Registros públicos, Flávia Boro, expede a liminar	08 de novembro de 2006
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJ-To), Dalva Guimarães, derruba a liminar	13 de novembro de 2006
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Daniel Negry, cassa a decisão da ex-presidente do TJ, Dalva Guimarães ¹⁹³	4 de maio de 2007
Procura-se os globos dourados ¹⁹⁴	julho de 2009
Encontra-se os globos dourados	janeiro de 2010
Frontispício retornarão ao Palácio ¹⁹⁵	outubro de 2010
Instalação do Brasão de Armas do Estado em alusão aos Frontispício	setembro de 2011 e maio de 2012

Fonte: Anjos (2015)

Legenda: Elaborado a partir da análise das matérias

¹⁹² Ação protocolada no Ministério Público Estadual pela ex-presidente da Funcult, Kátia Rocha, na qual solicitava uma “explicação para a retirada dos Frontispícios do Palácio Araguaia e que não se retirasse nenhum outro monumento da Praça dos Girassóis” (KATIENZA, 2006, p. 2).

¹⁹³ Assim, o Estado volta a ter a obrigação de responder a liminar e a determinação de não retirar nenhum outro monumento da Praça dos Girassóis.

¹⁹⁴ Um mês após a cassação do mandato de Marcelo Miranda, a mídia local começa a questionar: *Onde estariam armazenados os globos dourados e as asas que o adornavam?*, enquanto se decidia no cenário político se haveria eleições diretas ou indiretas para o cargo de governador do Estado.

¹⁹⁵ Promessa feita por Siqueira Campos, durante a campanha eleitoral e pronunciamento proferido, na primeira coletiva de imprensa como governador eleito.

Assim sendo, a primeira matéria do *corpus* foi a veiculada no caderno de Política do *JTo*, no dia 22 de outubro de 2006, com título *Retirado o segundo frontispício*, de Karyne Katiuza. A matéria aborda a forma como foram retirados os frontispícios da fachada do Palácio Araguaia. Destaca-se, ainda, que os primeiros foram retirados no dia 15 de outubro e os segundos no dia 21 de outubro de 2006, ambos para manutenção, segundo nota oficial da Secretaria de Comunicação – Secom. Entretanto, houve questionamento levantado pela ex-presidente da Funcult, Kátia Rocha, que questionou não apenas a retirada dos frontispícios, mas a forma como fora feita.

A matéria apresenta, ainda, o Palácio Araguaia como o local de onde “foram projetadas as ruas e avenidas da Capital”, que os *globos dourados* simbolizavam o Sol, “assim como nas bandeiras da Capital e do Estado” e, que a instalação, como um todo (globos e frisas) “[...] foram inspiradas na história do Egito antigo. Para os egípcios, o sol alado dava proteção, emanava energia ao seu povo, decorava seus templos e representava o símbolo mais forte da obra de Deus.” (KATIENZA, 2006, p. 2).

Na mesma edição do *JTo*, publicou-se uma matéria na capa do caderno Arte & Vida. O texto era de caráter pedagógico, sobre o que é patrimônio, tombamento e bem cultural e público, tendo como gancho¹⁹⁶ a retirada dos frontispícios. Com título *Sutis diferenças entre o público e o cultural*, a reportagem de Elisângela Farias traz a fala do arquiteto da Funcult, Riceles Araújo Costa. O arquiteto afirma que os prédios do Palacinho e Palácio Araguaia possuem, “por força das circunstâncias”, aspectos histórico-culturais. O arquiteto acrescenta, em entrevista, que “Todos os primeiros prédios de Palmas são referência culturais porque

¹⁹⁶ Gancho é um *jargão* – não só jornalístico – que pode ser entendido como um pretexto que propicia a oportunidade de um trabalho jornalístico, de modo que quanto mais “pretextos há para a produção de uma investigação jornalística mais oportuna ela é. Quanto mais ‘ganchos’ estiverem por trás de uma edição mais ‘quente’ ela é. Um fato que se ligue, que dê margem a outro, que sirva de ponte, de gancho, enfim, para a notícia” (RIBEIRO, 2008, p. 9).

marcaram” (FARIAS, 2006, p. 1). Demonstra, dessa maneira, que a construção de uma cidade está para além do concreto, mas, é também uma construção afetiva de memória e do imaginário. E também de cultura.

Em outra matéria, com título *Frontispício não voltam mais ao Palácio*¹⁹⁷ (ver figura 86), ressalta-se que a retirada dos Frontispícios não foi um ato político. Porém, devido à discussão suscitada, o monumento não voltará à fachada do Palácio.

O presidente da FCT¹⁹⁸, Júlio César Machado, disse ontem quem, a princípio, a retirada dos frontispícios (globos) foi para manutenção, mas, com a discussão surgida em relação ao fato, foi realizado um levantamento técnico-jurídico acerca da legalidade da colocação das obras. ‘Após um longo estudo em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a assessoria jurídica chegou ao entendimento que a colocação daquelas obras não obedeceu aos trâmites técnico-jurídicos; a população não foi ouvida, não foi ouvida a coordenadoria do patrimônio histórico do Palácio, então feriu vários aspectos legais’, explico dizendo que não foi obedecida também a concepção arquitetônica do Palácio, já que os frontispício não constam no projeto original. (FARIAS, 2006, p. 1).

Perante o fragmento da matéria e conforme exposto no Capítulo 3 (ver Figura 40), os frontispícios, de fato, não estavam na fachada do Palácio Araguaia antes de 18 de março de 2002, quando foram inaugurados junto com as Frisas. Entretanto, a matéria acrescenta e destaca a Lei Federal 9.610 (BRASIL, 1998), na fala do arquiteto Walfredo Antunes¹⁹⁹. A lei, que versa sobre

¹⁹⁷ Capa do caderno de Arte e Vida, do *JTô*, no dia 2 de novembro de 2006.

¹⁹⁸ FCT era a sigla utilizada para Fundação Cultural do Tocantins, mas desde 2011 utiliza-se a sigla Funcult.

¹⁹⁹ Um dos autores do projeto arquitetônico de Palmas e idealizadores do Palácio Araguaia.

os direitos autorais, não fora respeitada ao se colocar os referidos monumentos na fachada do Palácio Araguaia. Na matéria, o arquiteto e urbanista ressalta que não se deve alterar nenhuma obra arquitetônica sem o consentimento do arquiteto-autor.

Já a ex-presidente da Funcult, Kátia Rocha, que denunciou e estava à frente do *movimento contra a retirada dos frontispícios do Palácio Araguaia*, afirma que não houve alteração na estrutura do prédio, “apenas na fachada [...] É cartão postal da cidade e já é domínio público” (FARIAS, 2006, p. 1, grifo meu).

Na matéria correlata²⁰⁰, com título *Iphan apóia atitude do governo*, a [então] superintendente da 14ª Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Salma Saddi, diz que a retirada dos frontispícios da fachada do Palácio Araguaia não é errada e que o prédio *merece* ser tombado: “[...] porque conta toda a história de implantação do Estado do Tocantins. Então vamos trabalhar neste sentido, respeitando a obra de arte e respeitando as características originais do Palácio”, enfatizou.” (FARIAS, 2006, p. 1).

A matéria é finalizada com um convite à discussão acerca da identidade cultural tocantinense: “Outro ponto levantado pela superintendente é que se comece a discutir a *verdadeira identidade tocantinense*.” (FARIAS, 2006, p. 1, grifo meu). Ou seja, conforme o dispositivo da correlação do “dito pelo não dito”, da AD de Orlandi (1999), na frase “discutir a *verdadeira* identidade tocantinense”, o não dito – ou o dito nas entrelinhas – é “o que se tem discutido *não* é a *verdadeira identidade* tocantinense”.

Em outras palavras, há também implícito, um questionamento acerca da identidade tocantinense impressa nos monumentos em discussão. Diante disso, vale retomar o aporte teórico acerca da conceituação de identidade cultural. Contudo, nesse estudo, é entendida como uma construção social que se dá pelos marcos simbólicos da diferença, em um contexto relacional do *eu* com o *outro*.

²⁰⁰ Matéria correlata é uma reportagem com menor número de linhas – mas, não chega a ser uma nota – sobre o mesmo assunto, normalmente localizada na mesma página da matéria-principal.

Destaca-se, ainda, que o *outro* é um sujeito fenomenológico oposto ao *eu*. Assim, nessa conjuntura, se o *outro* antes (entre 1988-2002) era o goiano do centro-sul, agora o *outro* é a ideia da identidade cultural tocantinense *construída* no mesmo período por determinados atores e instituições sociais. Dito de outra forma, esse *outro* passa a ser entendido como uma não *verdadeira identidade tocantinense*, a qual não deve mais ser discutida ou ressignificada. No caso, os frontispícios são símbolos dessa *não identidade tocantinense*.

A repercussão dessa iconoclastia política pautou a mídia local durante todo o mês de novembro. O *JTô*, por exemplo, publicou sete²⁰¹ matérias. Os assuntos abordados nelas foram desdobramentos, como novas denúncias (sobre o patrimônio cultural do Estado) e suspensão da liminar.

Posteriormente, em 5 de maio de 2007, o assunto volta à pauta. O *Estado volta a ter obrigação de explicar a retirada do monumento*²⁰², uma vez que o presidente do Tribunal de Justiça (TJ-TO), Daniel Negry, cassa a decisão da ex-presidente, Dalva Guimarães (que derrubava, em 13 de outubro de 2006 a liminar expedida pelo Juíza de direito da 4ª Vara dos Feitos da Fazenda e Registros públicos, Flávia Boro – ver Quadro 6).

Tem-se, então, um hiato midiático sobre os frontispícios, até que em julho de 2009, quando o monumento volta à pauta. Desta vez sob o questionamento: *Onde andaram?; Ninguém sabe*²⁰³. Vale destacar que, em junho do mesmo ano, houve a cassação do mandato do governador Marcelo Miranda – o qual governava o Estado quando os frontispícios foram retirados do Palácio Araguaia –, mas não houve reverberação.

Em janeiro de 2010, o assunto retorna às páginas dos veículos com a matéria: *Patrimônios Tocantines esquecidos com o tempo*²⁰⁴. A reportagem traz a curiosidade de ser uma pauta

²⁰¹ Sendo *Frontispício nunca mais* (04/11/2006); *Continuando sobre os globos* (07/11/2006); *Kátia contesta denúncia sobre possíveis danos a imagens* (08/11/2006); *Mais uma vez, frontispício* (11/11/2006); *Mais um capítulo* (14/11/2006); e *Globos/Ponto para o governo/Ainda não é o fim/ Por enquanto*, notas publicadas no dia 28/11/2006.

²⁰² Publicada no caderno Estado do *JTô*, no dia 05 de maio de 2007, assinada pela jornalista Neuracy Viana.

²⁰³ Notas do caderno de Opinião, na seção Antena Ligada do *JTô*, ambas de autoria do jornalista Lailton Costa, publicadas em 24 de julho de 2009.

²⁰⁴ Publicada na capa do caderno Arte & Vida do *JTô*, no dia 26 de janeiro, assinada pela jornalista Sônia Matos Valadares.

sugerida por Mary Sônia²⁰⁵ e tem como linha fina²⁰⁶ a frase: “Sem explicações concretas do poder público, obras de grande valor histórico para o Estado como os frontispícios, mapa da Codetins e mural da assembleia caem no esquecimento”. E questiona onde estão guardados, não apenas os frontispícios, mas também outros monumentos: “Já tentei ir atrás disso, e ninguém sabe onde estão essas obras de arte, como os frontispícios, o mosaico da Assembleia, o mapa de concreto, além de umas luas que ficavam na Praça dos Girassóis” (VALADARES, 2010, p.1).

A reportagem ainda apresenta uma nota da assessoria de imprensa do Governo. A nota afirma que a retirada dos frontispícios é responsabilidade da gestão anterior e, por isso, não sabiam onde estavam armazenados. Assim, a repórter recorre ao ex-governador, Marcelo Miranda, o qual diz, apenas, que na época o monumento fora retirado e armazenado em um local seguro. Entretanto, não informa onde.

Na sequência, tem-se a entrevista com Siqueira Campos. Ele afirma: “É grande o pesar pela retirada desse monumento principalmente pela forma que aconteceu. A obra tinha grande sentido religioso e cultural” (SIQUEIRA CAMPOS in VALADARES, 2010, p.1). A jornalista também entrevista o [então] superintendente do Iphan-TO, Erialdo Augusto Pereira, que destaca a complexidade do assunto. Porém, relembra que houve o entendimento de que a retirada dos frontispícios não fora errada.

Desta maneira, conjungindo, a exposição descritiva realizada no Capítulo 3 desse estudo e a *cartada simbólica* que essa matéria nós dá, pode-se inferir que o fenômeno da *iconoclastia*

²⁰⁵ Conforme já exposto, no Capítulo 3, Mary Sônia Matos Valadares, natural de Tocantinópolis (região do Bico do Papagaio, no Tocantins), é advogada, servidora pública aposentada e escritora, membro das Academias Tocantinense (ATL) e Palmense de Letras (APL) e já fora presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Palmas e também presidente da ATL.

²⁰⁶ Uma espécie de subtítulo, também conhecida como *sutiã*, trata-se de uma pequena linha textual que é inserida logo do título para destacar informações da matéria.

política é uma prática recorrente na história do Tocantins. E, revela-nos, assim, que as lideranças políticas, por *produzirem* identidade(s) cultural(is) oficial(is), por meio de ações de governo, concebem a importância dos símbolos como constructo dessa realidade imaginada²⁰⁷.

Retomando à matéria, Mary Sônia, acrescenta que:

[...] os órgãos não dão justificativas e muito menos, qual foi o destino de cada uma dela. Essas atitudes são péssimos indicadores de que o poder público, independente da gestão, não se importa com a história do Estado e principalmente, com os gastos de dinheiro público para a produção dessas obras. (VALADARES in VALADARES, 2010, p. 1).

Diante do exposto, o que se pode inferir é que, na realidade, há uma preocupação com a construção da história (oficial) do Estado do Tocantins. Entretanto, essa não se pauta pela preservação dos símbolos erguidos por gestores de governo. Todavia, o que se percebe, sob o ponto de vista aventado nesse estudo, é que os gestores de governo *tentam* se inscrever, como autor ou personagem protagonista dessa narrativa cronológica do Tocantins, tomada como a história oficial do Estado (ver figura 87).

²⁰⁷ Por ter esse entendimento, no Capítulo 3, propus uma síntese desses *atos simbólicos* em um quadro (ver Quadro 3).

Noutra matéria, publicada na mesma semana, no dia 30 de janeiro de 2010, divulga-se que os frontispícios foram encontrados. “Depois de um longo mistério sobre o paradeiro dos frontispícios, [...] o patrimônio foi encontrado mutilado em um casebre ao lado do prédio da futura residência oficial do governo.” (COSTA, 2010, p.2)²⁰⁸.

Na mesma edição, outra matéria intitulada *Frontispícios estão mutilados em casebre*²⁰⁹, explica que, após a matéria publicada no dia 26 daquele mês, houve uma busca dos patrimônios, por parte do Governo. Assim, foram encontrados os frontispícios (após uma denúncia que estariam em uma construção, na região onde fica o Palacinho, próximo ao prédio – então – inacabado da casa oficial do governador), mas esse monumento estava *destruído*, mutilado – para usar o termo utilizado na matéria.

Além dos frontispícios também foram *encontrados* o Painel de Girassóis (o qual fora transferido do hall de entrada para o segundo andar do Palácio Deputado João D’Abreu, prédio da Assembleia Legislativa do Tocantins) e o Mapa do Tocantins (descaracterizado, mas localizado em frente ao prédio da prefeitura de Palmas, na Praça Bosque dos Pioneiros – figura 88).

²¹⁰

²⁰⁸ Caderno de Opinião, seção Antena Ligada, do *JTo*.

²⁰⁹ Publicada no caderno Arte & vida do *JTo*, no dia 30 de janeiro de 2010, assinada pela jornalista Poliana Macedo.

²¹⁰ Uma curiosidade é que inclusive fotografias desses monumentos são raras. Como exemplo, temos o monumento das *Doas Mãos*, encontradas apenas em acervos pessoais.

Figura 88 - Mapa do Tocantins – Codetins - 1997

Fonte: [autoria desconhecida, 199?] – Cedida pelo Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

Esse assunto pautou, pela primeira vez, o veículo *O Girassol*. Ou seja, entre o período compreendido entre 2006 e 2011, apenas uma nota *Achados e perdidos (e escondidos)*, publicada no caderno de Política, na seção Binóculo, com assinatura Da Redação²¹¹. A nota apenas reporta que os frontispícios foram encontrados.

Assim, após serem encontrados, os frontispícios só voltam a pautar a mídia novamente em junho de 2010, quando

²¹¹ 03 – 09 de fevereiro de 2010.

uma réplica dos *globos dourados* fora vista próximo a uma serralheria, em Palmas. E, posteriormente, em outubro de 2010, quando o governador eleito, Siqueira Campos, na primeira coletiva de imprensa, fala sobre os planos de governo, para 2011-2014. O governador eleito também afirma *não ter nada contra ninguém*²¹², que os frontispícios voltarão para o Palácio Araguaia e que Kátia Rocha estará à frente da Secretaria de Estado de Cultura. Desse modo, em entrevista, em 14 de janeiro de 2011, Kátia Rocha, [então] secretária estadual de cultura e presidente da Funcult, reafirma o compromisso com o *retorno dos frontispícios ao Palácio Araguaia*.

Com essa matéria encerro a análise da UR: Frontispícios. Arrematando a urdidura desse subtítulo, vale destacar a importância dos símbolos para e na construção de discursos, memórias e imaginários. Esses, por sua vez, são elementos constituintes de uma realidade, do sentimento de pertencimento e identidade cultural, no caso de uma determinada região: o Estado do Tocantins. Diante do exposto, também se pode inferir que os protagonistas do cenário político deliberam a cerca da construção e destruição (concreta e no imaginário) desses símbolos.

Entre ascensão e declínio de símbolos, constroem-se narrativas, as quais são tomadas como realidades. A narrativa enredada é da transposição do girassol para o capim dourado. Como já mencionado o desfoco *sofrido* pelo girassol, transitemos, agora, pelo desenlace da ascensão do capim dourado como símbolo político-identitário, no próximo subtítulo.

5.7 Capim dourado e seu Brilho Político-Identitário

Os mecanismos de ascensão do capim dourado a símbolo identitário no discurso midiático é ao que se pretende esse subtítulo. Isso parte do pressuposto que, ao se instrumentalizar as

²¹² Essa afirmação se deve ao fato da complexa e disputada campanha eleitoral e também pelo político *ter a fama* de ser perseguidor (fama essa publicizada em matérias jornalísticas e na obra *O ditador do Cerrado*, de Rinaldo Campos (2008), referenciada ao longo desse livro).

características da natureza de um determinado espaço, ela se transforma em recurso político. Seu suporte simbólico está ancorado nos signos da natureza, para formação do imaginário político e cultural. E, especificamente, o discurso midiático sobre a ascensão do capim dourado à representação e símbolo da identidade cultural tocantinense.

Entretanto, por ser a UR com maior número de matérias e por uma questão didática, a subdividi em subseções, que são *Retratos do Jalapão na mídia local: capim dourado, turismo e a comunidade do Mumbuca* e *Artesanato: o tecer de culturas e produtos*. Dito isso, vamos ao Jalapão.

5.7.1 Retratos do Jalapão na mídia local: capim dourado, turismo e a comunidade do Mumbuca

Referenciado como o *Oásis brasileiro*, o Jalapão é uma região que tem Unidades de Conservação, Parque Ecológico e APA(s). Mas, conforme exposto no Capítulo 4, trata-se, também, de uma reinvenção da natureza para ser *comercializada* para turistas (ALMEIDA, 2003; RODRIGUES, 2000). Este *tratamento* é dado a essa região do Tocantins, quando o mesmo pauta a mídia local.

A exemplo a matéria *Belezas do estado convidam ao ecoturismo*²¹³. A reportagem tem início com a afirmação de que, até os anos de 1980, o Tocantins era um “paraíso quase intocado”. Depois, com o aumento do ecoturismo e práticas sustentáveis, houve a descoberta do Jalapão.

Uma vez *dito* isso, a jornalista constrói uma narrativa semelhante à da descoberta do próprio Brasil. Ou seja, “um paraíso intocado”, com natureza exótica, com “muito recurso” para ser *explorado, consumido*. Porém, nesse caso, o consumo acontece sob a óptica do ecoturismo (perspectiva essa já abordada no Capítulo 4). Entretanto, aprofundemos em outra *cartada simbólica* expressa na matéria em:

²¹³ Publicada em caderno Especial do *JT*, em 5 de junho de 2003, assinada por Seleucia Fontes.

A divulgação através da imprensa nacional e até cinema transformou o Jalapão na *mais nova sensação turística nacional*, recebendo grupos cada vez maiores de turistas nos feriados prolongados, e que estão encontrando uma população que começa a aprender a conviver com esta nova realidade. *Gente que conhece os segredos desta região onde nasce o capim dourado [...]*. (FONTES, 2003, p. 2, grifo meu).

O fragmento acima revela que a descoberta do Jalapão se deu devido a uma conjuntura. Contudo, foi a divulgação midiática em nível nacional que “transformou o Jalapão [na] mais nova *sensação* turística nacional.” (FONTES, 2003, p. 2, grifo meu). Desse modo, a fala da jornalista corrobora com os pressupostos apresentados como aporte teórico desse estudo. Isto é, essa hipótese está à luz de autores que discutem os meios de comunicação de massa como um constructo da realidade, da memória (e também lugar de memória) e imaginário social. Tal inferência se faz por meio do discurso midiático difundindo em larga escala. Ou seja, houve uma interferência dos meios de comunicação de massa na concepção acerca do que é o Jalapão, primeiro por divulgá-lo como um “oásis”, “paraíso ecológico”, “lugar de aventura e natureza”.

Já outro trecho da matéria diz que os moradores aos poucos vão se acostumando com essa nova realidade. Entretanto, não se tem a participação dos moradores do local na prática do turismo desenvolvido lá. A atuação da população local está apenas citada como *aqueles que são visitados*, segundo depoimento que a *Artesã* fez a Nilva Bezerra (2013b)²¹⁴.

Em outra matéria, tem-se a mesma abordagem, mas anunciando *Turismo e artesanato em rede nacional*²¹⁵. Isto é, por

²¹⁴ Em Bezerra (2013b, p. 136) tem-se o depoimento de uma artesã sobre sua opinião a respeito do turismo desenvolvido no Jalapão, o qual foi transcrita no Capítulo 4.

²¹⁵ Matéria publicada em caderno Arte & vida do *JT*, em 10 de outubro de 2003, assinada por Elisângela Farias.

pertencer à Organização Jaime Câmara, afiliada da Rede Globo, o *JTô* não tem problema em publicizar que haverá uma matéria sobre o Jalapão em um programa televisivo da emissora, informando o horário, que será naquele domingo, já no início da matéria (*lide*).

Na sequência, o texto afirma que a repórter da Rede Globo contará “sobre as belezas de uma das regiões *mais inóspitas* do Brasil. O Jalapão, ao mesmo tempo apresenta uma riqueza natural, representada por sua fauna e flora, e, *encanta e assusta* por sua grandiosidade paradisíaca e sua paisagem selvagem” (FARIAS, 2004, p. 3, grifo meu). Nesse trecho, o Jalapão é significado com lugar inóspito, belo, encantador, assustador, paradisíaco e com paisagem selvagem. Caso fosse o tema de pesquisa, apenas essa matéria forneceria diversas análises à luz de Schama (1996), Rodrigues (2000) dentre outros. Destaco, porém, que esse lugar, com tantos adjetivos contraditórios, tem recebido turistas e é “sensação nacional”. Segundo a matéria, “devido a sua paisagem atrativa muitos turistas estão vindo ao Jalapão para *praticar esportes radicais e desfrutarem* da beleza que a natureza oferece.” (FARIAS, 2004, p. 3, grifo meu).

Além disso, a matéria apresenta Dona Miúda (Guilhermina Ribeiro da Silva, 1928-2010) que recebera o título de comendadora: “Comenda de Ordem de Mérito do Governo do Estado do Tocantins, concedido pelo ex-governador Siqueira Campos.” (FARIAS, 2004, p. 3). Assim, o Jalapão é rerepresentado ao Tocantins e ao Brasil como um local onde se pode ir, “em feriados prologados”, para apreciar a natureza (assutadora e encantadora), praticar esportes radicais, conhecer as pessoas que vivem neste “lugar inóspito”, e, sobretudo, o lugar onde nasce o capim dourado.

O berço do capim dourado, o Jalapão, é visitado pela [então] ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. O fato fora pautado na mídia local com os títulos *Marina Silva destaca o potencial do Estado*²¹⁶ e *Jalapão ganha ainda mais visibilidade nacional*²¹⁷.

²¹⁶ Publicada no *JTô*, no dia 11 de abril de 2006, na editoria Estado, sem assinatura, no caso, Da Redação.

Sinteticamente, as matérias abordam a visita que a ministra fez ao Tocantins, com a finalidade de divulgar o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal e a participação do Tocantins, “já em sua primeira etapa”, com foco na região do Jalapão. O programa visa aumentar a infraestrutura dos locais para o desenvolvimento do ecoturismo, como uma pista de pouso, no município de Mateiros – construída com verba oriunda do programa para receber turistas.

A matéria publicada no veículo *O Girassol* apresenta algumas informações adicionais. Dentre as quais, está a fala de Dona Miúda, em um diálogo com Marina Silva, em sua casa: “Ajudei o governo, ajudei o estado e vou ajudar mais, ensinando os outros a fazer o trabalho com capim dourado” (MATTOS, 2006, p. A. 7). Perante essa fala, pode se afirmar que o discurso de Dona Miúda já está *institucionalizado*. Afinal, em 2006 fazia aproximadamente cinco anos desde o início da projeção do artesanato em capim dourado. Essa projeção sempre a pautou como a precursora da arte de tecer o capim. Desse modo, a enunciação fora se estruturando a cada entrevista concedida, de forma que fora tomando *forma institucionalizada*.

Outra *cartada simbólica* da matéria se dá ao ressaltar que o artesanto em capim dourado é um dos maiores geradores de renda da região e os produtos já foram até para França:

Aos poucos, os artesãos passaram a *sofisticar* mais os produtos. Na última primeira semana de abril, cerca de 50 deles participaram de um curso de capacitação promovido pelo governo do estado para *agregar valor às peças de capim dourado*, uma das atrações da exposição feita em Paris, em 2005, ano do Brasil na França. (MATTOS, 2006, p. A.7, grifo meu).

²¹⁷ Publicada no *O Girassol*, no dia 18 de abril de 2006, na editoria Geral, com assinatura da jornalista Marluza Mattos.

Assim, pelo exposto, pode-se inferir que, ao destacar que os produtos já foram expostos na França²¹⁸, os mesmos são, por isso, obras que representam o artesanato do Tocantins. Outra inferência que se propõe a partir do trecho transcrito é que os artesãos estão sendo capacitados através de oficinas promovidas pelo Governo do Estado para *sofisticarem* seus produtos.

Ora, essa sofisticação não seria uma transformação institucional ou *ato institucionalizante* da “tecnologia patrimonial” dos saberes e fazeres com o capim dourado, pela comunidade do Mumbuca? Em Lopes; Totaro; Barros (2014, p. 6), os autores descrevem esses *atos institucionalizantes* como o “imaginário do desmanche”, na qual do lado desvalorizado do ego social estão os artesãos²¹⁹.

Outra referência do Jalapão como o lugar de origem do capim dourado fora a publicação da matéria: *Capim dourado será tema de exposição no Rio*²²⁰. Esta é iniciada com a seguinte informação: “O Parque estadual do Jalapão está em estudo para que seja reconhecido como Paisagem cultural [...] o estudo está previsto para o dia 21 de abril.” (BORGES, 2008, p. 4).

A priori, a conceituação da expressão Paisagem Cultural faz-se necessária. Desse modo, o significado definido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, diz que: “A Paisagem Cultural Brasileira [é] uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (WEISSHEIMER, 2009, p. 13). Todavia, embora utilizem o deserto do Jalapão como exemplo para categoria de Paisagem Cultural Geológica, a

²¹⁸ Lembrando que foram selecionados pelo governo de Estado, por meio da Funcult.

²¹⁹ Na próxima seção discuto mais sobre esse assunto.

²²⁰ Publicada no dia 07 de março de 2008, no caderno Arte & vida, do *JTô*, com assinatura de Lenna Borges.

Chancela da Paisagem Cultural Brasileira²²¹ não reconhece o Jalapão como Paisagem Cultural Brasileira²²².

Retomando, a matéria apresenta que a ação (estudo do Jalapão) pode ser uma forma de preservar o ambiente natural. Além disso, a superintendência do Iphan do Estado do Tocantins fará junto e no Centro Nacional de Folclore da Cultura Popular – CNFCP uma exposição de capim dourado.

Embora o Jalapão não tenha sido, até então, reconhecido pela Chancela de Paisagem Cultural, os estudos realizados pelo CNFCP do Iphan geraram uma exposição. Esta ficou exibida de 7 de agosto a 7 de setembro, na Sala do Artista Popular – SAP, no Museu de Folclore Edison Carneiro, no prédio da sede do CNFCP, no Rio de Janeiro.

Assim, o Jalapão e o capim dourado entram para a pauta do Iphan. O capim dourado sendo, inclusive, uma das imagens do *banner* móvel do site oficial do CNFCP, no qual tem-se

²²¹ Com a publicação da Portaria nº 127, em 30 de abril de 2009, o Iphan estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. A chancela, por sua vez, pode ser compreendida como um “instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional [...]. Sua finalidade é atender o interesse público por determinado território que faz parte da identidade cultural do Brasil. A paisagem chancelada pode usufruir do título desde que mantenha as características que a fizeram merecer esta classificação, sendo, por isso necessário desenvolver um Plano de Gestão” (WEISSHEIMER, 2009, p. 18).

²²² Ao analisar a matéria, fiz uma busca do documento de reconhecimento do Jalapão, como Paisagem Cultural Brasileira, posto que praticamente todo material publicado sobre o assunto cita essa região como exemplo. Como não encontrei a informação contactei a superintendência do Iphan do Estado do Tocantins a fim de obter informações sobre o reconhecimento. Entretanto, recebi a informação que: “O Jalapão não é reconhecido como Paisagem Cultural” (Cejane Pacini Leal Muniz, Chefe de Visão Técnica do Iphan-Tocantins, em entrevista concedida por telefone, no dia 06 de março de 2015, no período vespertino).

imagens de manifestações da cultura de diversas partes do Brasil ²²³ (ver figura 89).

Figura 89 – Home Page do site do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular



Fonte: Print screen da home page do site.

Finalizo esta parte da análise com a reportagem *Jalapão: Retratos do sertão das Águas*²²⁴. Esta apresenta o Jalapão como um local descoberto pelos turistas em 2001 e também cenário que foi “objeto cênico e paisagístico” para produção do livro *Jalapão – sertão das águas*, de Miguel Von Behr. Na matéria também se aborda a falta de recurso para publicar a segunda edição da obra, porém o autor afirma que está angariando recursos para tal (ver Figura 90).

²²³ Outro resultado do estudo foi o Catálogo: *Capim dourado: costuras e trançados do Jalapão* / pesquisa e texto de Carla Arouca Belas, disponível em: <<http://goo.gl/8ErUzw>>.

²²⁴ Publicada no dia 11 de fevereiro de 2009, no veículo *O Girassol*, no caderno Viver, assinada pela jornalista Juliana Freitas.

Figura 90 – Matéria: *Jalapão Retratos do Sertão das Águas*

OGIRASSOL

Viver

ANO X • N.º 248 • PALMAS/TO • 11/02/09 • A 16:02:09

Dr.ª Luciana da Rocha Rocha

Especialista em Periodismo CBO-TO 006

PlanSaúde

Eletronorte

Clareamento a laser

(03) 3215.8861

100 R.ª - Avenida JK, Loja 06 - Sala 105 - Palmas/TO

JALAPÃO Retratos do Sertão das Águas

Um dos livros mais completos sobre o paradisíaco cenário do Jalapão encontra dificuldade para a publicação de sua segunda edição

Juliana Freitas
defreitas.souza@gmail.com

Descoberta pelos turistas em meados de 2001, a região do Jalapão tem sido divulgada nos últimos anos e, principalmente, a partir das gravações do programa *Suaviter*, a Corrida da Sustentabilidade, em 2008. Um dos materiais mais bem produzidos em termos de conteúdo sobre o "paraíso perdido" encontra dificuldade para ter sua segunda edição publicada.

O livro *Jalapão - Sertão das Águas*, produzido pelo fotógrafo Miguel von Helber publicado em 2004, explora o cenário paradisíaco do Jalapão através das fotos, mas fazendo uma abordagem da história, natureza e cultura passando pelos primeiros gestos de ocupação humana até os atuais territórios, além de famosos atiradores em capim-dourado. No total, foram cerca de 100 dias fotografando o Jalapão, entre os anos de 2000 e 2003.

Para o autor Miguel von Helber, o local é uma fonte de inspiração com características muito especiais: des-

crição com o livro, será anexado um documentário em DVD de 26 minutos, baseado na pesquisa do material. O documentário, realizado pela Plural Filmes, já foi premiado duas vezes como melhor vídeo ambiental do Brasil, pois a exemplo de livro, mostra o lado sócio-cultural e histórico do Jalapão, "alotando e contribuindo com os tomadores de decisão, os formuladores de políticas públicas e formadores de opinião, no sentido de reforçar a necessidade do turismo no Jalapão, valorizar realmente a população local, distribuindo renda e riqueza sem destruir as suas riquezas naturais", explica Miguel.

Além do DVD, o autor explica que haverá uma atualização no parte final do livro, mostrando as iniciativas em geral do desenvolvimento sustentável do Jalapão, já que a base do texto é de cinco anos atrás.

Os autores também sobram na dificuldade enfrentada pelo autor para a publicação da segunda edição. Segundo ele, faltam parceiros que queiram se juntar a essa empreitada. "O Governo do Estado ganharia muito em patrocínio o livro, pois, em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, seria uma ótima maneira de mostrar o seu interesse em ver o Jalapão se desenvolvendo de forma sustentável", adiga. "O forma sustentável", adiga. "O forma sustentável", adiga. "O forma sustentável", adiga.






Livro: Jalapão - Sertão das Águas
Autor: Miguel von Helber
Editor: Souviter
Contato com o autor: miguelvonhelber@gmail.com
Telefone: (03) 3283-4160
E-mail: (03) 3283-2139

Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 12 de fevereiro de 2009, no *O Girassol*

O início da matéria nos dá uma *cartada simbólica*. Ou melhor, apresenta a versão midiática da *invenção* do Jalapão como lugar de turismo – *preservado* para ser *explorado*.

Descoberto[a] pelos turistas em meados de 2001, a região do Jalapão tem sido *divulgado fortemente na mídia nos últimos anos* e, principalmente, a partir da gravação do programa *Survivor a Corrida da Sustentabilidade*, em 2008, que escolheu o local por suas características únicas. (FREITAS, 2009, p. B.1, grifo meu).

Assim, perante o exposto, tem-se que houve a “descoberta” de um lugar paradisíaco, por turistas. Na sequência, uma publicização massiva da descobertas, das minúncias dessa descoberta. E, por fim, tem-se a utilização da paisagem natural do Jalapão como cenário para gravação de *Reality Show*²²⁵.

Uma vez descoberto o Jalapão (também e devido a) na versão midiática, é interessante falar de seu *brilho vegetal*: o capim dourado. Rematando, antes a concepção da região do Jalapão, tal como se tem hoje, era outra (ou nenhuma). Esse Jalapão (apresentado na matéria anterior, por exemplo) fora descoberto na primeira metade do decênio de 2000, especificamente em 2001. Neste momento cria-se o PEJ, que tem a massificação de informações publicizadas em nível local, regional, nacional e internacional sobre o artesanato produzido a partir do capim dourado (conforme expus no Capítulo 4 e também na análise da

²²⁵ O *Survivor: Tocantins – The Brazilian highlands* é a 18ª edição do *Reality Show*, gravado no Tocantins em 2008, com participação de 18 concorrentes. Destaca-se que essa foi a segunda vez que o Brasil se fez *setting* de gravação para desse *reality*, sendo a primeira no Amazonas, em 2002. Após as gravações, uma reunião com a produção do programa, a produção local e gestores estaduais foi realizada, na qual a produtora Leisa Francis, disse: “Obrigada ao Tocantins por ter entendido que o *Survivor* era improtante para o Estado” (FARIAS, 2008, p. 3 – *JTo*). Ou seja, muda-se a lógica e não mais a região se fez cenário para a gravação do programa, mas o programa é “*bom*” para o Estado, por publicizar a região a 103 países (nos quais são veiculados o produtos midiático).

versão midiática da descoberta do Jalapão). Dessa forma, o capim dourado – um elemento da natureza – se faz ingrediente da tessitura de cultura e também de produtos.

5.7.2 Artesanato: o tecer de culturas e produtos

O capim dourado foi a UR com maior número de entradas. Especificamente 121 reportagens. Nelas, a UR é abordada como Símbolo da Identidade Cultural, Produto e Polícia (contrabando do produto *in natura*). Isto é, essas subdivisões são didáticas e feitas, posteriormente, isto é, ao tabular os dados. Todavia, ao iniciar a análise duas questões foram averiguadas:

1. O entendimento do artesanato em capim dourado como símbolo da identidade cultural tocantinense e como produto comercial se confundem, principalmente sob a perspectiva de desenvolvimento regional;
2. Houve ressonância, tanto entre os veículos quanto do assunto em pauta.

Pelo posto, entende-se que as categorias *Símbolo da Identidade Cultural* e *Produto* são utilizadas de forma escalonada como premissas de um mesmo silogismo. Ou seja: *é identidade porque gera renda e gera renda, porque é identidade*. Sobre e justapostas nas matérias jornalísticas, então, utilizo as categorias: *Identidade Cultural*, *Participação em Feiras e eventos*, *Capacitação* e *Polícia*, para analisar a UR Capim Dourado. Assim, nesse subtítulo, analiso algumas matérias.

Colocado isso, dá-se o início da análise, em 2003, com a matéria *Artesãos produtores de cultura*²²⁶. Embora o título faça sugestão da produção de identidade cultural pelos artesãos,

²²⁶ Publicada no caderno Arte & Vidado *JTo*, no dia 18 de março de 2003, com assinatura de Lorena Karlla Barros.

apresenta o valor econômico do artesanato como “ação transformadora”. Isto é, retrata a valoração da produção cultural pelo viés econômico, da geração de renda e emprego (ver Figura 91).

No subtítulo da matéria: *Um negócio promissor no Estado*, a característica da valorização do artesanato pelo viés econômico se explicita na abordagem. Entretanto, denomina-o de *empreendedorismo* e, assim, aproxima os discursos de Maria da Penha Farias (coordenadora de Artesanato da Funcult) do discurso de Terezinha de Souza (coordenadora do Programa Sebrae de Artesanato), as quais são descritas como “conhecedoras e promotoras da arte no Estado” (BARROS, 2003, p. 1).

Dessa forma, o discurso do empreendedorismo – o qual desestabiliza o sentido e a apropriação dos artesãos quanto à “tecnologia patrimonial” – se inscreve pelo viés da inovação e aumento de renda para uma população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso acontece por compreenderem o artesanato como negócio e representarem os sujeitos institucionais que promovem “capacitação” e inclusive venda dos produtos.

Assim, transpõe a concepção da cultura como *recurso* para a cultura como uma *marca registrada* – quiçá com selo de origem. Essa cultura como *marca registrada* pode ser entendida como uma vertente da cultura do empreendedorismo. Nesse caso, é complementada pela indústria do turismo ecológico, conforme elucidado por Lopes; Totaro; Barros (2014, p. 8, grifo meu), em: “[...] uma *cultura do empreendedorismo*, suportada pela e na interação das tendências de consumo com as oportunidades do mercado de produtos e serviços e, geralmente, *complementadas pela indústria do turismo ecológico ou cultural*”.

Assim, a *lógica da inclusão*, para os artesãos, sobretudo os da região do Jalapão, institucionalizava-se ao longo da primeira década do século XXI. Dentro dessa perspectiva, na reedição da Feira de Folclore, Comidas Típicas e Artesanato do Tocantins - Fecoarte²²⁷, em outubro de 2005, tem-se um desses atos

²²⁷ A Feira de Folclore, Comidas Típicas e Artesanato do Tocantins – Fecoarte – teve seu início em 1992, na qual se tem a “primeira mostra do capim dourado para um grande público”. O evento aconteceu ininterruptamente entre os anos de 1992 e 1998. Mas, entre 1999 e 2004 houve um hiato. Assim,

institucionalizantes impressos na *avaliação* que a [então] primeira-dama Dulce Miranda faz sobre o evento, ao afirmar que sua 8ª edição:

Foi um momento de descoberta. As surpresas se revezavam no palco e nas barracas. Até esta data *a imprensa e o público da Capital não conheciam* a catira de Natividade, *o capim dourado do Jalapão* e a paçoca de Arraias. A Fecoarte foi uma vitrine para estes produtos culturais até então escondidos por séculos no nosso sertão, à espera de uma chance para brilhar. (MIRANDA, 2005, p. 1, grifo meu).

Dulce Miranda acrescenta ainda que:

Artistas populares *que nunca tinham se apresentado para um grande público*, num placo com som e luzes profissionais. A primeira Fecoarte foi um encontro do Tocantins com sua arte, com a sua fé, com sua culinária e com sua gente. Um encontro que se repetiria por mais sete vezes, até cair no esquecimento. Nas suas últimas edições, a Fecoarte já não era o grande acontecimento de Palmas, outras festas mereceram mais investimentos e a cultura popular se reconheceu ao seu sertão. (MIRANDA, 2005, p. 1, grifo meu).

Essa opinião fora expressa em uma nota²²⁸ e nos diz – sob a perspectiva da AD utilizada nesse estudo, principalmente, com o do dispositivo “do dito pelo não dito” – que quando não há *atos*

a 8ª edição só ocorre em 2005, especificamente entre 14 e 16 de outubro de 2005, na avenida da pista do antigo aeroporto de Palmas. No ano seguinte, entre 23 e 25 de junho de 2006, tem-se a 9ª Fecoarte, mas após essa edição, o hiato foi de seis anos. Desse modo, a 10ª edição acontece em 2012, concomitante à Feira do Empreendedor do Sebrae, no Centro de Convenções Parque do Povo. Em 2015, após três anos, acontece a 11ª Fecoarte, no Centro de Convenções Parque do Povo, entre os dias 19 e 27 de setembro.

²²⁸ Publicada no dia 4 de novembro de 2005, na capa do caderno Arte & Vida, do Jornal do Tocantins, com título: *Fé com Arte*, assinado pela própria Dulce Miranda, em forma de nota de opinião.

institucionalizantes, como a promoção de feiras de cultura, essa cultura popular, como o artesanato em capim dourado do Jalapão, fica escondida no sertão. Ou seja, o *recolhimento* ou permanência da cultura popular no sertão (onde é cotidiano) é compreendido como *cair no esquecimento* “à espera de uma chance para brilhar” (MIRANDA, 2005, p.1). Um brilho que só pode ser *promovido* por *atos institucionalizantes* dentro de uma política estadual.

Outra inferência que a nota permite fazer é sobre os elementos que compõem o discurso em um contexto social. Ou seja, “quem fala”, “de onde fala” e a “força societal” do discurso. Isto é, o que está “‘por detrás’ dos discursos.” (DIJK, 2008, p. 44).

Assim, Dulce Miranda “fala” da posição ocupada (de primeira-dama) a *toda* população tocantinense, por meio dos veículos de comunicação locais. Por trás do seu discurso proferido na nota tem-se algo a mais. Além de uma análise positiva do evento e da apresentação da feira como a “luz” que faz “brilhar” a “cultura popular” do “sertão” tirando-os de seu recolhimento e esquecimento, tem-se, também, uma crítica à gestão estadual anterior (no caso, a de Siqueira Campos). Tal crítica sugere a que a antiga gestão não valorizou a Fecoarte, porque ficou anos sem fazer e quando a fez, fez *sem* uma perspectiva municipalista (que é o foco da então gestão de seu cônjuge, Marcelo Miranda).

Além disso, o sucesso do *ato institucionalizante* Fecoarte é mensurado pela quantidade de *cultura consumida*, expresso no trecho:

Aplausos também para o povo de Palmas, que lotou todos os dias a feira, independente da atração oferecida, uma prova de que nossa arte é capaz de arrastar multidões. Esse mesmo *público consumiu* quase tudo que foi colocado à venda, e devorou as manifestações culturais do interior. Nossos artistas ganharam de volta seu palco, sua vitrine, seu espaço na Capital. (MIRANDA, 2005, p. 1, grifo meu).

Perante o exposto, pode-se inferir que os aplausos pelo sucesso da Fecoarte foram estendidos à população palmense. Visto que o público compareceu e consumiu “quase tudo que se foi colocado à venda”. Afinal, a *arte* – essa que fora *retirada* de seu *esquecimento* e trazida para feira – arrastou uma multidão que “devorou as manifestações culturais do interior” (MIRANDA, 2005, p. 1).

Dessa maneira, torna-se perceptiva a compreensão que os gestores têm de que são necessárias ações políticas, por parte do executivo, para promoção de cultura. Isto é, apenas atos institucionais, em nível de governo, promovem a cultura. Caso contrário a mesma se recolhe ao sertão e *cai no esquecimento*. Sem a luz desses atos não há brilho, sem esse brilho não se consome e, então se perde.

Em outra matéria, publicada com título *Proposta com cara tocantinense*²²⁹, é apresentado um projeto da coordenação de Cultura do Serviço Social do Comércio – Sesc (TO). Sua proposta é uma mostra cultural que valorize os artistas tocantinenses. O nome do projeto é Aldeia Capim Dourado.

Corroborando com a ideia sugerida pelo título da matéria, o Projeto Aldeia Capim Dourado visa dar visibilidade à cultura local, embora a programação tenha mostras de projetos do Sesc Nacional, como as do *Palco Giratório* (com espetáculos cênicos e oficinas), literatura e *Sonora Brasil* (música popular e erudita). Assim, ao dar o nome da Aldeia Capim Dourado, torna-se simbólico por dizer nas entrelinhas: *estamos produzindo algo com matéria-prima do Tocantins e seu nome será capim dourado*²³⁰.

²²⁹ No Caderno Arte & vida do *JTo*, no dia 18 de janeiro de 2006, assinada pela jornalista Elisângela Farias.

²³⁰ O projeto teve três edições, mas, em 2009, a *Aldeia* mudou de nome e passou a se chamar *Aldeia Jiquitaia*. Além do nome houve uma ampliação do projeto que englobou a Mostra de Cultura do Sesc (TO), na qual tem-se manifestações de cultura ilustrada como artes cênicas e visuais, cinema, literatura, música e cultura popular. A Aldeia integra a um projeto nacional de várias Aldeias. Entre 20 e 25 de junho de 2016, a Mostra de Cultura Aldeia

Corroborando com a ideia sugerida pelo título da matéria, o Projeto Aldeia Capim Dourado visa dar visibilidade à cultura local, embora a programação tenha mostras de projetos do Sesc Nacional, como as do *Palco Giratório* (com espetáculos cênicos e oficinas), literatura e *Sonora Brasil* (música popular e erudita). Assim, ao dar o nome da Aldeia Capim

Outra matéria (essa já pré-apresentada no Capítulo 4) é a publicada em novembro de 2006, com título: *Perdendo o brilho de sua origem*²³¹. A matéria é iniciada convidando o leitor a digitar o nome capim dourado no campo de busca do navegador da internet – fato esse já discutido, então, dessa forma, sigo com a reportagem. O texto afirma que “todos esses produtos [feitos com capim dourado] ganharam o Brasil e o mundo e estão chegando ao ponto da banalização” (FARIAS, 2006, p. 1).

Sobre a “banalização” do capim dourado, a [então] consultora do Sebrae, Maria da Penha de Faria, afirma:

Mas o capim dourado não está sofrendo só com a sua banalização. Hoje, ele é produzido em quase todos os municípios tocantinenses, até mesmo em Palmas, local onde não se tem conhecimento da sua existência. ‘A cultura é dinâmica e vai contaminando as pessoas. Hoje, no Estado, os artesãos perceberam que vender capim dourado rende mais, então muitos deixaram suas artes e profissões’. (FARIAS, 2006, p. 1)

As inferências, perante o apresentado, se dão desde a dinamicidade da cultura à cultura do mercado, que também acontece na comercialização do artesanato. Isto é, por ser dinâmica e se constituir em oposição e relação ao *outro*, a identidade cultural não se restringe a um local. Não são as

Jiquitaia realizou sua nona edição. Sobre o nome *Jiquitaia* trata-se de uma formiga e também de um passo da Sússia já descrito em análise da UR Ano do Brasil na França, em outra nota de rodapé.

²³¹ Na capa do caderno Arte & Vida do JTo, no dia 11 de novembro de 2006, com assinatura de Elisângela Farias.

fronteiras geográficas, ou melhor, geopolíticas, que se fazem limite para sua formação, manifestação e representação.

Desta maneira, uma materialização da cultura, como por exemplo, o artesanato, ao entrar em contato com o *outro*, sofre ressignificações, as quais são inclusive esperadas. Entretanto, o que a consultora do Sebrae ressalta em sua fala é que tem-se urdido mais capim dourado por sê-lo um produto economicamente rentável.

Outra inferência que pode ser feita é que o capim dourado têm sido matéria-prima para produção de artesanato em Palmas. Isto é, o capim dourado tem saído do Jalapão *in natura*. E no subtítulo: *Identidade*, Maria da Penha de Faria, acrescenta que:

‘A identidade não se perde, está forte. É um conteúdo, produto e bem cultural do Tocantins’, ressalta Maria da Penha, complementado que com a presença de atravessadores e a saída do capim *in natura* compromete a qualidade dos produtos e os aspectos culturais, já que a fabricação, a colheita do capim dourado, é uma tradição familiar que começou no povoado de Mumbuca. ‘Antes eles produziam somente chapéu e cestinha, era cultura tradicional de referência’, observa. (FARIAS, 2006, p. 1)

Retoma-se, pelo mostrado, as premissas apresentadas no preâmbulo desse subtítulo. O artesanato em capim dourado *é identidade porque gera renda e gera renda, porque é identidade*, entendido de forma sinérgica e justaposta, presente na fala da consultora quando afirma “é identidade, é conteúdo, é produto e é bem cultural”, ao se referir ao artesanato em capim dourado.

Além disso, a quebra da “cultura tradicional de referência”, também expressos na transcrição da matéria, nada mais é do que a transformação da “tecnologia patrimonial”, descrita no Capítulo 4. Outra questão é a presença do atravessador (não institucionalizado) e de quem comercializa o capim *in natura* – abro um adendo para essa discussão, mas só no subtítulo da categoria de capim dourado e polícia (*Capim dourado e o Brilho que pode ser ofuscado*’).

Na mesma matéria, no subtítulo *Mercado*, a assessora de Artesanato da Funcult, Leila Carvalho, apresenta o projeto de Apoio ao Artesanato em Capim Dourado²³². Ao finalizar, Leila destaca o processo de “certificação” em: “Todo o material trazido pelas 11 associações de artesãos – oito somente do capim dourado – passam por seleção, com avaliação de design das peças para exposição e colocação do selo de qualidade com características do produto e local de origem” (FARIAS, 2006, p.1). Ou seja, o Governo do Estado, por meio de *atos institucionalizantes* da Funcult, *certifica e qualifica* a transformação da natureza em *marca registrada*.

Entretanto, não é apenas como *marca registrada* que o artesanato em capim dourado é apresentado pelo Governo do Estado. Afinal, a dicotomia tem o outro lado, o de *símbolo* e de representação da identidade cultural tocantinense. Desse modo, conforme já exposto, o Estado do Tocantins, para se apresentar, recorre ao artesanato em capim dourado, quicá o produzido no Jalapão.

Assim, nas matérias: *Arte tocantinense para presidente ver*²³³ (Ver Figura 92); *Capim Dourado*²³⁴; a nota da visita da Ministra do Meio Ambiente, em 2006, Marina Silva com o [então] presidente da Funcult, Júlio César Machado²³⁵ (Ver Figura 92); *Nova cidadã*

²³² O projeto é uma parceria do Ministério do Turismo, Fundação Banco do Brasil, Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins (Adetur), Funcult, Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix) que visa melhorar o design, manejo e selo de origem para artesanato produzido a partir do capim dourado pela etnia Xerente, os quais, segundo a matéria, estão “deixando” de produzir artesanato com outros recursos naturais e fazendo-os apenas de capim dourado.

²³³ Nota veiculada no dia 18 de dezembro de 2003, no *JTo*

²³⁴ Nota publicada no caderno de Opinião, seção Antena Ligada do *JTo*, no dia 29 de maio de 2004 reporta que o convite que o político tocantinense Eduardo Gomes recebeu para jantar com o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Roberto Abdenur. No jantar, a embaixatriz pergunta sobre o capim dourado.

²³⁵ Nota publicada na seção Bip [coluna social], do caderno Arte & Vida, do *JTo*, no dia 13 de abril de 2006. A seção é assinada por Landa Rosa Martins, mas a fotografia remete o crédito ao fotógrafo da Funcult, Koró.

*tocantinense faz visitas a instituição e abre exposição*²³⁶, *Em Visita* (Ver Figura 92)²³⁷, demonstram como o capim dourado faz parte dos símbolos eleitos pelo governo como representantes da cultura do Estado.

Figura 92 - Visitas de Representantes do Governo - Brasil e Índia – ao Tocantins



Fonte: Fotografias de matérias veiculadas no Jornal do Tocantins

Legenda: Respectivamente: 18 de dezembro de 2003, no JTo (então presidente Lula Inácio); seção Bip [coluna social], do caderno Arte & Vida, do JTo, no dia 13 de abril de 2006 (então ministra Marina Silva) e caderno Arte & Vida, do JTo, no dia 8 de novembro de 2007 (embaixador da Índia, Krishan Kumar).

²³⁶ Aborda a visita de Lyli Marinho ao Tocantins, publicada no caderno de cultura Viver, do jornal *O Girassol*, no dia 17 de novembro de 2006, sem assinatura. Na ocasião, Lyli Marinho também recebe o título de cidadã tocantinense [lei 1712 de 10 de julho de 2006].

²³⁷ Nota sobre a visita do então embaixador da Índia, Krishan Kumar, ao Tocantins, publicado no caderno Arte & Vida, do JTo, no dia 8 de novembro de 2007.

Em outra matéria, os artesanatos em capim dourado são referenciados como: *Ícones do Tocantins*²³⁸. A designer e artista plástica Heloísa Crocco, que também estava gestora operacional do projeto *Laboratório Piracema Designer* e coordenadora do projeto *Faber*, afirma que o capim dourado e o babaçu “são os *ícones maiores* do Estado” (BORGES, 2008, p. 1, grifo meu). Heloísa salienta que: “É isso que o Tocantins tem que entender e fazer com que seu povo expresse através destes ícones que tenham orgulho de seu artesanato, para que defendam o que é seu de direito”, alerta” (BORGES, 2008, p. 1).

A designer, que conheceu o capim por meio do Sebrae, conforme informações da matéria, destaca ainda que o tocaninense *não entende ainda o capim como patrimônio* “a ponto de vendê-lo in natura” (BORGES, 2008, p.1). Outro destaque que Heloísa dá é em relação à parceria do Sebrae que aparece em: “O Sebrae tem sido um grande parceiro, porque também vê a importância do artesanato como estratégia de inclusão social, resgate cultural e preservação do meio ambiente” (BORGES, 2008, p.1).

Por ser essa uma abordagem já analisada (artesanato como fonte de renda, desenvolvimento regional), chamo atenção apenas para a questão de preservação do meio ambiente. Em Lopes; Totaro; Barros (2014) tem-se que a produção de artesanato – fora da lógica de mercado, na qual as populações tradicionais têm sido inseridas – não é predatória, pelo contrário, os saberes e fazeres do artesanato – a tecnologia patrimonial é exatamente o tratamento, o manuseio do artesão adaptado à matéria-prima local. No caso, conforme apresentado no Capítulo 4, os artesãos de capim dourado já deixavam, no manejo, as “flores” para garantir a reprodução sexuada da espécie (FIGUEIREDO, 2007; SCHMIDT, 2005).

²³⁸ Publicada na capa do caderno Arte & Vida do *JTo*, no dia 17 de junho de 2008, assinado pela jornalista Lenna Borges.

Para finalizar esta categoria, a matéria *Genuinamente tocantinense*²³⁹ se reporta ao processo de inscrição do artesanato com capim dourado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Na reportagem o [então] presidente da Funcult, Júlio César Machado, afirma que a tentativa de registro do artesanato em capim dourado como originário do Tocantins, junto ao INPI, é uma iniciativa da [então] primeira-dama, Dulce Miranda (ver Figura 93).

A matéria apresenta a Funcult como órgão responsável pelo fomento, desenvolvimento e capacitação da produção do artesanato no Estado. Deste modo, para o presidente da Funcult: “[...] o registro será ainda um ferramenta de proteção dos produtores e consumidores, pois o produtor que possuir a identificação geográfica deverá seguir um padrão de qualidade, estabelecido pela Nota técnica publicada pela FCT [...]” (BORGES, 2009, p, 1).

Outro destaque dado pelo presidente é que o registro será também: “um mecanismo importante para a valorização do artesanato regional, agregando valores aos artigos e estimulando investimentos na área da produção e qualificação dos artesãos.” (BORGES, 2009, p, 1). Ou seja, os *atos institucionalizantes* criam a *marca registrada*, cuja especificidade do local de origem é explicitada pelo selo de origem por duas instituições, de nível estadual e nacional.

²³⁹ Publicada na capa do caderno Arte & Vida do *JT0*, no dia 21 de março de 2009, com assinatura da jornalista Lenna Borges.

Em remate, pode-se inferir que foram diversos os *atos intitucionalizantes* os quais previam proteção (mitigar ação de atravessadores), fomento da produção do artesanato em capim dourado, formação e qualificação dos artesãos, reconhecimento como *genuinamente tocantinense*, lei para manejo e coleta do capim dourado. Por fim, em 14 de julho de 2009, por meio da Lei de nº 2.106, o Estado do Tocantins reconhece o artesanato em capim dourado como patrimônio histórico do Estado do Tocantins (TOCANTINS, 2009).

Concomitante a esses processos, houve a participação de artesãos ou dos produtos feitos com capim dourado em feiras, exposições e mostras culturais em nível estadual, regional, nacional e internacional. Além disso, houve capacitações promovidas, sobretudo, pelo Estado, as quais têm sua versão midiática apresentada no próximo subtítulo.

5.7.3 Capacitar e vender: artesanato, cultura, produto e vitrine do Estado do Tocantins

A sugestão anunciada no subtítulo apresenta algumas categorias de *promoção* do artesanato em capim dourado realizadas pelo Estado do Tocantins. As ações governamentais, por meio de fundações, agências e secretárias desenvolvem oficinas, palestras, cursos e também levam o artesanato para participar de feiras de cultura, artesanato, turismo, economia solidária, dentre outras.

A versão midiática dessa expansão do capim dourado – seja em design, novas peças ou exposição e venda no Tocantins, Brasil e fora do país – foram *impresas* nos veículos analisados. Mas, pela questão da ressonância dessas ações, foram selecionadas algumas matérias com critério *cartada simbólica*²⁴⁰.

²⁴⁰ Conforme exposto na *Introdução* a expressão, nesse estudo é concebida como um posicionamento, opinião a respeito do assunto (o que é a identidade cultural tocantinense, quais são os elementos que a compõe e quais os símbolos a representam, além disso, quais os locais onde se manifestam) que fora veiculado nos periódicos *JTo* e *O Girassol* no período em análise.

Ademais há uma saturação do discurso sendo repetido como reverberação.

Isto posto, a análise é iniciada com as capacitações promovidas pelo Governo do Estado do Tocantins. Estão expressas, por exemplo, na matéria *Jalapão e suas peculiaridades em discussão*²⁴¹, na qual se reporta a *I Feira das Famílias Agroextrativistas do Município, Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Sustentável*, que aconteceu no Centro de Atendimento ao turista do município de Mateiros (241 km de Palmas), nos dias 27 e 28 de julho de 2007.

Na matéria correlata, apresentada com título *Trabalho ecológico e social visando a sustentabilidade*²⁴², tem-se uma *cartada simbólica*, expressa na falada funcionária do Parque Estadual do Jalapão, a bióloga Beatriz Gonçalves. Ela afirma que os moradores da região devem se apropriar do potencial turístico que o Jalapão tem, expressos no subtítulo *Preservação*:

‘A expectativa é criar um espaço para que as famílias sejam ouvidas. Que haja momentos de discussão com as pessoas da zona rural para que elas possam receber o que precisam’, ressalta a funcionária do Parque Estadual do Jalapão Beatriz Gonçalves acrescentando que a região tem um grande potencial turístico e *que os moradores do local não podem ficar de fora deste segmento*. ‘Eles têm os seus alimentos, seus artesanatos e potencial para manter isso’, ressalta. (EVANGELISTA, 2007, p. 1, grifo meu).

Pelo exposto, pode-se inferir que o dito é que *não podem ficar de fora*, mas o “não dito”. Por ilação, pode ser “têm ocorrido exploração turística do local, mas os moradores estão de fora”. Essa fala vai de encontro com a entrevista concedida pela *Artesã* à Nilva Bezerra (2013b), já exposto nesse capítulo. A *Artesã* afirma

²⁴¹ Publicada na capa do caderno Arte &Vida do *JTo*, no dia 20 de julho de 2007, com assinatura de Angélica Mendonça.

²⁴² Também publicada na capa do caderno Arte &Vida, no mesmo veículo e dia, como matéria correlata, assinada por Luana Evangelista.

que os turistas vão ao Jalapão com guias que desconhecem a realidade e, ainda, sinaliza uma solução, em:

[...] vem com guia turístico [...] mostrá[sic] o que é nosso. A gente é que mora aqui, que sabe, *mas a gente fica de fora*, podia pegar as pessoas mostrar os pontos, falar da nossa região, porque *tem uns que não sabe nem a realidade daqui*, a realidade do nosso município. Eles falam totalmente diferente do povo daqui. *É uma coisa que vai tudo pra fora e tem coisa que vai errado*. (BEZERRA, 2013b, p. 136, grifo meu).

Sendo assim, os *atos institucionalizantes* de capacitação auxiliam no processo de apropriação do espaço. Esse espaço têm sido explorado pela indústria do turismo (com adjetivo ecológico, o qual, conforme exposto, nem sempre segue as premissas do dito turismo ecológico).

Em outra matéria, essa publicada com título *Artesãos tocantinenses são qualificados*²⁴³, é apresentada a perspectiva da presidente da Associação Povoado do Prata, do município de São Félix, Darlene Francisca de Sousa, que diz:

‘A gente sempre trabalho[u] com o capim dourado e sentimos falta de contatado com pessoas que tenham novas ideias como as instrutora deste programa. Eu acho que vamos aprender muito até o fim dos cursos’, afirmou Darlene. (CARNEIRO, 2007, p. B.1).

A necessidade de inovação, apresentada por Darlene no fragmento da matéria transcrito, pode ser compreendida como algo que, por ter sido inserido na sociedade do consumo, precisa se diferenciar para adquirir *valor* no mercado. Assim, precisa se enquadrar em alguns modelos, os quais precedem a uma das máximas do discurso do empreendedorismo; a inovação

²⁴³ No caderno Viver do *O Girassol*, no dia 20 de julho de 2007, assinado por Wanderson Carneiro.

(LOPES; TOTARO; BARROS, 2014). Melhor dizendo, já não basta tecer artesanatos – como chapéus e cestos, os quais eram feitos para utilização cotidiana –, mas é preciso ter novas ideias, agregar *valor* que não só o da “tecnologia patrimonial”. Ou seja, “para as *diferenças adquirirem um valor no mercado, precisam se enquadrar em modelos* (YÚDICE, 2006), e isso tende a *desvalorizá-las*” (LOPES, TOTATO, BARROS, 2014, p. 9, grifo meu).

As inovações são também citadas pelo designer Ronaldo Fraga, em matéria veiculada com título *Ronaldo Fraga e as Tendências indígenas*²⁴⁴. Na reportagem, primeiro se apresenta o profissional e sua visita ao Estado, na Expedição Tocantins²⁴⁵. Na sequência, Ronaldo Fraga fala sobre o conceito de “designer solidário”, elucidado na fala:

Fraga acredita no designer solidário, que aproveita o recurso regional de forma sustentável para comunidade local e garante a qualidade e identidade para o produto ser aceito no mercado. Sobre o capim dourado, ele se mostrou encantado e avaliou o produto como de muito potencial. Para ele, é importante fazer com que o recurso seja comercializado não apenas pelo lado financeiro, mas histórico-cultural também. ‘Ao comprar o capim dourado é preciso levar não apenas a peça, mas a história por trás da pela. É isso que faz a diferença’, explica. (BITTECOURT, 2007, p. 1).

²⁴⁴ Capa do caderno Arte & Vida no *JT*, no dia 27 de julho de 2007, com assinatura da jornalista Paula Bittecourt.

²⁴⁵ Formada por 12 profissionais de diversas áreas (como, por exemplo, música, arte, estilista, designer têxtil, chef de cozinha), a convite da então secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, Valquíria Rezende (ex-presidente da Funcult), a Expedição Tocantins teve como objetivo “conhecer as potencialidades e o diferencial dos recursos naturais das comunidades para a geração de renda. Durante a expedição foram realizadas oficinas com crianças e grupos de costureiras, apicultores e pequenos produtores” (CAVALCANTE, 2007, texto eletrônico).

Diante da transcrição, pode-se inferir que o termo “designer solidário” seria uma ressignificação da “tecnologia patrimonial”. Porém, isto quando é expressa de forma material, como produto, um produto aceito no mercado, um produto para apropriação. Desta forma, não se comercializa apenas o produto, mas sua “história e cultura”.

Uma vez descrito e analisado esse recorte da veiculação das capacitações e/ou qualificações promovidas por ações governamentais, apresento, de forma sintética, organizado em um quadro (quadro 7), tais *atos institucionalizantes* publicizados, na mídia local durante o período de análise.

Quadro 7 – Capacitação promovidas para artesãos que trabalham com capim dourado

Tipo	Promotor	Foco do evento	Veículo	Data	Abordagem de reportagem	Conteúdo da reportagem
Seminário	Funcall e Sebrae	Plano, manejo e utilização da planta, organização associativista.	<i>Jfo</i>	26/06/2003	Diagnóstico da necessidade de organização em associação e sistema de produção (plano e manejo), no I Seminário de Estimulação e Sustentabilidade do Artesanato em Capim Dourado.	Capim dourado tem grande diversidade comercial, apontado inclusive pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, por isso, a importância da associação para a negociação não seja feita dentro como artesão. Assim evitar a desvalorização
Seminário	Funcall e Sebrae	Plano, manejo e utilização da planta, organização associativista.	<i>Jfo</i>	27/06/2003	Pedido de Dona Mafalda para que o governo "de uma olhadinha para comunidades" <i>parapeiras</i>	Apoio para vendas e fiscalização para não haver contaminação
Seminário	Funcall e Sebrae	Plano, manejo e utilização da planta, organização associativista.	<i>Jfo</i>	28/06/2003	Necessidade de estimulação da comercialização do Capim Dourado	Apresenta fala do consultor do Sebrae, Elmo Queijada, sobre a comercialização: "O capim dourado teve o crescimento inverso dos produtos, primeiro ganhou o mercado e só agora está se estruturando, daí a necessidade de se capacitar cada vez mais os artesão [...]". Eda presidente da Funcall, Meire Maria, sobre a preocupação com contaminação do produto <i>in natura</i>
Seminário	Funcall e Sebrae	Plano, manejo e utilização da planta, organização associativista.	<i>O Grasso!</i>	01/07/2003	Divulgação do Seminário e afirma que o artesanato representa o Estado.	Capim dourado é considerado um símbolo do Tocantins, comercializado em <i>griff</i> , de alta costura e também em lençóis, outros estados; importância de se saber cultivar este recurso natural; Divulgação da hegemonia e presidente da Fundação cultural, Meire Maria, diz: "A partir de hoje o artesanato tocantinense tem um cara, uma identidade, consolidando a vocação do Estado para a arte e cultura, através do que é feito pelos artesãos tocantineses".
Seminário	Funcall, Sebrae, Naturais, Ciba Econômica Federal	Mapeamento dos artesãos	<i>O Grasso!</i>	27/07/2004	II Seminário de Sustentabilidade do Artesanato	Cria mecanismo de suporte para que os artesãos gerenciam a sua produção, mapear os artesãos do Tocantins.
Seminário	Funcall e Sebrae	Valorização do artesanato	<i>Jfo</i>	29/07/2004	Artesanato como produto orgânico, cultura viva, implementação da hegemonia do artesanato tocantinense nos produtos. Certificado de Origem para produtos e financiamento para artesãos	Produção artesanal como representante da cultura do lugar, necessidade do selo de origem e da implementação da hegemonia. Facilidades no financiamento.
Curso	Prefeitura de Peixe, Secretarias estaduais de Ação Social e Indústria, Comércio e Meio Ambiente do Estado do Tocantins, Empreave e Sesi	Capacitação de corte e costura industrial e aperfeiçoamento do capim dourado e buiri	<i>Jfo</i>	29/09/2005	Capacitação de artesão do município de Peixe em corte e costura industrial e aperfeiçoamento do capim dourado e buiri. Com intuito de gerar renda.	Capacitação, instituições parceiras do projeto e desfile que aconteceu após o término. O intuito é que as peças produzidas sejam comercializadas para além da cidade de Peixe.

Oficina	Funcilli	Funcilli e Programa Artesanal Brasileiro (PAB) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Designer	<i>JT0</i>	29/03/2006	Oficina de capacitação e designer para 65 artesãos	Capacitação promovida pelo governo do Estado, por meio da Funcilli.
Curso				<i>JT0</i>	02/04/2006	Curso para 80 artesãos, sendo 65 da região do Matopos.	Curso sobre o imposto, a preservação do capitandamento e o cuidado com arcos e arcos. "Não vender o capim in natura"
Palavra		Pré-linha de Matopos, áreas das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Turismo, Meio Ambiente, direção de Agricultura, PPI e Associação Ovela Dama	Desenvolvimento sustentável, artesanato empírico, artesanato e cultura	<i>JT0</i>	27/04/2007	Até 15 famílias aproximadamente do Município, Bredosidade, cultura e Desenvolvimento sustentável e sua programação, em qual há palavras sobre o artesanato em capim dourado e artesanato cultural	Importância da terra, apresentação do Projeto "Proposta de resgate de valores culturais" e palavras sobre desenvolvimento sustentável e artesanato empírico
Palavra		Pré-linha de Matopos, áreas das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Turismo, Meio Ambiente, direção de Agricultura, PPI e Associação Ovela Dama	Sustentabilidade do artesanato	<i>JT0</i>	28/04/2007	Representa o evento e as palavras do dia, especificamente, Sustentabilidade do Artesanato de Capitandamento e Banil.	Além dessa palavra haverá lançamento da Curitiba, uma discussão respeito da percepção das famílias beneficiárias do projeto Rede Matopos, a terra e a história de documentos sobre a preservação do ornado.
Curso		Fundação Banco do Brasil e Instituto Brasil Asia (IBA)	Designer	<i>O Girassol</i>	20/07/2007	Participação de vários artesãos de oito associações em curso de capacitação; trabalho e desenvolvimento.	Importância da capacitação para desenvolvimento de artesanato empírico de viabilidade social.
Palavra		Funcilli, Projeto Laboratório Praxiana, Projeto Faber e 6º Fórum do Lago	Economia criativa	<i>JT0</i>	19/03/2009	Produção de artesanato Capitandamento e banil, como painéis e fonte de renda.	Desta-se o hábito e o Capim Dourado como símbolos, parâmetros do estado. É isso que o Tocantins tem que entender e fazer com que seu povo expresse através desses ícones que tenham orgulho de seu artesanato, para que decidam que é seu de direito. "A designar conhecido o capim por meio do Sêbore e diz, que o (ocantipense não entende ainda o capim como patrimônio) - "agosto de vendê-lo in natura". A matéria afirma ainda que o artesanato como capim é uma fonte de renda, inclusão social e resgate cultural, diz designer e artista plástica Fabiana Ciroso.

Fonte: Anjos (2015)

Legenda: Quadro elaborado a partir das matérias publicadas no *JT0* e *O Girassol* entre janeiro de 2003 e janeiro de 2011

Assim, delineadas as ações de capacitação, apresento, na sequência, a participação em feiras, as vendas e o imaginário comercial do capim dourado.

Para tanto, a análise da matéria com título *Feira Internacional chega ao fim hoje*²⁴⁶ se faz a primeira dessa categoria. A reportagem narra a participação do Tocantins na *13ª Feira Internacional do Artesanato do Nordeste* e destaca: “Do Tocantins, o capim dourado continua sendo o produto que mais chama a atenção e encantando os visitantes da feira” (FONTES, 2006, p. 3). Além disso, a matéria ressalta, ainda, a presença de um artesão de Mateiros, Ivanilton Almeida, que tece o capim dourado, nos corredores da Feira, e que “produziu algumas peças que fazem sucesso entre o público”.

A matéria sintetiza o discurso veiculado nos jornais analisados. A exposição do artesanato em feiras se faz ação de fomento da produção do artesanato em capim dourado, suscitada pelo Estado e, portanto, visto como forma de desenvolvimento econômico regional.

Já em relação às vendas, a nota *Capim dourado*²⁴⁷, diz que:

A equipe do Rali dos Sertões que visitou o Jalapão, mais precisamente o povoado de Mumbuca, comprou todo estoque de artesanato disponível. As peças vão para São Paulo, decorar ambientes sofisticados e o dinheiro que ficou vai ajudar a comprar alimentos para as famílias dos artesãos. (MOTA, 2004, p. 2).

Portanto, entre a decoração de “ambientes sofisticados” e a alimentação, vai se estabelecendo a relação dos artesãos jalapoeiros com a modernidade. Afinal, o artesanato é ressignificado pelos atuais consumidores. Antes, a produção se restringia a objetos utilizados no cotidiano daquela sociedade.

²⁴⁶ Publicada no caderno Arte & vida do *JT*, no dia 15 de janeiro de 2006, com assinatura de Seleucia Fontes.

²⁴⁷ Publicada no caderno de Opinião, seção Antena Ligada, do *JT*, no dia 13 de julho de 2004, com assinatura de Ivonete Mota.

Porém, com *atos institucionalizantes*, houve, dentre outras mudanças, a *inovação* das peças, as quais são consumidas por novos personagens – os turistas. Esses, por sua vez, compram o artesanato para decorarem seus “ambientes sofisticados” em São Paulo. Os jalapeiros, por sua vez, “localizados no pólo desvalorizados do ego social” (LOPES; TOTARO; BARROS, 2014, p.6) ficam com dinheiro que “vai *ajudar* a comprar alimentos para famílias” (MOTA, 2004, p. 2, grifo meu).

Outra matéria enquadrada na mesma categoria é *Peculiaridade do Jalapão no Globo Rural*²⁴⁸. Esta anuncia uma grande-reportagem sobre o Jalapão a ser exibida no programa televisivo *Globo Rural*. Nessa matéria tem-se o capim dourado como responsável pela movimentação econômica da região, em: “Atualmente, o capim dourado movimenta a economia da região, com os trabalhos dos moradores da região que fazem bolsas, colares, brincos e uma infinidade de objetos decorativos que estão sendo conhecidos no Brasil e no exterior.” (BORGES, 2008, p. 3).

Vale destacar que o artesanato em capim dourado *levado* para as feiras, por meio de ações de governo, passam por uma seleção. Assim, a matéria *Técnicos discutiram a participação do TO*²⁴⁹, demonstra que os técnicos da Agência de Desenvolvimento Turístico do Estado do Tocantins – Adetur e da Funcult são quem deliberam acerca do que irá compor a exposição tocantinense no Espaço Vitrine Brasil, do 3º Salão Nacional do Turismo - Roteiros do Brasil, em:

[...] a diversidade do design em capim dourado, contemplando as Associações do Jalapão, e o artesanato em bucha vegetal, jatobá, fibra de buriti, babaçu, madeira, quadros em palha de bananeira e outros mostruários de arte de Palmas. (O GIRASSOL, 2008, p. B.2).

²⁴⁸ Publicada no caderno Arte e Vida do *JTO*, no dia 6 de janeiro de 2008, com assinatura de Lenna Borges.

²⁴⁹ Publicada no caderno Viver, do *O Girassol*, no dia 26 de abril de 2008, sem assinatura.

A análise dessa matéria se faz elucidativa ao demonstrar que as deliberações a cerca do que é produto tocantinense, para ser exposto em evento, sempre aponta para o capim dourado.

Dessa forma, com intuito de visualizar a versão midiática da participação do Tocantins em feiras e sinalizar quais produtos foram expostos, sintetizei as informações em um quadro (ver Quadro 8).

Quadro 8 – Participação do Tocantins em eventos e produtos expostos entre 2003 e 2011

Evento	Estado ou país	Ano	Jornal	Data	Produtos
Ellus 2and Floor)	São Paulo (SP)	2004	O Girassol e JTO	27/04/2004	Roupas produzidas com capim dourado
Fórum Cultural Mundial	São Paulo (SP)	2004	JTO	02/07/2004	Artesanato em capim dourado e de Natividade
Feira do Empreendedor da Região Norte	Porto Velho (RO)	2004	JTO	07/07/2004	Artesanato em capim dourado
42ª Festa dos Estados	Brasília (DF)	2004	JTO	09/07/2004	Artesanato em capim dourado, bonecas ritxokó (artesanado da etnia Karajás) e móveis de buriti
Encontro Internacional de Negócios	Salvador (BA)	2004	JTO	05/08/2004	Artesanato em capim dourado, fibras de buriti e madeira
43ª Festa dos Estados	Brasília (DF)	2005	JTO	30/06/2005	Artesanato em capim dourado e cerâmicas de Lajeado (TO)
12ª Feira de Negócios de Palmas (FenePalmas)	Palmas (TO)	2005	JTO	09/08/2005	Artesanato em capim dourado
8ª Fecoarte	Palmas (TO)	2005	JTO	14/10/2005	Artesanato em capim dourado e gastronomia regional
13ª Feira Intemacional do Artesanato do Nordeste	Maceió (AL)	2006	JTO	01/01/2006	Artesanato em capim dourado, madeira, cerâmica, cristais e buriti
11ª Feira Intemacional do Artesanato (Fiart)	Natal (RN)	2006	JTO	15/01/2006	Artesanato em capim dourado
44ª Feira dos Estados	Brasília (DF)	2006	JTO	25/05/2006	Artesanato e comidas típicas do Tocantins (não específica)
Ano do Brasil na França	Paris (FR)	2005	Ambos	julho/agosto /2005	Artesanato em capim dourado e buriti e indígena
2º Salão do Turismo nacional - Roteiros do Brasil	São Paulo (SP)	2006	JTO	02/06/2006	Artesanato em capim dourado, buriti e cerâmica.
9ª Fecoarte	Palmas (TO)	2006	JTO	08/06/2006	Artesanato em capim dourado, amor perfeito e gastronomia regional
II Feira Estadual de Economia Solidária	Palmas (TO)	2006	O Girassol	14/09/2006	artesanato em capim dourado e outros produtos artesanais
12ª Feira Intemacional do Artesanato (Fiart)	Natal (RN)	2007	JTO	18/01/2007	Artesanato em capim dourado, sementes e telas orgânicas

3º Salão do Turismo nacional - Roteiros do Brasil	São Paulo (SP)	2008	Ambos	26/04/2008	Artesanato em capim dourado, bucha vegetal, jatobá, fibra de buritiia, babaçu, madeira, quadros em palha de bananeira
4º Salão do Turismo nacional - Roteiros do Brasil	São Paulo (SP)	2009	JTO	02/07/2009	Artesanato em capim dourado
7ª Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária - Brasil Rural e contemporâneo	Brasília (DF)	2010	JTO	16/06/2010	Artesanato em capim dourado

Fonte: Anjos (2015)

Legenda: Elaborado a partir do levantamento de dados nos jornais analisados

Desta maneira, o capim dourado do Jalapão tem selo de origem da Funcult e certificação pela Indicação Geográfica (IG), na modalidade de Indicação de Procedência do INPI. O capim dourado é patrimônio histórico do Estado do Tocantins e foi se tornando não apenas um símbolo identitário e político, mas também econômico.

Sobre essa última perspectiva – do capim dourado como símbolo econômico – outra matéria, que não mais se enquadra dentro da categoria *Participação em Feiras*, da UR Capim Dourado, mas como *Produto e Projeto*, recebe a versão midiática no caderno de Economia e não mais de Cultura ou Política. Essa categoria será sintetizada pela análise das matérias: *Empresários valorizam a cultura local* e *Escolha Positiva*, ambas publicadas no *JTO*²⁵⁰.

No primeiro parágrafo, a jornalista *busca* ativar e situar a memória do leitor, em:

Quem mora em Palmas já percebeu que alguns empreendedores estão apostando na cultura regional para batizar seus estabelecimentos. Ainda não existe uma pesquisa para saber quantos são, mas já se percebe uma certa preferência na valorização do Estado. (MORAES, 2008, p. 4B)

²⁵⁰ Publicadas no caderno de Economia do *JTO*, no dia 7 de dezembro de 2008, com assinatura de Suene Moraes.

Assim, ao ler a matéria, o morador de Palmas inicia uma busca da informação: “Quais são mesmo os estabelecimentos que tem nome de ‘coisas’ da cultura regional”? A jornalista usa esse dispositivo e, na sequência, anuncia a Boutique Flor de Pequi, Mumbuca Bar e Restaurante e Capim Dourado Shopping. Mas, ao dizer isso, também diz: esses *empreendimentos valorizam a cultura regional* do Estado do Tocantins.

Em entrevista à repórter, o proprietário do Mumbuca Bar e Restaurante, José Erneste Betelli, explica a escolha do nome, em:

[...] uma das referências mais conhecida é o artesanato de capim dourado. ‘Decidimos ir na origem do capim dourado e chegamos no povoado Mumbuca, onde nasceu o artesanato. [...] ‘Todos levam algum toque que identifica a cultura local, como o prato *Arte Capim dourado*, um risoto de carne seca’. Neste prato específico o empresário frisa que parte do dinheiro arrecadado será destinado para a comunidade Mumbuca. (MORAES, 2008, p. 4B, grifo da autora).

Pelo exposto, pode-se inferir, sob a luz das estratégias do marketing, que a valorização, nesse caso, tem uma via dupla. Ou seja, os empreendedores visam valorizar a cultura do Tocantins, fazendo alusão aos elementos da cultura no nome do estabelecimento, e, ao mesmo tempo em que a valorizam, também são *valorizados*, pois serão lembrados.

Outra questão que se põe, no caso dos estabelecimentos citados, é que os elementos da natureza tem-se também, conforme a matéria, como viés econômico – levando em conta que nesse estudo a busca fora entender o processo de apropriação dos mesmos para utilização como recurso político-identitário (CASTRO, 2001).

Sobre o fragmento citado, outra questão se põe. Ao *dizer* que parte do dinheiro arrecadado será destinado à população do Mumbuca, com isso já se tem um marketing institucional, acompanhado do adjetivo ‘social’ (ver figura 94).

Figura 94 – *Empresários valorizam a cultura local*

4B **ECONOMIA** Revista de Economia e Negócios **Jornal do Tocantins**
 16 de dezembro de 2008

Bolsas da Alemanha e dos EUA planejam fusão
 A gigante alemã Deutsche Börse e sua parceira em Nova York, NYSE Euronext planejam unir forças para criar o maior mercado de ações do mundo

TO participa de encontro de negócios
 A Associação Tocantina de Negócios (ATN) participou de um encontro de negócios em São Paulo, integrado à programação do 4º FIC.

Feirão da Lua termina hoje em Gurupi
 A programação tem mais de 100 atrações e 170 artistas que vão se apresentar de 18h às 23h em um ambiente muito agradável. No dia 19, há shows de dança e música em um ambiente da Academia Suda, entre as 18h e 21h.

Confiar é favorável à proposta de RT
 Os membros do Grupo de Trabalho, em uma reunião em São Paulo em 14 de março de 2008, aprovaram a proposta de Constituição da República Federativa do Brasil, incluindo a criação de um Conselho Nacional de Controle de Atividades Financeiras.

TENDÊNCIA ▶ **ESTÁ CADA VEZ MAIS COMUM ENCONTRAR EMPREENDIMENTOS BATIZADOS COM NOMES QUE FAZEM REFERÊNCIA DIRETA ÀS RAÍZES TOCANTINENSES**

PARA ESCOLHER O NOME DA LOJA, O GERENTE THIAGO OLIVEIRA CONTA QUE AS PROPRIETÁRIAS ASSOCIARAM A FLOR DO PEQUIZEIRO À FAMILIARIDADE E DELICIEZA



Escolha positiva
 Palmas - O professor de psicologia e estatística da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Frederico Salazar, explica que ainda não há um padrão para preferir ao nome próprio para empreendimento, mas uma tendência na marcação "Agora sim, esta opção é extremamente positiva, pois, a quando não se valoriza a cultura, não se valoriza o indivíduo", afirma.

Salazar explica que dentro do marketing tradicional, a tendência era que os nomes dos estabelecimentos fossem americanizados e hoje isso quase não está acontecendo mais. Para o professor, essa opção pode ser uma postura que vai mais recuar.

Um dos maiores empresários de Palmas aponta por essa tendência de voltar ao regional. O nome do Shopping Capim Dourado foi escolhido justamente para sinalizar a identidade e responsabilidade social, explica o diretor executivo de empreendimentos, Cláudio Amaral. Ele explica que está há meses avaliando para escolher a comunidade de Jataí.

APROFO
 Dentro do shopping há uma loja que vende um tipo de bolo vendido pelas capim dourado, um bolo muito tradicional que tem um tipo de qualidade e o bolo não será destinado para a comunidade de Jataí, afirma. Segundo Amaral, os produtos serão vendidos em uma loja de doceria e o bolo não será vendido, mas os dois maiores produtos vendidos na região", explica.

Amaral revela que a preocupação ambiental do empreendimento não está relacionada somente com Jataí, mas também com a região. "Toda a área em torno do shopping foi adquirida por uma empresa e os terrenos foram vendidos", De acordo com ele, há um compromisso com a comunidade de Jataí e com a comunidade de Palmas e com a comunidade de Jataí, afirma.

Sobre o nome da loja, o gerente Thiago Oliveira conta que as proprietárias associaram a flor do pequizeiro à familiaridade e delicadeza

Quem mora em Palmas já percebeu que alguns empreendedores estão apostando na cultura regional para batizar seus estabelecimentos. Ainda não existe uma pesquisa para saber quanto isso, mas já se percebe uma certa preferência na valorização do Estado.

Os ramos são diversificados e o tempo de atuação no mercado é recente. Um exemplo é a loja Flor de Pequi, que vende roupas e acessórios femininos há cinco meses. Segundo o gerente Thiago Cardoso de Oliveira, as proprietárias Rosamaria de Fátima Rocha Pires e Valéria Pantaleão Rocha, a opção por esse nome se explica devido à flor de pequi ser fofinha e delicada. "Então, foi uma forma de valorizar tanto os valores modernos que tra-

Sustentabilidade
 A empresa que fabrica a sustentabilidade no mercado de móveis possui um valor de mercado de 10% superior em comparação com outras que não estão nessa área. A sustentabilidade é um conceito muito amplo, diz o diretor de negócios da empresa, José Roberto de Moraes. A sustentabilidade é um conceito muito amplo, diz o diretor de negócios da empresa, José Roberto de Moraes. A sustentabilidade é um conceito muito amplo, diz o diretor de negócios da empresa, José Roberto de Moraes.

Restaurante
 O empresário José Ernesto Bertelli também optou por um nome regional para sua cidade, o Mumbuca Bar & Rest-

Bertelli e Ana: retorno para a comunidade de Mumbuca
 sobre o nome da loja, ele só, apesar da familiaridade, há uma certa curiosidade".

Outro item citado pelo gerente é que o nome também é uma forma de se aproximar mais do público local. "Apesar de ser uma flor típica do Cerrado, várias clientes perguntam

Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 7 de dezembro de 2008, no JTO

Na matéria correlata, o professor de Publicidade e Estética da Universidade Federal do Tocantins, Frederico Salomé, elucida que não teria como avaliar se a escolha do nome de estabelecimentos comerciais em Palmas que fazem alusão à cultura tocantinense é uma tendência, mas sinaliza a ação como positiva.

Na sequência, explica os ciclos do marketing que, antes, tendia a dar nomes americanizados para as lojas, mas, atualmente, a escolha tem sido cada vez mais regional.

A matéria é finalizada com o fragmento:

Um dos maiores empreendimentos de Palmas optou por esta tendência de valorizar o regional. O nome do Shopping Capim Dourado foi escolhido justamente para aliar a atividade à responsabilidade social, explica o diretor-executivo do empreendimento, Carlos Amastha. Ele enfatiza que além do nome, várias iniciativas serão executadas para apoiar a comunidade do Jalapão. (MORAES, 2008, p. 4B).

Perante o dito, pode-se inferir que há uma deliberação na escolha do empreendimento, com a finalidade de aproximar o consumidor local pelo viés do marketing cultural e social.

Rematando, o capim dourado vem se constituindo como tendência, moda, patrimônio cultural, marca registrada e ferramenta de inclusão social. Mas o capim dourado também tem sua versão midiática, ancorada nas páginas de polícia, entradas essas que serão analisadas na próxima subseção.

5.7.4 Capim dourado e o Brilho que pode ser ofuscado

Com título “emprestado” da primeira matéria²⁵¹ a ser analisada, nessa subseção abro uma discussão na tentativa de

²⁵¹ Matéria: *Brilho que pode ser ofuscado*, publicada na capa do caderno Arte & Vida, no *JTo*, no dia 11 de abril de 2007, com assinatura da jornalista Elisângela Farias.

tentar compreender como que o capim dourado *entrou* nas páginas de Polícia dos jornais analisados. Embora essa reportagem ainda esteja ancorada no caderno de cultura, a mesma já anuncia o aumento dos atravessadores do capim dourado.

Dessa forma, como a matéria já fora citada no Capítulo 4 para exemplificar alguns mecanismos de formação de um novo imaginário da identidade cultural tocantinense e a ascensão do capim dourado a símbolo²⁵², abordo agora apenas as falas que se remetem ao aumento de atravessadores presente no discurso da analista do Sebrae de Porto Nacional. A analista Celina Soares diz que “Hoje o capim dourado tem uma comercialização muito expandida o que é muito bom e ao mesmo tempo preocupante já que isso faz crescer o número de atravessadores, por exemplo”, explica Celina.” (FARIAS, 2007, p. 1). Também acrescento o discurso da diretora financeira da Associação Comunitária dos Artesãos e Pequenos Produtores de Mateiros, Euzita Evangelista, que diz:

Mesmo com normas quanto à colheita e o manejo da planta a ação dessas pessoas, que adquirem o capim *in natura* ou mesmo as peças já prontas é muito difícil de ser coibida. Segundo os próprios artesãos, isso ocorre devido a um pequeno número de fiscais de órgãos como Ibama e Naturatins e mesmo das necessidades de alguns artesãos que acabam vendendo suas peças a um preço muito baixo ou mesmo trocando por artigos de primeira necessidade ou comida. (FARIAS, 2007, p. 1).

A fala de Euzita Evangelista elucida que o processo de empoderamento dos artesãos em relação à produção do artesanato em capim dourado como uma “tecnologia patrimonial” não é uníssona. Perante a vulnerabilidade econômica, o artesão comercializa seu *fazer* e *saber* a preços baixos

²⁵² Na qual cito as parcerias que a Funcult fez com a Rede Globo, para *aparicação* de objetos feitos com capim dourado em programas televisivos (variedades e novelas).

“ou mesmo trocando por comida”. Além disso, também aponta a baixa fiscalização pelos órgãos responsáveis. Com isso, sua fala corrobora com a pesquisa de Isabel Benedetti Figueiredo, que diz que:

[...] Apesar de haver uma norma específica para a atividade de colheita de capim dourado, a *escassez de fiscalização* e o aumento no número de artesãos e coletores, *muitos destes vindos de fora da região*, ameaçam a viabilidade das populações de capim dourado e conseqüentemente (sic) da atividade de artesanato. (FIGUEIREDO, 2007, p. 4-5, grifo meu).

Nesse contexto, a Funcult afirma na matéria que tem promovido oficinas de capacitação para produção e comercialização do artesanato e conscientização, em relação ao processo de manejo e colheita, além de comercializar o artesanato na loja da Funcult, em Palmas (onde o artesanato recebe o selo de origem) e leva a produção a feiras (ver Figura 95).

Outras três matérias publicadas com título: *Roubo ameaça capim dourado do Jalapão*²⁵³, *7 são presos acusados de tráfico de capim dourado*²⁵⁴ e *470 kilos de Capim Dourado apreendidos em Ponte Alta*²⁵⁵, denunciam o contrabando [expressão utilizada na matéria] do capim dourado. Na primeira matéria há denúncia sobre a invasão de fazendas da zona rural do município Ponte Alta do Tocantins (187 km de Palmas, conhecida como portal do Jalapão) e roubo de capim dourado. A matéria destaca que os artesãos que colhem capim dourado devem estar devidamente credenciados e possuir carteira de identificação (ver Figura 96).

A segunda matéria reporta que foram apreendidos três sacos de capim dourado “ainda com flores”, dinheiro e duas capivaras. Já a terceira matéria afirma que quase meia tonelada de capim dourado fora apreendida em operação do Naturatins com a Delegacia do Meio Ambiente, após denúncia anônima (ver figura 97 e 98)

²⁵³ Publicada no caderno Estado do *JT0*, no dia 14 de outubro de 2007, com assinatura da jornalista Maria Letícia Ferreira.

²⁵⁴ Publicada caderno Estado do *JT0*, no dia 14 de outubro de 2008, com assinatura da jornalista Maria Letícia Ferreira.

²⁵⁵ No caderno Estado do *JT0*, no dia 24 de outubro de 2009, com assinatura do jornalista Eduardo Lobo.

Figura 96 – Matéria: Roubo ameaça capim dourado do Jalapão



DENÚNCIA ▶ EM PONTE ALTO DO TOCANTINS, PESSOAS ESTÃO INVADINDO PROPRIEDADES PARA COLHER A PLANTA SEM AUTORIZAÇÃO

Roubo ameaça capim dourado do Jalapão

Maria Leticia Feres
Especialista de Meio Ambiente

O capim dourado, planta nativa do Brasil, passou a ser usada como matéria-prima para produção de artesanato, como vasos e objetos de decoração. Em Ponte Alta do Tocantins, localizada a 100 quilômetros de Palmas, os moradores estão sendo roubados de suas plantas.

Os moradores afirmam que não sabem quem são os responsáveis pelas invasões e que, mesmo quando são avisados, não conseguem impedir a coleta. Há quem diga que os invasores são pessoas locais, mas há quem diga que são pessoas de fora do Estado. Mas os moradores dizem que não sabem quem são os responsáveis, mas sabem que os invasores são pessoas locais.

Prós de arrebate e extração
residentes no Tocantins.

PREVENÇÃO
Após o roubo, os moradores não sabem quem são os responsáveis e não conseguem impedir a coleta. Há quem diga que os invasores são pessoas locais, mas há quem diga que são pessoas de fora do Estado. Mas os moradores dizem que não sabem quem são os responsáveis, mas sabem que os invasores são pessoas locais.



MACEZ PERDEU PRATICAMENTE TODO CAPIM DOURADO

O Instituto Nacional de Tecnologia (Intertec) chegou a publicar em 20 de maio deste ano uma portaria regulamentando a coleta do capim dourado, que deve ser realizada de 10 de maio a 31 de novembro. O documento afirma que a coleta deve ser feita em áreas de preservação ambiental, onde há a presença de espécies ameaçadas de extinção.

O Instituto Nacional de Tecnologia (Intertec) chegou a publicar em 20 de maio deste ano uma portaria regulamentando a coleta do capim dourado, que deve ser realizada de 10 de maio a 31 de novembro. O documento afirma que a coleta deve ser feita em áreas de preservação ambiental, onde há a presença de espécies ameaçadas de extinção.



ARTES MARI BEUGA - VIVO DO CAPIM DOURADO

MAÇEZ PERDEU PRATICAMENTE TODO CAPIM DOURADO

Um produtor de capim dourado em Maçez, no Tocantins, perdeu quase toda a sua produção de capim dourado após uma invasão de pessoas que coletaram a planta sem autorização.

PLANTA
O capim dourado é uma planta nativa do Brasil, que tem sido usada para a produção de artesanato. Ele é conhecido por sua capacidade de crescer em áreas de preservação ambiental.

Produto passou a ser uma indústria no Brasil

Prós de arte de Escultura
A produção de artesanato em capim dourado tem crescido rapidamente no Brasil. O produto passou a ser usado para a produção de vasos, objetos de decoração e outros itens.

Em Ponte Alta do Tocantins, as pessoas estão sendo roubadas de suas plantas de capim dourado. Os invasores estão coletando a planta sem autorização e levando-a para outros locais.

ETF conclui inscrição para nível superior

Curso de Engenharia
O curso de Engenharia de Materiais da Universidade Federal do Tocantins (UFTO) concluiu a inscrição para o nível superior. O curso será oferecido em Palmas, no Tocantins.

O curso de Engenharia de Materiais da Universidade Federal do Tocantins (UFTO) concluiu a inscrição para o nível superior. O curso será oferecido em Palmas, no Tocantins.

CONCURSO
A Prefeitura de Gurupi aplica provas neste domingo para a seleção de candidatos para o cargo de Professor de Educação Infantil.

A Prefeitura de Gurupi aplica provas neste domingo para a seleção de candidatos para o cargo de Professor de Educação Infantil.

URBANISMO

5º fórum acontece na quinta em Taquaruçu

Palmas
O Fórum Municipal de Urbanismo aconteceu na quinta-feira (11) em Taquaruçu, no Tocantins. O fórum foi organizado pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPIUR) e teve como objetivo discutir as questões relacionadas ao planejamento urbano e regional do município.

Palmas
O Fórum Municipal de Urbanismo aconteceu na quinta-feira (11) em Taquaruçu, no Tocantins. O fórum foi organizado pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPIUR) e teve como objetivo discutir as questões relacionadas ao planejamento urbano e regional do município.

Palmas
O Fórum Municipal de Urbanismo aconteceu na quinta-feira (11) em Taquaruçu, no Tocantins. O fórum foi organizado pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPIUR) e teve como objetivo discutir as questões relacionadas ao planejamento urbano e regional do município.

Palmas
O Fórum Municipal de Urbanismo aconteceu na quinta-feira (11) em Taquaruçu, no Tocantins. O fórum foi organizado pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPIUR) e teve como objetivo discutir as questões relacionadas ao planejamento urbano e regional do município.

Palmas
O Fórum Municipal de Urbanismo aconteceu na quinta-feira (11) em Taquaruçu, no Tocantins. O fórum foi organizado pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPIUR) e teve como objetivo discutir as questões relacionadas ao planejamento urbano e regional do município.

Solidariedade marca o Dia das Crianças

Solidariedade marca o Dia das Crianças
O Dia das Crianças foi comemorado em Palmas, no Tocantins, com uma série de atividades realizadas em prol da solidariedade e do bem-estar da população.

Solidariedade marca o Dia das Crianças
O Dia das Crianças foi comemorado em Palmas, no Tocantins, com uma série de atividades realizadas em prol da solidariedade e do bem-estar da população.

Solidariedade marca o Dia das Crianças
O Dia das Crianças foi comemorado em Palmas, no Tocantins, com uma série de atividades realizadas em prol da solidariedade e do bem-estar da população.

Solidariedade marca o Dia das Crianças
O Dia das Crianças foi comemorado em Palmas, no Tocantins, com uma série de atividades realizadas em prol da solidariedade e do bem-estar da população.

Solidariedade marca o Dia das Crianças
O Dia das Crianças foi comemorado em Palmas, no Tocantins, com uma série de atividades realizadas em prol da solidariedade e do bem-estar da população.

Garotada se diverte em shopping

Garotada se diverte em shopping
Um grupo de crianças se divertiu em um shopping center em Palmas, no Tocantins, durante o Dia das Crianças. As crianças participaram de diversas atividades e brincaram com brinquedos.

Garotada se diverte em shopping
Um grupo de crianças se divertiu em um shopping center em Palmas, no Tocantins, durante o Dia das Crianças. As crianças participaram de diversas atividades e brincaram com brinquedos.

Garotada se diverte em shopping
Um grupo de crianças se divertiu em um shopping center em Palmas, no Tocantins, durante o Dia das Crianças. As crianças participaram de diversas atividades e brincaram com brinquedos.

Garotada se diverte em shopping
Um grupo de crianças se divertiu em um shopping center em Palmas, no Tocantins, durante o Dia das Crianças. As crianças participaram de diversas atividades e brincaram com brinquedos.

Garotada se diverte em shopping
Um grupo de crianças se divertiu em um shopping center em Palmas, no Tocantins, durante o Dia das Crianças. As crianças participaram de diversas atividades e brincaram com brinquedos.

Garotada se diverte em shopping
Um grupo de crianças se divertiu em um shopping center em Palmas, no Tocantins, durante o Dia das Crianças. As crianças participaram de diversas atividades e brincaram com brinquedos.

Fonte: Fotografia da matéria veiculada no dia 14 de outubro de 2007, no JTO

Figura 97 – Manchete: *Apreendidos 470 quilos de capim dourado*

Outubro - 2009

www.jornaldotocantins.com.br

Jornal do
Tocantins

FUNDADO EM 18 DE MAIO DE 1979 POR JAIME CÂMARA

PALMAS, SÁBADO, 24 de outubro de 2009 - Ano 30 - nº 4.729

RIQUEZA ESCONDIDA JTO INICIA AMANHÃ SERIE SOBRE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS **PÁG. 4**

QUADRO GERAL

Unitins não comenta possíveis erros em gabaritos de concurso

Mas comissão teria se reunido ontem à tarde para discutir o assunto

O concurso para o Quadro Geral do Estado, retomado por decisão judicial esta semana, pode estar entrando em uma nova polêmica, criada por possíveis erros nos gabaritos divulgados quinta-feira. Procurada, a Unitins não quis se manifestar sobre as suspeitas, mas o **Jornal do Tocantins** apurou que membros da comissão do concurso teriam se reunido ontem à tarde para discutir o assunto. O reitor da instituição, Osmar Nina, também não foi encontrado para comentar as informações. Um candidato que não quis se identificar revelou que o gabarito do cargo 9, para o qual concorreu, teria sido publicado com mais erros do que o de qualquer outro. Em março, um mês depois da realização das provas, os gabaritos foram publicados duas vezes com erros, assumidos pela Fundação Universa, contratada pela Unitins para realizar o concurso. **PÁG. 4**



TOM PROMETE GRANDES SUCESSOS

Músicas próprias e grandes clássicos da MPB é o que promete o cantor maranhense Tom Cliber no show de lançamento de seu DVD *Die Coração Vivo*, a partir das 22 horas, no Vila de Palma, na Capital. "Será um show bastante eclético, um show bem pra cima", bem dançante, disse o cantor ontem, em entrevista ao **JTO**. **CAPA**

CLAUDIVAN LANÇA POESIA INVULGADA
PÁG. 4

FERROVIA

Valec lança hoje obras de trecho da Norte-Sul

Orcadas em R\$ 300 milhões, as obras no trecho de 110 quilômetros da Ferrovia Norte-Sul, entre Gurupi e Alvorada, região Sul do Estado, serão lançadas neste sábado pela Valec, responsável pelo empreendimento, que informou que uma plataforma multimodal será instalada a cerca de 14 quilômetros do Parque Industrial de Gurupi. **Os**

FINANÇAS

Estado deve R\$ 509 milhões em empréstimos

Relatório enviado ao Tesouro Nacional e ainda não publicado revela que Dívida Consolidada (DC) do Tocantins é de R\$ 619,7 milhões, sendo R\$ 509.361.312,02 de empréstimos e juros e o restante de contribuições obrigatórias e repasses previdenciários. Fechado em agosto, o demonstrativo mostra que o governo Marcelo Miranda deixou o Estado com capacidade de endividamento em condições de contrair novos empréstimos. **PÁG. 3**

JALAPÃO

Apreendidos 470 quilos de capim dourado

Operação da Delegacia Especializada do Meio Ambiente (Dema) e do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) apreendeu ontem, em Ponte Alta do Tocantins, na região do Jalapão, quase meia tonelada (470 quilos) de capim dourado, que estava estocada em uma residência. Mas o mandado de busca foi interrompido por falta de uma liminar do desembargador Liberato Povoá. **PÁG. 7**



Capim dourado apreendido durante operação ontem, em Ponte Alta do Tocantins

Fonte: Fotografia da manchete veiculada no dia 24 de outubro de 2009, no *JTO*

Figura 98 – Matéria: 470 quilos de capim dourado apreendidos em Ponte Alta



Fonte: Fotografia da manchete veiculada no dia 24 de outubro de 2009, no *JTo*

Conjugando, pelo o exposto, percebe-se que tanto no aporte teórico quanto na versão midiática que os *atos institucionalizantes* a respeito do capim dourado são passíveis de questionamento. O Estado promove capacitação, propaganda, vincula a venda do artesanato ao plano de desenvolvimento do *ecoturismo* no Jalapão, leva os artesãos e/ou seus produtos a feiras e rodadas de negócio, cria leis para o manejo e colheita da matéria-prima, mas, o artesão participa apenas como coadjuvante nesse cenário. Não são criados mecanismos que viabilizem o empoderamento do artesão sobre seus *saberes e fazeres* com o artesanato. Assim, perpetua-se o “imaginário do desmanche”.

Ademais, há falha na fiscalização tanto na colheita quanto na venda do produto *in natura*.

Desta forma, pode-se inferir que, desde 2001, houve construções de narrativas acerca do Jalapão e seu vegetal reluzente, o capim dourado. Deste modo tem-se desde capacitações, vendas, até a página de polícia. O capim dourado pautou os veículos midiáticos em análise e, concomitantemente, ações iconoclastas retiravam símbolos políticos ligados à figura de Siqueira Campos, sobretudo o girassol.

Assim, tem-se uma versão descritiva-analítica da transposição do girassol ao capim dourado como símbolo político identitário no Tocantins, entre os anos de 2003 a 2011, a qual expus, nesse capítulo, uma sistematização da versão midiática.

Embora o período de estudo se encerre em janeiro de 2011, vale apontar que o girassol retorna à praça à que empresta o nome (Praça dos Girassóis) quando José Wilson Siqueira Campos se elege governador do Estado do Tocantins pela quarta vez, para mandato de 2011-2014.

Finalizando, outro adendo é que Siqueira Campos toma posse em 01 de janeiro de 2011 e, no dia seguinte, há convites para se plantar girassóis, em forma de propaganda publicitária de empresas (ver Figura 99).

Figura 99 – Propaganda: *Feliz ano novo para o povo tocantinense*



Em nossas vidas existem dias de sol e dias cinzentos.

Olhemos o girassol, esta flor única, absoluta e sigamos seu exemplo de determinação pela luz.
Ela insiste em florescer a despeito do que existe ao seu redor.

Se a maioria segue pela depressão, pelo desespero,
está em você o poder de escolha,
a grande vitória é a opção pela felicidade,
por tudo que faz você melhor.

Precisamos parar de olhar para o que está errado
em nossas vidas, nas pessoas, no mundo...

Precisamos compartilhar o nosso brilho !

Que tal em 2011 plantarmos girassóis?

Feliz Ano Novo a todo Povo Tocantinense.

 **GRUPO UNICOM**

 **DROGARIA GENÉRICA**

Fonte: Propaganda de empresa veiculada no dia 02 de janeiro de 2011, no *JT*

Desta vez, os girassóis não ficam apenas nos canteiros. A flor transita entre ornamentação paisagística da praça, símbolo da natureza do Estado (pela lei Estadual 915/1997) e até nome de escola. Por meio da lei 2.810 de 26 dezembro de 2013, as escolas estaduais passam a ter em seu nome a expressão *Girassol de Tempo Integral*, mas isso é enredo para outra narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] o mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome, e para mencioná-las era preciso apontar com o dedo” (Gabriel García Márquez, 2012, p. 43).

Emprestando a *memória* do personagem Aureliano Buendía do Romance *Cem Anos de Solidão*, do escritor colombiano Gabriel García Márquez (1927-2014), é que inicio o fim, ou melhor, teço algumas considerações finais a respeito da transposição do girassol para o capim dourado como símbolo político-identitário no imaginário coletivo tocantinense. Recorro à frase do escritor porque o narrador se refere à memória de Aureliano Buendía, mas também à invenção do mundo – das sete gerações de *Buendías*²⁵⁶ que compõem o enredo do romance. As metáforas se aproximam ao traçar um paralelo com Palmas, uma cidade emoldurada pelo devir, com suas origens no nada (*ex-nihilo*), sem passado (no sentido de tempo zero, comum às cidades planejadas), sem população preexistente, de forma que tudo precedia não apenas de uma nomeação, mas de construção e invenção.

Assim, em uma conjuntura na qual o País deixava as incertezas institucionais vivenciadas durante o período de governo militar é que se promulga a Constituição Federal de 1988, na qual, em seu Artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, o Estado do Tocantins é criado e incorporado à região Norte. Uma vez criado, o Tocantins, faz-se um *mundo recente/Macondo*. Um mundo recente, uma nova narrativa, seja para os norte-goianos – que há séculos queriam a emancipação da região do centro-sul de Goiás –, seja para a população que vinha de diversos estados do Brasil,

²⁵⁶ O romance, cuja narrativa pertence predominantemente ao gênero realismo fantástico, é uma metáfora do *isolamento* e, de certa forma, da esperança da América Latina, sendo justamente a inserção da *estória* desse personagem – que promove e perde 32 revoluções armadas – que traz a referência ao sentimento de *impotência*.

sobretudo do Nordeste, para viver no Tocantins. E como “tudo precisava de um nome” apontou-se de dentro de um avião: “Palmas!”. E, dessa forma – epopéica e ufanista –, é que se entrelaça na história oficial do Tocantins (contada, dentre outras formas, em cartilhas ilustradas entregues pelo governo do Estado a alunos da rede pública estadual) ao mito da *jornada do fundador*, inscrita na *construção dessa nova civilização*.

A construção de Palmas, conforme a tessitura apresentada neste livro, pode ser percebida sob duas perspectivas – dentre outras – sendo uma o fato de se ter a construção de uma cidade erguida do marco zero e não a escolha de outra cidade do antigo norte goiano para sediar a capital do novo Estado e, com isso, tem-se um *forte símbolo* e *um instrumento político*. Já a outra perspectiva se inscreve nessa construção, na qual se tem a negação da história – a qual fora propulsora e respaldo para que se emancipasse o Estado do Tocantins – expresso em monumentos desconexos e dispersos em uma imensa e miscelânea praça de 571 mil m², a Praça dos Girassóis. Uma negação que apaga o segundo momento da luta separatista que aconteceu a partir dos anos 1940, iniciado com Lysias Rodrigues, em Porto Nacional, e continuou com juiz Feliciano Machado e com o movimento da Casa do Estudante do Norte Goiano (Conorte). Desse modo, ao negar-se um fragmento da história, nega-se também a identidade cultural urdida por esses nortenses (com o destaque de que a própria identidade cultural e paisagem natural foram utilizadas como marcos diferenciadores entre o *eu* – nortense – e o *outro* – centro-sul goiano) no último movimento separatista com a Conorte (1981-1988).

O canteiro de obras aberto em meio ao Cerrado derrubava árvores e erguia prédios e monumentos e, assim, as primeiras construções se inscreviam nessa narrativa com símbolos da *estrela*, no *espetáculo do pioneirismo*. A exemplo, o monumento Cruzeiro, erguido em 18 de maio de 1989, palco da encenação da primeira missa da Capital e da cerimônia de abertura oficial da pavimentação de Palmas, significado como o

progresso e a modernidade chegando ao norte goiano, agora Estado do Tocantins. Eram *As Cruzadas*.

Nesse desenredo, com uma conjuntura política favorável, construía-se e legitimava-se o discurso de que *não se sabia ao certo quem era o tocaninense*, qual sua identidade cultural e quais *símbolos os representavam*. Para tanto, se criou o discurso no qual se afirmava que era apenas *o não goiano*. Dessa forma, um passado era negado e, ao mesmo tempo, ressignificado para projetar o futuro da *Última capital planejada do século XX* e, assim, com campo fértil, se tecem imaginários, memórias e representações (oficiais) acerca do que é o Tocantins.

Assim, o girassol era (im)plantado no imaginário coletivo da população palmense. Não apenas a flor, presente na maioria dos canteiros da cidade, exaltada em discursos políticos e em monumentos, mas sementes desse elemento da natureza que foram entregues junto do contracheque dos primeiros funcionários públicos do Estado. Em 1997, sanciona-se a Lei Ordinária nº 915 dos símbolos da natureza do Estado, na qual o girassol é legitimado como tal. *Girassóis de Pedra*, nas palavras de Silva (2008). Posteriormente, em 18 de março de 2002, inaugura-se a Praça dos Girassóis, um *lugar de poder e de memória*, erguido para sê-lo e, assim, durante 15 anos desde a criação do Estado Tocantins cria, inventa e legitima uma identidade cultural oficial.

Todavia, destaca-se que, tanto o processo político quanto o de construção de identidade cultural são dinâmicos, de modo que, quando em 2003, se elege um político dissidente do grupo que *geriu* o Estado e sua capital durante os referidos 15 anos, há uma inserção de novos elementos. Esse fato por si é propulsor de outras construções, afinal, havia oferta e demanda para que se “inventassem tradições” (HOBSBAWM, 2012), com a ressalva de que, para o *cabimento* desses novos elementos era preciso tanger os símbolos já instituídos. Dessa forma, seguindo a prática comum da transição de gestores políticos, na qual há uma destruição de artefatos, símbolos e até mesmo projetos construídos em governos anteriores, o *fenômeno iconoclasta* do governo Marcelo Miranda se dá com a retirada dos girassóis dos canteiros da

cidade, dos frontispícios da fachada do Palácio Araguaia e do Painele de Girassóis do hall de entrada do prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, em outubro e novembro de 2006. O fenômeno acontece dias após o resultado das eleições de 2006, na qual o personagem político protagonista da iconoclastia se reelege como governador, mas, após romper, em junho de 2005, com o grupo político UT e se filiar ao PMDB (partido de oposição à UT).

Esse fato representa o ápice e não o epicentro do fenômeno da transposição do girassol para o capim dourado como símbolo político e identitário do Estado do Tocantins, pois, paralelo ao cenário político, tem-se o cultural, com sua urdidura acerca do que é o Tocantins, qual sua identidade cultural e quais são os símbolos que o representa. Afinal, o *outro* – sujeito fenomenológico oposto ao *eu* no processo de construção da identidade (BHABHA, 2013) – já não é mais o goiano. O *outro* agora é a ideia que fora construída em 15 anos, por meio de uma política de identidade cultural estadual, que centrava no discurso político do que é o Tocantins e apresentava o girassol como um símbolo representativo.

As ações que possibilitaram essa transposição tiveram início ainda em 2001, quando se cria, por meio da Lei Estadual nº 1.203 de 12 de janeiro de 2001, o Parque Estadual do Jalapão, e insere essa região no roteiro de turismo em uma perspectiva de desenvolvimento regional de *preservar para explorar*. O capim dourado, então, tem seu brilho apresentado aos turistas que passaram a visitar a *nova sensação turística nacional*: o Jalapão (FONTES, 2003). Em 2004, o Estado do Tocantins é convidado para participar do evento o *Ano do Brasil na França* e, para tanto, seleciona, por meio da Funcult, quais manifestações culturais representam o Tocantins. No mesmo ano, o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), pela Portaria nº 55, define o período colheita do capim dourado e também o manejo da espécie²⁵⁷, isso porque o capim dourado, como matéria-prima para produção de

²⁵⁷ A portaria fora reeditada nas Portarias 092/2005 e 362/2007.

artesanato, fora *descoberto* como produto rentável. Assim, também tem-se a ressignificação do elo da *natureza e cultura como recurso* para a identidade cultural representada no artesanato em capim dourado como uma *marca registrada* e passível de consumo.

Retomando o evento *Ano do Brasil na França*, no primeiro momento não é o capim dourado que é apresentado como símbolo da cultura urdida com fibra vegetal, mas as *caixinhas de segredo* – que se mantêm, ainda hoje, não reveladas. A *caixinhas de segredo* fora apresentada na cerimônia de lançamento do *Espaço Brasil na França* em janeiro de 2005, em Brasília, mas depois, apenas a fibra dourada do Jalapão ascende e permanece em cena.

O capim dourado é, então, selecionado para representar *o que é o Tocantins* em solo francês. Outra ressalva que se faz é que, ao retornar da França, não apenas o artesanato em capim dourado, mas tudo que fora levado como representante se *torna*, de fato, um representante. Isto porque passam a ser lembrados como *aqueles* que foram *escolhidos* para representar o Tocantins na França, de modo que a seleção se faz um ato oficial e estrutural e passa a ser estruturalizante.

Além disso, o capim dourado entra também na programação da Rede Globo de Televisão como matéria-prima de bijuterias de personagem de telenovela (do dito horário nobre), à composição de cenário de programa de variedade (a exemplo, o programa *Mais Você*, apresentado por Ana Maria Braga). Nessa época, Lily Marinho (amiga da [então] primeira-dama do Estado, Dulce Miranda) visita o Tocantins e é condecorada com o título de Cidadã Tocantinense, pela Lei 1.712 de 10 de julho de 2006.

Outros *atos institucionalizantes* foram as diversas oficinas, seminários, cursos e palestras promovidos pelo governo de Estado para produção e/ou melhoramento de artesanato em capim dourado. Soma-se também a venda do artesanato na loja da Funcult – esses vendidos com o selo de origem e logomarca do artesanato tocantinense – e também a participação em feiras de cultura, artesanato e turismo em âmbito estadual, regional,

nacional e internacional, nas quais que se levava o capim dourado como produto e representante do artesanato tocantinense.

Finalizando o processo de legitimação, em março de 2009, a Funcult protocola, junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, o pedido de certificação pela Indicação Geográfica (IG), na modalidade de Indicação de Procedência dos produtos confeccionados com capim dourado no Jalapão – que acontece somente em 30 de agosto de 2011. Ainda em 2009, no dia 10 de novembro, pela Lei Ordinária nº 2.186, se reconhece o capim dourado como um “bem de valor cultural e Patrimônio histórico do Estado do Tocantins” (TOCANTINS, 2009, p. 1).

Na exploração da versão midiática desse esforço político de apagar o girassol da memória coletiva da população tocantinense e trazer para o *primeiro plano* o capim dourado, os veículos locais ancoraram os *atos institucionalizantes*. Assim, um elemento da natureza fora apropriado em discursos governamentais como espécie endêmica, de uma região de paisagens cênicas transformadas em produto, para a indústria do ecoturismo.

Para tanto, como tramas de uma trilha, a bibliografia consultada apoiou, elucidando conceitos que subsidiaram a compreensão e a análise desses fatos do *tempo presente*, de modo que as elucubrações se deram dentro de uma perspectiva conjuntural e contextualizadas, em forma de *Pentimento* – o olhar de novo (o ontem) para ver algo novo (hoje).

Uma trama que se desenredou transitando por disciplinas que conjungiram-se de forma complementar na tessitura da transposição de elementos da natureza utilizados como símbolos políticos identitários no Tocantins e, dessa forma, *Fiat* uma narrativa dessa realidade que não se esgota com esse livro, mas, por ora, findo com esse ponto.

REFERÊNCIAS

Os *links* descritos nas referências abaixo podem ser acessados através do ebook gratuito disponível na página www.editorafi.org/126anaanjós

ANJOS, Ana Carolina Costa dos Anjos. Jornalismo e Cultura Regional: uma análise do cenário tocantinense. In XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Palmas – TO, 2012. **Anais eletrônicos**. Palmas, 2012. Disponível em: <[link](#)>. Acesso em 20 dez. 2016.

_____; PÔRTO, Francisco Gilson Rebouças. Comunicação e Cultura Contemporânea: uma narrativa televisiva da construção social de símbolos identitários em Palmas-Tocantins. In: Revista HTTP, Cádiz (Espanha), 2017.

ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max. A indústria Cultural: O esclarecimento como mistificação das massas. In: _____; _____. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução Guido Antonio de Almeida. 10. Ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ADORNO, Lucio Flavo Marini. Cultura, Território e Identidade na América Latina: forjando uma geografia turística por uma geografia política. In X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, Universidade de São Paulo, São Paulo, **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 28 jan. 2016.

ALMEIDA, Maria Geralda. Cultura ecológica e biodiversidade. In: **Mercator** (Revista de Geografia da UFC), Fortaleza (CE), ano 2, n. 3, p. 71-82, jan./jul. 2003. Disponível em: < [Link](#)>. Acesso em 29 jan. 2017.

AMARAL. Ruy Pacheco de Azevedo. **O ano do Brasil na França: um modelo de intercâmbio cultural**. Brasília: Brasília: Ed. Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. Disponível em: < [Link](#)>. Acesso em 12 fev. 2017.

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo**. Tradução Denise Bottman. 3. Reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARBEX Jr., José. **Showrnalismo: a Notícia como Espetáculo**. 2. Ed. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. In: LEACH, Edmund et al.. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Disponível em: <[Link](#)> Acesso em 17 out. 2016.
- BAHIA, José Pericles Diniz. **Ser baiano na medida do recôncavo: o jornalismo regional como elemento formador de identidade**. 2009. 225f. Tese (Mestrado em Cultura e Sociedade) Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <[Link](#)> . Acesso em 10 nov. 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 5. Ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARROS, Manoel de. Retrato do artista quando coisa. In: **Poesia Completa**. São Paulo: Leya, 2013.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENARD, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth, Philippe Poutignat. Tradução de Elcio Fernandes. 2. Reimpr., São Paulo: UNESP, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BERBEL, Márcia Regina. Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22. In: **Revista Novos Estudos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)**, n. 51, p. 189- 202, jul., São Paulo,1998. Disponível em: <[Link](#)> . Acesso em 15 ago. 2016.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado da sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano Souza Fernandes. 24 Ed. Petrópolis (RJ), 2004.

BEZERRA, Nilva Aparecida Pacheco. **A migração em Palmas/TO**: a felicidade no imaginário social. 2013a. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2013.

_____. As representações de meio ambiente no imaginário dos artesãos de capim dourado do município de Mateiros – TO. In: SILVA, Valéria Cristina Pereira da.; CORCINIO JUNIOR, Givaldo Ferreira (org.). **Natureza e representações imaginárias**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2013b. (Coleção Ambientalismo).

BHABHA, Homi K.. **O Local da Cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2. Ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. Coleção Humanitas.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que Falar quer Dizer. Tradução Sergio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996. (Clássicos; 4).

BRASIL. **Lei Federal 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 01 fev. 2017.

_____. **Lei Federal 3.270, de 28 de setembro de 1885**. Regula a extinção gradual do elemento servil. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 01 fev. 2017.

BRASIL. **Lei Federal 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 18 fev. 2017.

_____. **Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 29 jun. 2016.

BRITO, Eliseu Pereira de. Do Sol que gira (oTempo) aos Girassóis (o Espaço). In: Revista **Entre-Lugar**, Dourados (MS), a. 1, n. 1, p. 99-112, 1º semestre de 2010a. Disponível em:<[Link](#) > Acesso em 28 mar. 2017.

_____. CONSTRUIR PALMAS? uma análise da construção da capital do Tocantins. In **Revista Ateliê Geográfico**. Goiânia (GO) Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais (IESA), v.4, n. 4. 2010b. Disponível em: <[Link](#) >. Acesso em 28 mar. 2017.

BRUNI, Fernanda Zilli. **Ideais separatistas e autonomia política:** depoimentos sobre a criação do estado do Tocantins. 2007. 202f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 5 fev. 2017.

CAMPOS, Rinaldo. **O ditador do cerrado.** Ed. 5, S/E, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução Gênese Andrade. 4. Ed.,7. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2015. [Ensaio Latino-americanos, 1].

CANEDO, Daniele. Secretaria da Cultura ou Fundação Cultural? In: III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador – BA. **Anais Eletrônicos.** Salvador, 2007. Disponível em : <[Link](#)>. Acesso em 12 jul. 2016

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da identidade:** ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp: Brasília: Paralelo 15, 2006.

- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O Conceito de Representações Coletivas segundo Roger Chartier. In: **Revista Diálogos** do Departamento de História do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 02 nov. 2016.
- CASTRO, Iná Elias de. Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste. In: Encuentro de Geografos de America Latina, 8., 2001, Santiago. **Anais eletrônico**. Santiago: Universidad de Chile, 2001. p. 367-369. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 20 nov. 2016.
- CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. da UCG e Edusp: 2003.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano 1: Artes de Fazer**. Tradução de Ephaim Ferreira Alves, 21. Ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.
- CHARTIER, ROGER. O Mundo como Representação. In: **Revista Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, São Paulo, jan/abr., 1991. Disponível em:<[Link](#)>. Acesso em 16 out. 2016
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE (DNIT). **Rodovias Federais Brasileiras**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 13 jan. 2017.
- DIJK, Teun A. van. Estruturas do discurso e estruturas do poder. In ____; Judith Hoffnagel, Karina Falcone (Orgs.). **Discurso e Poder**. Tradução e adaptação Judith Hoffnagel. et al; revisão técnica Normanda da Silva Beserra. São Paulo: Contexto, 2008.
- ENNE, Ana Lúcia. S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. In: **Revista Fronteiras: Estudos Midiáticos**. Rio Grande do Sul, v. 6, n. 2, p. 101 – 116, jul. - dez, 2004. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em: 14 out. 2016

- FACCIN, Milton Júnior. Jornais Gaúchos: operações de sentido da identidade regional. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, 2008. **Anais eletrônicos**. Natal, 2008. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 01 jan. 2017.
- FADUL, Anamaria. Decadência da cultura regional: a influência do rádio e da TV. In: MELO, José Marques de (org.). **Comunicação/incomunicação no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1989.
- FIGUEIREDO, Isabel Benedetti. **Efeito do fogo em Populações de Capim Dourado (*Syngonanthus nitens* Eriocaulaceae) no Jalapão, To.** 2007. 73f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2007. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 01 fev.2017.
- FLORES, Murilo. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte. In: Revista **Territórios com identidade cultural**, n. 64, 2006. Disponível em: <[Link](#)> . Acesso em: 10 jan. 2017.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso** – aula inaugural no collège de France. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- FONSECA, Janaina Maria Andrade Aires. **Políticas Públicas de Ecoturismo e Desenvolvimento: Avaliação do Proecotur no Pólo Jalapão-To.** 2011. 134f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Fundação Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2011.
- GARCIA MARQUEZ, Gabriel. **Cem Anos de Solidão**. Tradução de Eric Nepomuceno, 80. Ed., Rio de Janeiro: Record, 2012.
- GEERTZ ,Clifford James. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 14. Ed., 1.reimpr. - Petrópolis, Vozes, 2014.

_____. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In: _____. **A interpretação das culturas**. 1. Ed., 13. Reimp., Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOIÁS. **Lei Estadual nº 10.419, de 01 de janeiro de 1988**. Dispõe sobre a criação do Município de TAQUARUSSU DO PORTO e dá outras providências. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso 15 jan. 2016.

GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. In: **Revista do Arquivo Nacional**, v.9, n. 1/2, jan. - dez, p.17-30. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 12 nov. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. 2. Ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. Ed., Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HELLMAN, Lillian. **Pentimento – um Livro de Retratos**. Tradução Elsa Martins. 3. Ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

HOBSBAWM, Eric J. ; RANGER, Terence (org.). **A Invenção das Tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante, 2. Ed., São Paulo: Paz e Terra, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tocantins, Palmas. In: **Cidades**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 04 set. 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009**. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 22 mar. 2017

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Indicação Geográfica**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 21 fev. 2017.

INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS (NATURATINS).

Portaria nº 362 de 20 junho de 2007. Regulamenta e ordena o manejo sustentável do capim dourado em todo o Estado do Tocantins.

JACKS, Nilda. **Mídia nativa:** Indústria Cultural e Cultura Regional. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 29 dez. 2016.

KOBELINSKI, Michel. O inventário das curiosidades botânicas da *Nouvelle France* de Pierre-François-Xavier de Charlevoix (1744). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.13-27, jan. – mar. 2013. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 06 nov. 2014.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade** . 6. Ed. Lisboa, PT: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. São Paulo: Pontes, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 24 Ed., 1. Reimp., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LIRA, Eliseu Ribeiro. **A gênese de Palmas:** a geopolítica de (re) ocupação territorial na Amazônia Legal. Goiânia: Kelps, 2011.

LOPES, José Rogério; TOTARO, Paolo; BARROS, Eduardo Portanova. Políticas Culturais, Comunidades e Patrimônios no Brasil: algumas questões epistêmicas. In Seminário Internacional – Políticas Culturais, 5,2014, Rio de Janeiro, **Anais**, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014, p. 1-15. Disponível em: <[Link](#)> . Acesso em 01 fev.2017.

_____. *Atividades comunitárias, identidades e estratégias de desenvolvimento no Brasil*. In **Seminário do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional** da Universidade Federal do Tocantins. 2014. Palmas. Palestra.

- MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo: um produto sustentável: a experiência do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, Senac Nacional, 2005.
- MACIEL, Caio Augusto Amorim. Morfologia da Paisagem e Imaginário Geográfico: Uma Encruzilhada Onto-Gnoseológica. In :**GEographia** - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, v.3, n. 6, 2001. Disponível em: <[Link](#)> . Acesso em 13 out. 2016.
- MAKOWIECKY, Sandra. Representação: a Palavra, a Idéia, a Coisa. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 57, dez. 2003. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 12 nov. 2016.
- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.
- MESSIAS, Noeci Carvalho. **Religiosidade e Devoção: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade – TO**. 2010. 352F. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós- Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 01 mar. 2017.
- METZGER, Jean Paul. O que é ecologia de paisagens? In: **Revista Biota Neotropica**, v. 1, n. 1 e 2, p. 1-9, 2001. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 22 jan. 2017.
- MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada; Goiânia, Brasília e Palmas**. 2. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.
- MORAES, Nilson A.. **Discurso, Análise de Discurso e Memória**. 199?. Disponível em: < [Link](#)>. Acesso em 24 out. 2016.
- MOTTER, Ana Elisete. **Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002)**. 2010. 158f. Tese (Doutorado) –Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São

Leopoldo, 2010. Disponível em: <[Link](#)> Acesso em 15 mar. 2017.

MYERS, Norma et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. In **Nature** **403** Archive. fev., 2000 Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 13 set. 2016.

NASCIMENTO, Glês. Entrevista 1 [jul. 2013]. Entrevistador Ana Carolina Costa dos Anjos, Palmas, 2013. 1 arq.

NETO, Eduardo Barroso. Design, identidade cultural e artesanato. In: Primeira Jornada Ibero americana de Design e Artesanato, **Anais**. Fortaleza – CE, 1999.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: Le Goff, Jacques; Nora, Pierre. **Revista História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 179-193, 1988.

_____. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Traduções** (Tradução de Yara Aun Khoury). In: **Revista Projeto História** – Programa de Estudos Pós-graduados em História e Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), v. 10, São Paulo, 1994. Disponível em: <[Link](#)> Acesso em 14 out. 2016.

NUNES, et al., Expansão da Agricultura de Larga Escala nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) no Corredor Ecológico Jalapão - Chapada das Mangabeiras, Brasil. In: Seminário Latino-Americano de Geografia Física, 5, e Seminário Ibero-Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra II, 2010, **Anais eletrônicos**, Coimbra.: Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 02 fev. 2017.

OLIVEIRA, Joana D'arc de. Entre o Jornalismo e o Marketing Político: a cobertura política do jornal do tocantins nas eleições municipais de Palmas 2008. In: Encontro de História da Mídia da Região Norte, **Anais eletrônicos**, Palmas, 2012. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 02 jan. 2017.

- OLIVEIRA, José Manoel Miranda de. **Estratégias Separatistas e Ordenamento Territorial:** a criação de Palmas na consolidação do estado do Tocantins. 2012. 295f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 23 nov. 2016.
- OLIVEIRA, Rosy. A “Invenção” do Tocantins. In: GIRALDINI, Odair (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins.** Goiânia: Ed. UFG, 2002.
- OLIVEN, Ruben George. Apresentação. In: JACKS, Nilda. **Mídia nativa:** Indústria Cultural e Cultura Regional. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. Disponível em: <[Link](#)> Acesso em 29 dez. 2016.
- ORLANDI, Eni Pucinelli. **Discurso e leitura.** Campinas: UNICAMP, 1996
- _____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- _____. **A moderna tradição brasileira:** Cultura Brasileira e Indústria Cultural. 5. Ed., 9. Reimp., São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PALMAS. **Decreto nº 22, de 29 de fevereiro de 2000.** Dispõe sobre o tombamento provisório de bens municipais e dá outras providências. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso 23 fev. 2017.
- _____. **Decreto nº 67, em 16 de março de 2005.** Dispõe sobre o tombamento definitivo da Casa Suçuapara, localizada no Parque Cesamar. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 18 fev. 2017.
- _____. **Lei Complementar nº 137, de 18 de junho de 2007.** Dispõe sobre a criação da Fundação Cultural de Palmas - FCP e do Fundo Municipal de Apoio à Cultura - FMC. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 20 jan. 2017.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins Colonial**. Goiânia: UFG, 2007.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. Ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. In: **Revista Comunicação e Sociedade**. São Bernardo do Campo: Póscom-Umesp, a. 26, n. 43, p. 67-84, 1º sem., 2005. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 12 dez. 2016.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos**. 2. Ed., São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PIRES, Warner. **Memórias vivas da câmara municipal de Palmas**. Palmas: Câmara Municipal de Palmas, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v.5, n, 10, p. 200-212. 1992. Disponível em:<[Link](#)>. >. Acesso em 14 out. 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. A Construção do Mito do Fundador do Estado do Tocantins (1988 – 2002). In X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: História e Política. **Anais Eletrônicos**, Recife, 2010. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 14 nov. 2015

REZENDE, Valquíria Moreira. Entrevista 1 [jul. 2013]. Entrevistador Ana Carolina Costa dos Anjos, Palmas, 2013. 1 arq.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. In: HERSCHMANN, M; PEREIRA, Carlos Alberto Messenger.

Mídia, memória e celebridades: estratégias narrativas em contextos de altas visibilidades. 2 Ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2005.

RIBEIRO, Maria Rosane. **Glossário de jornalismo**. 2008. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em: 19 de mar. 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (Orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

RODRIGUES, Jean Carlos. **Estado do Tocantins:** Política e Religião na construção do espaço de representação tocantinense. 2008. 148f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2008. Disponível em: < [Link](#)>. Acesso em 16 out. 2016.

_____. Estado do Tocantins: 20 anos de representação entre o político e o religioso. In: **Revista RA'E GA: O Espaço Geográfico em Análise**, n. 18, p. 103-116, Curitiba, Editora UFPR, 2009. Disponível: <[Link](#)>. Acesso em 16 jul. 2016.

_____. Identidade, Política e Eleição no Estado do Tocantins: 1988-2010. In: **Revista Boletim Goiano de Geografia**. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal do Goiás, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 127-137, jul. – dez. 2012. Disponível em:<[Link](#)> Acesso em 13 maio 2014.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da.; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Geocologia das Paisagens:** uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos. Acerca do conceito de representação. In: **Revista de Teoria da História**, a. 3, n. 6, dez, p. 27 – 53, 2011,. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 11 nov. 2016.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário de Sociologia**. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

SCHAMA, SIMON. **Paisagem e Memória**. Tradução Hildergard Feist, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHMIDT, Isabel Belloni. **Etnobotânica e Ecologia Populacional de Syngonanthus nitens: sempre-viva utilizada para artesanato no Jalapão, Tocantins**. 2005. 91f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Programa de Pós-graduação em Ecologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 20 jan. 2017.

SCHNEIDER, Jens. Discursos Simbólicos e Símbolos Discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional. In: **Revista Mana: Estudos de Antropologia Social** (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 97. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 18 out. 2016.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como Vontade e Representação**. Tradução M. F. Sá Correia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A natureza como paisagem-imagem e representação no segundo reinado. In: **Revista USP**, n.58, p. 6-29, jun. – ago., São Paulo, 2003. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 30 de abr. 2014.

_____. Apresentação: Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo**. Tradução Denise Bottman. 3. Reimp., São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

- SENNA, Mary Lúcia Gomes Silveira de. **Percepção e Representação Ambiental dos Guias/Condutores de Turismo e dos Turistas do Parque Estadual do Jalapão/TO, Como Fator Influenciador da Prática Ecoturística.** (118f). 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente). Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2008. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 23 jan. 2017.
- SILVA, Luís Antônio G. C. **Biomias presentes no Estado do Tocantins.** Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em:<[Link](#)>. Acesso em 15 jan. 2017.
- SILVA, Otávio Barros. **História da Imprensa no Tocantins.** Palmas, To: Empresa Tocantinense de Comunicação, 2003.
- SILVA, Valéria Cristina Pereira da. “**Girassóis de Pedra**”: imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo. 2008. 239f. Tese (Doutorado em Geografia) Curso de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 15 out. 2016.
- SOUSA, M. R. S.; SOUSA, A. J. Vestígios Artesanais na Biodiversidade e Plasticidade do Buriti. In: II Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, João Pessoa - PB – 2007. **Anais eletrônicos**, 2007. Disponível em: < [Link](#)> Acesso em 15 mar. 2017.
- STEINBERG, Marília. (Org.). Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: _____. (org). **Territórios, ambiente e políticas públicas espaciais.** Brasília: Paralelo 15, LGE Editora, 2006.
- SUASSUNA, Ariano. **Auto da compadecida.** 34 Ed. Rio de Janeiro: Agir, 2002.
- TEIXEIRA. Irenildes. **O Jornal do Tocantins de 1988 a 1991: o texto, o contexto e a imagem fotojornalística na formação do Estado do Tocantins.** 2003. 113f. Dissertação (Mestrado em

Comunicação e Mercado) Programa de Mestrado em Comunicação e Mercado da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo, 2003. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 31 ago. 2016.

TEIXEIRA, Nísio. **Impacto da internet sobre a natureza do Jornalismo Cultural**. Disponível em: < [Link](#)>. Acesso em: 02 jan.2017.

TEIXEIRA, Luís Fernando Cruvinel. A formação de Palmas. In: dossiê Cidades Planejadas na Hinterlândia, **Revista UFG**, a. XI, n. 6, jun., 2009. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 13 jan. 2017.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade - uma teoria social da mídia**. Tradução Wagner de Oliveira Brandão. Revisão da Tradução Leonardo Avritzer. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

TOCANTINS. **Lei Estadual nº 70, de 26 de julho de 1989**. Dispõe sobre a criação do município de Palmas. . Disponível em: <[Link](#)> Acesso em 18 fev. 2017.

_____. **Lei Estadual nº 264, de 18 de abril de 1991**. Dá nova Estrutura Organizacional ao Poder Executivo Estadual, e determina outras providências. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 22 jan. 2017.

_____. **Lei Estadual nº 431, de 28 de julho de 1992**. Dispõe sobre tombamento de prédios que específica. Disponível em: <[Link](#)> Acesso em 18 fev. 2017.

_____. **Lei de Estadual nº 915, de 16 de julho de 1997**. Define, como símbolos da natureza do Estado, a flor, a árvore, o pássaro e a pedra que especifica. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 18 fev. 2017.

_____. Tocantins Ano 10. **Cartilha Escolar – Produto Didático-Cultural**. Criação Prisma Promoção e Produções LTDA, 1998.

- _____. **Lei de Estadual nº 1.171, de 02 de agosto de 2000.** Dispõe sobre o destombamento do prédio urbano que especifica. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 18 fev. 2017.
- _____. **Lei Estadual nº 1.203, de 12 de janeiro de 2001.** Cria o Parque Estadual do Jalapão, e adota outras providências. **Diário Oficial.** Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 25 jan. 2017.
- _____. **Lei Estadual nº 1.311, de 04 de abril de 2002.** Institui a Fundação Cultural do Estado do Tocantins, e adota outras providências. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 18 fev. 2017.
- _____. **Lei Estadual 1.712 de 10 de julho de 2006.** Concede Título de Cidadã Tocantinense à Sr^a Lily Monique de Carvalho Marinho – Lily Marinho. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 18 fev. 2017.
- _____. **Lei estadual nº 2.106 de 14 de julho de 2009.** Reconhece como bem de valor cultural e Patrimônio Histórico do Estado do Tocantins, o artesanato produzido em Capim Dourado. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 10 mar. 2017.
- _____. **Lei Estadual nº 2.619, de 9 de agosto de 2012.** Define os símbolos da natureza do Estado do Tocantins, adota outras providências. Disponível em:<[Link](#)>. Acesso em 25 jan. 2017.
- _____. **Lei Estadual nº 2.810, de 26 de dezembro de 2013.** Atribui nova denominação às unidades escolares especificadas. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 20 fev. 2017.
- _____. Secretaria de Estado de Cultura. **Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história. A Praça dos Girassóis.** Palmas (TO), 2013.
- _____. Secretaria de Estado de Planejamento e Meio Ambiente. **Plano de Desenvolvimento do Ecoturismo para o Pólo Jalapão.** Palmas, 2002.
- _____.Secretaria de Estado de Planejamento e Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão: Diagnóstico e**

Planejamento. Palmas, 2003. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 26 jan. 2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. v.1., 3 Ed., São Paulo: Contexto, 2012.

VELHO, Gilberto. Memória, identidade e projeto. In: _____. **Projeto e Metamorfose** – Antropologia das Sociedades Complexas. 3. Ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

VIERA, Maytê. **Imaginário, imaginação social e seus símbolos.** Disponível em: <[Link](#)> Acesso em 19 out. 2016.

WEISSHEIMER, Maria Regina. **Paisagem Cultural.** Encarte. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 06 mar. 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 2. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

WISSER, Tereza Zeizer; KRUPEK, Rogério Antônio. Biologia reprodutiva de uma população de *Mirabilis jalapa* L. (Nyctaginaceae) In Revista **Acta Iguazu**, Suplemento, Cascavel, v.2, p. 1-10, 2013. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 29 jan. 2015.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa.** Tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Leitura Crítica).

WOLTON, Dominique. **Elogio do Grande Público:** uma teoria crítica da TV. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Ática, 1996.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença:** A Perspectiva dos Estudos Culturais. 13. Ed., Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

WOLF, Mauro. Teorias das Comunicações de Massa. Tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Leitura Crítica).

ZITZKE, V. A. **A Rede Sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (To) e os Reassentamentos Rurais das Famílias Atingidas**. 316f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, abril, 2007. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 12 jul. 2016.

JORNAIS CONSULTADOS

ALENCAR, Emerson. PMDB altera a data da filiação de Marcelo Miranda. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 14 maio 2005. Caderno de Política.

_____. Filiação de Marcelo Miranda decreta racha político. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 10 jun.2005. Caderno de Política.

_____. UT Racha e esquerda ganha espaço. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 31 dez.2005. Caderno de Política.

BARROS, Lorena Karlla. Artesãos produtores de cultura. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 18 mar. 2003. Caderno Arte & Vida.

BITTECOURT, Paula. Estátua desaparecida está de volta à praça. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 30 de out. 2005. Caderno Arte & Vida.

_____. Ronaldo Fraga e as Tendências indígenas. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 27 jul. 2007. Caderno Arte & Vida.

BORGES, Débora. Divulgada a comitiva do Tocantins. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 20 jul. 2005. Caderno Arte & Vida

BORGES, Lenna. Peculiaridade do Jalapão no Globo Rural. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 06 jan. 2008. Caderno Arte & Vida.

_____. Ícones do Tocantins. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 17 jun. 2008. Caderno Arte & Vida.

_____. Capim dourado será tema de exposição no Rio. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 07 mar. 2008. Caderno Arte & Vida.

_____. Genuinamente tocantinense. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 21 mar. 2009. Caderno Arte & Vida.

COSTA, Lailton. Girassóis Conspiratórios. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 08 maio 2008. Caderno de Opinião.

_____. Onde andaram?. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 24 jul. 2009. Caderno de Opinião.

_____. Ninguém sabe. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 24 jul. 2009. Caderno de Opinião.

D'ANGELO, Zuleide. Arte tocantinense para presidente ver. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 18 dez.2003. BIP. Caderno Arte & Vida.

_____. Uma bailarina no comando da Fundação Cultural. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 07 jan.2003. Caderno Arte & Vida.

FARIAS, Elisângela. Turismo e artesanato em rede nacional. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 10 out. 2003. Caderno Arte & Vida.

_____. Artistas disputarão espaço em Paris. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 14 out. 2004. Caderno Arte & Vida.

_____. Cultura palmense com nova cara. **Jornal do Tocantins**, Palmas 04 jan. 2005. Caderno Arte & Vida.

_____. Proposta com cara tocantinense. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 18 jan. 2006. Caderno Arte & Vida.

_____. Noite Tocantinense no DF. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 12 jul. 2005. Caderno Arte & Vida.

_____. Tocantins está como pé na França. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 24 fev. 2005. Caderno Arte & Vida.

_____. Frontispícios não voltam mais ao Palácio. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 02 nov. 2006. Caderno Arte & Vida.

_____. Brilho que pode ser ofuscado **Jornal do Tocantins**, Palmas, 11 abr. 2007. Caderno Arte & Vida.

_____. Perdendo seu brilho de origem. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 11 nov. 2006. Caderno Arte & Vida.

FERREIRA, Maria Letícia. Roubo ameaça capim dourado do Jalapão. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 14 out. 2007. Caderno de Estado.

_____. 7 são presos acusados de tráfico de capim dourado. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 14 out. 2008. Caderno de Estado.

FONTES, Seleucia. Tocantins presente no lançamento do Espaço Brasil. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 11 jan. 2005. Caderno Arte & Vida.

_____. Belezas do estado convidam ao ecoturismo. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 05 jun. 2005. Caderno Arte & Vida.

_____. Feira Internacional chega ao fim hoje. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 15 jan. 2006. Caderno Arte & Vida.

FREITAS, Juliana. Jalapão – sertão das águas. **O Girassol**, Palmas, 11 fev. 2009. Caderno Viver.

HERCULANO, Flávio. PMDB assegura a candidatura de Marcelo Miranda. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 11 jun. 2005. Caderno de Política.

JORNAL DO TOCANTINS. A Praça dos Girassóis. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 29 jan. 2003. Caderno de Opinião.

_____. Arte tocantinense para presidente ver. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 18 dez. 2003. Caderno Arte & Vida, [BIP]Antena Ligada.

_____. Capim Dourado. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 29 maio 2004. Caderno de Opinião.

_____. Assédio Partidário. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 19 out. 2004. Caderno de Opinião.

_____. Ninguém sabe nada. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 04 maio 2005. Caderno de Opinião.

_____. Marina Silva destaca o potencial do Estado. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 11 abr. 2006. Caderno de Estado.

_____. **Capim dourado**. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 29 maio 2007. Caderno de Política, Antena Ligada.

KATIENZA, Karyne. Retirado o segundo frontispício. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 22 out. 2006. Caderno Estado.

KUROVSKI, Valéria. Barbiero convida Lula para vir ao Tocantins. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 30 out. 2004. Caderno de Estado.

LOBO, Eduardo. 470 kilos de Capim Dourado apreendidos em Ponte Alta. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 24 out. 2009. Caderno de Estado.

MACEDO, Poliana. Frontispícios estão multilados em casebre. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 30 jan. 2010. Caderno Arte & Vida.

MARTINS, Landa Rosa. Visita Marina Silva. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 13 abr. 2006. Caderno Arte & Vida.

_____. Visita do embaixador da Índia, Krishan Kumar. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 8 nov. 2007. Caderno Arte & Vida.

MATOS, Marluza. Jalapão ganha ainda mais visibilidade nacional. **O Girassol**, Palmas, 18 abr. 2006. Caderno Geral.

MENDONÇA, Angélica. Jalapão e suas peculiaridades em discussão. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 20 jul. 2007. Caderno Arte & Vida.

MIRANDA, Dulce. Fé com Arte. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 04 nov. 2003. Caderno Arte & Vida.

MORAES, Suene. Empresários valorizam a cultura local. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 07 dez. 2008. Caderno de Economia. _____. Escolha Positiva. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 07 dez. 2008. Caderno de Economia.

MOTA, Ivonete. Capim dourado. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 13 jul. 2004. Caderno de Opinião.

NASCIMENTO, Glês. Estado aguarda selecionados. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 13 jan. 2005. Caderno Arte & Vida.

_____. Tocantins para francês ver. **O Girassol**, Palmas, 26 jul. 2005. Caderno Viver.

_____. Balanço Positivo. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 07 ago. 2005. Caderno Arte & Vida.

O GIRASSOL. Boatos. **O Girassol**, Palmas, 05 ago. 2003. Caderno de Opinião.

_____. Racha. **O Girassol**, Palmas, 12 ago. 2003. Caderno de Opinião.

_____. Governo reforça identidade própria. **O Girassol**, Palmas, 28 jan. 2005, Capa.

_____. Grande festa marca filiação de Marcelo Miranda ao PMDB. **O Girassol**, Palmas, 14 jun. 2005. Caderno de Opinião.

_____. Lily Marinho nova cidadã tocantinense faz visitas a instituições e abre exposição. **O Girassol**, Palmas, 17 nov. 2006. Caderno Viver.

_____. Artesãos tocantinenses são qualificados. **O Girassol**, Palmas, 20 jul. 2006. Caderno Viver.

_____. Técnicos discutiram a participação do TO. **O Girassol**, Palmas, 26 abr. 2008. Caderno Viver.

_____. Fazer achados e perdidos. **O Girassol**, Palmas, 03 fev. 2010. Caderno Política.

OLIVEIRA, Raquel. Novos Rumos no Governo. **O Girassol**, Palmas, 28 jan. 2005. Caderno de Política.

PINHEIRO, Cléo. Adeus, girassóis. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 10 nov. 2006. Caderno de Opinião.

_____. Por mais informação. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 17 nov. 2006. Caderno de Opinião.

_____. Justificando. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 17 nov. 2006. Caderno de Opinião.

_____. Os Girassóis. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 28 out. 2008. Caderno de Opinião.

REYS, Andréa. Siqueira e a História da criação. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 20 maio 2006. Caderno Especial – Aniversário de Palmas.

SANTOS, Lucíola. Reunião de Secretário acontece neste mês. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 14 fev. 2005. Caderno Política.

SANTOS, Marcelo. Sob o olhar de Theotônio. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 20 maio de 2005. Caderno Especial – Aniversário de Palmas.

_____. Siqueira Agradece. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 04 jan. 2006. Caderno de Opinião.

SANTOS, Lucíola. O lançamento da logomarca. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 14 fev. 2003. Caderno de Estado.

SOUZA, Jarlene. Os desafios de um novo tempo na cultura do Tocantins. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 25 jan. 2011. Caderno Arte & vida.

TOCANTINS. Secretaria de Estado de Comunicação. Propaganda: Tocantins - cultura é nossa identidade. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 05 nov. de 2004. Caderno Arte & Vida.

TOLEDO, Cleber. Rompimento automático. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 02 nov. 2004. Caderno de Opinião.

VALADARES, Sônia Matos. Patrimônios Tocantinenses esquecidos com o tempo. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 26 jan. 2010. Caderno Arte & Vida.

VIANA, Neuracy. Índios tocaninenses para francês ver. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 19 out. 2004. Caderno Arte & Vida.

_____. Estado deve prestar informação. **Jornal do Tocantins**, Palmas, 05 maio 2007. Caderno Estado.

SITES CONSULTADOS

BORGES, Daniella. Jalapão um imenso oásis no interior do Brasil. **4X4**. Disponível em: <[Link](#)> Acesso em 13 fev 2015.

CAVALCANTE, Lara. **Estilista Ronaldo Fraga visita o Tocantins**, Palmas, 27 de jul. 2007. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 04 mar.2015.

CONEXÃO DO TOCANTINS. Especialista questiona informação de que o Centro Geodésico do Brasil fica na Praça dos Girassóis, Palmas, 24 out. 2013. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 19 fev. 2017.

EDWARD, José. *Print Screen* da versão digital da matéria O Caudilho do Tocantins. In: **Revista Veja**, Geral, São Paulo (SP), ed.

1658, ano 33, n. 29, 19 jul. 2000. Disponível em:<[Link](#)> . Acesso em 15 fev. 2017.

LINS, Aquiles. PT expulsa prefeito Raul Filho e deputada Solange Duailibe do partido. Portal CT Notícia. Disponível em <[Link](#)>. Acesso em 15 fev. 2017.

JUNQUEIRA, Eduardo. Dicas do Jalapão. **Universo dos Viajantes**, Mateiros, 25 set. 2014. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 01 fev.2017.

MARANHÃO, Thelma. Fundação Cultural promove I Seminário de Capim Dourado. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 01 fev. 2017.

TOCANTINS. Secretaria de Comunicação. Fundação Cultural promove I Seminário de Capim Dourado. Thelma Maranhão, Palmas, 24 jun. 2003. Disponível em: <[Link](#)> . Acesso em 12 fev. 2015.

IMAGENS UTILIZADAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESTADO DO TOCANTINS. [s/d]. **Cachoeira da Formiga**. 1 fotografia, color. Disponível em:<[Link](#)> : Acesso em 19 fev. 2017.

_____. [s/d]. **Cachoeira da Velha**. 1 fotografia, color. Disponível em:<[Link](#)> : Acesso em 19 fev. 2017.

_____. [s/d]. **Duna com fio d'água**; 1 fotografia, color. Disponível em:<[Link](#)> : Acesso em 19 fev. 2017.

_____. [s/d]. **Fervedouro**. 1 fotografia, color. Disponível em:<[Link](#)> : Acesso em 19 fev. 2015.

_____. [s/d]. **Mirante da Serra do Espírito Santo**.. 1 fotografia, color. Disponível em:<[Link](#)> : Acesso em 19 fev. 2017.

_____. [s/d]. **Prainha da Cachoeira da Velha**. 1 fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)> : Acesso em 19 fev. 2017.

ANDRES, Michele Wesz. [2011]. **Centro geodésico' do Brasil, interior do Palácio Araguaia**. 1 fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso 17 fev. 2017.

ANJOS, Ana Carolina Costa dos. **Placa do Manifesto da Criação da Província da Palmas** [2015]. 1 fotografia color.

_____. Monumento o Cruzeiro [2015]. 1 fotografia color.

ALMEIDA, Ricardo. **Abertura Oficial da Pavimentação de Palmas, no dia 20 de maio de 1989** [1989]. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural do Município de Palmas.

ARAÚJO, Ezequias. [2003]. Reunião de Secretário acontece neste mês. In: **Jornal do Tocantins**, Palmas, 14 fev. 2003, Caderno de Política.

[Autoria desconhecida]. **Ala sul da Praça dos Girassóis**, Brasão de Armas. 1 fotografia color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 16 fev. 2017.

[Autoria desconhecida, [199?]]. **Mapa do Estado do Tocantins – Codetins**. Acervo Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.

[Autoria desconhecida, [2007]]. **Mapa do Estado do Tocantins – Paço Municipal**. Acervo Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.

[Autoria desconhecida] **Passeata do Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins 1** [1956]. P&b In: Cavalcante (2003, p. 138) – acervo particular de Dr. Feliciano Machado Braga, Porto Nacional.

[Autoria desconhecida] **Passeata do Movimento Pró-Criação do Estado do Tocantins 2** [1956]. P&b In: Cavalcante (2003, p. 58

) – acervo particular de Dr. Feliciano Machado Braga, Porto Nacional.

[Autoria desconhecida]. **Faixa colocada no aeroporto de Porto Nacional** [1956]. P&b In: Cavalcante (2003, p. 12) – acervo particular de Dr. Feliciano Machado Braga, Porto Nacional.

[Autoria desconhecida]. **Tocantinense não é goiano** [1956]. P&b In: Cavalcante (2003, p. 138) – acervo particular de Dr. Feliciano Machado Braga, Porto Nacional.

[Autoria desconhecida]. **Palácio 20 de maio** [1956]. P&b In: Cavalcante (2003, p. 104) – acervo particular de Dr. Feliciano Machado Braga, Porto Nacional.

[Autoria desconhecida]. **Construção do Palacinho** [1989]. P&b. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.

[Autoria desconhecida]. **Monumento o Cruzeiro** [1990]. P&b. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.

[Autoria desconhecida]. **Abertura Oficial da Pavimentação de Palmas, no dia 20 de maio de 1989** [1989]. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural do Município de Palmas.

[Autoria desconhecida]. **Reunião na Câmara de Vereadores de Palmas – Casa Suçupara, 1990**. P&b. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas

BENTO, Emerson. **Monumento à Bíblia** [2007]. 1, fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 19 fev. 2017.

_____. **Canteiro Theotônio Segurado**. [2008]. 1, fotografia, color . Disponível em: <[Link](#)>. Acesso 03 mar. 2017.

BISPO, Luzinte. [200?]. **Palácio Araguaia 2002 – 2006, 2**. 1 fotografia, color. Disponível em <[Link](#)>. Acesso em 15 abr. 2017.

- _____. [200?]. **Relógio do Sol**. 1 fotografia, color. Disponível em <[Link](#)>. Acesso em 15 fev 2017.
- BORGES, Augusto Fontes [2007]. **Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos - Natividade**. 1 **Fotografia, color**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 13 já. 2017.
- BRUNI, Fernanda Zilli. [2005-2007?]. Paineis das Conquistas. 1 fotografia, color. In: _____. **Ideais separatistas e autonomia política: depoimentos sobre a criação do estado do Tocantins**. 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais), do Centro de Pesquisa e Documentação de história contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro (Rj), 2007. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 10 fev. 2017.
- _____. [2005-2007?]. Paineis das Lutas. 1 fotografia, color. In: _____. **Ideais separatistas e autonomia política: depoimentos sobre a criação do estado do Tocantins**. 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais), do Centro de Pesquisa e Documentação de história contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro (Rj), 2007. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 10 fev. 2017.
- BRAZIL, Jorge. [200?]. O Palácio Araguaia, na Praça dos Girassóis. 1 fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 13 fev. 2017.
- CALDAS, Elson. **Palacinho em 1989** [1989]. P&b. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.
- _____. **Construção Palácio Araguaia 1990-1991 1**. [1990].]. P&b. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.
- _____. **Construção Palácio Araguaia 1990-1991 2**. [1990].]. P&b. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.
- CARELLI, Vicente. [1983]. Localização. Povo Krahô. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 16 fev. 2017.

COSTA, Renato Alves. **Palácio Araguaia - perspectiva contrapolgê.** 1 fotografia color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 19 fev. 2017.

DIAS, Marilene Rodrigues Alves. Casa Suçupara, em 1987. **1fotografiai color.** Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.

DI PIETRO, Márcio. Primeira Missa de Palmas [1989]. P&b. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.

_____. **Palacinho em 1990** [1990]. P&b. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.

_____. [1990]. **Palácio Araguaia - perspectiva aérea década de 1990 1.** [1990]. P&b.. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 18 fev. 2017.

_____. **Plantação de Girassóis e as Secretarias de Governo, 1.** [1990]. P&b. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.

_____. **Plantação de Girassóis e as Secretarias de Governo, 2.** [1991]. P&b. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.

_____. [1991]. **Construção do Palácio Araguaia 1990-1991.** 1 fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 18 fev. 2017.

_____. [1991]. **Construção do Palácio Araguaia –1990-1991, Fachada.** 1 fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 18 fev. 2017.

_____. [1991]. **Construção do Palácio Araguaia 1990-1991, Pilares.** 1 fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 18 fev. 2017.

- _____. [1991]. **Avenida Theotônio Segurado com canteiros repletos de girassóis - década de 1990**. 1 fotografia, color. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.
- _____. [1990]. **Palácio Araguaia - perspectiva aérea década de 1990, 2**. [1993]. P&b.. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.
- _____. [1993]. **Palácio Araguaia - perspectiva aérea década de 1990, 3**. [1993]. P&b.. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.
- _____. [2002 -2007?]. Salão de Entrada do Palácio Araguaia. Arquivo Secretária de Comunicação do Estado do Tocantins, 1 fotografia, color. In: BRUNI, , Fernanda Zilli. **Ideais separatistas e autonomia política: depoimentos sobre a criação do estado do Tocantins**. 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais), do Centro de Pesquisa e Documentação de história contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro (Rj), 2007. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 10 fev. 2017.
- DI PIETRO, João [2013]. Complexo Museológico Histórico-Cultural. 1 fotografia, color. In: BITTENCOURT, Paula; AQUINO, Gilberto. **Passeio pela Praça dos Girassóis revela a história da capital Palmas**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 10 jan. 2017.
- EDWARD, José. *Print Screen* da versão digital da matéria O Caudilho do Tocantins. In: **Revista Veja**, Geral, São Paulo (SP), ed. 1658, ano 33, n. 29, 19 jul. 2000. Disponível em:<[Link](#)>. Acesso em 10 jan. 2017.
- FERREIRA, João Otavio Dobre. [2012]. **Maquete da Praça dos Girassóis**. 1 fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 13 fev. 2017.
- FOLHA DO BICO. s/t. [2011]. **1 fotografia, color**. Disponível em: 15 fev. 2015. Disponível em: <[Link](#)> . Acesso em 12 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. [2003]. **Mapa de Localização da região do Jalapão**. 1 fotografia, color. In: SCHMIDT, Isabel Belloni. Etnobotânica e Ecologia Populacional de *Syngonanthus nitens*: sempre-viva utilizada para artesanato no Jalapão, Tocantins. 2005. 91f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Programa de Pós-graduação em Ecologia da Universidade de Brasília. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 20 jan. 2017.

FRANÇA, Gilberto. [2011]. Brasão de Armas. **1 fotografia, color**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 16 fev. 2017.

GONÇALVES, José Manoel. **Vitrais do Palácio Araguaia**. **1 fotografia, color**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 15 fev. 2017.

GONZÁLEZ, Manuel Luis Gil. [s/d]. **Mirabilis jalapa L.** **1 fotografia, color**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 20 fev. 2017.

LOPES, Edson. [1989]. **Construção do Palácio Araguaia – fachada**. **1 fotografia, color**. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural do Município de Palmas.

_____. [1990]. Monumento à Lua Crescente. P&b. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural do Município de Palmas.

MARA, Lia. [2013] **Monumento Súplica dos Pioneiros**. Agência Tocantinense de Notícia. **1 fotografia, color**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 14 fev. 2017.

_____. **Monumento Cruzeiro**. [2013]. Agência Tocantinense de Notícia. **fotografia, color**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 14 fev. 2017.

MARQUES, Sidney Madalena. **Ato simbólico da escolha do local para construção da capital do Estado do Tocantins pelo**

governador José Wilson Siqueira Campos [1989]. P&b. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural do Município de Palmas.

_____. [1989]. **Print screen do descerramento da Placa da Pedra Fundamental de Palmas**. Vídeo documentário da Primeira Missa de Palmas. Disponível em: <[Link](#)> Acesso 28 fev. 2015.

O JORNAL 2. [2005]. **Retirada dos Frontispícios do Palácio Araguaia reportadas na mídia local, 1.1** fotografia color. In: O JORNAL. Palmas, Reforma ou derrubada? n.605, out. 2006. p. 1.

“PALMAS, TO.” (out. 2012), **Google Maps. Google**. Street View, out. 2012. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 16 fev. 2017.

_____. (2014), **Google Maps. Google**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 15 fev. 2017.

_____. **Google Maps. Google**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 16 fev. 2017.

PALMAS, TO.” (2014), **Google Maps. Google**. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 16 fev. 2017.

PASTORELLO, Fábio. Duna do Jalapão. 1 fotografia color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 19 fev. 2017.

PEREIRA, Luciano. **Palácio Araguaia**. [201?], 1, fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 13 fev. 2017.

PINTO, Thenes. [1991]. **Palácio Araguaia década 1990**. Projeto Palmas Ontem e Hoje. 1 fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 13 fev. 2017.

_____. [1991]. **Palácio Araguaia década 1990**. [1991]. P&b. Acervo do Patrimônio Cultural da Fundação Cultural de Palmas.

_____. [1992]. **Avenida Theotônio Segurado com canteiros repletos de girassóis - década de 1990**[1992]. P&b. Acervo do

Patrimônio Cultural da Fundação Cultural do Município de Palmas.

POVOADO DO MUMBUCA. **Dona Miúda**. 1 fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 20 mar. 2017.

QUEIROZ, Gilmar. [200?]. **Palácio Araguaia 2002 – 2006, 1**. In: Cotrim, Maria José. **Conexão do Tocantins**. Palmas, 14 jan. 2011. Estado. Começam os estudos para o retorno dos frontispícios para o Palácio Araguaia. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 20 mar. 2017.

RIBEIRO, Sherlyton. [2013]. Catedral Metropolitana. In: **Portal T1 Notícias**. Palmas 27 maio 2011. Notícias. Catedral Metropolitana realiza festejo do Divino Espírito Santo na próxima semana: renda será revertida para obras da sede. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 16 fev. 2017.

SÁ, Gustavo. **O Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história: A Praça dos Girassóis**. Mapa do Tocantins ala norte da Praça. 1 fotografias, color. Palmas: Secretária de Comunicação do Estado do Tocantins, 2013.

_____. **O Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história: A Praça dos Girassóis**. Relógio do Sol, 1 fotografia, color. Palmas: Secretária de Comunicação do Estado do Tocantins, 2013.

_____. **O Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história: A Praça dos Girassóis**. Projeto da Catedral Metropolitana de Palmas, 1 fotografia, color. Palmas: Secretária de Comunicação do Estado do Tocantins, 2013.

_____. **O Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história: A Praça dos Girassóis**. Brasão de Armas – Ala Sul, 1 fotografia, color. Palmas: Secretária de Comunicação do Estado do Tocantins, 2013.

_____. **O Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história: A Praça dos Girassóis** Cascata da Praça dos Girassóis, 1 fotografia,

color. Palmas: Secretária de Comunicação do Estado do Tocantins, 2013.

_____. **O Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história:** A Praça dos Girassóis. Complexo museológico histórico-cultural, 1 fotografia, color. Palmas: Secretária de Comunicação do Estado do Tocantins, 2013.

_____. **O Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história:** A Praça dos Girassóis. Praça Kharô, 1 fotografia, color. Palmas: Secretária de Comunicação do Estado do Tocantins, 2013.

_____. **O Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história:** A Praça dos Girassóis. Praça de Esporte, 1 fotografia, color. Palmas: Secretária de Comunicação do Estado do Tocantins, 2013.

_____. **O Tocantins, seus símbolos, seu povo, sua história:** A Praça dos Girassóis. Praça de Lazer, 1 fotografia, color. Palmas: Secretária de Comunicação do Estado do Tocantins, 2013.

SALVADOR, Umberto. [2008]. **Centro Geodésico do Brasil sofre ação dos vândalos.** [2008] fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)> Acesso em 14 fev. 2017.

SANTOS, Sílvio [2005]. **Painel de Girassóis da Assembleia Legislativa, 1. 1 fotografia , color.** Acervo da coordenação de fotografia e cinematografia da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

_____. [2015] **Painel de Girassóis da Assembleia Legislativa, 1. 1 fotografia , color.** Acervo da coordenação de fotografia e cinematografia da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins

_____. [2014]. **Palácio Deputado João D'Abreu, prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins. 1 fotografia, color.** Disponível em:<[Link](#)>. Acesso em 15 fev. 2017.

SOUZA, Patrick. [2013]. Fonte luminosa. 1 fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 17 fev. 2015.

VALADÃO, Jefferson. [201?]. Casa da Cultura Suçupara. **1 fotografia, color.** Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 15 fev. 2017.

_____. [201?]. **Palácio Rio Tocantins**, prédio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, 1 fotografia, color. Disponível em:<[Link](#)>. Acesso em 15 fev. 2017.

VIEIRA, Márcio. Palacinho - Museu Histórico do Tocantins [2013]. Fachada Palacinho. In: Palacinho oferece cardápio cultural variado; confira. **Rede Tocantins de Notícia.** 1 fotografia, color. Disponível em:<[Link](#)>. Acesso em 16 fev 2017. .

_____. [2013]. Palácio Araguaia após 2011 - Brasão das Armas. A praça que conta a história da capital mais jovem do Brasil. **Rede Tocantins de Notícia. Palmas**, 20 maio 2013. 1 fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 16 fev. 2017.

VIEIRA, Paulo M. [2013]. **Detalhes da cruz em pau-brasil no Monumento Cruzeiro.** Agência Tocantinense de Notícia. 1 fotografia, color. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 14 fev. 2017.

TOCANTINS. Agência Estado. [1991]. Fachada da então recém-inaugurada sede do governo do Tocantins, o Palácio do Araguaia. Portal **Notícias. r7**, 29 maio 2011. Criado em 1988, Tocantins cresceu, mas ainda enfrenta problemas. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 16 fev. 2017.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS. [2014].
In:

Frisa e painéis homenagearam Dom Celso e dominicano. Site oficial do Tribunal De Justiça do Estado do Tocantins. Disponível em:<[Link](#)>. Acesso em 16 fev. 2017.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

ARBEX JUNIOR, José. Telenovela ou domesticação do imaginário. In: _____ . **Showrnalismo: a Notícia como Espetáculo**. 2. Ed. São Paulo: Casa Amarela, 2002.

BRANDT, Cristina Thedim. Impacto da criação de pequenos municípios após a Constituição de 1988 sobre a repartição de recursos do FPM. Estudos Legislativos, Brasília, 2008. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 20 jan. 2017. In: DANTAS, Bruno et al. **Constituição de 1988: o Brasil 20 anos depois**. Imprensa: Brasília, Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, 2008.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. **Capim dourado: costuras e trançados do Jalapão**. Imprensa: Rio de Janeiro : IPHAN, CNFCP, 2008. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 12 mar. 2017.

DERBORD, Guy. Sociedade do Espetáculo. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERNANDES, Ludmila Dias. **As praças cívicas nas novas capitais brasileiras**. 2011. 265f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do eu na Vida Cotidiana**. Tradução de Maria Celia Santos Raposo. Petrópolis (RJ): Vozes, 2005.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: O que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**, São Paulo: Contexto, 2006.

MENESES, Verônica Dantas; SILVA, Aldenes Lima da. Memória e Comunicação na Preservação Cultural do Distrito Canela - Palmas/To. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília, ANAIs Eletrônicos, 2006. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 29 dez. 2016.

- MOREIRA, Maria Luiza Osório et. al. **Unidades de Conservação**. Goiânia: Sistema Estadual de Geoinformação do Estado de Goiás, 2010. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 10 mar. 2017.
- TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. A criação de municípios após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n. 48, São Paulo, 2002. Disponível em: <[Link](#)>. Acesso em 15 jan. 2017.
- VIEIRA, Eliane. Criador dos desenhos do “Siquerido”, Marcelo Venâncio traduziu no personagem o carinho das crianças por Siqueira. **Portal de Notícias T1**, Palmas.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. São. Paulo; Editora Cortez. 2010
- SANTOS, Jocileia Santana dos. **O sonho de uma geração: o movimento estudantil em Goiás e Tocantins**. Goiânia : UCG, 2007.
- SILVA, Alessandra Teixeira. **Evolução Histórico-Cultural e Paisagística das Praças Dr. Augusto Silva e Leonardo Venerando**. 2006. 238f. Tese (Doutorado em Fitotecnia), Programa de Pós-graduação em Fitotecnia da Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.
- SILVA, Everton Francisco da. **Sussa e Tambor: cultura popular e identidade na construção histórica do Tocantins**. Monografia (Especialização em História Social). UNITINS, Porto Nacional, 2008.

APÊNDICES

Apêndice A

Tabulação do Executivo de Governo (To) e prefeitura de Palmas e, respectivos Presidente da Fundação Cultural/Secretário de Estado de Cultura/ Diretor de Cultura

Governo do Estado do Tocantins		
Ano/Mandato	Gestor	Presidente da Fundação Cultural/Secretário de Estado de Cultura/ Diretor de Cultura ²⁵⁸
1989-1990	José Wilson Siqueira Campos	01/1989 a 12/1990 – Leomar Quintanilha
1991-1994	Moisés Avelino	03/1991 a 12/1994 – Ruy Rodrigues da Silva ²⁵⁹
1995-1998	José Wilson Siqueira Campos (PPR)	01/1995 – 07/1996 – Meire Maria

²⁵⁸A administração pública, no exercício das atividades que lhe são pertinentes pode atuar direta (desconcentração: entes federativos/órgãos públicos) ou indiretamente (descentralização: autarquias, fundações e empresas públicas ou de sociedade mistas). Na Administração Pública Direta, por meio de Secretarias, por exemplo, os atos são imputados à entidade estatal a que pertence, não possuem personalidade jurídica própria, por isso, não podem celebrar contratos e estão sujeitos às mudanças políticas da esfera governamental. Já Administração Pública Indireta possui personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, receita (inclusive para buscar parcerias e convênios com terceiros) e patrimônio próprio (CANEDO, 2007). No Estado do Tocantins, a Fundação Cultural do Estado – Funcult, fora criada em 2002, por meio da Lei 1.311 (TOCANTINS, 2002) e em Palmas a Fundação cultural de Palmas – FCP, em 2007, por meio da Lei Complementar 137, que revoga a Lei 204/92 (PALMAS, 2007). Em relação à administração direta, não foram todas gestões que mantiveram uma Secretaria de Cultura, em nível municipal e estadual. Assim, os nomes da tabela são referentes aos gestores (presidentes, secretários ou diretores) que, durante aquele período esteve a frente da instituição pública que gerencia a cultura, no município ou estado.

²⁵⁹ Como secretário da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, antiga Secretária da Educação e Cultura do Tocantins, denominação alterada pelo art. 4º da lei 264 (TOCANTINS, 1991).

		07/1996 a 10 de 1999 – Kátia Rocha
1999-2002	José Wilson Siqueira Campos (PPR)	4 a 12 de 2002 – Kátia Rocha
2003-2006	Marcelo C. Miranda (PFL/PSDB ²⁶⁰ /PMDB)	01/2003 a 01/2005 – Meire Maria
		01/2005 a 09/2005 – Valquíria Rezende ²⁶¹
		09/2005 a 12/2006 – Júlio César Machado
2006-2009	Marcelo C. Miranda (PMDB)	01/ 2006 a 10/2009- Júlio César Machado
2009-2010	Carlos Henrique Gaguim (PMDB)	10/2009 a 03/2010 – Sérgio Lorentino ²⁶²
		03/2010 a 12/2010– Diomar Naves
2011-2014	José Wilson Siqueira Campos (PSDB)	01/2011 a 04/2013 – Kátia Rocha ²⁶³

²⁶⁰ Marcelo Miranda filia-se ao PSDB, em fevereiro de 2003 e ao PMDB, em junho de 2005.

²⁶¹ Valquíria Rezende assume a Secretaria de Serviços Sociais e Cláudia Soares Bonfim, até então vice-presidente da Fundação Cultural do Estado do Tocantins, assume interinamente, em 11 de setembro de 2005.

²⁶² Após exoneração de Júlio César Machado, o responsável pela Assessoria Jurídica da Fundação Cultural do Tocantins, Sérgio Lorentino, assume o cargo.

²⁶³ Em abril de 2013, Kátia Rocha, pede exoneração dos cargos de Secretária da Secretaria de Estado de Cultura do Tocantins e Presidente da Fundação Cultural do Estado do Tocantins. Assim, o órgão e a fundação ficaram ligados à Secretaria de Estado de Educação, agora Secretaria de Estado de Educação e Cultura – Seduc.

		04/2013 a 01/2014 – Célio Pedreira ²⁶⁴
		03/2014 a 06/2014 – Jota Bulhões
Maio a dezembro de 2014	Sandoval Cardoso (SD)	06/2014 a 09/2014 – Toninho Borges
		09/2014 – Marcelo Lopes ²⁶⁵
Prefeitura Municipal de Palmas		
Ano/Mandato	Gestor(a)	Presidente da Fundação Cultural/Secretário Municipal de Cultura
1990-1992	Fenelon Barbosa Sales (PSB)	03/1990 a 12/1992 – Alexandre Acampora
1993-1996	Eduardo Siqueira Campos (PSDB)	01/1993 a 12/1994 – Nilmar G. Ruiz 01/1995 a 12/1996 – Juarez Giovanetti.
1997-2000	Manoel Odir Rocha (PFL)	01/1997 - Adagsmar Almeida Martins e Marcia Izabel Barbosa Soares
2001-2004	Nilmar G. Ruiz (PFL)	01/2001 – 12/2000 - Osmar Nina Garcia Neto
2005-2008	Raul de J. L. Filho (PT)	01/2005 a 01/2006 – Manoel Odir Rocha 01/2006 a 12/2008 – Danilo de Melo Souza

²⁶⁴ A diretoria de cultura da Secretaria Estadual da Educação e *Cultura* (Seduc) ficou dois meses sem diretor, após renúncia de Célio Pedreira. Vale ressaltar de janeiro a 05 de agosto de 2014, Geraldo Antônio de Carvalho, o nome de batismo do cantor Rick, da dupla sertaneja Rick e Renner, assumiu o cargo de Secretário Extraordinário de Promoção Cultural, criado após a extinção da Funcult.

²⁶⁵ O historiador Marcelo Lopes assume a diretoria de Cultura, da Seduc, após renúncia de Toninho Borges.

2009-2012	Raul de J. L. Filho (PT ²⁶⁶ /)	01/ 2008 a 11/2010 – Pierre de Freitas
		11/2010 a 12/2012– Kátia Maia Flores
2013-2016	Carlos E. Franco Amastha (PP)	01/2013 a 02/2014 – Luiz Teixeira
		02/2014 – Gerson Alves de Souza

Fonte: org. Anjos (2015)

²⁶⁶ O então prefeito de Palmas, Raul Filho, e sua esposa, a primeira-dama e Deputada Estadual, Solange Duailibe, foram expulsos do Partido dos Trabalhadores, em abril de 2011. A decisão do diretório, conforme divulgação na mídia local, aconteceu respaldada no artigo 217 do Estatuto no partido, que dispõe sobre a fidelidade partidária.(LINS, 2011).

Apêndice B

Quadro do Efeito *Rack Focus* (transposição do Girassol para o Capim Dourado): a ascensão do Capim dourado.

Ano	Ação
1990	- Estradas para a região do Jalapão; - Incentivo para produção de artesanato em capim dourado (nível Municipal);
2001	- Criação do Parque Estadual do Jalapão; - Início dos Estudos da espécie pelo Ibama
2003	- I Seminário de Estruturação e Sustentabilidade do Artesanato Confeccionado em Capim Dourado - Matéria: <i>Jalapão o imenso oásis no interior do Brasil</i> - Gravação e lançamento do filme: <i>Deus é Brasileiro</i> - Criação do oratório do Artesanato tocantinense
2004	- II Seminário de Estruturação e Sustentabilidade do Artesanato Confeccionado em Capim Dourado - Comenda de Ordem de Mérito do Governo do Estado do Tocantins à dona Guilhermina Ribeiro da Silva - 1ª Portaria sobre queimada do Naturatins
2005	- Participação do Tocantins no <i>Ano do Brasil na França</i> ; - Portaria 92/2005 - Naturatins
2006	- Bijuteria em capim dourado na novela <i>Páginas da Vida</i> e em programas da Rede Globo - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – Proecotur - Lily Marinho visita o Tocantins – Título de cidadã tocantinense - Eleições 2006 - Fenômeno Iconoclastia Política
2007	- Portaria 362/2007 – Naturatins
2008	- PEJ e capim dourado em exposição no CNFCP; - Jalapão é cogitado para Receber a Chancela de Paisagem Cultural Geológica; - Pedido de registro Indicação Geografia - Indicação de Procedência - INPI
2009	- Capim dourado é tombado como Patrimônio Histórico do Estado do Tocantins
2011	- Criação do Prêmio Dona Miúda de Apoio à Produção Artesanal pela Funcult.

Fonte: Anjos (2015)

Apêndice C

Lugares de memórias concretos ou naturais.

Lugar de memória	Data de inauguração
Praça dos Girassóis	18 de março de 2002
Palácio Araguaia	9 março de 1991
Praça Pioneiros do Bosque	20 maio de 1990
Casa Suçupara	01 janeiro de 1990
Parque Cesamar	01 janeiro de 1990
Museu Palacinho	01 janeiro de 1990
Praia da Graciosa	Julho de 2003
Praia do Prata	Julho de 2003
Praia do Caju	Julho de 2003
Praia do Buriti	Julho de 2003
Praia das Arnos	Julho de 2003
Ponte da Amizade e da Integração ou Ponte Fernando Henrique Cardoso ²⁶⁷	Setembro de 2002
Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães ²⁶⁸	2001

Fonte: Pôrto; Anjos (2017)

²⁶⁷ A ponte Fernando Henrique Cardoso ou Ponte da Amizade e da Integração se localiza na rodovia TO-080, no estado do Tocantins e liga cidade de Palmas ao distrito de Luzimangues, no município de Porto Nacional, além da cidade vizinha de Paraíso do Tocantins e da rodovia BR-153. A obra constitui-se de quatro aterros e três pontes sobre o lago. A ponte mais extensa tem 1.042 metros de extensão e as outras duas com 83 metros de comprimento, cada uma. Todo o complexo totaliza pouco mais de oito quilômetros.

²⁶⁸ Em julho de 1998, houve o lançamento da pedra fundamental da usina que se chamava UHE do Lajeado. Mas, após o acordo da participação da Eletrobrás no empreendimento foi rebatizada para UHE Luís Eduardo Magalhães, homenagem póstuma ao político baiano (ZITZKE, 2007).

ANEXOS

Anexo A

Diferenças entre o Ecoturismo e Turismo de Natureza

DIFERENÇAS ENTRE O ECOTURISMO E O TURISMO DE NATUREZA		
	ECOTURISMO	TURISMO DE NATUREZA
Palavra-chave	Conservação	Lazer ao ar livre
Ocorrência	Áreas naturais preservadas	Áreas naturais
Operação	Relação com a manutenção do ambiente	Despreocupação quanto a processos mais diretos de manutenção do ambiente
Cuidados	Extremos	Simples
Conhecimento do local	Profundo	Superficial
Objetivos	Conhecimento amplo do ambiente natural e cultural	Relaxamento e prazer no ambiente natural
Grupos	Reduzidos	Médios a grandes
Envolvimento local	Sempre	Não necessariamente
Agentes de turismo	Envolvimento direto com os projetos ambientais	Sem envolvimento com os projetos ambientais
Envolvimento cultural	Diretamente identificado	Sem projetos culturais obrigatórios
Público	Preocupado com as questões ambientais	Desejoso de contato com a natureza
Programas	Dentro dos conceitos de mínimo impacto	Possíveis de realizar no espaço natural

Fonte: Machado (2005, p. 30).